

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 3 • Número 1 • Janeiro - Junho 2011

Latinidade - Janeiro-Junho - 2011



ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 3 • Número 1 • Janeiro-Junho 2011



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-reitora de Graduação – SR1

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor

Domenico Mandarino

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretor

José Augusto de Souza Rodrigues

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadora

Maria Teresa Toribio B. Lemos

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. - Janeiro-Junho (2011) - . - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2009 - .
v. : il.
254p.
Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

In Memoriam a Prof. Dr. Paulo Rezende, da PUC/SP,
amigo e colaborador do Nucleas/UERJ

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Conselho Editorial:

Andrzej Dembicz - (Univ. de Varsóvia)

In Memoriam

Alexis T. Dantas (UERJ)

Dejan Mihailovic (Univ. TEC Monterrey/ME)

Luiz Henrique Nunes Bahia - (UERJ)

In Memoriam

Maurício Mota (UERJ)

Edna Maria dos Santos (UERJ)

Lená Medeiros de Menezes (UERJ)

Maria Luzia Landim (UESB)

Conselho Consultivo:

Fernando Sérgio Dumas dos Santos
(Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

Mônica Leite Lessa (UERJ)

Raimundo Matos (UESB)

Paulo Roberto Gomes Seda (UERJ)

José Flávio Pessoa de Barros (UERJ)

Miriam Gomes Saraiva (UERJ)

Programação Visual:

Ramon Moraes

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**

Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES – Brasil. Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC)



Laboratório
Interdisciplinar
Latino-Americano

LILA- Laboratório Interdisciplinar Latino-Americano

Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas
Faculdade de Letras UFRJ

Sumário

Apresentação	7
Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas	9
<i>Alexandre Moura Dumans</i>	
História e Direito. O Código Penal de 1890 e sua influência na cultura urbana do final do século XIX e início do século XX	19
<i>Gilberto Aparecido Angelozzi</i>	
Imaginário e representações. Vargas e a modernização do Brasil	39
<i>Elizabeth Nazareth</i>	
Profetas e Iluminados do Nordeste revisitados	51
<i>Daniel Lins</i>	
Lembrar e ou Esquecer: Memórias de Viagens, Estórias/Histórias de Guerras e Independências	69
<i>Edna Maria dos Santos</i>	
Autoctonia como fundamento democrático de nossa América	77
<i>Fabio Luis Barbosa dos Santos</i>	
La semejanza civilizacional entre América Latina y Rusia como base para el diálogo	87
<i>Vershinina Irina M.</i>	
Max Weber: considerações sobre sua identidade teórica a partir de uma metáfora musical	93
<i>José D'Assunção Barros</i>	
Algumas considerações sobre controle social da segurança pública na perspectiva das políticas públicas em um estado no século XXI	129
<i>Luiz Carlos Guimarães Serafim</i>	

Bahia de Todos os Santos e de Todas as Culturas 141
Maria Luzia Braga Landim

**Proceso constitucional actual en Bolivia: “Aquí comienza
un nuevo Estado” (Evo Morales) 151**
Marianna Abramova

**Tres itinerarios en la creación literaria antiimperialista
de Máximo Soto Hall (1899-1928) 159**
Mario Oliva Medina

**Corredor Biológico Mesoamericano: ¿Un ejemplo de
Integración Regional para America Latina? 185**
Oscar Barboza Lizano

**A Revolução Cubana e a política bifurcada Norte-Americana
para a América Latina 201**
Ricardo Antonio Souza Mendes

**Os “arquitetos” do Regime: a trajetória dos governantes
das Ditaduras Empresarial-militares do Cone-Sul na fase
de consolidação do Regime (1964-1976) 219**
Tiago Francisco Monteiro

Normas editoriais 253

Apresentação

Este número da Revista Latinidade, publicada pelo Núcleo de Estudos das Américas(NUCLEAS), apresenta artigos de latinoamericanistas sobre diversidade cultural e o universo múltiplo e complexo que representa o continente americano, onde formas de pensar particulares e tradições são preservadas. Apesar desse caráter pluricultural, as sociedades se defrontam com problemas cruciais, tais como desigualdades sociais, violências e corrupção, entre tantos aspectos que desafiam a interrelação dos povos e culturas nesses espaços, fragmentados pelo etnocentrismo e pela alteridade.

Essas questões são apresentadas por professores e pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas e refletem a preocupação em desvendar problemas intrínsecos da latinidade presentes na cotidianidade das sociedades latinoamericanas.

O artigo *Considerações sobre a economia da droga* André Luis Toribio Dantas analisa o consumo de drogas ilegais nos Estados Unidos, que atinge cerca de 14 milhões de indivíduos, gerando negócios de aproximadamente 50 bilhões de dólares. Com esse volume de vendas, os mercados ilegais, operando com distribuição clandestina, determinam os mecanismos econômicos que influenciam o comportamento dos consumidores das drogas.

Em *A cultura da economia criativa: as cinematografias da América Latina*, Eduardo Antonio Lucas Parga analisa um vasto conjunto de cinematografias tão diversas quanto assimétricas e que possuem afinidades tão grandes quanto as suas diferenças.

Blasón de Plata e a problemática indígena na narrativa histórica de Ricardo Rojas, estudo de Fábio Muruci dos Santos, trata da obra do historiador argentino Ricardo Rojas, centrada nas contribuições das populações indígenas da região para a identidade nacional.

No artigo *Expressões da exclusão social e étnica no ambiente militar: o caso dos exércitos brasileiro e boliviano (1935-1946)*, Fernando Rodrigues e Mauro Marcos Farias da Conceição abordam as diferenças das regras e das práticas excludentes manifestadas nas instituições militares do Brasil e da Bolívia.



8



Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas

Alexandre Moura Dumans

RESUMO:

No âmbito do capitalismo neoliberal globalizado, onde a meta das empresas é a obtenção da maior taxa de lucro, compreende-se que o detentor do capital pretenda dele auferir o maior rendimento possível. Mas até onde pode a corda esticar? Até onde pode uma empresa obter a máxima lucratividade ainda que submetida a um programa de *compliance* rigoroso? No âmbito desse sistema econômico ora em vigor no planeta o céu é o limite. Torna-se, então, inexorável o controle, pelo Estado, da enorme potestade que emana dessa espécie de poder.

Palavra-chave: responsabilidade penal, pessoas jurídicas, capitalismo

I – PANORAMA DO ASSUNTO

Atualmente, parece inquestionável que as colonizações são operadas pela via econômica, não mais pela força bruta e consequente ocupação física do território inimigo. Assim, também, nas relações entre sujeitos, entre empresas ou entre sujeitos e empresas, os detentores do poder econômico utilizam o capital como munição para subjuguem seus antagonistas.

No âmbito do capitalismo neoliberal globalizado, onde a meta das empresas é a obtenção da maior taxa de lucro, compreende-se que o detentor do capital pretenda dele auferir o maior rendimento possível. Mas até onde pode a corda esticar? Até onde pode uma empresa obter a máxima lucratividade ainda que submetida a um programa de *compliance* rigoroso? No âmbito desse sistema econômico ora em vigor no planeta o céu é o limite. Torna-se, então, inexorável o controle, pelo Estado, da enorme potestade que emana dessa espécie de poder.

É difícil traçar uma linha divisória entre o uso e o abuso de um poder “tecnicamente” legítimo. Como dito por Jules Michelet, “Não há grande poder que não abuse” (1), especialmente quando, como *in casu*, ele é perseguido e cultuado pelos dois extratos opostos da sociedade

(detentores dos meios de produção e detentores da força de trabalho). Considere-se, ainda, a suplementar dificuldade de legislar contra os interesses do capital, de modo a incriminar verdadeiramente condutas perpetradas por seus próprios e grandes senhores. É como pedir a cordeiros que limitem, dentro de uma mesma área, o espaço dos leões. Não que isso seja impossível, mas exigiria dos leões um pouco de altruísmo e dos cordeiros muita, muita organização.

As tropas alemães que patejavam Paris durante a Segunda Grande Guerra podem ser comparadas (como alguma má vontade, admito) às agências bancárias internacionais ou às companhias multinacionais, que se aboletam nos países mais “desarmados”, com propósito de “vampirizar” seus mercados em busca de maiores taxas de lucro. Não foi com pouca razão que desde 19 de outubro de 1929, em conferência realizada neste Instituto dos Advogados Brasileiros, José Xavier Carvalho de Mendonça assim já advertia: “O que eram outrora, nos tempos mais remotos da Idade Média, as grandes companhias de aventureiros e de salteadores que espoliavam os comerciantes ou pilhavam os campos, as sociedades por ações o são hoje, nem todas sem dúvida, porém muitas entre elas, com mais segurança, mais impunidade, mais lazer e mais gozo para os fundadores e seus diretores. É uma organização submissa e metódica da pilhagem... Quaisquer que sejam as vantagens sociais resultantes das sociedades anônimas, as maldições que têm provocado excedem os benefícios. Os desastres que têm trazido à fortuna privada são mais graves do que os produzidos à riqueza nacional pelo fogo, pela água, pela penúria, pelos terremotos, pelas guerras e pela ocupação inimiga” (2).

Bertolt Brecht, por razões diferentes, não perdoa os “homens de negócios”, contra eles assim desancando:

“Anos atrás, quando ao estudar os procedimentos da
Bolsa de Trigo de Chicago
Compreendi subitamente como eles administravam
o trigo do mundo
E ao mesmo tempo não compreendi e abaixei o livro
Logo percebi: você
Deparou com coisa ruim.
(...)
Essa gente, eu vi, vive do mal.
Que causa aos outros, não do bem.

Esta é uma situação, percebi, que somente pelo crime
Pode ser mantida, porque é muito ruim para a maioria.
Desse modo toda grande
Proeza da razão, invenção ou descoberta
Levará somente a uma miséria ainda maior (3).

Diante da nefasta profecia do jurista brasileiro e do sentimento do poeta alemão, compreende-se a necessidade de o Estado imiscuir-se no mundo dos negócios. Para tanto, contudo, deveria o legislador – em homenagem ao princípio da intervenção mínima do Direito Penal, tão prestigiado entre os mais afinados juristas do mundo – cuidar de apenas preencher as eventuais lacunas da legislação penal existente, sem arvorar-se na promulgação a flux de leis penais meramente simbólicas, cuja edição, frequentemente, é derivada da iniciativa de parlamentares arrivistas, sedentos de atenção da parte ingênua do povo, que vê em seus feitos um avanço, sem perceber o grande retrocesso que neles se esconde.

A lei penal é um instrumento muito grave, que não deve ser utilizado para atender interesses políticos, ainda que fundados em justas demandas sociais ou ecológicas. Nesse sentido, assim recomendava Maurach: “Na seleção dos recursos próprios do Estado, o Direito Penal deve representar a ultima ratio legis, encontrar-se em último lugar e entrar somente quando resultar indispensável para a manutenção da ordem jurídica” (4).

No Brasil, desde longa data (o que revela um problema crônico), os legisladores vêm promulgando leis penais extravagantes a respeito dos mais variados assuntos (couro, criança, poluição, mercado de capitais, parcelamento do solo, incorporações imobiliárias, consumidor), sempre com a visão “ingênua e mágica” a que se refere o Professor Norberto Spolansky, da Universidade de Buenos Aires, quando assim ironiza o tacaño raciocínio daqueles que imaginam que “... o Direito Penal pode resolver todo tipo de problema, desde a proteção da vida até a solução da inflação” (5).

De qualquer modo, a despeito dos monumentais obstáculos teóricos, percebe-se que a legislação penal econômica dirige - se para a construção do chamado “Direito Penal Funcional”, com abandono de garantias individuais em favor da solução rápida para o conflito. Segundo Winfried Hassemer “... ou se renova o equipamento, ou se desiste da esperança de incorporar o Direito Penal na orquestra das soluções dos problemas

sociais” (6). Neste particular, com todas as vênias, penso que a função do direito penal não seja exatamente integrar a “orquestra das soluções dos problemas sociais”, cujos instrumentos musicais já estão propriamente distribuídos entre os cientistas do ramo, mas sim fixar os “diques” de contenção do poder punitivo, como recomendam Raúl Zaffaroni e Nilo Batista (7).

Em nome desse “direito penal funcional”, tido como paladino da tão propalada criminalidade moderna (delitos contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, contra o meio ambiente) o mesmo Hassemer chega a propor uma mudança semântico-dogmática, mais ou menos no seguinte sentido: ao invés de *dano*, *perigo*; ao invés de *ofensa* a um bem jurídico, *risco* a um bem jurídico; ao invés de *tipo fechado*, *tipo aberto*, ao invés de *bem jurídico individual*, *bem jurídico coletivo* etc., evoluindo para a idéia de um “Direito de Intervenção” que, nas palavras de Cezar Roberto Bitencourt, “... seria um meio termo entre Direito Penal e Direito Administrativo, que não aplique as pesadas sanções de Direito Penal, especialmente a pena privativa de liberdade, mas que seja eficaz e possa ter, ao mesmo tempo, garantias menores que as do Direito Penal tradicional” (8). Seria, *mutatis mutandis*, um direito penal com penas mais brandas, combinado com um direito administrativo com penas mais graves: uma categoria híbrida, de contornos escalafobéticos; quase um monstro.

É, portanto, no âmbito desse “direito penal funcional”, apetrechado com sua indefectível “responsabilidade objetiva” e nascido para matar a “criminalidade moderna”, que transita a questão da responsabilidade penal das pessoas jurídicas. Mais parece roteiro de cinema. Tempos sombrios se anunciam para o verdadeiro direito penal.

II - CONSTITUCIONALIDADE

Em nosso ordenamento jurídico, a ideia de responsabilidade penal da pessoa jurídica é impropriamente extraída dos artigos 173, § 5º, e 225, § 3º, da CF, *in verbis*:

Art. 173, § 5º: “A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular”;

Art. 225, § 3º: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

Uma outra leitura, entretanto, pode não extrair a mesma conclusão. No primeiro caso (art. 173, § 5º, da CF), quando a lei se refere a “responsabilidade desta” não está a dizer “responsabilidade penal”. Neste sentido, assim assevera Juarez Cirino dos Santos: “A atribuição de *responsabilidade*, como conceito jurídico geral, não significa atribuição de *responsabilidade penal*, como conceito jurídico especial” (9). Acrescente-se, a título de ilustração da coerência legislativa, que o substantivo feminino plural “punições” deve ser entendido como punições administrativas. Tanto assim, que na sequência do mesmo dispositivo o legislador teve o cuidado de usar o vocábulo “atos”, em lugar de “crimes”, como seria adequado se tivesse a intenção de alcançar o campo penal.

No segundo caso (art. 225, § 3º, da CF), a lei refere-se à “conduta” da “pessoa física”, a quem destina “sanções penais”, acomodando, em paralelo, as “atividades” da “pessoa jurídica”, a quem destina “sanções administrativas”. Embrulhar os termos do texto legal, entendendo como sinônimos os vocábulos “conduta” e “atividade”, quando se sabe que a lei não utiliza palavras inúteis, é uma interpretação forçada, que não deveria ter prosperado, pois que se funda, na dicção, ainda mais uma vez, de Juarez Cirino dos Santos, “... em leitura apressada das normas constitucionais, ou constituiria, talvez, fenômeno psíquico de projecção da vontade pessoal do intérprete do texto constitucional” (10).

A CF brasileira, portanto, não aboliu o princípio da responsabilidade pessoal, de modo a permitir sua ruptura pela legislação infraconstitucional, como faz a Lei 9605/98, que em seu artigo 3º proclama:

Art. 3º: “As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”.

Na prática, contudo, a jurisprudência do STJ já admitiu a constitucionalidade da lei, chegando o Min. Gilson Dipp a detalhar a

sua aplicação (11). Diante de uma questão já posta (a constitucionalidade) e de um processo já em curso (o precedente), resta-nos a pueril postura que se encerra na conhecida máxima freudiana: *If you can't bit him, join him*. E, a partir daí, tentar conter o poder punitivo que emana do novo estatuto ecológico, restringindo, ao máximo, a sua aplicação. É preferível aceitar sua constitucionalidade e pugnar por sua mínima aplicação do que insistir na sua inconstitucionalidade e olvidar sua expansão punitiva.

III – SOCIATES DELINQUERE NON POTEST: MAIS PRÓS QUE CONTRAS

Para agasalhar em nosso sistema a responsabilidade penal da pessoa jurídica é preciso jogar por terra toda construção intelectual sobre a teoria do delito até agora elaborada. É um sacrifício que – embora aceito em alguns países da Europa Continental e da América Latina, que adotam o mesmo sistema que o nosso – não se mostra proveitoso somente por ser “moderno”, nem compensa o aparente benefício de simplesmente emprestar um estigma penal puramente simbólico às atividades empresariais não desejadas. A este respeito, assim indaga e responde Ricardo Planas: “De quanto de sua tradição e de suas garantias o direito penal deverá abrir mão a fim de manter essa atualidade?... e o que unicamente teríamos ganho seria a colagem da etiqueta “pena” a uma realidade que não a merece” (12).

Desse modo, a responsabilidade penal das pessoas jurídicas viola o princípio da legalidade (*nullum crimen sine lege*), porque a ação institucional não se equipara ao “comportamento humano voluntário” da teoria causalista, nem ao “acontecimento dirigido pela vontade consciente do fim”, da teoria finalista da ação.

Por outro lado, as penas previstas no art. 21, da Lei 9605/98 (multa, restrição de direitos e prestação de serviços à comunidade) são genéricas e indeterminadas, em franca colisão com o princípio do *nulla poena sine lege*. A lei não indica a qual tipo corresponde tal pena, nem tampouco fixa os limites máximo e mínimo de sua aplicação.

O princípio da culpabilidade (*nullum crimen sine culpa*) é igualmente conspurcado, seja porque a pessoa jurídica não tem capacidade para sofrer pena (maturidade e sanidade), ou porque não pode ter consciência do injusto, impossibilitando até mesmo a ocorrência de erro de proibição (13). Acrescente-se que as situações de exculpação, fundadas na inexigibilidade de conduta diversa, não seriam aplicáveis a entes morais.

Agregue-se, ainda, ao rol das violações constitucionais a lesão ao princípio da personalidade da pena (art. 5º, XLV, da CF), segundo o qual nenhuma pena passará da pessoa do condenado, na modalidade de autor ou partícipe do crime, nos termos do art. 29 do CP, que alude ao pronome indefinido “quem”, obviamente inadequado à pessoa jurídica.

Resta, por fim, subvertido o princípio da punibilidade, que estabelece os fins da pena criminal: reprobção da culpabilidade (a pessoa jurídica é incapaz de arrependimento), prevenção geral negativa (a pessoa jurídica não é intimidável) e a prevenção especial negativa (a pessoa jurídica não pode ser encarcerada). Como a finalidade da pena destina-se ao complexo de sentimentos da psique humana, ela não se aplica às pessoas jurídicas, incapazes de arrependimento ou intimidação, nem sensíveis ao plexo de “res” (reeducação, reintegração, ressocialização).

A despeito de tantas e tamanhas violações, o cisma punitivo imperante na sociedade contemporânea reclama, por mero capricho, a “grife” penal em seus produtos institucionais (meio ambiente, mercado financeiro, relações de consumo).

Parece mais razoável acompanhar a construção de uma outra teoria do delito, destinada exclusivamente à dita criminalidade econômica, do que tentar embutir, goela abaixo, a responsabilidade penal das pessoas jurídicas na dogmática penal pela via da teoria da realidade, de Gierke (oposta à teoria da ficção, de Savigny). Para tanto, é necessário buscar nos argumentos daqueles que defendem a responsabilização das pessoas jurídicas as bases teóricas em que se louvam para rechaçá-las ou, ao menos, reduzir seu alcance.

Nesse sentido reducionista, merece alusão o trabalho acadêmico, apresentado por Ralph Hage, no qual sugere a impossibilidade de imputação penal às pessoas jurídicas dos tipos omissivos impróprios ou comissivos por omissão, a exemplo dos artigos 68 e 55, parágrafo único, da lei dos crimes ambientais, nos quais se faz necessária a inércia da figura do *garante*. Afirmo o autor que “... numa situação em que haja uma conduta lesiva ao meio ambiente, beneficiando uma empresa, e, em paralelo, a omissão em impedir sua prática, não será o caso de responsabilização da pessoa jurídica, mas tão somente dos sujeitos elencados no art. 2º, da Lei 9605/98”. É uma construção que limita o poder punitivo e, por isso mesmo, merecedora de consideração.

Outra sugestão para mitigar a abrangência da norma é excluir de seu alcance as pessoas jurídicas de direito público (União, Estados, Municípios, autarquias e fundações), para as quais as penas do artigo 21 (multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade) são inaplicáveis ou pífias. A multa pode ser revertida para o próprio Estado, as restritivas de direitos podem implicar interrupção de serviço público e a prestação de serviços à comunidade já é a principal função do Estado. Tudo isso, sem contar as desconfortáveis indagações assim formuladas por Marcos André Couto Santos, em específico ensaio sobre o assunto: “Se entendermos que o Estado pode praticar crimes, que legitimidade teria ele de punir o autor do delito?”, ou “Como poderia o Estado-membro determinar o embargo de obra em curso realizada pela União Federal, que estivesse poluindo o meio ambiente?”.

Noutro giro, aqueles que defendem a responsabilidade penal das pessoas jurídicas no âmbito do chamado Direito Penal Econômico, sem embargo à respeitável base teórica em que se fundam, aduzem alguns argumentos práticos para justificá-la, como a dificuldade de identificação da autoria nos delitos corporativos, a complexidade das operações e o alto padrão social dos agentes. Tais escusas não se sustentam. Decididamente, a questão não é pragmática, mas sim puramente teórica.

Encerro o assunto, com as palavras de Zaffaroni e Batista: “A responsabilização penal da pessoa jurídica alavanca a repressão punitiva simbólica (discurso do crime organizado) que, nos países periféricos, produz o efeito real de dizimar as pequenas e médias empresas, vulneráveis à criminalização, para dar lugar às transnacionais” (DPB, II, p. 119)

NOTAS:

- (1) Jules Michelet, A Feiticeira, Trad. Maria Luiza Borges, Ed. Nova Fronteira, RJ, 1992, p. 114;
- (2) José Xavier Carvalho de Mendonça, Os Problemas das Sociedades Anonymas, Ed. Revista dos Tribunais, SP, 1931, págs. 13 e 14;
- (3) Bertolt Brecht, Poemas 1913 - 1956, Tradução de Paulo Cesar Souza, Brasiliense, SP, 1987, pág. 140;
- (4) Reinhart Maurach, Tratado de Direito Penal, Tradução de Juan Córdoba Roda, Editora Ariel, Barcelona, 1962, tomo I, pág. 31;
- (5) Norberto Spolansky, O delito de posse de entorpecentes e as ações privadas dos homens; Tradução de Miguel Reale Jr., Cadernos de Advocacia Criminal, 1/102, Porto Alegre, ed. Sérgio Antônio Fabris, 1988;
- (6) Winfried Hassemer, Três Temas de Direito Penal, em Revista da Fundação Escola Superior do MP/PA, 1993, pág. 56;

- (7) Eugenio Raúl Zaffaroni e Nilo Batista, *Direito Penal Brasileiro – I*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2003;
- (8) Cezar Roberto Bitencourt, *Princípios Garantistas e a Delinquência do Colarinho Branco*, em *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1995, ano 3, número 11, pág. 126;
- (9) Juarez Cirino dos Santos, *Direito Penal – Parte Geral*, ICPC e *Lumen Juris*, Curitiba, 2006, página 425;
- (10) Juarez Cirino dos Santos, *Direito Penal – Parte Geral*, ICPC e *Lumen Juris*, Curitiba, 2006, página 428;
- (11) Recurso Especial 610114/RN, de 17 de novembro de 2005;
- (12) Ricardo Robles Plana, *Crimes de Pessoas Coletivas?*, em *Temas de Direito Penal*, sob a coordenação de Luís Greco e Danilo Lobato, editora Renovar, RJ, 2008, página 135;
- (13) Juarez Cirino dos Santos, *Direito Penal – Parte Geral*, Lúmen Júris e ICPP, Curitiba, 2006, página 441: “Por exemplo, no caso de *vontade coletiva* deliberada em reunião de pessoa jurídica constituída por dois sócios, em situação individual de *erro de proibição inevitável* (transporte de lenha sem licença da autoridade competente: art. 46, da Lei 9605/98), teríamos outra situação delirante: se a exclusão da reprovação das pessoas físicas *exclui* a reprovação da pessoa jurídica, seria necessário explicar porque a responsabilidade penal da pessoa jurídica é *independente* da responsabilidade penal das pessoas físicas dos sócios; se a exclusão da reprovação das pessoas físicas *não exclui* a reprovação da pessoa jurídica, seria necessário explicar de que modo um erro de proibição inevitável dos sócios pode produzir uma *vontade coletiva reprovável* da pessoa jurídica, que pressupõe *conhecimento* real ou possível da *antijuridicidade*”.

RESUMEN:

Dentro del capitalismo globalizado neoliberal, donde el objetivo de la empresa es obtener la más alta tasa de ganancia, se entiende que el accionista quiere ganar el mayor rendimiento posible. Pero ¿hasta dónde se puede estirar la cuerda? ¿Hasta dónde puede una empresa obtener una rentabilidad máxima, incluso si se somete a un riguroso programa de cumplimiento? Dentro de este sistema económico, que ha entrado en vigor en el mundo, el cielo es el límite. El control emanado por el Estado, que emana gran poder, se convierte inexorable.

Palabra clave: responsabilidad penal, personas jurídicas, capitalismo.

ABSTRACT:

Within the globalized neoliberal capitalism, where the goal of business is to obtain the highest rate of profit, it is understood that the holder of the capital wants to earn the highest return possible. But how far can the rope be stretched? How far can a company achieve maximum profit even if she is subjected to a rigorous *compliance* program? Within this economic system now in force in the world, the sky is the limit. The control by the State, that emanates enormous power, becomes relentless.

Keyword: criminal, corporate, capitalism.



História e Direito. O Código Penal de 1890 e sua influência na cultura urbana do final do século XIX e início do século XX

Gilberto Aparecido Angelozzi

RESUMO:

A República no Brasil nasceu sob a égide do positivismo. Foi o pensamento de Augusto Comte, adaptado ao modelo brasileiro, que norteou o movimento republicano e a organização do sistema político e jurídico implantado no Brasil. Na visão dos militares, dos republicanos e dos positivistas brasileiros em geral, a monarquia no Brasil estava classificada no Estado Metafísico, especialmente por alguns elementos presentes na Constituição de 1824, tais como: o fato de o imperador ser uma figura considerada sagrada; a união entre a Igreja e o Estado; e o próprio exercício do poder moderador pela figura sagrada do imperador, entre outras questões. Tal situação era incompatível com o novo momento da vida política brasileira.

Palavras-chaves: Cultura urbana- Código Penal- Positivismo.

INTRODUÇÃO

A República no Brasil nasceu sob a égide do positivismo. Foi o pensamento de Augusto Comte, adaptado ao modelo brasileiro, que norteou o movimento republicano e a organização do sistema político e jurídico implantado no Brasil.

A visão de Comte, expressa na *Lei dos três estados*, pode ser assim definida:

De acordo com esta doutrina fundamental, todas as nossas especulações estão inevitavelmente sujeitas, assim no indivíduo como na espécie, a passar por estados teóricos diferentes e sucessivos, que podem ser qualificados pelas denominações habituais de teológico e positivo, pelo menos para aqueles que tiverem compreendido bem o seu verdadeiro sentido geral. O primeiro estado, embora seja, a princípio, a todos os respeito, indispensável, deve ser conhecido sempre, de ora em diante,

como puramente provisório e preparatório; o segundo, que é, na realidade, apenas a modificação dissolvente do anterior, não comporta mais que um simples destino transitório, para conduzir gradualmente ao terceiro¹.

Na visão dos militares, dos republicanos e dos positivistas brasileiros em geral, a monarquia no Brasil estava classificada no Estado Metafísico, especialmente por alguns elementos presentes na Constituição de 1824, tais como: o fato de o imperador ser uma figura considerada sagrada; a união entre a Igreja e o Estado; e o próprio exercício do poder moderador pela figura sagrada do imperador, entre outras questões. Tal situação era incompatível com o novo momento da vida política brasileira. A República representava a inserção do Brasil no *estado positivo*, e tudo que representasse os estados teológico e metafísico deveria ser superado. Assim, era necessária e urgente a adoção de medidas para a modernização do Brasil.

No plano jurídico destacaram-se: a convocação da Assembléia Nacional Constituinte para elaborar nova carta constitucional, a primeira da República, e a promulgação do Código Penal de 1890, mandado executar pelo Decreto n.º. 847, de 11 de outubro de 1890.

Esse código penal era composto de 412 artigos divididos em quatro livros, a saber: Livro I, tratando dos crimes e das penas; Livro II, dos crimes em espécie; Livro III, das contravenções em espécie; e Livro IV, das disposições gerais.

Apesar das medidas inovadoras, o primeiro código penal republicano bebeu na fonte do seu antecessor, o código criminal do Império. Deste último foram excluídas: a pena de morte, as penas relativas aos escravos, a pena nas galés; reduzidas a trinta anos as penas perpétuas, computando a prisão preventiva (Decreto n.º. 774, de 20 de setembro de 1890)². Mas boa parte do antigo código foi mantida. Portanto, o novo código era deficiente e foram necessárias muitas leis complementares, o que acabou exigindo que se promulgasse a Consolidação das Leis Penais de 1932, reunindo as leis esparsas publicadas desde a promulgação do Código Penal de 1890.

O conhecimento do passado e a busca da verdade histórica implicam também no estudo das leis, a fim de compreender o papel do Estado e as responsabilidades dos legisladores para assim se compreender a disponibilidade e o acesso à democracia³.

Buscando entender a influência das leis na vida dos cidadãos da capital da República, no final do século XIX e no início do século XX, demonstrarei até que ponto esta legislação, inspirada em propostas positivistas adaptadas para o contexto brasileiro, desrespeitou a cultura e as etnias, em nome do evolucionismo e do liberalismo.

ALGUMAS DEFINIÇÕES DO CÓDIGO PENAL DE 1890 E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA COTIDIANA

1. A CAPOEIRAGEM

O modelo penal brasileiro definido pelo primeiro Código Penal Republicano passou a ser quase exclusivamente a privação de liberdade, incluindo a prisão com trabalhos para vadios e capoeiras, e a prisão disciplinar para menores. Manteve o banimento, a suspensão e a perda de emprego⁴. O artigo 402 proibia a vadiagem e a capoeiragem:

Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecido pela denominação capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal.

A pena para esse tipo de crime podia variar de dois a seis meses de prisão celular, com agravantes se o réu fosse o chefe do grupo, se fosse reincidente, se portasse arma, se atentasse contra o pudor, se causasse dano corporal a alguém ou provocasse homicídio. Quero lembrar que a capoeira, as danças nas ruas eram típicas dos negros (recém-libertos), mas não reconhecidas. Assim sendo, indiretamente ainda existiam penas para os negros no Código Penal de 1890; o Código Criminal do Império (1831), seu antecessor as possuía, porém ali essas penas eram admitidas. Ao se condenar uma cultura condena-se também uma etnia.

2. ESPIRITISMO E CURANDEIRISMO

De acordo com o art. 185 do Código Penal de 1890, era crime sujeito a prisão celular por um a seis meses “ultrajar qualquer confissão religiosa vilipendiando ato ou objeto do seu culto, desacatando ou profanando seus cultos publicamente”. Porém esse mesmo código, nos art. 157 e 158, proibiu o espiritismo e o curandeirismo:

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Se por influência, ou em consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporária ou permanente, das faculdades psíquicas.

Penas - de prisão celular por um a seis anos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o médico que diretamente praticar qualquer dos atos acima referidos, ou assumir a responsabilidade deles.

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro:

Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

Parágrafo único. Se o emprego de qualquer substância resultar à pessoa privação, ou alteração temporária ou permanente de suas faculdades psíquicas ou funções fisiológicas, deformidade, ou inabilitação do exercício de órgão ou aparelho orgânico, ou, em suma, alguma enfermidade:

Penas - de prisão celular por um a seis anos e multa de 200\$ a 500\$000.

Se resultar a morte: Pena - de prisão celular por seis a vinte e quatro anos ⁵.

Essas medidas tiveram sérias implicações no cenário brasileiro porque na visão dos positivistas as práticas de espiritismo e curandeirismo se inseriam no contexto do estado teológico e assim eram totalmente incompatíveis com a visão científica do estado positivo. Por outro lado, representavam um perigo para uma população envolta em credices e que em nada cooperaria para o desenvolvimento do Brasil. Tais práticas retomavam ainda o passado monárquico e escravista, o que também

contrariava a proposta republicana. Porém esta perspectiva desrespeitava a realidade cultural brasileira na tentativa de acomodar o Brasil a um modelo idealizado pelos brasileiros: Estados Unidos da América do Norte e Europa.

Desde a primeira metade do século XIX, um fenômeno chamava a atenção da população europeia: o das mesas girantes. Nos EUA surgiram notícias de casas assombradas – visão muito comum a americanos e ingleses. Não demorou muito para que pessoas ligadas às burguesias francesa e americana resolvessem estudar esses fenômenos, que chamavam a atenção das massas. Foi assim que na França, por volta de 1865, o pedagogo Hippolyte Léon Denizard Rivail iniciou uma observação desses fenômenos e fundou o espiritismo, ou a doutrina dos espíritos. Esse movimento não demorou a chegar ao Brasil. Em 1883 foi fundada no Rio de Janeiro, então capital do Império, a Federação Espírita Brasileira. Desde então o espiritismo se expandiu no país, aproveitando a “*liberdade religiosa*” da Constituição de 1824, que permitia que os cultos diferentes do católico se reunissem em casas. Naquela época, as práticas espíritas envolviam inclusive elementos da cultura indígena e negra. Porém no início do século XX as desavenças começaram a se multiplicar, especialmente porque os adeptos de Allan Kardec, pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail, não admitiam certas práticas nem personalidades invocadas por muitos dos espíritas, em especial as que se identificavam com os chamados *pretos velhos e caboclos*; também não admitiam oferendas e o uso de velas ou imagens. Isso acabou provocando uma separação e o nascimento da umbanda no Brasil.

Segundo o dicionário da língua portuguesa Houaiss, a palavra umbanda deriva etimologicamente de quimbanda e significa grão-sacerdote; segundo outros autores, a palavra umbanda significa algo como Divina Revelação no antigo alfabeto Vatan ou Devanagari (AUMBAN-DHA, AUMPRAM, etc.). Para estes, a palavra tem origem oriental e sofreu mudanças e adaptações para o idioma português. De qualquer maneira, pode-se perceber que a umbanda é fruto de um sincretismo religioso que uniu o catolicismo, as influências religiosas africanas, orientais e a doutrina espírita codificada por Allan Kardec. A fundação desse movimento religioso — que despontou como uma religião brasileira — é atribuída a Zélio Fernandino de Moraes, que a 15 de novembro de 1908 fundou a umbanda brasileira, em São Gonçalo (RJ).

Assim como outras manifestações indígenas e africanas, esses grupos se espalharam pelo Brasil. Porém alguns, como os candomblés, situavam-se mais no interior e passavam despercebidos pelas autoridades, enquanto outros, como a umbanda e o espiritismo kardecista, eram característicos das áreas urbanas e, portanto foram fortemente perseguidos, com centros e templos fechados e seus seguidores presos. O resultado de tudo isso é que, mesmo depois da abolição da escravidão, as práticas associadas aos negros ainda eram discriminadas e o diferente foi marginalizado em nome de uma cultura positiva, branca e europeia.

3. A RESISTÊNCIA DE TIA CIATA

Uma das resistências a essa proibição concentra-se na figura de Hilária Batista de Almeida, conhecida como tia Ciata, a quem recentemente a Prefeitura do Rio de Janeiro dedicou uma de suas escolas de ensino fundamental localizada na Av. Presidente Vargas no centro da cidade. Essa mulher, nascida em Salvador em 1854, migrou para o Rio de Janeiro aos 22 anos. Tornou-se famosa como uma das “tias baianas” (na maioria ialorixás do candomblé que deixaram Salvador devido às perseguições policiais), negras baianas vindas para o Rio de Janeiro especialmente na última década do século XIX e na primeira do século XX para morar na região que hoje abriga os bairros de Cidade Nova, Catumbi, Gamboa, Santo Cristo e arredores. Depois de um envolvimento com Noberto da Rocha Guimarães, com quem teve uma filha chamada Isabel, separou-se e começou a trabalhar como quituteira na Rua Sete de Setembro, sempre paramentada com suas vestes de baiana. Com o seu trabalho, roupas, colares (guias), pulseiras, turbante e quitutes, Ciata expressava as suas convicções religiosas: o candomblé, religião que se inseria na proibição do espiritismo e por isso era perseguida. Ciata ficou famosa, sendo procurada por pessoas de todas as camadas sociais do Rio Antigo. A Praça Onze era conhecida como Pequena África porque reunia especialmente os negros e suas tradições. Em casa de Tia Ciata se juntava uma freguesia de malandros que faziam música, inspirados no ritmo que ela trouxera para a cidade grande. Entre esses malandros estaria a nata de compositores de samba do início do século XX, como Donga, Sinhô (o Rei do Samba), Pixinguinha, Hilário Jovino Ferreira, João da Baiana, China (irmão de Pixinguinha), Heitor dos Prazeres e tantos outros. Por essa razão Ciata foi apelidada de *Mãe do Samba*⁶.

Quanto à proibição da prática de curandeirismo ressaltada no art. 158, cabe ressaltar que se associa diretamente ao art. 159; esse artigo proibia expor ou pôr à venda substâncias venenosas sem a legítima autorização, dada aos boticários, sob pena de multa, que poderia ir de 200 a 500 mil réis. A questão é que essa proibição desrespeitava uma cultura fundada no uso das plantas para cura, prática muito utilizada por índios e negros e que se popularizara devido ao estado de pobreza da população.

Naquele momento histórico a homeopatia estava chegando ao Brasil⁷ e para a maior parte da população, especialmente os pobres não havia diferença entre a homeopatia e o remédio feito de plantas, mesmo que alguns fossem grandes venenos. Para evitar as confusões havia o Orixá conhecia os segredos das folhas. Ninguém como Ossaim ou Ossanha, o orixá da farmácia conhecia tão bem os remédios.

O mais interessante é que o que foi repudiado no passado, hoje é estudado por farmacêuticos, botânicos, químicos e médicos do mundo inteiro, e que muitas de nossas plantas são patenteadas como medicamento. Mesmo assim, a cultura ia se transformando e essa visão não era compatível com as formas de poder estabelecidas à época.

4. MULHER, VIRGINDADE, PROPRIEDADE, ADULTÉRIO E PROSTITUIÇÃO

Outra questão importante a destacar é a presença do crime de estupro no código de 1890, que na redação do artigo 268, estabeleceu a diferença entre a mulher honesta e a prostituta⁸. Esse artigo estabelecia:

Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: pena – de prisão celular por um a seis anos. § 1º. Se a estuprada for mulher pública ou prostituta: pena – de prisão celular por seis meses a dois anos. § 2º. Se o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será aumentada da quarta parte.

O art. 157 faz ainda referência à cartomancia, prática muito comum no Brasil e no mundo à época, especialmente nos centros urbanos. O interesse das pessoas pelo futuro já se fazia presente nas civilizações da Antigüidade. No Brasil, do final do Império e do início da República, não era diferente, assim como acontece até os nossos dias. A presença da cartomancia era tão marcante que Machado de Assis usa a figura de uma cartomante italiana (imigrante, é claro), como argumento para um

dos seus contos, onde o autor, com a sua poderosa técnica para expressar a psique humana, aborda também a questão do adultério.

No dia seguinte, estando na repartição, recebeu Camilo este bilhete de Vilela: “Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora.” Era mais de meio-dia. Camilo saiu logo; na rua, advertiu que teria sido mais natural chamá-lo ao escritório; por que em casa? Tudo indicava matéria especial, e a letra, fosse realidade ou ilusão, afigurou-se-lhe trêmula. (...) Imaginariamente, viu a ponta da orelha de um drama, Rita subjugada e lacrimosa, Vilela indignado, pegando da pena e escrevendo o bilhete, certo de que ele acudiria, e esperando-o para matá-lo. Camilo estremeceu, tinha medo: depois sorriu amarelo, e em todo caso repugnava-lhe a idéia de recuar, e foi andando. De caminho, lembrou-se de ir a casa; podia achar algum recado de Rita, que lhe explicasse tudo. Não achou nada, nem ninguém. Voltou à rua, e a idéia de estarem descobertos parecia-lhe cada vez mais verossímil; era natural uma denúncia anônima, até da própria pessoa que o ameaçara antes; podia ser que Vilela conhecesse agora tudo. A mesma suspensão das suas visitas, sem motivo aparente, apenas com um pretexto fútil, viria confirmar o resto (...) “Vem já, já, à nossa casa; preciso falar-te sem demora.” Ditas assim, pela voz do outro, tinham um tom de mistério e ameaça. Vem, já, já, para quê? (...) vexado de si mesmo, e seguia, picando o passo, na direção do Largo da Carioca, para entrar num tálburi⁹. Chegou, entrou e mandou seguir a trote largo.

“Quanto antes, melhor, pensou ele; não posso estar assim...”

Mas o mesmo trote do cavalo veio agravar-lhe a comoção. O tempo voava, e ele não tardaria a entestar com o perigo. Quase no fim da Rua da Guarda Velha, o tálburi teve de parar, a rua estava atravancada com uma carroça, que caíra. Camilo, em si mesmo, estimou o obstáculo, e esperou. No fim de cinco minutos, reparou que ao lado, à esquerda, ao pé do tálburi, ficava a casa da cartomante, a quem Rita consultara uma vez, e nunca ele desejou tanto crer na lição das cartas. Olhou, viu as janelas fechadas, quando todas as outras estavam abertas e

pejadas de curiosos do incidente da rua. Dir-se-ia a morada do indiferente Destino. (...) Camilo reclinou-se no tálburi, para não ver nada. A agitação dele era grande, extraordinária, e do fundo das camadas morais emergiam alguns fantasmas de outro tempo, as velhas crenças, as superstições antigas. (...) A casa olhava para ele. As pernas queriam descer e entrar. Camilo achou-se diante de um longo véu opaco... pensou rapidamente no inexplicável de tantas cousas. A voz da mãe repetia-lhe uma porção de casos extraordinários: e a mesma frase do príncipe de Dinamarca reboava-lhe dentro: “Há mais coisas no céu e na terra do que sonha a filosofia...”. Que perdia ele, se...?

Deu por si na calçada, ao pé da porta: disse ao cocheiro que esperasse, e rápido enfiou pelo corredor, e subiu a escada. A luz era pouca, os degraus comidos dos pés, o corrimão pegajoso; mas ele não, viu nem sentiu nada. Trepou e bateu. Não aparecendo ninguém, teve idéia de descer; mas era tarde, a curiosidade fustigava-lhe o sangue, as fontes latejavam-lhe; ele tornou a bater uma, duas, três pancadas. Veio uma mulher; era a cartomante. Camilo disse que ia consultá-la, ela fê-lo entrar. Dali subiram ao sótão, por uma escada ainda pior que a primeira e mais escura. Em cima, havia uma salinha, mal alumada por uma janela, que dava para o telhado dos fundos.

Velhos trastes, paredes sombrias, um ar de pobreza, que antes aumentava do que destruía o prestígio. A cartomante fê-lo sentar diante da mesa, e sentou-se do lado oposto, com as costas para a janela, de maneira que a pouca luz de fora batia em cheio no rosto de Camilo. Abriu uma gaveta e tirou um baralho de cartas compridas e enxovalhadas. Enquanto as baralhava, rapidamente, olhava para ele, não de rosto, mas por baixo dos olhos. Era uma mulher de quarenta anos, italiana, morena e magra, com grandes olhos sonsos e agudos. Voltou três cartas sobre a mesa, e disse-lhe:

— Vejamos primeiro o que é que o traz aqui. O senhor tem um grande susto... Camilo, maravilhado, fez um gesto afirmativo.

— E quer saber, continuou ela, se lhe acontecerá alguma coisa ou não... A mim e a ela, explicou vivamente ele.

A cartomante não sorriu: disse-lhe só que esperasse. Rápido pegou outra vez das cartas e baralhou-as, com os longos dedos finos, de unhas descuradas; baralhou-as bem, transpôs os maços, uma, duas, três vezes; depois começou a estendê-las. Camilo tinha os olhos nela curioso e ansioso.

— As cartas dizem-me...

Camilo inclinou-se para beber uma a uma as palavras. Então ela declarou-lhe que não tivesse medo de nada. Nada aconteceria nem a um nem a outro; ele, o terceiro, ignorava tudo. Não obstante, era indispensável muita cautela: ferviam invejas e despeitos. Falou-lhe do amor que os ligava, da beleza de Rita... Camilo estava deslumbrado. A cartomante acabou, recolheu as cartas e fechou-as na gaveta.

— A senhora restituiu-me a paz ao espírito, disse ele estendendo a mão por cima da mesa e apertando a da cartomante. Esta levantou-se, rindo.

— *Vá, disse ela; vá, ragazzo innamorato...*

E de pé, com o dedo indicador, tocou-lhe na testa. Camilo estremeceu como se fosse a mão da própria sibila¹⁰, e levantou-se também. A cartomante foi à cômoda, sobre a qual estava um prato com passas, tirou um cacho destas, começou a despencá-las e comê-las, mostrando duas fileiras de dentes que desmentiam as unhas. Nessa mesma ação comum, a mulher tinha um ar particular. Camilo, ansioso por sair, não sabia como pagasse; ignorava o preço.

— Passas custam dinheiro, disse ele afinal, tirando a carteira. Quantas quer mandar buscar?

— Pergunte ao seu coração, respondeu ela.

Camilo tirou uma nota de dez mil-réis, e deu-lha. Os olhos da cartomante fuzilaram. O preço usual era dois mil-réis.

— Vejo bem que o senhor gosta muito dela... E faz bem; ela gosta muito do senhor. Vá, vá, tranqüilo. Olhe a escada, é escura; ponha o chapéu...

A cartomante tinha já guardado a nota na algibeira, e descia com ele, falando, com um leve sotaque. Camilo despediu-se dela embaixo, e desceu a escada que levava à rua, enquanto a cartomante, alegre com a paga, tornava acima, cantarolando uma barcarola¹¹. Camilo achou o tálburi esperando; a rua estava livre. Entrou e seguiu a trote largo. Tudo lhe parecia agora melhor, as outras coisas traziam outro aspecto, o céu estava límpido e as caras joviais. Chegou a rir dos seus receios, que chamou pueris; recordou os termos da carta de Vilela e reconheceu que eram íntimos e familiares. Onde é que ele lhe descobrira a ameaça? Advertiu também que eram urgentes, e que fizera mal em demorar-se tanto; podia ser algum negócio grave e gravíssimo.

— Vamos, vamos depressa, repetia ele ao cocheiro.¹²

O Título VIII do Código Penal de 1890 refere-se aos *crimes contra a segurança, a honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor*. Logo no capítulo I, os artigos 266 a 269 referem-se à violência carnal e destacam o estupro, com uma diferença estabelecida entre a mulher honesta e a desonesta. Assim, apesar de criminalizado, o estupro, se praticado contra uma prostituta, era considerado um mal menor, e assim a pena também seria menor. Na redação do artigo 215, do atual Código Penal (de 1940), até 2005 ainda estava presente a expressão “mulher honesta” e a redação não diferia muito da do artigo 268 de 1890: *Ter conjunção carnal com mulher honesta mediante fraude*. O artigo 215 complementa o 213, no que se refere ao estupro, tratado como *conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça*, donde se observa que mudou a redação, porém o sentido continuava o mesmo. A retirada da expressão “mulher honesta” foi um grande avanço porque na antiga redação o sujeito ativo do crime só podia ser o homem, e somente a *mulher honesta* estaria sujeita a ser vítima

de tal ilícito penal; isso agora foi corrigido, pois a partir da nova redação, *qualquer mulher*, cidadã independentemente de quem seja, poderá ser vítima e sujeito passivo.

No capítulo II, os art. 270 a 276 tratam do rapto, entendido como retirar de casa uma mulher para com ela se casar ou unir-se sexualmente, sem consentimento do pai, ou seja, ferindo o pátrio poder. Esses artigos referendam uma prática rotineira em algumas famílias, a de contratar o casamento das filhas, assim ensejando fugas de filhas para se casarem com os seus apaixonados e não com os noivos contratados pelos pais. Algumas obedeciam e, infelizes no casamento, deixavam os lares para viver com outros homens ou seguir um destino diferente, como aconteceu com Chiquinha Gonzaga. Porém, o direito de queixa privada prescrevia transcorridos seis meses da ocorrência do crime (art. 275). Ocorrendo a queixa e preso o “raptor”, este poderia ser submetido a uma pena de dois a doze anos de prisão (art. 271) e ainda ser obrigado a pagar dote, em caso de defloração (art. 276). Não devia ser excluída a inclusão do crime de estupro para aquele que fosse preso por rapto, se comprovada a desaprovação da raptada, ou seja, se ela não tivesse cooperado ou assentido.

A sociedade brasileira estava em processo de transformação. Os centros urbanos começavam a inchar e a receber cada vez mais pessoas.

No Rio de Janeiro o passado imperial e a República conviviam no cotidiano das pessoas. Com eles as necessidades e os costumes. Para uma moça, o ideal era estar em casa, ser cortejada pelo namorado, noivar e casar, enquanto o homem era responsável pelo sustento da casa, pois pelo casamento ele se tornava representante legal da família na administração dos bens comuns, fixava domicílio, ou seja, o endereço era seu e também dos seus filhos e da sua esposa: a casa do Sr...e família; o homem podia autorizar a profissão da mulher e dirigir a educação dos filhos e ele dava à mulher o direito de usar o seu nome.¹³ Na verdade, a mulher passava da tutela dos pais para a tutela do marido e depois para a tutela dos filhos.¹⁴

Se no final do século XIX e início do século XX algumas mulheres como Francisca Edwiges Neves Gonzaga desafiaram os padrões de suas épocas, isso não foi regra e mesmo com a vigência do Código Civil de 1916 (o primeiro da nossa história), a legislação mantinha ainda a mesma estrutura. Naquela sociedade o divórcio estava previsto pela lei que instituiu o casamento civil (Arts. 80-92 do Decreto 181 de 24 de janeiro

de 1890) e sua ocorrência tinha como motivos o adultério, o abandono de domicílio, sevícia (maus tratos) e o mútuo consentimento.

De acordo com o art. 279 do Código Penal de 1890, a acusação de adultério deveria partir de um dos cônjuges, porém, a denúncia só afetava o corréu se efetuado o flagrante delito, ou se existissem documentos escritos que comprovassem o crime de adultério e a condição de corréu, o que nem sempre era possível, especialmente se a denunciante fosse a esposa. Assim sendo, o adultério deixava de ser motivo para o divórcio se a mulher tivesse sido violentada ou se de alguma maneira o marido tivesse favorecido ou concorrido para a ocorrência do adultério; estas últimas questões eram difíceis de serem provadas e perpetuaram por muito tempo a nossa história penal nos casos de adultério cuja *honra masculina* era lavada com sangue.

Por trás e no esteio da criminalização do adultério estava a garantia do pátrio poder e a defesa da propriedade privada, inclusive evitando a existência de herdeiros bastardos. Enquanto o Código Penal defendia a propriedade privada com a afirmação do pátrio poder e com a criminalização do adultério, este tema aguçava a mente dos escritores, especialmente no século XIX e início do século XX: a Emma Bovary de Gustave Flaubert scandalizou a sociedade e o próprio Machado de Assis criou um enigma ainda hoje não resolvido sobre o possível adultério de Capitu, na obra *Dom Casmurro*.¹⁵

Mesmo diante do exposto, na sociedade urbanizada, com a presença do imigrante e frente às necessidades econômicas impostas às famílias, a mulher precisava trabalhar e com seus turnos de trabalho, as fábricas começavam a povoar o universo urbano. Na Idade Média era o sino do mosteiro, depois o da *comuni* que norteava o tempo no campo e depois na cidade, o tempo da Igreja e do Mercador, como demonstrou Jacques Le Goff¹⁶; nos centros urbanos do final do século XIX e início do século XX era a sirene ou apito das fábricas que controlava a vida dos trabalhadores dos centros urbanos. Em torno dessas fábricas foram surgindo as vilas operárias; as caldeiras tocavam de hora em hora e anunciavam a rotina do trabalhador pela manhã, à tarde e noite adentro. A sirene ou apito da fábrica anunciava o momento em que o trabalhador devia entrar ou sair do trabalho e também indicava o momento em que o malandro saía para a boemia e dela voltava, muitas vezes para trabalhar.

Nos anos 30, mesmo sendo dia, a música *Três apitos* de Noel Rosa expõe essa rotina:

“Quando o apito da fábrica de tecidos/ Vem ferir os meus ouvidos/
Eu me lembro de você.../ Você que atende ao apito/ De uma chaminé
de barro/ Por que não atende ao grito tão aflito/ Da buzina do meu
carro?.../ Você no inverno/ Sem meias vai pro trabalho/ Não faz fé
com agasalho/ Nem no frio você crê.../ Quando a fábrica apita/ Faz
reclame de você/ Nos meus olhos você lê/ Que eu sofro cruelmente/
Com ciúmes do gerente/ Impertinente/ Que dá ordens a você/ Sou do
sereno poeta muito soturno/ Vou virar guarda noturno.../ Que enquanto
você faz pano/ Faço junto do piano/ Estes versos prá você¹⁷”.

A rotina da mulher que trabalha, da cidade que aparece no samba de Noel Rosa e ainda a própria música foram frutos de uma controvérsia; apesar de ter sido composta para uma namorada de Noel que trabalhava na fábrica de botões do Andaraí, ele se refere à fábrica de tecidos, e outra moça foi identificada como a musa da música pois trabalhava na fábrica de tecidos do Boulevard 28 de setembro. Ser reconhecida como a musa do boêmio Noel, só lhe trouxe problemas na fábrica e na sua família. Por conta disso a música foi gravada apenas em 1951, por Aracy de Almeida, quando os fatos já estavam esquecidos¹⁸.

Voltando ao Código Penal de 1890, em uma sociedade de trabalhadores, malandros, pobres, miseráveis e em processo de urbanização, o Capítulo III do código de 1890, nos seus artigos 277 e 278, é dedicado à criminalização da prostituição, embora esta estivesse presente em todos os antigos centros urbanos brasileiros, e que políticos e coronéis não só freqüentassem casas de favores mas também mantivessem meninas e mulheres para satisfazer-lhes os instintos sexuais fora do lar, onde ficava a “mulher honesta”. Mesmo assim, o art. 277 condena “*excitar, favorecer ou facilitar a prostituição de alguém ou satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem*”. E a tentativa moralizante do código ainda se estendia ao marido, com a possibilidade de perda do poder marital. Mas para tanto a esposa tinha três meses para registrar a queixa, e sabe-se que isso não acontecia.

No começo do século XX, tanto em São Paulo, quanto no Rio de Janeiro, durante as reformas destas capitais (uma a do Café e a outra a da República), muitas pessoas foram expulsas de residências populares, como as prostitutas, que de suas casas, muitas vezes obscuras, antigos sobrados caiados, ganhariam as ruas¹⁹.

5. TAVOLAGEM E JOGOS DE AZAR

Havia ainda a punição para a prática de jogos de azar e neste caso a legislação definiu:

Art. 369. Ter casa de tavolagem, onde habitualmente se reúnam pessoas, embora não paguem entrada, para jogar jogos de azar, ou estabelece-los em lugar frequentado pelo publico:

Penas - de prisão celular por um a três meses; de perda para a fazenda publica de todos os aparelhos e instrumentos de jogo, dos utensílios, móveis e decoração da sala do jogo, e multa de 200\$ a 500\$000²⁰.

Paragrafo único. Incurrerão na pena de multa de 50\$ a 100\$ os indivíduos que forem achados jogando.

Seguindo ainda esta linha de pensamento, vamos encontrar a penalização daquele que induzisse ao suicídio (art. 299).

A tavolagem, os jogos de azar e as corridas de cavalos motivaram a falência de grandes fortunas. Para os que se viam assim endividados, o suicídio era tido como solução e às vezes incentivado por uma falsa moral. Contudo, não se pode ignorar uma associação entre estas duas formas de crime previstas no Código Penal de 1890.

Mesmo assim, o século XIX assistiu o nascimento do jogo do bicho em momento de grande especulação financeira desencadeada pelo encilhamento de Rui Barbosa.

Jogo, malandragem, prostituição, adultério, boemia, capoeira, samba, maxixe, espiritismo, cartomancia são componentes que se combinaram especialmente a partir das transformações urbanas no Rio de Janeiro do início do século XX. Se a legislação proibia, a resistência criou espaços para sobrevivência.

No início do século XX, o cenário do Rio de Janeiro era marcado por conflitos. De um lado a febre amarela, a varíola e outras doenças que assolavam a cidade e de outro o acúmulo populacional em cortiços e sobrados do centro da cidade destoavam dos anseios de uma elite da capital da República que enriquecia com o comércio, com o café e se inspirava na sociedade francesa. O bonde cruzava o centro da cidade e Olavo Bilac o exaltou chamando-o de *grande apóstolo do socialismo*, porque,

na sua visão, dentro do bonde não havia diferenças entre pobres e ricos e nem preconceitos.

“Tu és um grande apóstolo do Socialismo, ó bonde modesto! tu destruístes os preconceitos de raça e de cor, tu baralhaste na mesma expansão de vida o orgulho dos fortes e a humildade dos fracos, as ambições e os desinteresses, a beleza e a fealdade, a saúde e a invalidez...”²¹

Na verdade, se o bonde conduzia pobres e ricos e pessoas de etnias diferentes, havia diferentes motivos, pois enquanto o pobre cruzava a cidade para trabalhar, o rico utilizava o bonde para o trabalho, mas, principalmente para o *footing* no Passeio Público ou para o chá na Colombo.

Depois da reforma de Pereira Passos, os “bestializados” foram expulsos dos casarões e sobrados do centro do Rio de Janeiro. Nasceu a Avenida Central, a Uruguaiana, as ruas foram alargadas, a cidade embelezada. Naquele momento, enquanto os ricos se dirigiam ao Teatro Municipal, frequentavam a Colombo e participavam de bailes e festas, os pobres iam para a Lapa que, aos poucos, foi se transformando no espaço da boemia e da malandragem.

Havia polícia, mas essa fechava os olhos. Na Lapa era permitido jogar, ler a sorte, encontrar uma paixão ou somente sedução. Havia conhecedores de magia, samba, maxixe, cerveja, cachaça, negros, mulatos, mestiços, brancos pobres e ricos.

“A castração política da cidade e sua transformação em vitrina, esta última efetivada nas reformas de Rodrigues Alves e na grande exposição nacional de 1908, inviabilizaram a incorporação do povo na vida política e cultural. Porque o povo não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara.

Na República que não era, a cidade não tinha cidadãos. (...) Impedida de ser república, a cidade mantinha suas repúblicas, seus nódulos de participação social, nos bairros, nas associações, nas irmandades, nos grupos étnicos, nas igrejas, nas festas religiosas e profanas e mesmo nos cortiços e nas maltas de capoeiras.”²²

As transformações pelas quais passou a cidade eram fruto de um conjunto muito mais amplo, a construção da República.

Quando da proclamação da República o povo sequer sabia o que era essa forma de governo. Essa mesma população ao tomar conhecimento da expulsão da família real sentiu-se apiedada do imperador e da maneira como ele foi retirado do poder e do Brasil.

Diferente da Europa e Estados Unidos da América que eram os modelos da burguesia do Rio de Janeiro e da República, nossa população era formada por negros recém libertados, mulatos, mestiços e brancos pobres. A grande maioria eram os chamados iletrados, ou seja, 85,21% da população. Seu jeito de vestir, comer, pensar, amar, rezar, trabalhar, morar, era diferente também e assim não se adequava aos modelos afrancesados que o liberalismo positivista republicano implantou.

Excluído da sociedade republicana idealizada a população organizou espaços de vida e convivência onde não era excluída e nem marginalizada. Nesses espaços essa população passou a resignificar o mundo e assim se estabelecia um universo diverso daquele proposto do outro lado da cidade onde estavam aqueles que repudiavam o samba, o maxixe, as rezas, as bênçãos, os jogos, a malandragem, a capoeira e onde o amor não era pecado.

O imaginário popular costuma produzir os seus ícones e os seus heróis. Em um bairro boêmio como a Lapa eles são geralmente anti-heróis do mundo convencional. Foi o caso de Madame Satã e de Zé Pelintra.

A exclusão, a marginalização do homem e da mulher no espaço urbano do Rio de Janeiro, o desrespeito da legislação à cultura popular e a existência uma cidade incompatível com aqueles que a habitavam, ou nas palavras de José Murilo de Carvalho, *sem a cara de sua população*, impôs ações de resistência e consequentemente a dar novos significados para o cotidiano.

A situação de marginalidade social a qual homens e mulheres estavam submetidos estabeleceu a representação mental de um comportamento, de uma situação na qual como forma de reagir ao processo opressor daquela cultura e legislação liberal positivista, os valores, a moral, o costume é repensado dentro do conjunto, do grupo social e surgiram espaços, zonas, territórios que pervertiam o cotidiano burguês.²³

Neste processo de construção de um imaginário coletivo a prostituta é dama, é a mulher sofrida que na noite é rainha. Já o bandido e o malandro se torna herói.

O herói e a rainha da noite são divinizados e seus atributos, valores e qualidades são determinados pelo grupo social.²⁴ No seu novo significado desponta somente a ideia de que aquela sociedade opressora fez o bandido e prostituta, mas ele ou ela não é mau, ao contrário ajuda, protege e guarda aquele que é seu amigo.

Ao ressignificar o cotidiano como forma de resistir à exclusão e à marginalização o mágico e o real se unem. O mito, o herói, o deus, o santo e o demônio ganham novas roupagens, novos significados. Assim é Zé Pelintra, o malandro e herói da Lapa.

São muitas as histórias contadas sobre a figura de Zé Pelintra. Segundo Zaydan Alkmin, José Gomes da Silva nasceu em Recife onde se iniciou na malandragem. A sua rotina era bebida, jogatina, mulheres e capoeira e assim granjeou a estima e a simpatia dos malandros e das prostitutas da cidade. Alguns relatos dizem que morreu durante uma viagem para a Bahia no vapor Barão de Itanhaém, outros, que ele veio com sua família para o Rio de Janeiro e viveu como boêmio, tornando-se mestre do catimbó. Diz ainda a tradição oral que ninguém o vencia na capoeira e que ele morreu durante uma luta ou numa emboscada. Sua lenda aparece na literatura de cordel e são inúmeros os textos que contam os feitos desse malandro²⁵.

Zeca Ligiero na obra *O malandro divino* diz-nos que Zé Pelintra migrou de Recife para o Rio de Janeiro e viveu nas primeiras três décadas do século XX entre a região portuária, Gamboa, Estácio e Lapa. Na mesma obra ele faz referência à estada de Walt Disney no Rio de Janeiro em 1940, à visita do desenhista à Portela na mesma época; e diante de importantes personagens como Cartola, Paulo da Portela e Heitor dos Prazeres foi criado o personagem Zé Carioca, inspirado em Paulo da Portela, mas que para alguns é a representação de Disney para Zé Pelintra²⁶.

Diante da dificuldade e da dor o homem busca resistir. Ao resistir esse mesmo homem cria representações que são a expressão do seu cotidiano. Zé Pelintra é uma dessas expressões. De contraventor ele se torna o herói de uma população que necessita de alguém que a defenda, que a proteja contra uma legislação que não a contemplou, que não respeitou a sua cultura e que se tornou exclusiva e não inclusiva. Hoje, com o revigoramento do centro do Rio de Janeiro e o renascimento da Lapa, a figura de Zé Pelintra renasce como símbolo da Lapa e da boemia histórica.

NOTAS:

- ¹ COMTE, Augusto. *Discurso sobre o Espírito Positivo*. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores, www.jahr.org, em 06.01.2005.
- ² LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História. Lições Introdutórias*. São Paulo: Max Lemonad, 2002, p. 380.
- ³ REMOND, René. History and Law. Extraído de <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/0703-REMOND-EN.pdf> em Novembro/2009, p.1.
- ⁴ Ibid.
- ⁵ Extraído da Biblioteca virtual do Senado Federal Brasileiro. www6.senado.gov.br/?id66049, em 15.05.2008.
- ⁶ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983, pp. 96-110.
- ⁷ A Homeopatia na Brasil foi introduzida por um discípulo francês de Hahnemann, Benoit -Jules Mure, que aqui chegou em 1840. Seu primeiro discípulo no Brasil foi o médico português João Vicente Martins que propaga a Homeopatia no norte e nordeste do Brasil. O Dr. Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti praticou a medicina homeopática no Rio de Janeiro do século XIX.
- ⁸ A Lei 11.106/2005 retirou do artigo 215 do Código Penal Brasileiro a expressão “mulher honesta”.
- ⁹ Carro de duas rodas e dois assentos, com capota e sem boléia, puxado por um só animal.
- ¹⁰ Entre os antigos, mulher a quem se atribuíam o dom da profecia e o conhecimento do futuro.
- ¹¹ Canção de gondoleiros venezianos em compasso binário composto.
- ¹² MACHADO DE ASSIS, *A Cartomante*. www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000257.pdf. Extraído em 21.9.2008.
- ¹³ BONAVIDES, Paulo et AMARAL, Roberto. Instituição do Casamento Civil No. Decreto 181 (24 Janeiro 1890), in: *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, Edição Eletrônica, p. 197, 199, 168-169.
- ¹⁴ ANGELOZZI, Gilberto. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2009, pp.131-134.
- ¹⁵ ANGELOZZI, Gilberto. Op. Cit. p.116.
- ¹⁶ LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp.43-73.
- ¹⁷ Extraído de <http://letras.terra.com.br/noel-rosa-musicas/299248/> em 31.01.2011.
- ¹⁸ Citado por Dárcio Fragoso em http://www.paixaoeromance.com/30decada/tres_apitos, a partir de Jacy Pacheco. Noel Rosa e sua época. Rio de Janeiro: G.A. Penha Editora, 1955.
- ¹⁹ NOVAIS, Fernando A. *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 179.
- ²⁰ A moeda da época era o Mil Réis.
- ²¹ Extraído de <http://webcache.googleusercontent.com> em 1.2.2011.
- ²² CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 162-163.
- ²³ LAPLANTINE, François et TRINDADE, Liana. O que é imaginário. São Paulo: Brasiliense, 1996, pp. 37-39.
- ²⁴ Ibid.
- ²⁵ ALKMIN, Zaidan. *Zé Pilintra, dono da noite, rei da magia*. Rio de Janeiro: Pallas, 2008, pp. 21-31.
- ²⁶ LIGIÉRO, Zeca. *Malandro divino*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004, pp. 108-109.

RESUMEN:

La República en Brasil nació bajo los auspicios de positivismo. Fue el pensamiento de Augusto Comte, adaptado a la modelo brasileña que guió el movimiento republicano y la organización del sistema político y jurídico, implantado en Brasil. En vista de los militares, los republicanos y positivista brasileños en General, la monarquía en Brasil fue clasificada como metafísico, especialmente por algunos elementos presentes en la Constitución de 1824, tales como: el hecho de que el emperador sea una figura considerada sagrado; la Unión entre la Iglesia y el Estado; y el ejercicio de la Presidencia del poder por figura sagrada del emperador, entre otros temas. Esta situación era incompatible con el tiempo nuevo de la vida política brasileña.

Palabra-clave: Cultura urbana – Código penal – Positivismo.

ABSTRACT:

The Republic was born in Brazil under the aegis of positivism. It was the thought of Auguste Comte, adapted to the Brazilian model, who guided the republican movement and the organization of political and legal system established in Brazil. In the point of view of the militaries, the Republicans and the Brazilian positivists in general, the monarchy in Brazil was ranked in the Metaphysical State, especially by some elements in the 1824 Constitution, such as the fact that the emperor was considered a sacred figure, the union between Church and State, and the exercise of the moderator power by the sacred figure of the emperor, among other issues. Such a situation was incompatible with the new moment of Brazilian political life.

Keywords: Urban Culture – Positivism – Penal Code.

Imaginário e representações. Vargas e a modernização do Brasil

Elizabeth Nazareth

RESUMO:

No Brasil, o processo de modernização exigiu mudanças sócio-políticas significativas que alteraram a sociedade agrária que predominava na República sob o poder das oligarquias rurais. Simon Schwartzman¹, afirmou que o Brasil era um país antigo que a Revolução de 30 transformou, quando Getúlio Vargas assumiu o poder e impôs um novo paradigma político. Vargas aliou-se ao capital norte-americano para incrementar a industrialização. Recebeu o apoio popular devido ao descontentamento social com os governos das oligarquias anteriores. Com Vargas a Nação conheceu novidades, especialmente as classes populares, com os direitos trabalhistas que atendiam à expectativa de melhores condições sociais. A face populista do Estado Novo foi marcada pelas práticas paternalistas.

Palavras – Chaves: Governo Vargas - Modernização - representações.

No Brasil, o processo de modernização exigiu mudanças sócio-políticas significativas que alteraram a sociedade agrária que predominava na República sob o poder das oligarquias rurais. Simon Schwartzman¹, afirmou que o Brasil era um país antigo que a Revolução de 30 transformou, quando Getúlio Vargas assumiu o poder e impôs um novo paradigma político. Vargas aliou-se ao capital norte-americano para incrementar a industrialização. Recebeu o apoio popular devido ao descontentamento social com os governos das oligarquias anteriores.

Com Vargas a Nação conheceu novidades, especialmente as classes populares, com os direitos trabalhistas que atendiam à expectativa de melhores condições sociais. A face populista do Estado Novo foi marcada pelas práticas paternalistas

Schwartzman observou que o Estado político, no sentido antigo do termo, constituía uma entidade amorfa, que aos poucos foi perdendo seu valor e significação². O esforço do novo governo voltou-se para a criação de organismos onde as questões de alguma relevância passaram a ser consideradas do ponto de vista técnico.

As alterações apresentadas que justificaram o trabalhismo podem ser constatadas pelos decretos de Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho, que para disciplinar a organização sindical, guiou-se pelo positivismo Comtiniano. Segundo Lindolfo Collor, o progresso e a ordem eram fundamentais. E, citando Comte, escreveu:

“Guiados por essa doutrina, nós saímos fatalmente do empirismo individualista, desordenado e estéril, que começou a bater em retirada há quase meio século, para ingressarmos no mundo da cooperação social, em que as classes interdependem uma das outras e em que a idéia de progresso está subordinada à noção fundamental da ordem³”.

Vargas significava progresso e o imaginário popular construiu a representação de seu governo como passado e futuro da Nação. Ao prometer a modernização do país e ao iniciá-la precisou aperfeiçoar os mecanismos políticos lançando novas bases administrativas. Schwartzman criticou essas reformas e as considerou fracas, dependentes e controladas “a nova organização governamental deveria apresentar as características de um patrimônio a ser explorado⁴”.

A Era Vargas notabilizou-se pela forma autoritária, como ele governou o país. Segundo Schwartzman, o governo Vargas consistiu num fantasma, uma assombração tão presente que estava sempre se reatualizando e explicou:

“Historicamente a sociedade civil brasileira tem sido incapaz de criar um sistema político em condições de se contrapor efetivamente ao peso avassalador do poder centra.⁵”.

SOCIEDADE DE CONTROLE E DISCIPLINAR: VARGUISMO

A Era Vargas pode ser entendida, como a fase de uma “sociedade disciplinar”, segundo Gilles Deleuze e Michael Hardt, ou “espaço de controle” conforme Michel Foucault, ao conceituar o “*panoptismo*”⁶.

Para desenvolvermos o significado da construção do Prédio da Central do Brasil, nesse período, selecionamos os conceitos desses autores. Através delas podemos analisar a filosofia que levou o governo a construir aquele Prédio, para abrigar órgãos administrativos do Estado. E também objeto de nossa análise, assinalar as características arquitetônicas do edifício e a sua finalidade política especialmente como símbolo de um governo forte e autoritário como foi o de Getúlio Vargas, na década de 1930.

ESPAÇOS EMBLEMÁTICOS :PRÉDIO DA CENTRAL DO BRASIL

“As sociedade de controle estão substituindo as sociedades disciplinares” explicou Deleuze⁷.

Deleuze, analisou “que o início de novas liberdades, passam também a integrar mecanismos de controle, que rivalizam com os mais duros confinamentos”, mas que passam despercebidos pela sociedade e conclui que não se deve “temer ou esperar, mas buscar novas armas”⁸. Para o autor, os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente.

Em suas considerações Deleuze explicou que “nas sociedades disciplinares não se para de recomençar e nas sociedades de controle nunca se termina nada”⁹

A complexidade da análise de Deleuze sobre a sociedade de controle nos permitiu compreender as formas implícitas do poder estabelecido pelo Estado para forjar formas de “liberdade aparente”, mas vigiadas sem serem percebidas.

A formação da sociedade disciplinar está ligada a um certo número de amplos processos históricos no interior dos quais ela tem lugar: econômico, jurídico-político, científico, isto é, as disciplinas são técnicas que asseguram a ordenação das multiplicidades humanas. O que é próprio das disciplinas, é que elas tentam definir em relação às multiplicidades uma tática de poder que possui três critérios: tornar o exercício do poder o menos custoso possível; fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso e ligar enfim esse crescimento “econômico” do poder e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce, fazendo crescer a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema.

Assim como Deleuze, encontramos Hardt¹⁰, quando se referiu à passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle, observa os efeitos que o desmoronamento dos muros, que definiam as instituições causam aos espaços públicos. Para ele trata-se, como “de um elemento de mudança geral na maneira pela qual o poder marca o espaço na passagem da modernidade à pós-modernidade”¹¹. Esse enfoque esclarece algumas dificuldades que percebemos no entendimento dessa passagem de uma sociedade disciplinar para a sociedade de controle.

Apoiado em Foucault, Deleuze enfatizou que as sociedades disciplinares atingiram o seu apogeu no séc. XX, “elas procedem à organização dos grandes meios de confinamentos¹²”. Por esse motivo, acreditamos que os aportes teóricos daqueles autores são significativos para nosso trabalho.

PANOPTISMO – CONTROLE E PODER

A visão foucautiana ampliou a compreensão sobre o projeto desenvolvido para a construção do Prédio, especialmente quando estabeleceu uma relação de valores que o poder assumiu no decorrer do século XVIII; ordenando tempo, isto é, programando atos, subdividindo o tempo; repartindo espaço, tal como enclausurar, esquadrihar, por em série; e compor no espaço-tempo¹³.

Os projetos dos arquitetos contratados por Vargas enquadraram-se nessa nova visão, introduziram novos conceitos nos projetos solicitados pelo governo, destacando –se a *Art-Déco*.

A *Art-Déco* marcou uma tendência artística no Brasil, particularmente, na década de 1930. Tornou-se a referência da modernização e nacionalismo do governo Vargas. Constituiu o fim dos estilos decorativos, e o início de uma ideologia que valorizava a cultura brasileira, com a utilização das inovações tecnológicas e que usufruía da industrialização¹⁴.

O Prédio foi construído e se constituiu como obra monumental ao longo de sua construção, foi objeto de lutas técnicas e simbólicas ao longo de sua trajetória, modificando a sua funcionalidade de acordo com as administrações que ali se instalaram, especialmente a EFCB. Desde 1936, início da construção já apontava “à imagem simbólica do poder”¹⁵. Sua construção não se fez ao acaso. Havia uma intencionalidade que se expressou no debate sobre sua construção, conforme estudo de Thomas Kuhn sobre as alterações das concepções ou visões de mundo.

O Prédio da Central do Brasil, um espaço fechado, recortado, vigiado em todos os pontos, onde os menores movimentos dos indivíduos são controlados, registrados, onde o poder é exercido sem divisão, onde cada indivíduo é constantemente localizado. Esses aspectos constituem modelos compactos dos dispositivos disciplinares. Através da disciplina o poder se estabelece.

Foucault usou como exemplo uma cidade invadida pela peste. A peste, como forma real e ao mesmo tempo, imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político. Atrás dos dispositivos

disciplinares se lê o terror dos “contágios” da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem¹⁶. Se a lepra suscitou modelos de exclusão que deram até um certo ponto o modelo e como que a forma geral do grande Fechamento, já a peste suscitou esquemas disciplinares. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro. O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura, o outro, o de uma sociedade disciplinar. Maneiras de exercer poder sobre os homens e de desmanchar suas perigosas misturas.

A vigilância feita pelo olhar, pela documentação, é a utopia da cidade perfeitamente governada. Para fazer funcionar segundo a teoria os direitos e as leis, os juristas se punham imaginariamente no estado de natureza; para ver funcionar suas disciplinas perfeitas, os governantes sonhavam com o estado de peste, que no fundo era o esquema disciplinar.

O Panóptico, projeto apresentado por Jeremy Bentham, consistia na construção de uma prisão inglesa que não chegou a ser efetuado. Seria uma torre central rodeada pelas celas dos presidiários. Desta torre teria-se uma visão completa de todo o presídio através de venezianas que impediriam a visão do interior da torre pelos presidiários. Assim os presos teriam a sensação de estarem sob observação durante todo o tempo. Foucault fundamentou-se em Bentham para traçar uma figura arquitetural de vigilância. O dispositivo panóptico organizou unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Permite evitar massas compactas fervilhantes. O efeito mais importante do Panóptico é induzir no “detento” um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder¹⁷.

O Panóptico é uma máquina de dissociar, se é totalmente visto, sem nunca ver. Na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto. O Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos, encontramos no programa a preocupação análoga da observação individualizante, da caracterização e da classificação.

O Panóptico consiste num local privilegiado para tornar possível a experiência com homens e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles¹⁸. O funcionamento do panóptico assemelha-se a um laboratório de poder. Pode se exemplificar como uma cidade pestilenta, estabelecimento panóptico, as diferenças são

importantes, elas marcam com um século e meio de distância, as transformações do programa disciplinar. Em cada uma delas permite aperfeiçoar o exercício do poder.

O esquema panótico, sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação tornar-se aí uma função generalizada. A cidade pestilenta dava um modelo disciplinar excepcional: perfeito mas absolutamente violento; à doença que trazia a morte, o poder opunha sua perpétua ameaça de morte; a vida nela se reduzia a sua expressão mais simples. O Panóptico, ao contrário, tem um papel de amplificação; se organiza o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais fortes as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública, fazer crescer e multiplicar¹⁹.

Foucault explica que a “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, ela é uma tecnologia, que pode ficar a cargo seja de instituições “especializadas”, seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado, encontrando nela maneiras de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder, da mesma forma que Hardt enfatizou.

O novo projeto do Prédio da Central do Brasil, pensado por Vargas, estava intimamente relacionado com o lugar que ocupava e o novo modelo social implantado pelo governo. Tornou-se um símbolo de alta representatividade para a população carioca, que com ele se identificou.

O Prédio tornou-se um fragmento da paisagem urbana. O hábito de visualizá-lo perfilado ao longo do grande vazio, de perto ou de longe, parado ou em movimento, à noite ou a luz do sol, está presente no imaginário coletivo do carioca até os dias atuais. O espaço interno do Prédio, é grandioso e atendeu aos anseios de seus arquitetos, a arte dominante na época a *Art-Déco*. Os interiores do pavimento térreo são amplos e neles localizam-se os “Espaços Públicos” destinados à numerosa população que ali aflui todos os dias, chegando e partindo, ou mesmo trabalhando em suas repartições burocráticas. Nos pavimentos da torre, principal elemento arquitetônico do edifício, vislumbra-se uma visão panorâmica da cidade, permitindo a integração do Espaço Interno e Espaço Externo.

A Central do Brasil não é um lugar de permanência, mas ponto de passagem e circulação obrigatória para milhares de cariocas. Permanecem na memória coletiva da população do Rio de Janeiro momentos e acontecimentos que fizeram da Central do Brasil parte do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

A reconstrução da trajetória da memória coletiva do Rio de Janeiro destacando a “imagem simbólica” do Prédio da Central do Brasil, identificamos aquele edifício como um *lugar de memória*²⁰, e especialmente a relação entre o público e o privado, segundo Michael Hardt.

Para Nora os espaços públicos da sociedade moderna, que constituíam o “lugar da vida pública liberal, tendem a desaparecer no mundo pós-moderno”. O Prédio da Central do Brasil insere-se nessa perspectiva, pois “o indivíduo moderno que está em casa, em seus espaços privados, considera o público como o seu fora”. Já Hardt trata em sua análise que o “fora é o lugar próprio da política, em que a ação do indivíduo fica exposta ao olhar dos outros e em que ela procura ser reconhecida”²¹.

No Prédio, esses fatos concretizaram-se, devido ao grande número de lojas, lanchonetes e até ambulantes, que circulam internamente vendendo suas mercadorias.

Os propósitos políticos de Vargas foram alcançados, pois o Prédio da Central do Brasil tornou-se de fato sede de um órgão de controle da sociedade disciplinar, imposta pelo autoritarismo do governo, pois justamente a “passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle se caracteriza pelo desmoronamento dos muros que definem as instituições”²², consequentemente as distinções entre “o dentro e o fora” tendem a diminuir.

Segundo Hardt “trata-se, efetivamente, de um elemento de mudança geral na maneira pela qual o poder marca o espaço, na passagem da modernidade à pós-modernidade”, onde a liberdade parece real, mas no entanto está sob controle. Deleuze nos diz que “são as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares”²³.

Para Giulio Carlo Argan “uma cidade é estruturada a partir dos mecanismos de ocupação e uso do solo através da arquitetura, da vontade política dos governantes e do simbolismo que se transmite aos habitantes pelas suas formas”²⁴. O espaço público da cidade, delimitado e integrado pela arquitetura, encerra em geral um sentido que deve ser interpretado pelo historiador.

Dessa forma o espaço público do Prédio da Central do Brasil, no contexto do Rio de Janeiro, pode ser considerado como resultante de

organizações espaciais decorrentes da formação de centros polarizadores para sucessivos períodos político-administrativos, nos quais diferentes marcos arquiteturais corresponderam às diferentes instâncias do poder.

DESORDEM ESPACIAL: ENTORNO DO *PANOPTISMO*

O Prédio da Central do Brasil, localiza-se num entroncamento metro-rodo-ferroviário de grande importância para a cidade, onde diariamente milhares de pessoas circulam pela região. É o principal pólo de ligação do Rio de Janeiro com a periferia do Município.

No Morro da Providência, que fica atrás da Central surgiu a segunda favela da cidade, em 1897, com a ocupação do Morro pelos soldados da Campanha de Canudos e que ao retornarem não tinham onde morar. Nessa época ele se chamava Morro da Favela, que era o nome de um lugar próximo de Canudos, onde os soldados ficaram. O nome com o tempo foi generalizado para todos os locais que apresentavam o mesmo tipo de ocupação, fazendo nascer as favelas, que depois viriam a ocupar grande parte dos morros da cidade.

No Morro do Livramento, o Cabeça de Porco, era um vasto cortiço situado próximo a estação da Estrada de Ferro Central do Brasil. Seu nome se deve a forma característica da entrada do cortiço: um grande portal em arcada ornamentado com a figura de uma cabeça de porco. As informações sobre o Cabeça de Porco são contraditórias, pois algumas se fizeram lendárias, como a informação de que o cortiço chegou a ser habitado por 4000 pessoas. Esse “labirinto arquitetônico” se estendia da rua Barão de São Félix até a pedreira dos Cajueiros. Era voz corrente entre a população, que o proprietário do Cabeça de Porco seria o Conde d’Eu, no entanto, a documentação existente, indica a existência de vários proprietários desde a metade do século XIX.

Outro ponto de destaque da região é o Palácio Duque de Caxias, construído no local onde o Conde de Linhares ergueu o primeiro quartel da cidade. O prédio foi a sede do antigo Ministério do Exército e hoje nele funciona o Comando Militar do Leste, num prédio construído entre 1937 e 1941, na época do Governo de Getúlio Vargas. Seu nome foi dado em homenagem a Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro na frente do prédio existe o Panteão erguido para Caxias.

O projeto da Avenida Presidente Vargas, na época em construção, tornou os terrenos situados na proximidade da mesma extremamente

valorizados. Não havia dúvidas que a Avenida Presidente Vargas iria substituir a Avenida Rio Branco na qualidade de avenida central da cidade. Os terrenos da EFCB, junto às linhas da Estação D. Pedro II, foram beneficiados pelo plano diretor da cidade.

Robert Goodman¹ assinalou que “a essência da arquitetura hierárquica é reforçar visualmente as estruturas políticas, também hierárquicas. Quanto mais majestosos e monumentais forem os locais públicos oficiais, mais trivial parece ser o ambiente de vivência pessoal do cidadão”.

Hoje, mais de 50 anos depois de concluído, o Prédio que é um marco na paisagem e na arquitetura *Art Déco* do Rio de Janeiro, é usado por milhares de passageiros no vai-e-vem, casa –trabalho e vice-versa diariamente. Em seu entorno foram criados outros terminais de ônibus e uma estação do metrô com a finalidade de integração para esses usuários.

Em consequência do empobrecimento geral do país, criou-se também uma população marginal que ali tira o seu “ganha pão”. E como o humor carioca cria denominações para aspectos múltiplos da cidade, passaram a denominar o comércio ilegal estabelecido à frente da estação a partir dos anos 80 de Shopping da Central.

Mas se o “Shopping da Central” de certa maneira está há muito a frente da estação, o nome Central do Brasil foi praticamente extinto a partir de 1975 quando a Rede Ferroviária Federal, criada em 1957, formou sete Superintendências Regionais e a Divisão Especial de Subúrbios do Grande Rio. Logo depois, em 1980, a administração da Superintendência Regional do Rio de Janeiro começou a ser transferida para Juiz de Fora, “deixando efetivamente de existir” a Estrada de Ferro Central do Brasil. Mas o hábito de chamarem esta estrada de “Central” não mudou. Ir a estação da “Central”, andar nos trens da “Central” ou trabalhar na “Central” são expressões empregadas não só no Rio de Janeiro, como também em São Paulo e Minas Gerais.

A presença da Central traduzida oficialmente no Centro do Rio pela estação D. Pedro II e pela linha suburbana continuou a partir de 1979 com a inauguração da estação Centro do Metrô e a manutenção por parte da população do nome para todo entorno da gare: Praça Duque de Caxias, terminais de ônibus, ruas localizadas atrás da estação e do Ministério do Exército e o túnel João Ricardo conhecido popularmente como aquele que fica “atrás da Central”.

Assim, consideramos que a Central continua no inconsciente coletivo e afetivo do carioca em íntimo relacionamento com o lugar que ocupa,

com a sociedade, com os acontecimentos que presenciou, sendo um signo de alta representatividade para a população carioca que com ele se identifica.

NOTAS

- ¹ SCHWARTZMAN, S. – Bases do Autoritarismo Brasileiro – Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 129
- ² Idem, op.cit., p. 135
- ³ Idem., op.cit., p. 140
- ⁴ Idem., op.cit., p. 149
- ⁵ Idem, op.cit., p. 161
- ⁶ O Panoptismo é uma forma de poder, é um modo de gerir a vida dos indivíduos, uma técnica que permite a vigilância de toda a existência das pessoas, confinadas em instituições próprias para uma gestão da vida e para o uso correto e eficaz das forças do corpo. Foucault observa ainda que” o panoptismo é o princípio geral de uma nova anatomia política cujo objeto e fim não são a relação de soberania mas as relações de disciplina”.
- ⁷ DELEUZE, G –Conversações Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle.RJ, Editora 34, 1992, p. 219
- ⁸ Controle foi o nome proposto por Burroughs para designar o novo monstro , e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo .O controle é uma intensificação e uma generalização da disciplina, em que as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre fora e dentro Idem, op. cit., p. 220
- ⁹ Idem, op. cit., p. 222
- ¹⁰ HARDT, M. – A Sociedade Mundial de Controle. S.P., Ed. 34, 2000 (org.Eric Alliez)
- ¹¹ Idem., op. cit., p. 358
- ¹² DELEUZE, G – Conversações, Editora 34, 1992, p.219
- ¹³ FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Editora Vozes, Petrópolis, 1999, p. 163
- ¹⁴ Em Florianópolis, nota-se que o estilo Art-Déco foi utilizado na época de maior crescimento comercial e desenvolvimento da cidade impulsionado coma construção da Ponte Hecílio Luz, em 1926.
- ¹⁵ FURQUIM, E. – Avenida Presidente Vargas: uma Drástica Cirurgia, RJ, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1990, p 92
- ¹⁶ Idem, op. cit.,p.164
- ¹⁷ Idem op.cit., p. 166
- ¹⁸ Idem, op.cit., p.169
- ¹⁹ Idem, op.cit., p.172
- ²⁰ Para Pierre Nora, são os lugares de memória que permitem a cristalização da memória. Assim, quando pensamos na memória, nos vêm logo à cabeça alguns pontos de referência tais como; monumentos, patrimônio arquitetônico, paisagens, datas, personagens históricos, tradições e costumes, regras de interação, folclore e música, tradições culinárias, etc.
- ²¹ HARDT, M – A sociedade mundial de controle ,SP, Editora 34, 1992, p . 359
- ²² Idem, op. cit.360
- ²³ DELEUZE, G –Conversações, RJ, Editora 34, 2000, p . 220

²⁴ ARGAN, Giulio Carlo. *L'arte moderna: 1770-1970*. Florença: Sansoni, 1976. Apud Evelyn Furquim, *Arquitetura do espetáculo*, editora UFRJ, 2000, p. 20

²⁵ GOODMAN, R. – *After the planners*, New York, Simon and Schuster, 1971, p. 102

RESUMEN:

En Brasil, el proceso de modernización requiere cambios sociopolíticos significativos que han alterado la sociedad agraria que prevaleció en la República bajo el poder de oligarquías rurales. Simon Schwartzman dijo que Brasil es un país que volvió de la revolución de 30, cuando Getúlio Vargas tomó el poder e impuso un nuevo paradigma político. Vargas se unió a la capital estadounidense para fomentar la industrialización. Recibió el apoyo popular debido a la insatisfacción con los gobiernos anteriores de oligarquías. Con la nación de Vargas reunió noticias, especialmente a las clases populares, con los derechos laborales que respondan a las expectativas de mejores condiciones sociales. La nueva cara de populista que estado estuvo marcada por las prácticas paternalistas.

Palabra clave: Gobierno Vargas, Modernización, representaciones.

ABSTRACT:

In Brazil, the modernization process has required significant socio-political changes that altered the agrarian society that prevailed in the Republic under the power of the rural oligarchies. Simon Schwartzman, said that Brazil was an ancient country that the 1930 Revolution transformed, when Vargas took power and imposed a new political paradigm. Vargas joined with U.S. capital to boost industrialization. He received popular support due to social discontent with the governments of the former oligarchs. In the Vargas' government, the Nation received new, especially the popular classes, with labor rights that attended the expectations of better social conditions. The populist face of the New State was marked by paternalistic practices.

Keywords: Vargas' Government, Modernization, Representation.



Profetas e Iluminados do Nordeste revisitados

Daniel Lins

RESUMO:

Iluminados e profetas, conhecidos no Brasil de forma pejorativa como “fanáticos”, e chamados pelos fiéis e devotos de beatos, monges ou profetas, percorreram ao longo da História, e não raro ainda hoje, a caatinga, o sertão, os campos e os vales anunciando o fim do mundo, e a emergência de uma nova vida sem pena, e em alguns casos, sem labuta, sem trabalho, livre do pecado original.

Palavras-chaves: Sebastianismo - Profetas - Representações.

Iluminados e profetas, conhecidos no Brasil de forma pejorativa como “fanáticos”, e chamados pelos fiéis e devotos de beatos, monges ou profetas, percorreram ao longo da História, e não raro ainda hoje, a caatinga, o sertão, os campos e os vales anunciando o fim do mundo, e a emergência de uma nova vida sem pena, e em alguns casos, sem labuta, sem trabalho, livre do pecado original.

Entre os personagens, emblemáticos ou carismáticos, que interpretam muitas vezes o desespero do ser humano, alguns tentaram criar movimentos com caráter igualitário. Outros soçobraram no fanatismo e na orgia, seguidos de cenas de suicídio coletivo mesclando o prazer dos sentidos ao tremor da carne, ao gozo rápido, imediato, ao frisson do desconhecido, isto é, da morte. Outros, ainda, se consagraram inteiramente às orações e ao retiro, à prática da mortificação, à apologia e ao culto da dor, o único conforto sendo o cilício, e, sua única aspiração, a saúde eterna. A exaltação do corpo, como templo sagrado, leva-os à espera da metamorfose, antes que a carne se torne matéria podre, carniça, indigna de ser o tabernáculo do Divino. Entre os movimentos, houve até os anos de 1940 revoltas camponesas ligadas às reivindicações messiânicas, o que vai levar as autoridades políticas e eclesiásticas, de então, a criarem um clima de “caça às bruxas” acompanhado de atitudes históricas, obsessivas e coercitivas.

Escolhi no quadro de minha pesquisa, apresentar e analisar de dois casos, entre tantos outros, talvez pouco conhecidos, mas que fazem parte dos mais importantes movimentos Sebastianistas do começo do

século XVIII, no nordeste do Brasil. Diferentes do messianismo reivindicativo, oriundo daquilo que Eric Hobsbawm nomeou “formas primitivas de defesa social”, e que Castoriadis chama “movimentos de lutas implícitas” na formação do Brasil. Esses movimentos, considerados “menores” são relegados pela História Oficial como insignificantes, de índoles duvidosas. Resta saber, se há outra História que não seja a oficial, e, neste contexto, quem decide a “boa” ou a “má” genealogia de tais movimentos?

Vamos encontrar nestes protagonistas um magma imaginário, uma réplica, há mais de três séculos de distância, de messias portugueses que buscavam como único meio de evitar a ruína imanente uma fórmula superior de esperança messiânica.

OS SEBASTIANISTAS

Dos primeiros movimentos brasileiros, entre outros, fizeram reviver a lenda portuguesa do rei dom Sebastião, respectivamente, em 1817 e 1835. Dom Sebastião nasceu em Lisboa em 1554. Neto de João III, ele o sucede, sob a tutela de seu tio, Henrique Cardinal, até 1578.

Dom Sebastião tinha um sonho: constituir um grande domínio magrebino, mas suas expedições contra os Mouros fracassaram. Com sua morte, na batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, no dia 4 de Agosto de 1578, enquanto comandava tropas portuguesas, nasce a lenda do Rei Encantado.

A ausência de corpo, a falta de testemunha de sua morte institui um imaginário logo transformado em lenda, que perdura em Portugal até o século XVII, e no Brasil até o século XIX. Pois bem, os portugueses que haviam investido e apostado no sucesso desta batalha, tendo sido, inclusive, subjugados pelas promessas e projetos grandiosos do rei, ao recusar radicalmente acreditar em sua morte, alimentaram durante muito tempo a lenda de dom Sebastião, vivo e todo poderoso. Afirmavam que a morte do rei tinha sido inventada por seus inimigos, mas que ele voltaria um dia para criar um novo reino. Cabe observar que as expedições consideradas por alguns como pura loucura, e por outros como uma espécie de suicídio místico ou ato heróico, como pensava o grande poeta Fernando Pessoa, foram organizadas sob o signo do poderoso libertador, como uma missão divina, segunda a qual Sebastião iria constituir um grande domínio em Portugal e cooptar novos territórios, pela a graça de Deus e a vontade do rei.

A volta de Sebastião era percebida como a promessa suprema de uma transformação do mundo que faria de seus habitantes, mulheres e homens, felizes e ricos. De repente, o imaginário se encarrega de alimentar a crença de que o rei desaparecido habitava na ilha de Brumes, e, voltaria para libertar seu povo e a ele atribuir às terras conquistadas, galgando o primeiro lugar entre as nações:

O rei encantado um dia virá e distribuirá aos fies, todas as suas riquezas.

O movimento chega, pois, ao Brasil. Aqui, o rei libertador de Portugal é transformado em representante de riquezas e protetor dos brasileiros, abrindo para todos os caminhos da felicidade, em um mundo perfeito, próspero e rico.

Egon Schaden afirma que a sociedade brasileira da época “plena de aventureiros à procura de fortuna, adaptou o mito de dom Sebastião à sua medida” (SCHADEN, Egon. 1988, p. 38)

Ao sebastianismo se implanta o movimento de refutável acontecimento representado, respectivamente, por José dos Santos Silvestre, denominado “Mestre Quiou”, em 1817, e João Ferreira, em 1835.

JOSÉ DOS SANTOS SILVESTRE OU A INVENÇÃO DO MUNDO

I - Em 1817 Silvestre percorreu o Brasil pregando a boa palavra e preparando o terreno para a chegada iminente do rei dom Sebastião. Em 1819, funda uma aldeia no local chamado Sítio da Pedra, na Serra do Rodeador, no município de Bonito. A seguir, ele constrói em Bonito “A Cidade do Paraíso Terrestre” onde implanta um sistema comunitário e acolhe discípulos ou seguidores, a maioria pobre, camponeses desafortunados, entregues à miséria e a morte lenta.

OBJETIVO PRIMORDIAL:

Constituir uma assembleia de mil fiéis, condição imperativa para a boa chegada do Rei. Sua majestade deixaria a Ilha de Brumes e organizaria um exército para libertar Jerusalém (DESROCHE, H. 1967, p. 82, HOBBSAWN, Eric. 1969. QUEIROZ PEREIRA, Isaura. Paris: 1968, p. 91, 111).

Aos discípulos que o acompanhavam, Silvestre prometia o Paraíso na terra e a certeza para os pobres de se tornarem ricos, e, para os ricos, de ficar ainda mais ricos. Pouco a pouco, a medida que o arraial se

desenvolvia, e que os espaços eram construídos, o carisma de Silvestre aumentava e a confiança dos discípulos cria um consenso de admiração sem limites. A docilidade e respeito dos fiéis deixava Silvestre confiante, seguro de si, atestando uma vontade de poder que vai terminar provocando sua ruptura com a Igreja, os proprietários de fazendas e as forças legais.

Silvestre não tardará a se afirmar como chefe. Ele recusa o monopólio da igreja católica, da verdade e da salvação, torna-se o chefe único do destino religioso e material da comunidade, se autoproclama messias, instaura uma liturgia que resulta numa prática de culto e rezas, calcada em suas iluminações, visões e invenções da palavra salvadora. Assim, instalados em Bonito, no “Paraíso Terrestre”, todos esperam a chegada de Sebastião. Silvestre, em seu novo estatuto de profeta, dizia receber as revelações e os decretos da “Santa Milagrosa”, e afirmava governar a comunidade segundo as instruções ditadas pela voz divina.

A LOGÍSTICA MILITAR DE SILVESTRE:

Ideia central: estruturar a comunidade que contava, então, com duzentos discípulos. Segundo um modelo hierarquizada e militar, Silvestre organiza em primeiro lugar a logística material de suas tropas e, a seguir a ordem religiosa:

1 - Organização do “exército”: No alto da pirâmide se encontravam um comandante, quatro capitães e quatro subtenentes. O primeiro objetivo era estratégico: se equipar em armas, manter uma autonomia de resposta ao agressor, se necessário; combater aqueles que tentassem no seio da comunidade se opor às decisões do profeta, e, assim, logo que cresçam ou alcance um grande número de adeptos, poder cumprir eficazmente sua missão essencial e sagrada, isto é, “tomar o estado de Pernambuco e libertar os lugares santos de Jerusalém” (RIBEIRO, René, 1960; HERMANN, Jacqueline, 1998)

2 – A ordem religiosa era estruturada em torno de Silvestre, o chefe supremo, e de um assistente, por ele nomeado. O ensino religioso era dado por um grupo composto de *doze sábios* cuja missão consistia em levar aos fiéis a promessa e a esperança de que um dia dom Sebastião voltaria, e que, sob suas ordens começaria uma *Guerra Santa*. Era também tarefa dos sábios desenvolver o culto da Virgem, pois, nem a militarização nem a aplicação rigorosa da ordem deveria, segundo o profeta, enfraquecer o amor pela “Santa Milagrosa”, nem a devoção mística.

Assim, ao ritmo da “Santa Marcha”, acompanhado de violino, Silvestre reza o rosário, controla suas tropas, passa em revista seu “exército” e numa miríade de sentimentos místicos, dominados por uma viva agitação impõe aos adeptos exercícios pesados, inspiradas da calistenia militar, no limite da crueldade e do culto ao sofrimento como promessa de gozo. Os sofrimentos, como deliciosos suplícios estão impregnados de uma fusão como revelação: a busca de fiéis entregues às orações e aos sacrifícios é da ordem epifania que anuncia, segundo a crença, a chegada do rei Sebastião. Um ano após o nascimento da comunidade, o exército impõe a ordem militar contra a ordem utópica, contra Silvestre e seu conselho de sábios. De fato, em 1820, o “Paraíso Terrestre”, comunidade camponesa e religiosa, que dividia os frutos do trabalho agrícola, a alegria doce-amarga do sacrifício, das orações e do ideal de Espera, esperança messiânica: “esperar para esperar menos” (Blanchot), sofre a intervenção das forças militares.

Um batalhão militar foi enviado de Recife à Bonito, com um único objetivo: exterminar a comunidade de Silvestre. A “missão” constitui um verdadeiro massacre deixando a aldeia semelhante a um cemitério bárbaro. Incendeiam o “Paraíso Terrestre”, fuzilam a maior parte dos camponeses ou os trespassa ao fio da espada. Os corpos de crianças, mulheres e homens são queimados vivos no interior da capela de palha, incendiada pelo tenente-coronel que dirigia o ataque, juntamente com Luiz Rego, governador de Pernambuco.

Silvestre consegue, todavia, escapar. No chão da aldeia, as construções rudimentares, mescladas aos corpos de homens, mulheres e crianças são consumidas pelo fogo. Mas, apesar de tudo, os homens tentam reagir ao ataque mortífero das *forças legais*. Muitos adeptos morrem, outros ficam loucos. Os poucos sobreviventes são presos, e, seus filhos abandonados a sorte seguem os caminhos do sertão e das caatingas em busca de um outro profeta em busca de significação, de sentidos – talvez.

A experiência de Silvestre confirma a tradição de um país no qual há uma constelação de personagens considerados como taumaturgos, curandeiros, conselheiros populares, em síntese, atores sociais dotados de grande prestígio. Oriundos de um catolicismo, aparentemente datado cujas características são a carência sistemática de sacerdotes e a difusão de práticas religiosas populares – novenas, procissões, curas mágicas, práticas de sacrifícios, usos de cilícios, castigos corporais etc. –, fortemente marcadas por práticas católicas da Idade Média, alguns detêm o carisma de xamãs ou profetas inspirados.

O antropólogo René Ribeiro demonstrou o caráter desse movimento, expressão de condições socioeconômicas e religiosas da sociedade rural brasileira. Em todo caso, Silvestre não tinha, a propriamente falar, a intenção de organizar uma revolução social, pois, em nenhum momento declarou, ou mostrou a vontade ou a consciência política de reagir à dominação ou exploração do poder patrimonial, ou dos latifundiários da época.

Silvestre não era Antônio Conselheiro que pregava o bem estar social na terra... Ao contrário, se considerava um escolhido da virgem Maria, um visionário, um profeta que tinha seu tempo contado na terra, pois, nada esperava da vida terrena. Sua tarefa, ditada pelo divino, consistia em instalar uma sociedade ou confraria ou comunidade baseada no sofrimento físico, trampolim para a salvação da alma à espera da chegada de dom Sebastião que os libertaria, tornando a vida humana um reino sem dor, sem trabalho, sem sofrimento.

Acredito que as respostas incisivas a estes fenômenos podem tão-somente vir de uma pesquisa aprofundada dos papéis desempenhados pelos imaginários sociais e suas implicações na organização e conhecimento do tempo coletivo em um plano simbólico.

Uma das tarefas, que parece evidente na experiência ou experimento aqui apresentado é, a exemplo da utopia, aquela que desvia a infelicidade que ameaça, conjurando o futuro, acolhendo e estruturando os sonhos e as esperanças de um modelo outro, de uma outra sociedade. Em outras palavras, embora Silvestre tenha criado um efeito de massa junto aos seus discípulos, fazendo de sua escolha um destino de todos, nada garante que as linhas de fugas ou os processos de subjetivações não tenham existido entre alguns membros da comunidade.

A narrativa linear, o excesso de travestimento da memória social de Pedra Bonita e, conseqüentemente, do mito de dom Sebastião, diluído, fragmentada numa narrativa folclórica, ao mesmo tempo em que atribui uma identidade calcada na “Cultura do Pobre”, e, não raro, no preconceito, nutre um culto transformado em algo da ordem do fantástico e do fantasmagórico.

Tudo isso, paralelo ao entretenimento e ao aspecto circense de tais comemorações, imbuídas de admiração e culto do monstro, confinado automaticamente numa diferença intratável, exigiria uma análise aprofundada do assunto, sob o signo de uma antropologia da admiração, que apontaria os aspectos perversos de uma narrativa engendrada, inclusive, pelo poder patrimonial, calcada na adoração e elogio do

anômalo como mito, e não como sujeito em devir.

O *bom* herói, oriundo da “Cultura do Pobre”, é o herói morto. E é como morto, transformado em alegoria, que ele é amado. Louvado. Morto, ele pode ser uma máquina rentável produtora de um folclore cujas apresentações, dramatizações e dominação identitária podem ser pagas com moedas de ouro no grande circo mediático contemporâneo.

Experimento curto de apenas um ano, segundo alguns autores, ou de dois, segundo outros, os poucos que conseguiram escapar, morreram com sua experiência. Os relatos são minguados, a exceção de apontamentos escritos às pressas por militares, autores da chacina, mais preocupados em fazer suas próprias louvações e alimentar um ufanismo verde-amarelo, ou entoar o *Viva la muerte*, típico dos déspotas esclarecidos, dos quais Brasil é farto. Ao quase mutismo da história não oficial, resta a literatura, mínima, e, às vezes, importante, mas demanda, urgentemente, a ser revisitada; diria mesmo, desconstruída. As obras *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Pedra Bonita* e *Cangaceiros*, de José Lins do Rego, e *Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna exigiriam, certamente, ser retomadas, desconstruídos, sob o signo de uma crítica como clínica. Paralela à grandezas dessas obras, pairam nelas equívocos, positivismo, o imaginário caduco das “três raças”, e, velado como uma ferida da língua, um discurso mofado, cristalizado, um amém ao poder e a ordem, num amém aos mitos de uma elite criadora de seus próprios pesadelos, como um arsenal de pensamento único, de *verdade verdadeira*.

JOÃO FERREIRA

Em 1835 João Ferreira substitui o líder carismático, João Antônio, graças a intervenção do padre Francisco José Correia de Albuquerque, para tentar fazer as pessoas voltarem aos seus lares. Seguindo os conselhos do padre, João Antônio, chamado pelos fiéis “Rei da Pedra Bonita”, abandonou seu ofício de pregador, e em seu lugar ficou seu cunhado João Ferreira.

Ferreira percorre a província de Pernambuco, se declarando enviado do rei dom Sebastião. Sua tarefa principal consiste em usar todos os meios necessários para alcançar sua grande e única missão: desencantar o Rei. Sua mensagem anuncia o retorno próximo de Sebastião. Em um local conhecido como Serra

Formosa, no sertão de Pernambuco, nasce em 1836, no sertão de Pernambuco, no município de São José de Belmonte, o movimento denominado *A Tragédia da Pedra Bonita* (1936-1838). No começo é esboçado um programa, recheado de signos e promessas de gozo, que não tarda

a se tornar uma justaposição de um ideal caracterizado por um delírio de grandeza exacerbado e pela tirania da salvação.

Pedra Bonita, foi assim nomeada por causa de sua vegetação luxuriante, sua posição geográfica elevada e a exuberância da região, constituída de dois picos em forma de pirâmide, de 23 metros de altura, rodeados de grandes cavernas e rochedos que formam duas grandes barreiras ou portas naturais. Entre os rochedos espalhados no meio da vegetação, dois foram batizados pelo profeta com os nomes simbólicos: *A Porta do Reino*. Em um outro, em forma de terraço suspenso, Ferreira instala o capítulo de onde irá administrar a *Cidade Santa*. Em um grande subterrâneo os discípulos constroem a *Casa Santa*, espaço consagrado às reuniões, às experiências místicas, às viagens iniciáticas, sob o efeito de uma bebida denominada “vinho encantado”, preparada à base de jurema, árvore muito conhecida dos sertanejos, palavra que tem diversas significações:

- árvore da família das *mimosáceas*;
- bebida preparada com a fruto ou a casca da raiz de jurema, e que provoca estados alucinatórios prolongados;
- reino dos encantados, e, nome de um caboclo, isto é, de uma divindade ameríndia, adorada pelos praticantes do candomblé, da macumba ou catimbó.

AS PROMESSAS DE FERREIRA A SEUS ADEPTOS:

- a) Um reino de perfeita felicidade, em uma terra de onde jorram leite e mel, como no Antigo Testamento.
- b) A transformação do corpo e a mudança da pigmentação da pele: os feios ficarão belos, ricos e poderosos e, como os deuses, alcançarão a imortalidade. Nas suas pregações, Ferreira dizia que o rei dom Sebastião lhe havia aparecido e mostrado um tesouro escondido.

A comunidade vive sob o regime da poligamia sem entraves. Ferreira, que é chamado também Sua Santidade El Rei, tem sete esposas, mas apenas uma tem o direito de guardar o título de Rainha! Embora as outras não sejam consideradas concubinas, mas esposas. Nenhuma mulher da comunidade se casava sem passar antes pelo seu leito. Nas cerimônias

de casamento, a primeira noite era oferecida a El Rei, ou a Ferreira, para os íntimos.

A sobrevivência da comunidade depende das pilhagens das fazendas ou sítios vizinhos. Na *Porta do Reino*, trabalha-se pouco. Trabalhar não parecia ser algo nobre, mas uma tarefa para os não ambiciosos com as coisas divinas, ou com a quentura da carne desenvolta, se não ainda redimida do fardo da vida, pelo menos da carne solta e da volúpia isentas de pecado ou de culpa.

Tudo indica que, na *Porta do Reino*, não há culpa, em relação à festa da carne e a debandada da libido. Ora, sem culpa, não existe Lei, dizem, até hoje, psicanalistas, ou ainda os novos padres. Libertados da paixão do trabalho, ou *tripalium*, cujo significado em latim é instrumento de tortura, os gozos coletivos misturados, às rezas e aos sacrifícios, ocupavam boa parte do tempo na comunidade.

Há na filosofia da Espera uma predominância do ócio, um direito ao ócio, *avant la lettre*. É bom notar que a economia dos prazeres, das sexualidades, dos festas dos sentidos, das inundações dos corpos, no chão frio ou da terra quente, constituem uma lógica da Espera e da escatologia, constante em diversos relatos históricos. Assim, a história da Igreja Católica, no que se refere ao excesso místico, acoplado ao erotismo, à pornografia ou ao gozo desmesurado, e ao desejo de profanação, não deixa experienciar uma perda de juízo, no sentido amplo da palavra. A célebre *Festa de Deus*, analisada por John Gregory Bourke, em sua obra famosa, *Os ritos escatológicos*, é um exemplo clássico da mescla do erotismo com o sagrado, numa superabundância de gozo do corpo e de seus resíduos excremenciais (BOURKE, Gregory, John. 1981).

Bordel divino, semelhante à economia mística dos afetos *desregrados*, mergulhado numa euforia libidinal imposta pelo profeta Ferreira, ampliada, porém, na *Festa de Deus*, pela prática do gozo profano, e pela blasfêmia. Altar, pias batismais, túmulos de santos ou ilustres personagens, cruz, cálice sagrado, inclusive o Santíssimo, anjos e arcanjos, era o bacanal do divino, misturado, é o caso de dizer, a escatologia, não do espírito, mas dos intestinos. “Chuva de prata”, escorrimento dos sexos, o excremento e o esperma eram práticas correntes na *Festa de Deus*, desde a Idade Média, inclusive, até o século XIX na igreja Sacre-Coeur em Montmartre, Paris. “Os loucos”, comedores e gozadores da matéria, em todos os seus estados, tinham como objetivo maior gozar sem entraves. Sempre e Sempre. De Priapo a Dioniso, de Heliogábalo a Sade, é o vale tudo de uma carne trêmula que não aguenta mais.

É evidente que, em relação ao *bordel divino*, gozo sem entraves e fusão de ritos escatológicos, descritos por Gregory Bourke, Ferreira lembra mais um coroinha, dito isto não faltou à economia libidinal de Ferreira a tangente sensual, sexual ou erótico-mística. Não creio que a questão da mística do bordel divino possa passar despercebida, ou velada por uma áurea de silêncio em torno dela.

Pois bem, na comunidade de Ferreira, entre as viagens iniciativas, movidas ao chá e as infusões de raízes mágicas, entre os jogos sexuais, pilhagem e ócio, a impaciência começa a emergir entre os membros da comunidade encontra aí uma de suas razões. Passaram quase dois anos. O prazer da carne que, vivido pelo profeta, e *mutatis mutandis*, por todos, como o grande acontecimento místico/erótico de suas existências, marcadas pela fome, sede, exclusão e violência, apresenta os primeiros sinais de fadiga, de lassidão. A festa da carne, e a debandada dos sentidos tornam-se aos poucos uma espera para esperar menos, desaguando na banalização do interdito.

A palavra de Antonin Artaud pode valer mais, no presente contexto, que a interpretação psicanalítica, o juízo dos eunucos, ou o silêncio, em forma de denegação, de alguns pesquisadores ou comentaristas do “Caso Ferreira”:

Onde cheira à merda
cheira a ser
O homem podia muito bem não cagar
não abrir a bolsa anal
assim como preferiu viver
em vez de aceitar viver morto
(...) aceitou viver sem corpo
quando uma multidão
descendo da cruz
à qual deus pensou tê-los pregado há muito tempo,
se rebelava
e armava com ferros,
sangue,
fogo e ossos
avançava desafiando o Invisível
para acabar com o JUÍZO DE DEUS” (ARTAUD, Antonin. 1976,
p. 192-193; cf. LINS, Daniel. 2000, p. 9).

Pouco a pouco Ferreira muda o conteúdo de suas pregações e anuncia a necessidade urgente de atribuir à palavra a predicação, pois, a demandada

da carne chegou ao limite do limite. Em uma palavra: basta! O corpo já falou demais... e como Espinosa, ele parecia dizer: “Não sabemos o que pode o corpo”.

Transformação radical. A partir de agora, sua pregação é centrada na necessidade urgente e apressada, como a vida, como a existência, em sua real efemeridade, de pagar a dívida ao Divino. Um dia ou outro tem-se que pagar. A paciência de dom Sebastião tem limites, como também sua misericórdia.

O tom de suas homilias mudam, torna-se áspero, seco. Suas palavras ecoam a ordem. Palavras como informação. Informação como palavra de ordem. O pensamento e o desejo saem de cena, tornam-se, agora, de fato, *obscenos*. Quanto mais se paga, mas se deve. Não há bastante espólio para saldar a dívida com o Divino.

Ferreira exorta, então, seus adeptos a se doar em sacrifício, a oferecer seu sangue e a inundar as superfícies planas dos dois rochedos, não mais com o esperma maluco, todavia, com o sacrifício do sangue. Segundo ainda o profeta, era necessário sacrificar os falanstérios: homens, mulheres, crianças e cães, todo o saldo das pilhagens, coisas e seres, deveriam integrar a nova ordem: pagar a dívida com a morte de todos. Quantos aos cães, eles ressuscitariam sob a forma de dragões ferozes e devorariam seus antigos mestres. Uma vez sacrificados, ganhariam a imortalidade. Era o pagamento divino ao sacrifício radical de todos. Morrer por Deus não é o grande desejo apregoado por mártires e santos, amantes do Senhor?

Em Maio de 1838, Ferreira, cansado, irritado com o pouco entusiasmo de seus discípulos esvaziados, é verdade, pelo gozo e arrepios epidérmicos impostos pelo profeta, sem transição, da noite para o dia, o líder mostra claramente, sem rodeios nem meias palavras, sua decepção e, mais sério ainda, sua disposição a usar castigos e violência contra os covardes, “adormecidos” pela inércia e “moleza dos fracos”.

Trata-se para os discípulos de uma situação sem retorno. Morrer para ganhar a eternidade, ou morrer para perder tudo. De qualquer modo, diz o profeta, seremos todos sacrificados. Calmo, tentando se controlar, quase paternal, ele exorta: “Caros fiéis, o rei Sebastião anda muito triste e enraivado. Não se pode despertar sua cólera”.

É preciso acalmar o Rei. Sua paciência tem limites. Em seu exílio sem fim, ele espera o pagamento da dívida: todos são devedores, sem exceção. Não se pode negligenciar as obrigações. Ferreira, lembra, ainda, com palavras

severas e críticas ferrenhas, que ninguém até agora “ofereceu seu sangue para libertar o Rei e tirá-lo de seu encanto.” Um vento de tristeza domina a natureza. O profeta treme de emoção, a cada palavra dita. Os soluços do mestre irradiam a todos. “Até mesmo cachorros e plantas” choravam.

Blocos de energia embriagada, entrecortada pela paixão sem limites, criam um efeito de massa. Todos gritavam. Urravam. Muitos choravam e riam ao mesmo tempo. Uma intensidade sacrificial recria a cena obscena levando-os ao paroxismo da morte, sem pena nem medo. Dom Sebastião merece tudo. Neste ambiente de transe e paroxismo, um adepto se afasta do grupo e se sacrifica. É a concretização assustadora do “Viva la muerte!” Durante três dias, assiste-se cenas de uma incrível violência. Assim, enquanto pais e mães massacram seus filhos, alguns, crescidinhos, outros recém-nascidos, segurando o peito para mamar a última gota de leite, um idoso, respeitado pela comunidade, carregando nos braços seus dois netos, se joga do precipício, do alto do rochedo, espatifando-se no solo, enquanto, dias depois, urubus famintos devoram-lhe as vísceras.

Mulheres, jovens, e homens adultos são decapitados e o sangue que escorre jorra contra as pedras e solos avermelhados. O sangue, sempre o sangue, quando se trata de tentar fazer voltar um morto importante, um herói, um santo. Uma amante. Um amante. As grandes civilizações foram sempre marcadas pelo sangue, pela crueldade mística/profana.

Não se pode, pois, afirmar a história da cultura é a história da crueldade. Mas, quando se trata de *grandes civilizações*, o discurso oficial, ou ainda o senso comum, muda de tom: fala-se de “processo civilizatório”, ou “civilizador”, conceito cunhado por Nobert Elias. Não se aludi mais aos loucos, depravados, esquizofrênicos, selvagens, neuróticos, primitivos, fanáticos, cangaceiros, anômalos. Ou ainda, aos sujeitos atacados pelo que Euclides da Cunha chama de “frêmito de nevrose”, ao se referir aos seguidores de Antônio Conselheiro. Oferecer o sangue não é o funesto destino daqueles que esperam o retorno da personagem heróica, mitológica ou imaginária? Na Grécia Antiga, não foi diferente, donde a força da afirmação supra enunciada: “A história da cultura é a história da crueldade.”

Neste contexto, a carnificina da Guerra de Tróia é uma ilustração. Que diz Homero, na Odisseia, a respeito do dom do sangue calcado na antropologia da Espera? “Ao final de um ano, uma nova prova o espera, talvez a mais terrível de todas: Odisseus (Ulisses) deve descer do Reino dos Mortos a fim de encontrar o velho divino Tiséias. Só existe um meio de fazer voltar os mortos: o sangue, pois todas as almas estão

possuídas pela sede insaciável de sangue. Odisseus, degola, pois, centenas de carneiros e com seu sangue enche um poço inteiro”.

Esses sacrifícios, dos quais a Odisseia é plena, são perpetrados na busca do divino Tisérias, a fim de “fazer voltar a si os mortos”, não deixa de lembrar a ressurreição de Cristo ou o desencanto do rei Sebastião e outras práticas similares. E, se acompanharmos Homero, para fazer voltar o morto, é o sangue que convém oferecer a esta magia. Dos animais ou dos homens. Paralelo aos assassinatos em massa, práticas correntes da “violência legítima”, encontra-se a lembrança de uma volúpia enquistada na espera do herói.

Antonin Artaud, clarividente, diz: “Aqueles que vivem, vem dos mortos, é preciso também que o morto viva.”

Conhecido como o “Massacre de Bonito”, a destruição do arraial, em Maio, de 1838, entre os dias 14 e 18, pelas *forças legais*, comandadas pelo major Manoel Pereira da Silva, deixaram um saldo de 91 mortos e mais de 100 feridos. Após o chacina, mais de 200 mulheres e 300 crianças foram aprisionadas e enviadas a Recife. Houve resistência da parte da comunidade. Houve combates, mas não foi difícil para o major Manoel e seus pares dominar a situação, dar ordem de prisão aos “fanáticos” e mentores, “loucos” da Espera, homens e mulheres embriagados de Deus.

Alguns dias mais tarde, o corpo de Ferreira é encontrado inanimado. Com efeito, seu cunhado, Pedro Antônio o matou, “obedecendo” às ordens de dom Sebastião. Em uma visão, mais real do que o real, o Rei ordena o sacrifício de Ferreira: ele reclamava a cabeça do chefe, única vítima que falava para romper o encantamento do Rei. Pedro Antônio é proclamado rei. Reinado que durou apenas três dias, logo preso pelas forças legais.

O sangue, sempre o sangue, dos animais ou dos humanos, quando se trata de tentar fazer voltar um morto importante, um herói, um santo, um patriota: “Dar o sangue pela pátria”, “Morrer pela pátria, viver sem razão”!

Prêmio de consolação: o sujeito morrerá, talvez, mas sua esperança é eterna. A morte, dissemos, é sempre a morte do outro, donde a facilidade como alguns gritam, ainda, o “Viva la muerte”, palavra de ordem letal do franquismo, na Espanha!

Meu objetivo não sendo o de propor uma análise sócio-religiosa da questão, acrescento, apesar de tudo, algumas conclusões, ou in-conclusões.

Não ousaria afirmar que tais movimentos traduzam, em si, fugas da realidade, mesmo porque podemos dizer a mesma coisa, e de modo mais grave ainda, de movimentos ou sistemas políticos, em democracia ou não, cuja força maior é a “fuga do racional”, a matança das liberdades em nome da liberdade etc.

Diria, com modesta e muito cuidado, numa escrita guiada, sobremodo, no presente caso, por um pensamento movediço e por uma razão nômade, que esses movimentos poderiam representar uma busca desesperada de modos eficazes para compreender o meio e modificá-lo, embora possam ter, em um quadro sociológico dado, uma outra significação, ou quem sabe outros sentidos? Talvez não sejam eles um meio eficaz para modificar os limites da comunidade, suas fronteiras e delimitações, mas uma tentativa de transformação de uma ordem social cujo monopólio e controle estão agregados ao Estado, aos latifúndios, ao poder patrimonial e a Igreja Católica, no caso aqui esboçado.

Esta revolta “bárbara”, este grito de *demência*, esta experiência de “uma outra era”, não seria forma desesperada de exprimir o indizível? Não representa também uma tentativa temerária de fissura, fenda, ruptura do monopólio de uma dominação dos signos e de um poder cujo cristianismo é a referência e a Bíblia a chave do segredo do Reino Encantado? Paralela às implicações sociais, seria instigante – talvez – levar em consideração a antropologia e, sobremaneira uma filosofia que renunciou a procurar uma teoria sociológica para enunciar as origens e começos simbólicos da sociedade, sempre plurais, em mutação.

A história é sempre a história de seu tempo, habitada pelas adaptações, pelos valores, pela submissão ou autonomia de pensamento ou dependência da ordem política, então, reinante.

De Mauss a Lévi-Strauss, a antropologia social não cessa de confirmar esta equivalência do simbólico e do social, ao considerar como linguagens os diferentes meios de regulação que se dão em um corpo social – as trocas de mulheres, as magias, os mitos, os sacrifícios etc. Não por acaso, alguns tentam atribuir ao sacrifício de Ferreira um desencadeamento da violência animal – *stricto sensu* –, uma comemoração da bestialidade pré-humana, segundo a interpretação proposta, entre outros, pelo humanista René Girard, em seu livro *La violence et le Sacré*.

Ora, a antropologia clássica parece ver justo, quando atribui ao sacrifício uma função ambígua, e ao mesmo tempo violenta e reguladora, pois o que o sacrifício marca, é precisamente esta crista de onde se

instaura o social e o simbólico, e que localiza a violência para fazer dela um significativo em devir, uma significação em devir, um bloco de sentidos. Ao invés desencadear a violência, o sacrifício mostra como a representação é suficiente para fomentar e organizar uma ordem; inversamente, o sacrifício atesta como toda ordem repousa sobre uma representação.

Neste contexto, pois, somente o sentido poderá enfrentar o sacrifício oriundo sempre da representação. Ora, o sentido é a antítese da representação. Tanto o sentido como a realidade raramente interessaram às massas messiânicas ou aos movimentos de Espera. Messias e mentores jogam com a representação e o imaginário social, mesmo por que o real não interessa a ninguém. Neste contexto, o assassinato sacrificial nada mais é que uma das realizações fantasmáticas ou fantasiosas e míticas deste momento lógico inerente a toda ordem social.

Do mesmo modo, a felicidade prometida pode tão-só acontecer no final de um longo caminho de cruz, de uma via-sacra em que figura o exercício da penitência mediante o acompanhamento mental de Cristo ao seu calvário. Trata-se do passeio místico da alma devota para o sacrifício com martírio. O discípulo segue o Messias, desde as ruas de Jerusalém até o túmulo. Ele O acompanha, O perde na multidão, escorrega, sofre e compartilha com Ele as dores e provas da violência sagrada. Ao invés do conforto da água, da embriaguez abstinência, o adepto bebe o fel e ama ser coroado com espinhos em detrimentos dos louros.

Sou levado a afirmar que mesmo o erotismo da meditação e da Espera, como também a aspiração à felicidade estão de modo consubstancial ligados à prova da dor e do suplício. A crucificação mental é, na verdade, um dos principais eixos da devoção: Teresa D'Ávila, Teresa de Lisieux, João da Cruz, e seu devir-mulher, por amor a Jesus, são entre tantos outros artífices destas práticas. O desejo de se ser crucificado repousa na identificação e transposição do espetáculo das dores de Cristo, como algo sentido pelo penitente, e essa identificação, esta transposição passa pelo método de santo Inácio de Loyola da meditação "com aplicação dos sentidos" (Seuil: Paris, 1982, p. 52)

A meditação repousa numa analogia forte aos golpes e ferimentos sofridos por Cristo, em sua carne, e a tortura moral que o pecado provoca à alma do penitente. Assim, o pecado se torna seu próprio carrasco. E os instrumentos de penitência: jejum, rezas, cilício, voto de

castidade são os pregos que fixam os membros na cruz; a confissão é uma coroa espinhosa, as lágrimas são o vinho azedo e o fel. É bom lembrar, porém, que todo vale de lágrimas é permeado como uma ferida da língua, como uma chaga, e pela composição da lágrima, semelhante àquela do esperma. Lágrimas: proteínas, leite, sal, ou ainda, segundo Aristóteles, esperma.

Por outro lado, o amor sagrado, é o amor penetrante da Divindade, que se torna a lança para abrir e desenhar as chagas em seu corpo. Lança, como a crueldade, provoca eflúvios de gozos celestes e tremor da carne em transe. A analogia entre a penitência e a Paixão sofrida por Cristo repousa no sentimento amoroso que anima o penitente como Jesus, e esse amor se manifesta, para um e outro, na prova do sofrimento e do suplício. E os deliciosos suplícios se revelam no próprio sofrimento. Os tormentos da carne e a felicidade do suplício anunciam por trás da aparência de práticas tormentosas um percurso iniciático de caráter, não raro, poético palpável, dividido, todavia, entre prazer e dor, desejo e sofrimento, felicidade e tormento.

O sacrifício, pois, como uma máquina de suplício e fervor para o mártir? A escada entre a terra e o paraíso?

Infelizmente, a dimensão histórica não deve velar sua possível utilização para fins contemporâneos, menos virtuosos e muito mais suspeitos, por exemplo, para aperfeiçoar o arsenal técnico da santa Inquisição romana, e os famigerados paus-de-arara, artefatos sombrios e torturadores usados pelos militares no ciclo recente de ditaduras, no Brasil e na maioria dos países da América Latina.

BIBLIOGRAFIA

ARTAUD, Antonin. *Oeuvres complètes*. Paris: Gallimard, 1976.

CARVALHO, Ernando Alves de. *Pedra do Reino: a tragédia que virou festa*. Recife: Ed. Do Autor, 2003.

Gregory Bourke, John. *Les rites scatologiques* Paris: PUF, 1981, Collection : Philosophie d'aujourd'hui.

HERMANN, Jacqueline. *No Reino do desejado. A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWN, Eric. *Primitive rebels*. Manchester University Press, England, 1969.

MUSUMECCHI, Leonarda. "Bonito, Pernambuco, 1820 – A revolta sebastianista da Serra do Rodeador", Tese de doutorado em Antropologia defendida na UFRJ.

LINS, Daniel. *Antonin Artaud – O Artesão do Corpo Sem Órgãos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

LOYOLA, Inácio de: *Os exercícios espirituais* (1548). Seuil: Paris, 1982, p. 52.

OLIVEIRA, Simone Rosa de. São José do Belmonte, de causo a história, o mito lusitano no imaginário popular do sertão nordestino. *Revista Symposium*, Recife, ano 9,n.2, p.60-70, jul./dez. 2005.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Messianismo no Brasil e no Mundo* (2ª ed.) São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

_____. *Reforme et révolution dans les sociétés traditionnelles – histoire et ethnologie des mouvements messianiques*. Paris: 1968, p. 91, 111.

RIBEIRO, René. “Episódio da Serra do Rodeador (1817-1820): Um movimento milenar e sebastianista”. *Revista de Antropologia*, vol. 8, n. 2, São Paulo, 1960.

SCHADEN, Egon. *Mouvements religieux d’Amérique du Sud – Le messianisme en Amérique du Sud*. *Histoire des Religions* 3, Enciclopédia da Plêiade. Paris: Gallimard, 1988, p. 38

VALENTE, Waldemar. *Misticismo e região: aspectos do sebastianismo nordestino*. 2. ed. rev. e aumentada.. Recife: ASA Pernambuco, 1986.

RESUMEN:

Iluminado y profetas, conocido en Brasil como peyorativo como “fanáticos” y llama a los creyentes y devotos de Beato, monjes o profetas, viajó a lo largo de la historia y no poco común hasta hoy, la caatinga, el sertón, el campo y valles anuncia el fin del mundo, y el surgimiento de una nueva vida sin pena y en algunos casos, sin trabajo, sin trabajo, sin pecado original.

Palabra-clave: Sebastianismo – Profetas – Representaciones.

ABSTRACT:

Enlightened people and prophets, known in Brazil pejoratively as “fanatics” and called of monks or prophets by the faithful and devotees, travelled by the caatinga, the hinterland, the countryside and valleys, throughout brazilian history and often still today, announcing the end of the world, and the emergence of a new life without pain and in some cases without labor and freed of the original sin.

Keyword : Sebastianism – Prophets – Representations.



Lembrar e ou Esquecer: Memórias de Viagens, Estórias/Histórias de Guerras e Independências

Edna Maria dos Santos¹

Ao se libertarem do jugo colonial, os africanos contribuíram para a liberdade dos portugueses. O que os africanos fizeram foi uma guerra de libertação nacional e nunca uma guerra colonial, até porque estes povos não nasceram da descolonização. Houve uma luta feita a duas mãos e começou muito antes do vinte e cinco de abril.

Mia Couto²

RESUMO:

No mundo contemporâneo, queiramos ou não, o capitalismo está sofrendo mudanças profundas no aparelho do Estado e nas relações capital/trabalho. Noções de globalização, novos conhecimentos tecnológicos e inovações, sustentabilidades são conceitos que se transformaram em formas concretas de poder político e ações sociais em fins do século XX. Na segunda metade do século XIX, as enormes transformações porque passaram o processo industrial e o próprio capitalismo alteraram bastante a relação dos países capitalistas centrais e periféricos. Foi criado um mercado global, industrial, de grandes proporções. O preço da expansão foi alto para as sociedades africanas. Palavras-chaves: Memórias - Histórias - Guerras.

Edward Said, em vários de seus livros sobre Cultura, Imperialismo, Orientalismos, apresenta como uma de suas principais idéias a importância do papel do intelectual. Diz que, de modo geral, ele deve elucidar, desafiar, derrotar tanto o silêncio imposto, quanto o silêncio conformado do poder invisível em todo lugar e momento que seja possível. Grande parte de sua obra foi escrita para falar sobre liberdade, autodeterminação e a importância do respeito às diferenças.

Foi crítico feroz do imperialismo que só legitima um discurso cultural monológico. Sempre mostrou que a História tem que se interrogar

sobre os destinos dos oprimidos. Said, Fanon, Bourdieu, Mariátegui, Darcy Ribeiro, entre outros, foram homens que, ao longo de suas vidas, lutaram contra eurocentrismos, preconceitos, fome, misérias econômicas e sociais, e armaram seus discursos a favor de melhores condições de desenvolvimento para os povos e culturas massacradas pela exploração do capital e por suas elites que se constroem como “verdadeiras colonialidades internas de poder”.³

No mundo contemporâneo, queiramos ou não, o capitalismo está sofrendo mudanças profundas no aparelho do Estado e nas relações capital/trabalho. Noções de globalização, novos conhecimentos tecnológicos e inovações, sustentabilidades são conceitos que se transformaram em formas concretas de poder político e ações sociais em fins do século XX. Na segunda metade do século XIX, as enormes transformações porque passaram o processo industrial e o próprio capitalismo alteraram bastante a relação dos países capitalistas centrais e periféricos. Foi criado um mercado global, industrial, de grandes proporções.

O preço da expansão foi alto para as sociedades africanas. Além do confisco de matérias-primas, da exploração de mão-de-obra, da reordenação de sistemas tribais sob chefias locais convenientes, da artificialidade de fronteiras e de povos desterritorializados e reterritorializados em vários momentos, tudo isto, também, oportunizaria formas de resistências e guerras de libertação nacional. Estes vinte anos de 1950/1970 vão estar presentes em viagens, discursos, imagens de jornalistas, escritores, historiadores, sociólogos. Estas estratégias discursivas sonhavam a construção de nacionalidades possíveis. Muitos escritores combateram através de armas e de palavras. Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Samora Machel e tantos outros.

Muitos jornalistas cobriam estas lutas revolucionárias e faziam das imagens e, também, das palavras, formas de se construírem pactos com memórias, já que as guerras, segundo Weinrich podem ser “orgias de esquecimentos, ao mesmo tempo que flutuam entre a arte do lembrar e do esquecer”.⁴ São memórias de objetos concretos, de dor, de mutilações, se tornam memória de palavras e se transformam em representações nos imaginários de poetas e de artistas. Memória e esquecimento fazem parte de uma mesma face, quando, principalmente, se é obrigado a viver em regimes políticos que dispõem sobre as existências individuais. De uma forma geral, em todas as revoluções, os antigos regimes devem

ser banidos. Ao mesmo tempo, em rápida seqüência, devem ser introduzidos os sinais de uma nova memória que deve aliviar o esquecimento das coisas antigas.

A escrita é uma memória em sua mais, brilhante materialização. É através desta trama viagem, memória, esquecimento que percorro alguns textos de Kapuscinski e de Beatriz Bissio entre as décadas de 50 e 70, num momento em que grande parte das lutas por libertações coloniais, seja no continente africano, na Ásia, na América Latina se misturavam à propostas socialistas ou, pelo menos, anticolonialistas, em tempos de Guerra Fria. Propostas, em grande parte, universalistas, conclamando os povos explorados de todo o mundo a se unirem.

Kapuscinski nasceu na Polônia, estudou História na Universidade de Varsóvia. Foi correspondente do jornal *Sztandar* e, na década de 50, cobriu as lutas anticolonialistas na Índia, Paquistão, Afeganistão, Oriente Médio. Nas décadas de 60 e 70, passa longos anos no continente africano e depois na América Latina. Foi um fotógrafo das periferias pobres das cidades. Um viajante aberto às diversidades, combatente para a valorização da dignidade humana e crítico de um eurocentrismo pouco comprometido com o respeito às diferenças culturais. A primeira vez que estava no continente africano foi em 1957,

Viajei muito. Evitei rotas oficiais, palácios, personalidades ilustres e grande política. Preferi andar em caminhões, acompanhar nômades pelo deserto ou ser hóspede de uma família de agricultores.⁵

Um conceito de Marc Auge, a importância da antropologia do cotidiano, está presente no trabalho de Ryszard. Assim como o conceito de Cartografias de Michel Foucault, onde as práticas e os discursos rompem com as normas, com o hegemônico. Ryszard como Foucault foi o cartógrafo das margens, dos limites e das fronteiras que complexificam, que tornam problemática uma pretensa unidade civilizacional e cultural. Em 1958, está em Gana e observa, como europeus e africanos tem noções distintas de tempo, mesmo quando exaltam a liderança política de Nkrumah.

O europeu vê-se a si próprio como um escravo do tempo, respeita prazos, datas, horas; o tempo africano é um tempo de esperas, pausas, silêncios.⁶

Laços entre tradições, ancestralidades e modernidades se estreitam nas décadas de 60/70. É preciso para percorrê-las conhecer a geografia dos rios, dos trilhos, das estruturas de parentesco, as histórias orais de suas comunidades. Na década de 60, percorre Uganda, Tanzânia, Etiópia, Senegal, Nigéria, e verifica como era complicada a relação memória/esquecimentos. Como esquecer, partilhas, retaliamentos, diferenças étnicas que, pela força, ficaram suspensas momentaneamente com o poder colonial, mas que nas lutas pela independência vieram à tona, incentivadas pelos interesses bipolares da Guerra Fria? Mas as marcas, os traços mais dolorosos dos poderes coloniais foram as dores psicológicas, os complexos de inferioridade construídos pelos tráficos de escravos, ideologia que ainda está presente nos racismos e apartheids.

Terminara a época das promessas e esperanças do anos cinquenta e sessenta. Agora, na década de 70, pós 1975, a maioria dos países do continente africano iniciam sua existência como Estados Independentes.⁷

No livro “Ébano”, as guerras utilizando crianças-soldados se estendem por várias páginas. O autor mostra dezenas de órfãos em busca de comida. O sítio onde é mais fácil encontrá-las é junto ao exército, onde as armas passam a se tornarem instrumentos para a sobrevivência. O jornalista fotografou e escreveu, principalmente, sobre regiões que foram colonizadas por ingleses e franceses. Seu olhar buscava as singularidades de países que mal começavam a nascer, suas lentes se surpreendiam com o Outro que o estimulou a muitas reflexões,

Uma viagem pelo mundo é, de fato, uma viagem de uma província para outra, sendo cada uma única estrela solitária que brilha para si própria. Para as pessoas que nela vivem o mundo real, termina na soleira da sua porta, no limite da sua aldeia, do seu vale. O mundo que fica para além disso, parece-lhe irreal, sem importância e desnecessário, enquanto o pequeno mundo em que vivem assume proporções de cosmos.⁸

Beatriz Bissio, jornalista, hoje também historiadora, documentou, em grande parte, no continente africano, as colônias que foram parte da colonização portuguesa como Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Foi uma das principais jornalistas brasileiras a entrevistar Samora Machel, Agostinho Neto, além de Patrice Lumumba, Fidel Castro, Yasser Arafat, entre outros. Seus textos eram publicados na revista Cadernos do Terceiro Mundo, de quem era diretora,

até 2006, quando a revista deixou de ser publicada. Nas décadas de 70, 80 e 90, quando os chamados “grandes jornais brasileiros” pouco ou quase nada falavam sobre revoluções, sobre as lutas pelas independências das metrópoles colonialistas européias, a revista “Cadernos do Terceiro Mundo” fazia análises críticas e trazia inúmeras informações sobre o continente africano, o asiático e a América Latina.

Ao entrevistar Agostinho Neto, Beatriz mostra, na época, a universalidade das propostas socialistas de então, ela própria e Neiva Moreira ligados ao trabalhismo histórico no Brasil e a Internacional Socialista. Sonhos, utopias, esperanças, estavam presentes nessas lideranças que marcaram as décadas de 60, 70. Dizia Samora Machel, outro entrevistado por Beatriz Bissio, “a Revolução deve fazer a transformação profunda das mentalidades mudando o tipo de relações que os homens devem estabelecer”.⁹

Discursos/Memórias/Histórias através da relação do Lembrar e/ou Esquecer. Num mundo de exacerbação do Mercado de Consumo; de novas formas de exploração na chamada Sociedade do Conhecimento o que sobrou de antigas propostas socialistas de Estado? Será que, realmente, elas tinham mentalidades socialistas?

Se a História foi e sempre será a arte do possível, hoje mais do que nunca, depende da sociedade civil a construção coletiva para novas sustentabilidades sociais. E o país que investir em Educação, em conhecimentos inovadores, ficará sendo a periferia bem sucedida para poucos, números frios em estatísticas bem manipuladas por Estados que, na verdade, só querem louvar “novos imperadores”, como nos diz Ryszard no livro “O Imperador”, história sobre 44 anos de Selassie, na Etiópia. Diz ele, “a vida de quem está no alto nunca é calma; por lá sopram ventos gelados e todos se mantêm encolhidos e atentos cuidando que seu vizinho não o empurre para o abismo”.¹⁰ KAPUSCINSKI. O Imperador. São Paulo, Companhia das Letras, p. 22.

NOTAS:

- ¹ Coordenadora Adjunta do PPGH-UERJ, Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Práticas de Ensino do IFCH-UERJ e Profa. Adjunta de História da África e América Latina.
- ² Revista África21, Maio de 2010, pp. 35
- ³ Sobre este conceito, ver Mariátegui, nos “Sete Ensaios Filosóficos” e Darcy Ribeiro, no livro “O Processo Civilizatório”.

- ⁴ WEIRINCH, Harald. LETE – Arte e Crítica do Esquecimento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, pp. 222.
- ⁵ KAPUSCINSKI, R. Ébano. Campo das Letras, p.9
- ⁶ ibid, p. 26.
- ⁷ KAPUSCINSKI, op. cit., p. 147.
- ⁸ Ibid, p. 196.
- ⁹ LPPE-IFCH/UERJ, CD-ROM Cadernos do Terceiro Mundo, 2008.
- ¹⁰ KAPUSCINSKI. O Imperador. São Paulo, Companhia das Letras, p. 22.

BIBLIOGRAFIA

Revista África 21

– Organização João Melo, maio/2010.

KAPUSCINSKI, Ryszard. Ébano, Febre Africana. Porto, Campo das Letras, 2002.

MARIÁTEGUI. Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana. São Paulo, Alfa Ômega, 1965.

RIBEIRO, Darcy. O Processo Civilizatório. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

ROUANET, Sérgio Paulo. A Razão Nômade. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993.

SAID, Edward. Orientalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. Cultura e Imperialismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Edna Maria dos, et. al. CD-ROM Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, LPPE-UERJ, 2009.

WEINRICH, Harald. LETE: arte e crítica do esquecimento.

Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000

RESUMEN:

En el mundo contemporáneo, guste o no, capitalismo está experimentando profundos cambios en el aparato del Estado y las relaciones de capital y trabajo. Nociones de globalización, nuevos conocimientos tecnológicos e innovaciones, rangos de potencia son conceptos que se han convertido en formas concretas de poder político y acción social en el siglo XX. En la segunda mitad del siglo XIX, las enormes transformaciones porque pasa el proceso industrial y capitalismo muy habían alterado la relación de países capitalistas centrales y periféricos. Ha creado un mercado global, industriales, de grandes proporciones. El precio de la expansión fue alto para las sociedades africanas.

Palabras claves: Memória – Historias – Guerras.

ABSTRACT:

In the contemporaneous world, like it or not, capitalism is undergoing profound changes in the State apparatus and in the capital/labor relations. Notions of globalization, new knowledge and innovations, sustainability are concepts that have become concrete forms of political and social actions in the late twentieth century. In the second half of the nineteenth century, the huge transformations suffered by the industrial process and the capitalism itself changed the relation of quite a list of central and peripheral capitalist countries. It was created a global market, industrial, of large proportions. The price of expansion was higher for African societies.

Keyword :Memories – Histories – Wars.



Autoctonía como fundamento democrático de nossa América

Fabio Luis Barbosa dos Santos

RESUMO:

Este artigo examina os desdobramentos políticos e ideológicos da valorização da autoctonia como fundamento de um projeto civilizatório alternativo defendido por José Martí (1853-1895) para a América Latina no contexto da guerra pela independência cubana (1895-1898).

Palavras chave: José Martí; Cuba; pensamento latino-americano.

INTRODUÇÃO

O cerne da visão de progresso de Martí está na proposição de uma outra modernidade, distinta da ocidental, como projeto histórico e humanístico para a região que denominou Nuestra América. A chave desta outra modernidade é a autoctonia. O líder cubano entende o progresso como a criação de formas políticas, econômicas e culturais próprias, sintonizadas com o espírito – maneira martiana de referir-se à identidade – destes povos. A premissa subjacente é a especificidade histórica de Nuestra América, que emerge como uma cultura particular dotada de universalidade. Assim, a afirmação do estatuto civilizatório de Nuestra América está referida a uma valorização da cultura autóctone, que tem como premissa a superação da dicotomia civilização X barbárie, assentada em uma visão não teleológica da história, que encaminha uma crítica ao homem produzido pelo padrão civilizatório ocidental.

I. AUTOCTONIA COMO FUNDAMENTO

Analisaremos o lugar da autoctonía no pensamento martiano através de dois movimentos: partiremos das premissas que viabilizam a construção de uma visão de mundo e de homem ancoradas na primazia do autóctono para então explorar seus desdobramentos.

José Martí opera com a noção, amadurecida ao longo de sua vivência internacional,¹ de que o continente abaixo do Rio Bravo possui uma

identidade própria, apontando para uma totalidade. Esta unidade é antes espiritual do que material. É a projeção de um ensejo mais do que uma realidade constatável. Está assentada na premissa de um passado comum, que projeta-se no porvenir. Sua fundamentação é portanto, histórica.

Nuestra América, designação madura que Martí adota para esta região, é identificada como uma cultura dotada de uma especificidade expressiva da universalidade humana. Em outras palavras, defende o lugar destes povos como parte integrante e protagonista do concerto mundial de culturas. Neste sentido, a premissa fundamental de Martí é humanista, pois assenta-se em uma suposta identidade fundamental de todos os homens.

Para afirmar o lugar universal da cultura americana em um contexto de dominância do discurso racista e eurocêntrico que emanava desde as potências europeias envolvidas na disputa pela exploração do mundo colonial e incidia com vigor no pensamento encubado nas próprias regiões dominadas, Martí procede a um duplo movimento de historicização: afirmar o estatuto universal da cultura americana, ao mesmo tempo em que enquadra como particular, a cultura ocidental.

A chave da historicização da cultura americana é o conceito de *pueblo nuevo*. A empresa colonial teria interrompido a evolução natural das culturas indígenas, que no entanto não foram destruídas, mas do contato trágico com o europeu plasmou-se um povo que resultou ser nem o aborígine, nem o espanhol, mas um terceiro, cuja expressão plena está en vías de se retomar:

Interrumpida por la conquista la obra natural y majestuosa de la civilización americana, se creó con el advenimiento de los europeos un pueblo extraño, no español, porque la savia nueva rechaza el cuerpo viejo; no indígena, porque se ha sufrido la injerencia de una civilización devastadora, dos palabras que, siendo un antagonismo, constituyen un proceso; se creó un pueblo mestizo en la forma, que con la reconquista de su libertad, desenvuelve y restaura su alma propia (Martí, 2000, tomo 1, p. 110).

Esta possibilidade civilizatória latente, fruto dramático do encontro de culturas produzido no novo mundo, não se traduz em uma visão positiva da conquista,² mas valoriza esta realização histórica conformada a partir de condições tão desfavoráveis: “*Y todo ese veneno lo hemos trocado en savia!*” (Martí, 2000, tomo 2, p. 425).

Assim, apesar da destruição inerente à conquista, é assignado um papel positivo ao influxo espanhol e à incidência européia que se afirmou como o vetor dominante na organização desta nova formação histórica: “(...) el criollo independiente es el que domina y asegura, no el indio de espuela” (Martí, *ibidem*).

A prevalência da matriz européia não diminui a importância central para o deslanche de Nuestra América da integração do indígena como cidadão e do seu patrimônio cultural como fator constituinte desta identidade em formação: “Por el poder de resistencia del indio se calcula cuál puede ser su poder de originalidad, y por tanto de iniciación, en cuanto lo encariñen, lo muevan a fe justa, y emancipen y deshielen su naturaleza” (Martí, 2000, tomo 3, p. 449).³

Daí de um lado, a admiração que professa pelo mexicano Benito Juárez, cujo legado político teve oportunidade de conhecer in loco; e de outro, a constante referência a temas indígenas, cujo motivo subjacente é a defesa do estatuto universal destas tradições, muitas vezes afirmadas no contraste com o legado europeu: “(...) los pueblos eran que no imaginaron como los hebreos a la mujer hecha de un hueso y al hombre hecho de lodo; sino a ambos nacidos a un tiempo de la semilla de la palma!” (Martí, 2000, tomo 1, p. 439)

Assim, Nuestra América surge como o desígnio de recobrar um lugar no concerto universal das culturas, retomando a marcha histórica interrompida pela empresa colonial através da superação deste legado que, ao interromper o curso dos povos aborígenes, ensejou a criação de um pueblo nuevo, cuja senda para a emancipação envolve a atuação criolla consonante com a integração indígena. Esta afirmação do estatuto da cultura americana em Martí supõe uma visão humanista da diversidade dos povos, assentada em universais comuns: “Es una verdad extraordinaria: el gran espíritu universal tiene una faz particular en cada continente.” (Martí, 2000, tomo 1, p. 110)

Condizente com este percurso, a segunda premissa onde assenta-se a visão de mundo humanista de Martí é a superação radical da dicotomia civilização X barbárie, que preside o discurso nas relações estabelecidas entre os europeus e os povos não europeus, marcadas por formas de dominação política e exploração econômica. O cubano desmascara o caráter ideológico deste par conceitual:

(...) el pretexto de que la civilización, que es el nombre vulgar con que corre el estado actual del hombre europeo, tiene derecho

natural de apoderarse de la tierra ajena perteneciente a la barbarie, que es le noble que los que desean la tierra ajena dan al estado actual de todo hombre que no es de Europa o de la América europea (Martí, 2000, tomo 1, p. 450).

Este desmanche crítico é o alicerce de uma visão de homem esvaziada de preconceito e que aponta à igualdade: “El hombre no tiene ningún derecho especial porque pertenezca a una raza o otra: dígase hombre, y ya se dicen todos los derechos” (Martí, 2000, tomo 2, p. 205).

Assim, ao esvaziar o conteúdo ideológico da dicotomia civilização X barbárie, que se apoia em uma visão preconceituosa do homem, Martí abre caminho para um pensamento crítico que parte de pressupostos humanistas e assenta-se na história:

(...) los hombres tienen las mismas penas, y la historia igual, y el mismo amor y que el mundo es un templo hermoso donde caben en paz los hombres todos de la tierra, porque todos han querido conocer la verdad, y han escrito en sus libros que es útil ser bueno, y han padecido y peleado por ser libres, libres en su tierra, libres en el pensamiento. (Martí, 2000, tomo 2, p. 340).

O resultado deste movimento de mão dupla do pensamento martiano, que busca de um lado salientar a condição universal da cultura americana e de outro, confere estatuto particular à cultura européia, é abrir caminho para o lugar central que a noção de autoctonía ocupará na sua visão da história e do homem. Buscaremos agora analisar o seu desdobramento imediato em duas direções: para fora e para dentro da ilha. Ou seja: da relação de Cuba com a história universal e da relação do homem universal com a história cubana.

II. DESDOBRAMENTOS

II.A) PARA FORA

A premissa do conteúdo universal das culturas abre caminho para a valorização do autóctono como a chave necessária para resolver os dilemas colocados pela história. Isto porque, embora dotados de uma semelhança última radicada no humano, os problemas de cada povo se apresentam dotados de uma especificidade correspondente à sua história e à sua cultura. Este postulado desloca o eixo da problematização do progresso, porque esvazia a noção de um modelo civilizatório: “*No hay batalla entre la civilización y la barbarie,*

sino entre la falsa erudición y la naturaleza” (Martí, 2000, tomo 2, p. 482).

Sob esta perspectiva, a cultura européia é de pouca serventia para o enfrentamento dos problemas americanos – resulta uma *falsa erudición* – uma vez que as soluções devem partir do conhecimento da realidade própria – natureza.

Assim, o eixo do progresso não é afirmar um padrão de desenvolvimento histórico que sirva de modelo para o alheio, mas pelo contrário: trata-se de buscar um caminho próprio, afinado com a natureza histórica dos problemas apresentados, recusando-se a cópia como um caminho: “(...) *ni de Rosseau ni de Washington debe surgir Nuestra América sino de sí misma*” (Martí, 2000, tomo 2, p. 483).

A decorrência da ênfase na busca de um caminho próprio, alicerçada na premissa do conteúdo universal das culturas, é uma visão de história desprovida de *telos*, ou seja, que não está referida a qualquer modelo de desenvolvimento histórico. A realização de um povo consiste em afirmar a essência humana que lhe subjaz em potencial, sob a veste de uma cultura própria, através de um percurso histórico único.

Se de um lado não há uma teleologia, de outro toda expressão cultural aponta no humanismo martiano para um horizonte comum, referido em última análise ao substrato cristão que reveste a sua ética: “*Como en lo humano todo el progreso consiste acaso en volver al punto de que se partió, se está volviendo al Cristo, al Cristo crucificado, perdonador, cautivador (...)*” (Martí, 2000, tomo 1, p. 340).

Assim, não se trata de que a história não tenha um sentido – não tem é um modelo de desenvolvimento que sirva à diversidade de circunstâncias históricas. O sentido está não em um padrão civilizatório específico, mas sim na causa última da realização do humano, que em Martí aponta para o amor e que encontra no Cristo uma referência simbólica: “(...) *hay pues, un sentido de la vida y de la historia, como hay una bondad última de todo lo creado (...)*”

Similarmente, a visão de história martiana não tem um motor que propulsione o progresso, mas sim uma vaga noção dialética que aparece naturalizada e imbuída de valores humanistas de inspiração cristã: “(...) *porque con los pueblos sucede como con lo demás de la naturaleza, donde todo lo necesario se crea a la hora oportuna, de lo mismo que se le opone y contradice*” (Martí, 2000, tomo 2, p. 476).

Em suma: ao deslocar o eixo da discussão de progresso, rechaçando qualquer modelo em nome da primazia do autóctono como solução possível, assentado em uma concepção da história que enfatiza a

especificidade das culturas sobre o pano de fundo da identidade universal do humano, Martí assenta as bases para uma visão não teleológica da história, cujo sentido amplo é dado por um mesmo desígnio universal que aponta para valores humanistas de inspiração cristã. Em uma palavra, toda referência a um *telos* e a um motor da história desembocam no conteúdo ético da prédica martiana, ou seja: estão referidos à visão de homem que orienta o seu projeto político.

II.B) PARA DENTRO

O segundo desdobramento da referência à autoctonía no humanismo martiano é o embasamento que dá ao conteúdo democrático do seu projeto nacional. Pois se a cultura americana tem estatuto universal, a sua maturação enquanto *pueblo nuevo* passa pela integração do negro e do indígena como vetores constituintes desta expressão própria.

Na outra face desta universalidade, as culturas européia e estadunidense são encaradas como expressões diversas desta mesma essência humana. Logo, não há porque discriminar seus povos. Antes, é necessário discernir o humano que pulsa entre o cidadão e as engrenagens sociais.

Assim, do ponto de vista político a consequência do humanismo martiano é tripla: se a escravidão é uma herança histórica e não uma questão de raça, o negro deve ser integrado na igualdade do humano: “No hay odio de razas porque no hay razas” (Martí, 2000, tomo 2, p. 71). Se a cultura aborígene tem estatuto universal o seu legado deve ser valorizado: “(...) los gobernadores, en las republicas de indios, aprenden indios (...)” (Martí, 2000, tomo 3, p. 499). Se a identidade no humano preside a diferenciação cultural, não há lugar para a xenofobia em relação ao espanhol: “(...) la guerra no es contra el español sino contra la codicia e incapacidad de España” (Martí, 2000, tomo 3, p. 69). E nem ao estadunidense: “Ni ha de suponerse, por antipatía de aldea, una maldad ingénita y fatal al pueblo rubio del continente” (Martí, 2000, tomo 2, p. 487).

O denominador comum da postura em relação ao negro, ao índio, ao espanhol e ao estadunidense, é um amor proativo, que aponta para a integração nacional sintetizada no lema que Martí propõe para o PRC (Partido Revolucionário Cubano) como norte na condução da guerra: “con todos y para el bien de todos” (Martí, 2000, tomo 3, p. 17).

O lema reflete o recorte que preside a aliança política engendrada pelo PRC para a guerra de independência: não é um corte de classe, mas ético.

Como decorrência, o conteúdo do programa não é fundamentalmente econômico, mas moral. É evidente que ambos tem consequências de classe e econômicas, mas estas não servem como ponto de partida.

Esta primazia da ética no plano das idéias encontra correspondência na formação sócio-econômica cubana, onde a característica do padrão de estratificação social, recém abolida a escravidão, ainda não é marcado pela classificação associada ao capitalismo industrial, ou seja, por um padrão de diferenciação social tipicamente econômico.

Por outro lado, suas raízes intelectuais remetem à tradição crítica do pensamento cubano do século XIX, marcada por uma discussão filosófica de característica ética referenciada no cristianismo. Este debate foi inaugurado pelo religioso Felix Varela em princípios do século e encontrou em Jose Luz y Caballero seu principal continuador, de quem Rafael Mendive, o perceptor de Martí, foi discípulo. Varela conduziu no terreno das idéias um embate contra o escolaticismo em nome do método eletivo, ou seja, da possibilidade de escolher entre várias premissas aquelas que melhor se adequam a um objeto passível de entendimento. Por trás da disputa travada muitas vezes em termos religiosos, estava a proposta de criação de uma ciência cubana, voltada para a compreensão do que se identificava como uma realidade própria e singular. É fácil perceber como as idéias do padre Varela seriam férteis para a germinação do pensamento emancipatório.⁴⁴⁴ Percepção que não escapou à Coroa espanhola. Depois de ser deputado nas cortes, onde apresentou um projeto de abolição da escravidão, Varela radicalizou sua atuação em sentido emancipatório.

III) CONCLUSÃO

Analisamos os desdobramentos da ênfase na autoctonía no pensamento martiano sob dois prismas: para fora, ou seja, do ponto de vista das relações de Cuba com a história mundial; e para dentro, sob o ângulo das consequências para o programa político revolucionário e suas alianças. Neste percurso, constatamos que os dois passam pelo problema da realização do homem martiano: de um lado, não há padrão histórico (telos) para tal; de outro, este projeto deve estar alicerçado no amor (con todos y para el bien de todos). Ambos convergem, através dos caminhos simultâneos da visão de história e da visão de homem, à premissas éticas como alicerce de uma prédica política.

Observamos ainda que há uma tradição crítica do pensamento cubano com a qual Martí toma contato onde aborda-se, de modo mais ou

menos direto, relações entre pensamento e autoctonía, política e cristianismo, nos marcos de uma discussão ética. Nesta tradição sedimentam-se sua formação humanista e sua identidade cubana, fundamentos de uma singular radicalização do pensamento, expressa na noção do amor como critério civilizatório e na concretude que concede ao problema da realização do homem e dos povos, ancorada na percepção de que ambos devem venir de sí: “Ni hombres ni pueblos pueden rehuir la obra de desarrollarse por sí (...)” (Martí, 2000, tomo 3, p. 17).

Esta noção está no núcleo da originalidade da visão de progresso martiana, que resulta na proposição de uma outra modernidade como horizonte civilizatório desejável e necessário para Nuestra América.

NOTAS

- ¹ No exílio, Martí viveu em diversos países da América Latina (Cuba, México, Guatemala e Venezuela), na Espanha e nos Estados Unidos.
- ² Martí sugere que a formação da própria Espanha também se interrompeu então, e deve ser retomado: (...) *la nación española, que con su pueblo inerte en su organismo feudatario, vuelve, bajo el remedo superficial de las formas políticas extranjeras, a la verdad, retrasada por siglos, de sus nacionalidades originales y diversas, fuente lenta y única de su reconstrucción, cegada en el arranque de la independencia contra el moro para alzar sobre ella la unidad que mantuvo, más que la misma religión triunfante, el botín destumbrador de las Américas*. Martí, 2000, tomo 3, p. 233.
- ³ Cumpre notar que a valorização do indígena aparece referida à autoctonía: o projeto de Martí para *Nuestra América* é de característica integradora. Em outras palavras, é a qualidade autóctona do indígena que aparece valorizada e não a especificidade cultural de etnias que aliás, são pouco diferenciadas - como ocorre de forma correspondente com as clivagens de classe.
- ⁴ Percepção que não escapou à Coroa espanhola. Depois de ser deputado nas cortes, onde apresentou um projeto de abolição da escravidão, Varela radicalizou sua atuação em sentido emancipatório. Foi condenado à morte e viveu por décadas nos Estados Unidos, até o fim de sua vida. Teve sua obra proibida em Cuba em 1842, momento em que a contradição entre a escravidão e o imperativo da modernização produtiva sob base assalariada atinge seu pico, parcialmente contornado com o recurso ao imigrante chinês assalariado. ver: Monal e Miranda (org), 2002.

BIBLIOGRAFIA

CENTRO COORDINADOR Y DIFUSOR DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS. *José Martí a cien años de Nuestra América*. Panoramas de Nuestra América. CCYDEL, UNAM, México, 1993.

CENTRO DE ESTÚDIOS MARTIANOS. Anuário del Centro de Estudios Martianos, 22, 1999. Centro de Estudios Martianos, La Habana, 2001.

——— HART, Armando e outros. *Siete enfoques Marxistas sobre José Martí*. Centro de Estudios Martianos, La Habana, 1978.

CUADERNOS AMERICANOS, número 51, mayo/junio 1995. *Martí en América*, diversos autores. UNAM, México, 1995

ESTRADE, Paul. *José Martí, militante y estratega*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1983.

FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. “*Nuestra América*”: 100 años. In: José Martí. *Nuestra América*. Casa Editorial Abril, La Habana, 2000.

———. *Martí en su (tercer) mundo*. Artigo em CD Rom, curso virtual Clacso, América Latina: Reflexiones y autoreflexiones. 2004.

———. *Lectura de José Martí*. Editorial Nuestro Tiempo, Mexico, 1972.

———. *Introducción a José Martí*. Editorial Letras Cubanas, La Habana, 2006.

FORNET-BETANCOURT, RAÚL. *José Martí (1853-1895)*. Madrid, 1998

GUADARRAMA GONZÁLEZ, Pablo. *Martí y el positivismo sui generis latinoamericano*. Em: *Por el equilibrio del mundo*. Diversos autores. Centro de estudios Martianos, La Habana.

KIRK, John M. “*From ‘Inadaptado Sublime’ to ‘Líder Revolucionario’: some further thoughts on the presentation of José Martí*”. *Latin American Research Review* 15, 3 (1980).

MANACH, Jorge. *Martí, El Apóstol*. Editora Popular de Cuba y del Caribe.

MARTÍ, José. *Obras Escogidas*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2000, 3 tomos.

———. *Nuestra América*. Edición Crítica. Centro de Estudios Martianos, La Habana, 2005.

MARTÍNEZ ESTRADA, EZEQUIEL. *Martí: el héroe y su acción revolucionaria*. Siglo XXI, México, 1976.

MONAL, ISABEL e OLIVIA MIRANDA. *Filosofía e ideología de Cuba. Siglo XIX*. Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos. Panoramaas de Nuestra América. UNAM, México, 1994.

———. *Pensamiento Cubano. Siglo XIX*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2002, 2 tomos.

ORTIZ, Fernando. *Martí y las razas*. Publicación de la Comisión Nacional Organizador de los actos y ediciones del centenario y del monumento de Martí. La Habana, 1953.

RODRÍGUEZ, PEDRO PABLO. *De las dos Américas*. Centro de Estudios Martianos, La Habana, 2002.

————— *Nuestra América como programa revolucionario. Em: José Martí a cien años de Nuestra América. Panoramas de Nuestra América. CCYDEL, UNAM, México, 1993.*

————— *En el fiel de América: las Antillas Históricas y el concepto de identidad latinoamericana de José Martí. Em: CENTRO COORDINADOR Y DIFUSOR DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS. José Martí a cien años de Nuestra América. Panoramas de Nuestra América. CCYDEL, UNAM, México, 1993.*

————— *Formación del pensamiento latinoamericanista de Martí. Anuario del Centro de Estudios Martianos, n2, 1979, La Habana.*

TORRES CUEVAS, EDUARDO. *Historia del Pensamiento Cubano. volumen 1, tomo 2. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 2006.*

VITIER, Cintio. *Las imágenes en Nuestra América. In: José Martí. Nuestra América. Casa Editorial Abril, La Habana, 2000.*

————— *Temas Martianos 2. Editorial Letras Cubanas, La Habana, 2005.*

————— *Temas Martianos. Segunda serie. Editorial Letras Cubanas, 1982.*

WEINBERG, Liliana. *Nuestra América en tres tiempos. Em: José Martí a cien años de Nuestra América. Panoramas de Nuestra América. CCYDEL, UNAM, México, 1993.*

ABSTRACT:

This article focuses on the political and ideological consequences of the positivation of autochtony pursued by José Martí (1853-1895) as a fundamental value to his civilizational project known as Nuestra América.

Key-words: José Martí; Cuba; latin american thought.

La semejanza civilizacional entre América Latina y Rusia como base para el diálogo¹

Vershinina Irina M.

RESUMO:

Na minha apresentação gostaria de permanecer na similaridade entre América Latina e Rússia. Porque que este problema chamou minha atenção? Porque cada país cria seu próprio espaço de geopolítico. E aqui eu tenho em mente não só e não tanto um espaço geográfico em que cada um tem seu interesse, e muitas vezes material, mas um espaço sócio-cultural com determinado sistema de valores. Crie tal uma área pode apenas com países que você tem algo em comum. É extremamente importante na condições atuais da globalização agressiva para o Estado nacional da globalização que, na minha opinião, não vincula mas separa os países e povos e até mesmo pessoas no âmbito de um país.

Palavras chaves: Estado Nacional -Civilização -Cultura.

En mi ponencia quisiera quedarme en la semejanza civilizacional entre América Latina y Rusia. ¿Por qué es este tema que ha traído mi atención? Porque cada país crea su propio espacio geopolítico. Y aquí tengo en cuenta no sólo y no tanto un espacio geográfico en el cual cada uno tiene su interés, y a menudo material, sino un espacio sociocultural con el sistema determinado de valores. Crear tal espacio se puede sólo con los países con los que tienes algo en común. Es sumamente importante en las condiciones de hoy, de la globalización agresiva para con el Estado nacional, de la globalización que, según mi parecer, no une sino separa los países y pueblos y hasta la gente en el marco de un país.

En relación con lo dicho me gustaría quedarme en lo que une a nuestros pueblos. ¿Por qué a pesar de todas las peripecias del siglo XX, períodos recesivos y de activización en nuestras relaciones, volvemos a salir a nuestro encuentro? ¿Por qué discutir los diferentes problemas del ser actual con la gente de su continente es más fácil? ¿Por qué estás seguro de que te comprenden o por lo menos tratan de hacerlo sin imponer su percepción del mundo y sin considerarse seres superiores? Puedo decir que esto ocurre por coincidir muy a menudo nuestras

apreciaciones de lo que está pasando en el planeta y nuestro modo de ver el mundo. Lo que, a su vez, está condicionado por la semejanza de nuestros fundamentos civilizacionales. Justamente por eso me gustaría quedarme en los rasgos que nos unen, América Latina y Rusia.

En primer lugar hay que notar que los procesos que pasan en el espacio latinoamericano y el de Rusia, que ocupa la mayor parte del continente eurasiático, afectan, de una manera u otra, a la humanidad en general, y al Occidente en particular. Con esto explicaría su atención a nuestros países.

Segundo, nos hace parejos la pluralidad y diversidad de nuestros sistemas civilizacionales. En el espacio espiritual y geográfico de Rusia y América Latina existen y interactúan las diferentes culturas y etnias, la pluralidad de las cuales fue una reacción adaptativa de la población a las condiciones naturales y culturales locales y que además resultó condicionada por la experiencia histórica. Todo esto hace nuestros sistemas civilizacionales muy complicados, a veces bastante contradictorios, en los cuales se observa la predominancia de la diversidad sobre la unidad.

El componente natural siempre ocupaba y sigue ocupando un lugar de importancia en nuestros sistemas. El entorno natural a lo largo de la historia de Rusia causaba un gran impacto no sólo en la espiritualidad y el carácter psicológico de una persona rusa, sino también formaba la mentalidad económica rusa y influía en aparecer las diferentes formas de gestión económica. A pesar del progreso técnico y los distintos logros en esta esfera, el factor de la naturaleza, continua jugando un gran papel en el desarrollo de Rusia, aunque muchos científicos y políticos lo consideran como “el determinismo geográfico” que parece no tiene nada que ver con las leyes “objetivas” del desarrollo progresivo de la humanidad.

Lo mismo podemos ver en América Latina, sobre todo en los países con un porcentaje elevado de la población indígena que solía ver al hombre en su unidad con su medio ambiente, es decir con la naturaleza en sentido lato. La semejante actitud era característica para la cultura campesina en Rusia que hasta la mitad de los años 50 del siglo pasado se quedaba un país con la mayoría campesina. Igual a la población autóctona de América Latina el campesinado ruso obedecía a los ritmos de la naturaleza. Y como para los indios de América Latina para él la Tierra siempre era Madre. De aquí viene la expresión que antes existía

en el ruso la Madre Tierra, que por desgracia casi cayó en desuso. Y no para nada usó esta misma combinación de palabras el presidente de Bolivia Evo Morales diciendo la Tierra Madre.

Sin embargo, igual a Rusia del período del desarrollo industrial que había comenzado en el siglo XIX, en los países latinoamericanos predominó la tendencia opuesta que pretendía al progreso tecnológico y explotación industrial de los recursos naturales. No fue sólo el deseo de adaptar la naturaleza a las necesidades humanas sino principalmente someterla a la voluntad del hombre y transformarla en adecuación con los estándares europeos y norteamericanos.

Y tales características latinoamericanas como el sometimiento de una personalidad a la comunidad en varias formas, del comunal al estado, por una parte, y al mismo tiempo el individualismo extremo, la aspiración a la libertad sin límites, a la voluntariedad total, por otra, ¿es que no recuedan a nosotros, los rusos, nuestros propios rasgos de los cuales los filósofos rusos ya escribieron hace un siglo y que no han desaparecido hasta hoy día. Y nuestro olvido, nuestra negligencia del pasado que muy a menudo nos hacen cambiar la trayectoria histórica de una manera radical, que nos hacen sufrir y pasar las negras hasta que la vida nos recuerde: “algo parecido ya nos ocurría, que a pesar de todo tenemos nuestra propia experiencia en la cual nos podemos apoyar”. ¿Es que no es característico para los latinoamericanos que también tienen la propensión de negar el pasado, desestimar la experiencia del período anterior tratando de empezar cada nueva etapa de cero. Me parece que esta cualidad, no siempre positiva, es resultado de la contradicción y complejidad de los caracteres ruso y latinoamericano que están en búsqueda eterna de como crear el mundo justo.

Hay un hecho más en nuestra historia que nos une, es la fuerte influencia externa que en muchas ocasiones obstaculizaba la creación de la identidad propia. En Rusia este factor siempre fue un gran problema. A lo largo de los siglos el desarrollo de la sociedad rusa política- y culturalmente se iba condicionado por el impacto intensivo desde afuera, tanto de la parte del Occidente, como de la del Oriente. Esta influencia tenía no sólo un carácter cultural sino frecuentemente tomaba un carácter extremado exponiendo al pueblo ruso a la amenaza de desplazamiento y exterminio. Precisamente por esta razón en Rusia el Estado y la Religión, posteriormente la Ideología, adquirieron tanta importancia; ellas se presentaron como un herramienta de la consolidación y defensa de la sociedad. Pero si tenemos en cuenta las

condiciones difíciles naturales que hacían a la gente unirse en un colectivo (comunidad) para la explotación agrícola, será comprendido porqué en Rusia, igual a América Latina, la característica típica de la conciencia de la mayoría de la sociedad, y no sólo de los que apoyan la idea del status especial civilizacional de Rusia, es la primacía de lo colectivo sobre lo individual. Con eso en nuestro país, a pesar de todos los intentos de hacer desaparecer el colectivismo en la conciencia y actitud de la gente y implantar en vez de él individualismo occidental, aquel sigue existiendo y aparece sobre todo en los peores y más difíciles momentos de la vida.

El colectivismo basado en las relaciones de la ayuda mútua y compasión es un rasgo característico más del arquetipo ruso y latinoamericano (que proviene de la tradición indígena). En la conciencia de la mayoría de la población rusa todavía el pronombre “Nosotros” prevalece sobre el “Yo”.

En ambas regiones, según mi parecer, la influencia externa es una expresión del dualismo en el proceso civilizacional. ¿Qué quiero decir? Que tanto en América Latina como en Rusia el carácter de este a lo largo de su historia fue determinado por la interacción de dos tradiciones cualitativamente heterogéneas, al principio muy ajenas una de otra. En América Latina estas dos tradiciones fueron la del mundo autóctono indígena y la de la civilización occidental, luego esta interacción se observaba entre la civilización latinoamericana emergente y la tradición del Occidente.

Algo parecido pero un poco en otra forma vemos en Rusia donde en el proceso civilizacional se mezclaron la tradición occidental y la oriental lo que fue determinado por situar el país en el territorio del continente de Eurasia. Más tarde la discusión se desarrollaba alrededor de la cuestión: si Rusia es Europa o presenta la civilización especial con sus propios rasgos.

Con nueva fuerza este problema se plantea en los tiempos que corremos, en los tiempos de disturbios, de la crisis, que es la crisis financiero-económica solo a primera vista, pero en realidad resulta ser la crisis civilizacional y de formación, que es la crisis del modelo capitalista occidental. Nuevamente este dualismo mencionado parte nuestra conciencia, nuevamente nos agitamos entre dos tradiciones, volviendo a reflexionar en quienes somos, que hacer, por que camino avanzar.

Quedándome en lo común entre nuestros pueblos, quería mostrar la cercanía civilizacional, cultural de ellos que en mucho facilita el diálogo entre nosotros, que puede ser una base para los estudios conjuntos

fructíferos de los problemas actuales, para revelar las causas reales y no inventadas de la crisis con el fin de buscar las vías de salir de ésta. Y estoy segura de que podemos hacerlo, podemos afrontar la realidad como es, negar a las fórmulas cómodas y habituales con las cuales tratan de explicar lo que está pasando ahora. En primer lugar esto significa renuncia a las alegaciones a “las condiciones sistémicas” y “circunstancias objetivas” que parecen estar por encima de nuestras “posibilidades subjetivas”. Hay que proponer nuestra alternativa, la alternativa de “lo otro posible”.

Por mí esta alternativa de “lo otro posible” no vendrá de los países occidentales porque aquí el nivel del desarrollo económico no tiene ninguna importancia sino, por el contrario, el nivel material más alto más bien obstaculiza y no ayuda ver las causas verdaderas del estado actual de la humanidad (concientemente yo no reduzco todo simplemente a la crisis) y no adelanta a buscar salidas alternativas. Para los que han alcanzado un paraíso material (económico) en este mundo, la historia termina. Y otros, que están tras de las puertas en ese “paraíso”, se encuentran en el punto de escoger la alternativa histórica.

La nueva alternativa estará relacionada con las civilizaciones cuya concepción del mundo no está dirigida hacia sus adentros, que toman los problemas de la humanidad como los suyos y sus propios los vean como una parte de los mundiales; con las civilizaciones donde aún existe el espíritu pasionario, que todavía siguen llevando la energía social y teniendo el sentido vivo de la justicia.

En primer lugar estas civilizaciones, por mi profunda convicción, son la latinoamericana y la rusa, aunque a alguien lo parezca muy raro.

En conclusión me gustaría formular unas tesis que deben ser consideradas al proponer el modelo alternativo de que he dicho:

1. Renuncia decisiva al economicentrismo (materialismo extremo) con su “totalitarismo de la producción para la producción”, con su ideología del progreso, con su trato utilitario con las cosas, naturaleza, ideas y realidades sociales, orientado a la maximización de la eficacia, al pragmatismo, a la dirección y obediencia, y exterminando todo lo ideal, todo lo que es superestructura.
2. Ruptura con el modelo global de desarrollo que se comenzó a llevar a cabo después de la desintegración de la URSS. Su realización iba acompañando con aparecer el nuevo tipo de la gente, “nómadas globales” interesados en crear estructuras de

gobierno supranacionales, globales. Ellos no sólo desdeñan las particularidades y especificidad locales y nacionales sino se caracterizan por la extrema irresponsabilidad en decisiones.

3. Rehabilitación del Estado nacional tradicional por ser sólo este capaz de asumir la responsabilidad ante su pueblo de las decisiones que toma. Sólo en este tipo de Estado se puede hablar del desarrollo de la democracia basandose en las tradiciones nacionales y su propia experiencia histórica.

NOTAS

- 1 En la preparación de su ponencia la autora usó la obra del científico ruso Y. Schemiakin “America Latina y Europa: interacción de las civilizaciones en el contexto de historia mundial”.

RESUMEN:

En mi ponencia quisiera quedarme en la semejanza civilizacional entre América Latina y Rusia. ¿Por qué es este tema que ha traído mi atención? Porque cada país crea su propio espacio geopolítico. Y aquí tengo en cuenta no sólo y no tanto un espacio geográfico en el cual cada uno tiene su interés, y a menudo material, sino un espacio sociocultural con el sistema determinado de valores. Crear tal espacio se puede sólo con los países con los que tienes algo en común. Es sumamente importante en las condiciones de hoy, de la globalización agresiva para con el Estado nacional, de la globalización que, según mi parecer, no une sino separa los países y pueblos y hasta la gente en el marco de un país. Palabra clave: Estado Nacional – Civilización – Cultura.

ABSTRACT:

In my presentation I would like to remain on the similarity between Latin America and Russia. Why did this issue catch my attention? Because every country creates its own geopolitical space, and here I have in mind not only a geographical space, where each one has its interest, a lot of material, but an area with socio-cultural value system. Only countries that have something in common can create such area. It's extremely important in the present conditions of aggressively globalization toward the nation state, globalization, which in my opinion, is not binding but it separates the countries and peoples and even people within a country. Key word: National State – Civilization – Culture.

Max Weber: considerações sobre sua identidade teórica a partir de uma metáfora musical

José D'Assunção Barros¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo desenvolver algumas considerações sobre as relações entre Objetividade e Subjetividade na Sociologia de Max Weber e em seu pensamento historiográfico. Para guiar nossas reflexões sobre este sociólogo-historiador, estaremos usando a metáfora do ‘acorde teórico’ – uma metáfora emprestada à Música – de modo a pensar a interação entre alguns elementos que constituem a ‘identidade teórica’ de Max Weber. A principal obra de Weber que estaremos analisando será *Objetividade e Subjetividade nas Ciências Sociais* (1904), através da qual será possível desenvolver algumas considerações sobre a questão examinada. Palavras-chave: Max Weber, Objetividade, Subjetividade.

A produção intelectual de Max Weber (1864-1920), um sociólogo que trabalhou diretamente com temáticas históricas, coloca um problema interessante para a Historiografia. Em alguma medida, este sociólogo-historiador parece, para as análises historiográficas mais habituais, se situar em uma posição intermediária entre um cientificismo de cunho tendente ao Positivismo, que acredita na possibilidade de alcançar resultados objetivos e únicos para um mesmo objeto de pesquisa sob determinadas condições de construção do conhecimento, e um Historicismo que já deixa entrever claramente uma posição relativista, uma vez que admite uma complexa subjetividade do próprio sujeito de conhecimento, além da singularidade e historicidade do objeto de estudo das ciências sociais (rejeitando as generalizações e universalismos positivistas, para este caso)². Em vista disto, não são raros os autores situarem Max Weber entre dois paradigmas – o Positivista e o Historicista. Por outro lado, proporemos neste artigo a utilização de um recurso novo, a metáfora do “acorde teórico”, de modo a um empenho em apreender a complexidade do pensamento teórico weberiano.

Um acorde, na música, é uma entidade sonora que integra diversas ‘notas musicais’. Estaremos utilizando esta imagem para nos referirmos

à complexidade da identidade teórica de Max Weber: um autor que assimila diversas ‘notas de influência’, emprestando-lhes novos sentidos, e que também integra no seu ‘acorde teórico’ elementos originários de paradigmas vários. A esta complexidade, contudo, Max Weber dotou de uma coerência impar, que faz sua obra ser dotada de uma especial unidade teórico-metodológica.

Começaremos por ressaltar o fato de que o reconhecimento da complexa ‘subjetividade que atinge o próprio sujeito de conhecimento’, além da cuidadosa atenção à ‘historicidade de cada objeto de estudo’ pertinente às ciências sociais³, faz com que Max Weber se aproxime solidariamente do Historicismo, e por isto aqueles devem ser considerados os dois elementos que constituem a nota fundamental de seu acorde teórico. Dito de outra forma, esse duplo reconhecimento das intersubjetividades presentes simultaneamente no objeto da História e no sujeito que produz a História permitem que, de algum modo, possamos propor a idéia de que a base fundamental de Max Weber é o Historicismo, ou pelo menos um tipo de historicismo à maneira weberiana. Já o primeiro aspecto antes referido, o interesse em fixar a “neutralidade” como uma possibilidade e como uma exigência científica que se coloca ao cientista social, deixa entrever em Weber um traço Positivista⁴. A ambição de assegurar uma neutralidade científica à maneira positivista constitui, portanto, a segunda nota do ‘acorde Weber’, embora uma nota bem menos intensa do que a nota historicista. Outra maneira de compreender esta delicada combinação, se não quisermos utilizar a metáfora do acorde, é a já mencionada possibilidade de visualizarmos Max Weber como um autor situado entre dois paradigmas, o do Historicismo e o do Positivismo, tal como propõem alguns autores.

Em um de seus mais conhecidos textos teórico-metodológicos, o ensaio *A Objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais* (1904) – escrito para integrar o editorial de abertura de uma Revista por ele dirigida – Weber chega a explicitar a sua adesão à base historicista através do reconhecimento de que, de alguma maneira, ele mesmo pertence à “escola histórica alemã”; mas faz isto sem deixar de marcar muito claramente o seu distanciamento em relação àquele ramo realista do Historicismo que pode ser referido ao modelo rankeano⁵. Assume, portanto, um alinhamento em relação ao ramo mais relativista do Historicismo. Também chega, no mesmo texto, a se posicionar no âmbito dos historiadores da cultura, por oposição aos “historiadores políticos”⁶.

Este é o primeiro traço de sua identidade teórica assumido abertamente, mas há ainda outros.

Existe, ainda, um harmônico oculto em Weber. Muitos autores consideram a perspectiva de que boa parte da obra de Weber, ou ao menos uma parte importante, constitui uma resposta a Marx. Se a posição política de Weber o distancia do Materialismo Histórico, inegavelmente os problemas levantados por Marx e Engels constituíram perturbações importantes que motivaram o sociólogo alemão a buscar suas próprias respostas para determinadas questões sociais, para a questão da posição do cientista na sociedade, para os aspectos que concernem à teoria e metodologia envolvidas na produção de conhecimento nas ciências sociais. O diálogo de confronto em relação a Marx está por vezes explícito no estilo polemista tão típico de Weber, mas também não serão raras as situações em que este diálogo estará implícito na utilização de um vocabulário de referência⁷. Naturalmente que há pontos mais claros de confronto entre as posições de Weber e certas tendências apresentadas pelo Materialismo Histórico de sua época, sendo a principal delas a rejeição weberiana do determinismo, seja no aspecto sincrônico (a base que determina a superestrutura), seja no seu aspecto diacrônico (a possibilidade de se falar em um curso determinável dos processos históricos). Ao mesmo tempo, existe um ambiente de discussão em comum.

À partida, tal como ocorre com Marx, a preocupação de Max Weber com a base econômica da sociedade mostra-se central em boa parte dos seus trabalhos⁸. Ao mesmo tempo, a Alemanha, na época em que Weber exerceu a sua atividade acadêmica, estava particularmente agitada por movimentos sociais, e por isso o sociólogo alemão sentiu-se chamado a trazer uma resposta a estas inquietações sociais, o que o levou a dialogar implicitamente com o Marxismo, uma vez que uma vertente do Materialismo Histórico vinha sendo adotada por algumas das principais lideranças do movimento operário alemão nas primeiras décadas do século XX. Por fim, tal como para Marx, a questão da vida humana sob o Capitalismo foi certamente um dos grandes temas de estudo de Max Weber. Em Weber, pode-se mesmo dizer que o grande tema que estará sempre presente, ou como objeto direto de estudo ou como preocupação e valor que motiva a escolha de uma diversidade de outros temas históricos, é o do moderno Capitalismo e de suas relações com uma forma específica de racionalidade e comportamento que ele mesmo

produz⁹. As escolhas e motivações de Max Weber e Karl Marx, portanto, de alguma maneira se aproximam, e não é por acaso que muitos autores se empenharam não apenas em examinar o contraste entre estes dois autores paradigmáticos, como também as suas semelhanças e pontos de possíveis diálogos¹⁰. Vale lembrar que Weber registra, também no texto “Objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais”, uma passagem particularmente elogiosa em relação a Karl Max, mas sempre desconfiada em relação aos usos equivocados que possam ser feitos de suas formulações teóricas. Começa por se desculpar por não ter abordado Marx especificamente naquele texto, mas prometendo concretizar a partir dali um verdadeiro programa de estudos sobre o pensamento de Marx e os desdobramentos do Materialismo Histórico:

“Intencionalmente, deixou de ser demonstrada a nossa concepção no exemplo de longe o mais importante de construções de tipo ideal: o de Marx. E isto para não complicar a exposição com a introdução das interpretações de Marx, e também para não antecipar as futuras discussões de nossa revista, nas quais se submeterão a uma análise crítica das obras escritas sobre este grande pensador ou inspiradas nas suas doutrinas. Limitamo-nos a constatar aqui que todas as ‘leis’ e construções do desenvolvimento histórico especificamente marxistas naturalmente possuem um caráter de tipo ideal, na medida em que sejam teoricamente corretas. Quem quer que tenha trabalhado com os conceitos marxistas, conhece a eminente e inigualável importância heurística destes tipos ideais, quando utilizados para compará-los com a realidade, mas conhece igualmente o seu perigo, logo que são apresentados como construções com validade empírica ou até mesmo como tendências ou ‘forças ativas’ reais (o que, na verdade, significa metafísicas)” (WEBER, 2008, p.118-119)

Max Weber atribui às formulações teóricas de Karl Marx o estatuto de “tipos ideais” (conceito que se refere a um recurso metodológico weberiano no qual nos deteremos em maior profundidade mais adiante), e rejeita veementemente as intenções de compreendê-las como construções que anunciam algo como as “leis da história”. O principal ponto de confronto entre o ‘acorde teórico’ de Max Weber e este seu harmônico oculto, o Materialismo Histórico de Karl Marx, encontra-se certamente

na rejeição weberiana da determinação unilinear da esfera econômica sobre as demais esferas da vida social (as esferas política, religiosa, jurídica, artística e outras). Hoje em dia, com mais de um século de rediscussões sobre a questão do determinismo a partir das diversas correntes teóricas que surgiram no interior do Materialismo Histórico – da Escola de Frankfurt à Escola Inglesa do Marxismo, apenas para mencionar duas das mais proeminentes posturas críticas – as posições de Weber parecem se aproximar de algumas correntes marxistas que também rejeitaram o padrão de determinação unilinear da “base” sobre a “superestrutura”. Na época de Weber, no entanto, certos setores do Materialismo Histórico haviam engessado em doutrina alguns princípios com os quais Marx trabalhara de modo bem mais flexível. O chamado marxismo-leninismo estava a propor uma variação do materialismo histórico para o uso político; não tardaria a surgir a proposta stalinista para um determinismo econômico que deveria reger a noção de uma história que se encadeava em etapas necessárias. Max Weber, em 1905, estava particularmente preocupado em mostrar que as diversas esferas da vida social detinham um potencial de autonomia e uma lógica específica, e que nos vários momentos históricos estas várias esferas da vida social poderiam se articular de modos diferentes umas às outras. Desta forma, o sociólogo alemão estava preocupado em restituir a complexidade ao jogo de interações dinâmicas que se estabelece entre as várias esferas – econômica, política, jurídica, artística, religiosa – e isso de acordo com cada contexto histórico, que pode trazer para a centralidade estas ou aquelas esferas e também apresentar novas formas de articulações entre elas. Esta defesa da complexidade histórica esteve por trás da obra mais conhecida de Max Weber: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905), e não há como negar que este ensaio introduz o diálogo dissonante de Weber com um dos seus harmônicos ocultos, o Materialismo Histórico.

Existe ainda, por outro lado, outro aspecto fundamental que aproxima Weber mais a Marx do que aos tradicionais sociólogos positivistas, tais como Comte ou Durkheim. Enquanto Augusto Comte trabalhava com a perspectiva de uma “conciliação de classes”, a ser conduzida sob a égide da burguesia industrial, e ao mesmo tempo em que Durkheim via na “divisão social do trabalho” uma forma de “suavização da luta pela vida”¹¹, Weber será sempre um analista do conflito. Na análise social, teremos entre alguns de seus temas preferidos os esquemas e formas de dominação e de perpetuação do poder, assim como a luta permanente

do homem e dos grupos humanos no interior da sociedade e entre sociedades distintas, ou a própria luta pela existência em si mesma; na reflexão teórico-metodológica, teremos no reconhecimento e na análise dos valores irreconciliáveis uma das tônicas da perspectiva weberiana do conhecimento, apesar do dedicado empenho em buscar e sustentar a possibilidade de chegar a um tipo de conhecimento “objetivo” para as ciências sociais. Seja no que se refere ao âmbito social e político, à esfera das idéias ou à própria vida diária, a “luta” é um conceito inerente à análise weberiana. Essa perspectiva de aceitação do conflito como instância inevitável da vida humana e da história, embora dotada de suas especificidades para cada caso, aproxima Marx e Weber, ou também este último de alguns os historicistas franceses do período da Restauração, como Thierry e Guizot, que já viam as “classes sociais em luta” como uma instância primordial a ser examinada pela História¹². Por fim, a perspectiva weberiana de um devir atravessado por conflitos também aproxima o sociólogo de um filósofo que, àquela altura, já tinha se tornado bem conhecido: Friedrich Nietzsche. Seria este mais um de seus harmônicos ocultos?¹³ De todo modo, o “poder” e a luta pelo poder, suas formas de perpetuação e de expressão, o papel do Estado nas sociedades modernas, tornam-se temas centrais para Max Weber. A atenção ao “político”, ao lado da preocupação com a “economia” e da inclinação aos estudos sobre as formas de “religiosidade” e outros aspectos culturais, constituem a tríade temática fundamental de Max Weber, vindo a constituir uma nota proeminente do seu acorde teórico¹⁴.

Traço importante da ‘identidade teórica’ weberiana, de especial interesse para compreender a sua concepção historiográfica, é o que se refere à necessidade de um diálogo permanente entre o Presente e o Passado que está sendo analisado pelo historiador ou pela sociologia histórica. Já vimos este ponto como um aspecto importante de certos setores do Historicismo, e também o encontraremos amiúde nas várias perspectivas teóricas ligadas ao Materialismo Histórico. Em Max Weber, será possível surpreender sempre, por trás das escolhas temáticas e problemáticas, a preocupação com alguma questão do presente do pesquisador que se impõe como motivação primordial para a determinação do tema da pesquisa e para o encaminhamento da mesma. Weber refletirá explicitamente sobre isto, conforme veremos a seguir, e também praticará este diálogo de temporalidades na sua própria atividade de pesquisa e de reflexão sobre temáticas específicas. Não é por acaso

que a primeira fase de sua produção, que trará títulos como *A História Agrária de Roma e sua importância para o Direito Público e Privado* (1891) e *Causas Sociais do Declínio da Cultura Antiga* (1896), enquadram cronologicamente o período no qual realizou uma minuciosa pesquisa sobre a situação agrária da Alemanha (COHN, 2008, p.18). Não raro, o sociólogo Max Weber estará estudando um tema que reverbera no tema histórico que está sendo examinado concomitantemente pelo historiador Max Weber, e vice-versa. A escolha ou constituição de um objeto histórico, conforme veremos com a próxima nota, é para Max Weber ditada pelos valores do tempo presente e pelos interesses e pontos de vista do sujeito que produz o conhecimento, e o pesquisador das ciências humanas deve assumir esta ligação com plena consciência, o que certamente o vincula mais uma vez à perspectiva historicista.

Esta questão, aliás, é tão importante quanto delicada e complexa em Max Weber, pois para o sociólogo alemão o reconhecimento da repercussão dos valores e posicionamentos éticos do pesquisador nos primórdios do trabalho científico não significa que novas decisões éticas possam ser geradas como produtos finais do trabalho científico, e tampouco que a ciência deva ser colocada a serviço da política. Ou, ao menos, os seus resultados não podem ser determinados ou atrelados aos interesses políticos, não podem ser evocados como imperativos para impor tomadas de posição com relação a questões políticas. Tal como discutirá Weber em dois textos intitulados “Ciência como Vocação” e “Política como Vocação” (1919), a postura do cientista diferencia-se radicalmente da postura do político de ação, do homem prático. Embora o cientista tenha seu trabalho interferido inicialmente por juízos de valor, as suas conclusões não podem produzir juízos de valor, o que já ocorre necessariamente nos encaminhamentos a serem tomados pelo homem que exerce a atividade política. De igual maneira, Se a ciência é interferida, à partida, pela Política (pelas relações de poder e posicionamentos perante os vários poderes), na saída, a Ciência deve se considerar apolítica. Ademais, a ciência está capacitada para dizer o que se “pode fazer”, mas não o que se “deve fazer”. Em “Ciência como Vocação”, Weber registra um exemplo:

“Certamente uma coisa é tomar uma posição política prática, e outra coisa é analisar cientificamente as estruturas políticas e as doutrinas dos partidos. Se, em uma reunião política, discute-

se a democracia, não se faz segredo da posição pessoal adotada e a necessidade de tomar partido de maneira clara se impõe, então, como um dever maldito. As palavras empregadas em uma ocasião como esta não são mais instrumentos de análise científica, mas constituem apelo político destinado a solicitar que os outros tomem posição. Longe estão de serem relhas de arado para remexer o campo imenso do pensamento contemplativo, constituindo-se em gládios para conter os adversários, ou, em outras palavras, meios de combate. Empregar palavras dessa maneira numa sala de aula seria torpe. Em um curso universitário, quando se manifesta a intenção de estudar, por exemplo, a democracia, procede-se ao exame de suas diversas formas, do devido funcionamento de cada uma delas, e indaga-se pelas conseqüências que uma e outra acarretam. A seguir, à democracia opõem-se as formas não-democráticas da ordem política e tenta-se levar essa análise até a medida que o próprio ouvinte se ache em condições de encontrar o ponto a partir do qual poderá tomar posição, fundamentado em seus ideais básicos” (WEBER, 2009, p.45-46)¹⁵.

A “nota de topo” do ‘acorde Max Weber’, sob a qual se desenvolve uma harmonia que termina por assegurar a singularidade de uma obra extremamente original no que concerne à maneira de entender a produção do conhecimento científico, é a da ‘filosofia neo-kantiana’¹⁶. Desta, Max Weber extrairá em especial a sua distinção entre “fatos” e “valores”, um aspecto que veremos ser bastante importante para a concepção de Weber sobre o jogo entre objetividade e subjetividade. Neste aspecto em particular, o autor que mais influenciou Weber, e que neste sentido pode ser considerado um dos harmônicos presentes na nota neo-kantiana do ‘acorde Weber’, foi Heinrich Rickert (1863-1936).

Rickert foi um dos fundadores da chamada “filosofia dos Valores”, e também um dos membros mais destacados da Escola de Baden, que também contou em seus quadros com o nome de Wilhelm Windelband (1848-1915). Ao ressaltar que as ciências humanas e as ciências naturais não se distinguem pelo tipo de objetos de estudo a que se dedicam, mas sim pelo tipo de procedimentos adotados, Rickert acompanha a divisão que já havia sido proposta por Dilthey e Windelband entre as ciências naturais e as ciências humanas no que concerne ao padrão metodológico,

reforçando a posição destes autores de que as ciências naturais utilizariam métodos *nomotéticos* (voltados para a descoberta de leis), e que as ciências humanas tenderiam ao emprego de métodos *ideográficos* (aqueles que buscam descrever ou apreender os fenômenos singulares)¹⁷. Por outro lado, enquanto Dilthey situava a oposição entre os dois tipos de ciência nos termos de “ciências naturais” e “ciências do espírito”, Rickert preferiu opor ao “natural” ao “histórico” (ou ao “cultural”), o que lhe permitiu refletir de maneira mais rica sobre campos de saber intermédios como o da Psicologia, que embora tivesse por objeto de estudo a alma humana, estaria em busca de leis como as diversas “ciências naturais”¹⁸.

Para além desta discussão sobre a especificidade das ciências humanas frente às ciências naturais, a principal contribuição de Rickert foi chamar atenção para o fato de que qualquer objeto de estudo nas ciências humanas, já de saída, é sempre definido por “valores” já trazidos pelo pesquisador¹⁹. Esta idéia se mostrará basilar para Max Weber, e ele irá aprofundá-la em novas direções: seria a partir de valores relacionados à nacionalidade, à religiosidade, e a outros aspectos, que um tema é escolhido para pesquisa. Portanto, não há neutralidade possível já desde a semente mais primordial que irá desencadear a produção de um conhecimento no âmbito das ciências humanas. Veremos mais adiante a solução que Max Weber dá para este dilema: como produzir um conhecimento objetivo, se já desde a própria escolha do seu objeto de estudos o pesquisador das ciências humanas e sociais está atravessado por subjetividades que orientam seus interesses de estudo? Esta pergunta, e a resposta que se pode dar a ela, repercute como um insistente baixo *ostinato* no acorde teórico de Max Weber.

Quanto à metodologia weberiana, podemos lembrar aqui uma nota importante no acorde teórico de Weber: o ‘comparativismo’. Frequentemente, Max Weber trabalhou metodologicamente com a comparação, além de também revelar uma tendência a escolher temas que podem ser classificados no âmbito da ‘sociologia comparada’ ou da ‘história comparada’. Desenvolveu pesquisas, por exemplo, sobre as cidades e outros tipos de formações urbanas em períodos diversificados, que vão da Antiguidade aos tempos contemporâneos. Interessou-se também pelos padrões de religiosidade, pelas formas de dominação política, e por diversos outros assuntos que, de alguma maneira, sempre pôde abordar pelo método comparativo.

A questão que mais nos interessa no momento, tal como a proposta estabelecida no início deste artigo, é a da interação entre subjetividade e objetividade no processo de produção do conhecimento, na História e nas demais ciências humanas. É nesta questão que iremos nos deter, pois a obra de Max Weber é extremamente rica em muitos outros aspectos e requereria muito mais espaço para discussão. Para a questão que nos interessa, é oportuno considerar que Max Weber procura dar conta da conquista de uma objetividade efetiva no processo de conhecimento através daquilo que, conforme o próprio sociólogo alemão postula, constituiria uma “neutralidade ética”. Em algumas oportunidades, Weber se referirá a esta neutralidade ética como um “dever elementar de autocontrole científico” (WEBER, 2008, p.114). Este é o ponto exato no qual a abordagem weberiana e as ambições positivistas de neutralidade parecem se tocar.

Posto isto, a riqueza e complexidade da ‘identidade teórica’ weberiana encontram-se no fato de que há nela muito mais pontos de contato com o Historicismo, do que com o Positivismo. Para utilizar a nossa metáfora do ‘acorde teórico’, podemos dizer que a ‘nota historicista’ é muito mais intensa em Weber do que a sua discreta ‘nota positivista’. É assim que, sobre a consideração (historicista) acerca da necessidade de apreender o objeto social de estudo em sua singularidade, há textos diversos nos quais Weber estabelece como objetivo das ciências sociais o estudo da realidade sócio-cultural tal como ela é, em sua singularidade e originalidade. Trata-se de considerar tanto a historicidade do processo ou objeto examinado, como de retratar a estrutura atualizada e específica das relações sociais que o envolvem (WEBER, 1965, p.19). Além disto, e também firmando aqui a sua posição distanciada em relação a posturas mais marcadamente positivistas, Weber sustenta que o objetivo de uma ciência social não é atingir uma apreensão total da realidade social, encontrando um sistema rigoroso de leis que se mostre aplicável a tudo, mas sim examinar a cada vez um fragmento delimitado da realidade, que por sua vez é resultado de um processo de seleção e interesse no qual interfere de algum modo a subjetividade do cientista social. Isto posto, o uso do método comparativo abre também a possibilidade de lançar transversalmente um olhar sobre fragmentos e contextos diversos, tal como o próprio Weber fez ao estudar a cidade através do tempo. Deste modo, em Weber o cientista social direciona um olho para a apreensão da singularidade do fragmento de realidade examinado, e outro olho para captar aquilo que se repete ou que se diferencia em uma série.

No que se refere às suas considerações mais gerais sobre o Método, Weber inscreve-se perfeitamente na tradição que vai encontrar em Wilhelm Dilthey (1833-1911) o seu desenvolvimento mais bem acabado entre os filósofos historicistas do século XIX. Os conhecimentos da natureza e da sociedade, como já se disse, são assumidos como de tipo diferente um do outro, e que, portanto, requerem metodologias, ou mesmo posturas metodológicas bem diferenciadas. Vigora no plano mais geral da metodologia weberiana a oposição entre as posturas da “explicação” e da “compreensão”, conforme discutidas por Dilthey, e no plano técnico mais específico afirma-se o contraste entre a tendência das ciências naturais ao quantitativo-mensurável e a tendência das ciências sociais e humanas à análise qualitativa, embora essa oposição não seja tão rigorosa, já que tanto o quantificável também pode ser encontrado entre os fenômenos sociais, como o qualitativo pode estar eventualmente referido às ciências naturais. Com relação ao sentido mais específico da “compreensão” como postura fundamental proposta por Max Weber para as ciências sociais, o método compreensivo teria por objetivo apreender o “sentido” de cada ação humana, extrair destas o seu conteúdo simbólico, compreendê-las como carregadas de sentido, e não como meros elos em uma cadeia de causas e efeitos. Trata-se de examinar, em uma palavra, a sua *interioridade*, o que de algum modo já o diferencia da postura durkheimiana de encarar os fatos sociais como “coisas”.

Para a nossa discussão sobre o contraste entre Objetividade e Subjetividade nas ciências humanas, interessa-nos particularmente a mediação que se estabelece, na obra de Max Weber, entre o reconhecimento historicista da subjetividade do cientista social e a ambição positivista de neutralidade científica em última instância. Estes aspectos acham-se bem desenvolvidos em alguns textos de Max Weber, tal como no ensaio de 1904 intitulado *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e Políticas Sociais* (1904). Examinaremos esta questão em maior profundidade, uma vez que aqui, ultrapassando a nota neo-kantiana que lhe fora transmitida por Heinrich Rickert, aparece toda a originalidade do pensamento de Max Weber: os “valores” determinam inevitavelmente as “questões” da investigação; mas as “respostas” devem ser inteiramente “livres de julgamentos” (WEBER, 2008, p.99-100)²⁰.

Apesar de admitir a subjetividade do sujeito de conhecimento, para Max Weber seria possível ao cientista social assegurar certo nível de ‘objetividade’ relativo ao seu objeto através do Método e da prática de

um autoconhecimento, que lhe permitiriam separar conceitos de preconceitos²¹. Por outro lado, vale lembrar que, na esteira de Kant, Max Weber tinha a convicção de que todo conhecimento é parcial, produzido por um certo padrão que o historiador lança sobre o seu objeto com vistas a conhecê-lo. Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904-1905), ele tematiza uma relação entre estes dois termos (a “ética protestante” e o “espírito do capitalismo”), de modo que o conhecimento se produz precisamente nesta relação. Em diversos ensaios, além deste, é a relação entre “religiosidade” e “economia” o que confere o recorte problemático que irá impor uma direção ao problema²²; em outros, o problema é o declínio de uma civilização ou cultura, ou a relação entre as formas de criação artística e as demais esferas da vida social²³. Neste e em outros exemplos, a problemática construída pelo historiador ou cientista social mostra-se fundamental para a definição do que este pesquisador poderá enxergar em uma determinada realidade ou base empírica examinada. Todavia, para muito além disto, Weber trabalha com o reconhecimento de que existem “valores” que motivam o próprio desejo e possibilidade do pesquisador pensar e aplicar determinada problemática a determinado campo de estudos. Sem as “idéias de valor”, o que inclui as crenças pessoais, o pesquisador não estaria motivado ou mesmo capacitado para formular uma problemática (a não ser que decalcasse literalmente os valores de um outro) e muito menos teria meios para sequer selecionar, de maneira coerente, os elementos de uma realidade que se apresenta, à apreensão humana, extremamente complexa, múltipla, ou mesmo caótica:

“Por certo que sem as idéias de valor do investigador não existiria qualquer princípio de seleção nem conhecimento sensato do real singular e, assim como a crença do pesquisador na significação de um conteúdo cultural qualquer resultaria completamente desprovido de sentido todo o estudo do conhecimento da realidade individual, também a orientação da sua convicção pessoal e a difração dos valores no espelho da sua alma conferem ao seu trabalho uma direção. E os valores a que o gênio científico refere os objetos de sua investigação poderão determinar a ‘concepção’ que se fará de toda uma época. Isto é, não só poderão ser decisivos para aquilo que, nos fenômenos, se considera ‘valiosos’, mas ainda para o que passa

por ser significativo ou insignificante, ‘importante’ ou ‘secundário’” (WEBER, 2008, p.98).

Com relação a este aspecto, poderemos já adentrar no âmago da problemática weberiana sobre o conhecimento. A perspectiva fundamental em Weber no que tange à busca de uma objetividade científica é a de que a escolha de um problema ou objeto de estudo é essencialmente subjetiva, guiada por interesses do indivíduo produtor de conhecimento de acordo com o horizonte de expectativas que lhe é oferecido pela sociedade, mas também em função dos valores que adquiriu no decorrer de suas próprias vivências e trajetória intelectual. Posto isto, uma vez selecionado subjetivamente o objeto de estudo, e definidas as condições de produção do conhecimento, para cuja delimitação também interferem fatores subjetivos do pesquisador, este poderia iniciar a sua prática de pesquisa e produção do conhecimento sob o signo da ‘objetividade’, valendo-se das normas de cientificidade reconhecidas pela comunidade de especialistas ligados ao seu campo de saber e policiando-se a cada instante de modo a assegurar uma “objetividade final”.

“É evidente, no entanto, que não devemos deduzir de tudo isto que a investigação científico-cultural apenas conseguiria obter resultados ‘subjetivos’, no sentido em que são válidos para uns, mas não para outros. O que varia é o grau de interesse que se manifesta por um ou por outro. Por outras palavras: apenas as idéias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto de estudo e os limites desse estudo. No que se refere ao método de investigação - o ‘como’ – é o ponto de vista dominante que determina a formação dos conceitos auxiliares de que se utiliza; e quanto ao modo de utilizá-los, o investigador encontra-se evidentemente ligado às normas de nosso pensamento. Porque só é uma verdade científica aquilo que pretende ser válido para todos os que querem a verdade” (WEBER, 2008, p.99-100)

Com a ambição de conquistar, ao final do processo de produção do conhecimento, um resultado que seria “objetivo”, aceito universalmente, e mesmo assegurando ao pesquisador um certo halo de neutralidade e distanciamento finalmente assegurado, a perspectiva weberiana já parece dialogar mais uma vez com o Positivismo Clássico. A posição teórica de

Max Weber sobre a produção do conhecimento, de certa maneira, oscila de maneira original e criativa entre estes dois pólos paradigmáticos que são o Historicismo e o Positivismo²⁴. Aproxima-se do Historicismo no reconhecimento dos vários níveis de inter-subjetividades; afasta-se dos setores mais relativistas ligados a este paradigma e se aproxima do Positivismo quando adota a perspectiva de pretensão de “distanciamento e objetividade final” do cientista social (a “neutralidade” possível à produção do conhecimento social, embora em Weber esta seja relativa e apenas alcançável no último instante da operação historiográfica). Por fim, afasta-se mais uma vez do Positivismo quando desconsidera a busca de leis gerais como objetivo das ciências sociais, embora admita a importância de uma reflexão sociológica em termos de leis tomadas como *meios* para uma aproximação do “socialmente real”²⁵.

O diálogo de Max Weber com o Positivismo, ou mesmo com a sua matriz ancestral – o iluminismo do século XVIII – é de todo modo bastante tenso e crítico. Da concepção geral iluminista, berço no qual se formaram os campos de saber que se propuseram a estudar a realidade social, Max Weber irá criticar a exagerada “fé otimista na racionalização teórica e prática do real”, que, no contexto de entusiasmo geral da intelectualidade setecentista, terminou por “evitar que fosse descoberto o caráter problemático da perspectiva que ela pressupunha ser evidente” (WEBER, 2008, p.101). É contra esta ingênua falácia que Weber dirige os seus alertas, rejeitando frontalmente a possibilidade de os estudos da realidade social alcancem “um conhecimento monista [fundado em um princípio único] de toda a realidade e livre de qualquer ‘contingência’ individual, sob o aspecto de um sistema *conceitual* de *validade* metafísica e *forma* matemática” (id, p.101). Mais ainda, chama atenção para os efeitos nocivos decorrentes das ilusões iluministas e depois positivistas no que concerne à crença ilimitada no progresso técnico, como se este fosse a outra face de uma evolução das ciências naturais e humanas rumo a uma compreensão cada vez mais precisa das leis gerais às quais não escapam mesmo as sociedades humanas²⁶. Aqui, na crítica à noção ingênua de progresso, Weber deixa que reverbere em seu acorde teórico o seu ‘harmônico nietzscheniano’²⁷.

A questão da ‘subjetividade’, por tudo isto, aparece em Weber de maneira bastante complexa. Weber é em parte um neo-kantiano, e, embora não acredite que se possa abordar a Realidade em si mesma, considera possível abordar aquele Real que se oferece de alguma maneira

à experiência sensível, precisamente a partir dos aspectos selecionados pelo sujeito de conhecimento de acordo com os direcionamentos impostos pela sua própria subjetividade. O sociólogo alemão utiliza em um de seus ensaios, aliás, uma metáfora que é particularmente esclarecedora para compreendermos tanto o viés neo-kantiano que paira sobre o seu acorde teórico, como para vislumbrarmos a nota fundamental de historicismo relativista que interfere na sua perspectiva sobre as ciências humanas. Os valores e pontos de vista que constituem o complexo de subjetividades inerentes ao pesquisador seriam como que “fontes de uma iluminação especial” que podem ser empregadas para a apreensão de certos aspectos da realidade. Contudo, conforme postula Weber:

“A realidade irracional da vida e o seu conteúdo de significados possíveis são inesgotáveis, e também a configuração concreta das relações valorativas manem-se flutuante, submetidas às variações do obscuro futuro da cultura humana. A luz propagada por estas idéias de valor supremas ilumina a cada vez, apenas uma parte finita e continuamente modificada, do caótico curso de eventos que flui através do tempo” (WEBER, 2008. p.126)

Esta sentença, na qual parece ecoar o harmônico nietzscheniano oculto no ‘acorde teórico’ de Max Weber, é profundamente anti-hegeliana. A menção à “realidade irracional da vida” é a antítese da célebre frase de Hegel de que “o real é Racional, e o Racional é Real” (HEGEL, 1821). A frase “os conteúdos de significações possíveis são inesgotáveis” faz lembrar aquele famoso aforismo anti-positivista registrado em 1885 por Nietzsche, segundo o qual “não há fatos, somente interpretações” (1996, p.16-17), e certamente contraria mais uma vez a superposição hegeliana entre a realidade e a (única) explicação racional possível. O “obscuro futuro da cultura humana” não permite que se tenha em vista nada previsível, ao contrário do destino teleológico propugnado pelo otimismo da ‘filosofia da história’ de Hegel (1830). O “curso dos eventos” é “caótico”, o devir se modifica continuamente, como um irrequieto rio heraclítico. Puro Nietzsche. Anti-Hegel. Por fim, um desfecho Neo-Kantiano:

“É preciso não darmos a tudo isso uma falsa interpretação no sentido de considerarmos que a autêntica tarefa das ciências

sociais consiste em uma perpétua caça a novos pontos de vista e construções conceituais. Pelo contrário, convém insistir mais do que nunca sobre o seguinte: servir o conhecimento de significação cultural de complexos históricos e concretos constitui o único fim último e exclusivo ao qual, juntamente com outros meios, está também dedicado o trabalho de construção e crítica de conceitos” (WEBER, 2008, p.126-127).

O Real, na sua totalidade, é inapreensível; e, como diria Kant, sempre existirão aspectos da realidade que jamais poderão se tornar objeto de conhecimento para os seres humanos, que estão necessariamente limitados pelos seus aparelhos sensoriais e pelas subjetividades inerentes aos seus sistemas conceituais²⁸. A história, ela mesma, mostra-se parcialmente insondável ao pesquisador e estende-se, para muito além de suas possibilidades de percepção, como uma “caótica e prodigiosa onda de acontecimentos”. Regiões inteiras do que um dia foi vivido permanecerão inacessíveis ao conhecimento humano, e outras somente poderão ser acessadas sob os efeitos de uma luminosidade especial que muda de pesquisador a pesquisador, de cultura a cultura, de época para época. Mais do que uma realidade complexa e exuberante que apenas oferece ao homem uma pequena fração passível de ser apreendida, Weber ainda frisa o fato, indo para além do neo-kantianismo, de que “apenas uma parte finita da infinita diversidade dos fenômenos é significativa” (WEBER, 2008, p.93-94)²⁹. Uma realidade que já se oferece ao homem de maneira limitada é acrescida de novas restrições, na medida em que, mesmo de tudo o que é passível de ser conhecido, apenas uma nova fração é significativa. Mais ainda, esta atribuição de significação varia consideravelmente de acordo com as épocas, culturas, escolas de pensamento³⁰. Por fim, os próprios valores de cada pesquisador atuam como uma última, mas a mais fundamental, instância de restrições³¹. No entanto, é possível conhecer efetivamente algo. E esta possibilidade de conhecer, continua Weber, parte de uma escolha – uma escolha que é sempre determinada por certos valores subjetivos³². Mais ainda, é possível conhecer nas ciências sociais e humanas precisamente por causa dos valores e das intersubjetividades, que deixam de ser obstáculos e passam a ser condições efetivas para a concretização deste tipo de conhecimento³³.

Escolhido o objeto de estudo pelo sujeito que produz o conhecimento, a partir dos valores que o permitem encontrar interesse em determinados

objetos e não em outros, ou que o permitem até mesmo “enxergar” a possibilidade científica destes e daqueles objetos de estudo, o pesquisador também precisará constituir em seguida o seu aparelho conceitual, formular uma problemática, decidir sobre os materiais a partir dos quais estabelecerá a sua base empírica de investigação (o que, no caso da História, equivale a constituir suas fontes). Cada uma destas ações, a cada instante que se repete, mostra-se novamente interferida pela subjetividade do pesquisador³⁴. Como então enfrentar essa invasão de subjetividades em cada momento de sua operação científica? Para que o sujeito de conhecimento consiga ultrapassar de maneira satisfatória os diversos obstáculos oferecidos pela sua própria subjetividade – seus preconceitos, interesses sociais específicos, direcionamentos morais, maneiras prévias de conceber o mundo, “pontos de vista” – Weber propõe que se compreenda esta subjetividade, inicialmente, de forma bipartida, pois existiria de um lado uma espécie de subjetividade que favorece o conhecimento científico, e, de outro lado, uma outra espécie de subjetividade que o compromete, e que, portanto, precisa ser descartada ou controlada.

Seria possível falar em um certo padrão de ‘subjetividades lógicas’ que é útil ao conhecimento científico e às operações lógicas, e em um outro padrão de ‘subjetividades práticas’ que apenas se mostra útil à vida comum, à esfera política, moral, e outras similares. Cada um dos dois padrões de subjetividade, para Weber, pode ser adequado ou não às várias esferas autônomas do ser humano no exercício das atividades necessárias à sua vida material, social e intelectual. Max Weber considera necessário, aliás, proceder a uma nova divisão da subjetividade humana em diversas esferas autônomas que teriam, cada qual, a sua lógica e procedimentos específicos (a esfera política, moral, afetiva, cultural, religiosa, e assim por diante)

Na subdivisão inicial que procura identificar dois padrões distintos de subjetividade, teríamos de um lado uma subjetividade lógica – habilitada a conhecer a sociedade de modo empírico, a apresentar soluções técnicas e a se limitar apenas à produção de “juízos de fato” – e de outro lado o segundo padrão de subjetividade: valorativo, ligado à vida prática e destinado a produzir “juízos de valor”. Este último padrão de subjetividades, de acordo com as proposições de Max Weber, atenderia perfeitamente bem às esferas ‘afetiva’, ‘política’, ‘moral’, bem como à ‘sociabilidade prática’, mas somente o primeiro padrão – o da

“subjetividade lógica” – seria adequado à produção do conhecimento científico ou de determinados saberes desenvolvidos pelos homens.

Será oportuno ressaltar que, a certa altura, parecem repercutir na argumentação weberiana os entrecosques produzidos pelas disputas entre as Ciências Sociais e a História que se dão no início do século XX, precisamente naquelas décadas em que Weber escreve os seus livros. De certo modo, ele relega às Ciências Sociais esta tarefa maior de conhecer a sociedade tal como ela se apresenta nos seus desenvolvimentos mais gerais, inclusive quando lida com temporalidades históricas anteriores, e à História propriamente dita reserva uma reflexão que, de maneira valorativa, já busca um certo “sentido” para a história. Na verdade, tanto a perspectiva historiográfica como a perspectiva sociológica, tal como Weber as entende, são importantes para este pensador alemão. Em uma, a perspectiva histórica, a atenção volta-se para a singularidade de determinada configuração cultural e social, e para a possibilidade de entendê-la nos termos de um processo que conduziu a ela. Na outra, a perspectiva sociológica, emerge a abordagem comparativa com especial destaque, já que a sociologia histórica de Weber estará atenta para os elementos de uma configuração sócio-cultural que podem ser encontrados em outras épocas e lugares, ou então que possam ser contrastados, produzindo uma iluminação recíproca e que contribua para o esclarecimento das peculiaridades de cada uma das configurações sociais examinadas. De um modo ou de outro, a Sociologia, de acordo com esta perspectiva weberiana, alcança aqui uma dimensão mais geral. Em certa passagem de *Condições Agrárias da Antiguidade* (1909), apenas para dar um exemplo, podemos surpreender Max Weber ressaltando que “por vezes fenômenos inteiramente desaparecidos da cultura antiga reaparecem em um mundo que lhes era alheio”. Mas é importante destacar que o objetivo final da abordagem comparativa praticada por Max Weber, ao iluminar duas ou mais configurações históricas específicas, é sempre revelar o que é peculiar e singular a cada uma delas, de modo que, neste aspecto em particular, a metodologia comparada vibra por simpatia com a ‘nota historicista’ do acorde teórico do sociólogo alemão.

O livre trânsito pelas perspectivas histórica e sociológica também confere ao instrumental metodológico weberiano uma importante riqueza de possibilidades. A metodologia proposta por Weber, conforme já se disse, envolve tanto a análise qualitativa, em função da singularidade do fragmento de realidade examinado, como também a identificação de

regularidades, modelos, tipos. São famosos os seus “tipos ideais”, um recurso metodológico de acordo com o qual o cientista social irá elaborar, como construção compreensiva, um modelo abstrato que na verdade só existe no processo de produção do conhecimento, não coincidindo exatamente com a realidade, mas dela se aproximando e sintetizando seus aspectos essenciais. O tipo ideal, portanto, não é o objetivo final, mas apenas um meio ou recurso de elaboração do conhecimento; não se trata, enfim, de uma realidade histórica, mas sim de um horizonte de pensamento construído para se aproximar desta realidade empírica. O próprio Max Weber, em seu texto sobre *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais* (1904), esclarece o que seria, basicamente, o “tipo ideal”:

“Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento” (WEBER, 2008, p.106)

O “tipo ideal” é, portanto, uma abstração útil, intuída em um primeiro momento a partir de certos indícios da realidade empírica, e ao mesmo tempo aproximativa em relação à realidade ou ao que se pensa ser, por hipótese, a realidade social a ser examinada; trata-se sobretudo de um recurso para ser instrumentalizado durante a pesquisa, e para ser ou não incorporado, depois de eventuais reajustes, à exposição final estabelecida pelo texto a ser produzido pelo cientista social ou pelo historiador. Podemos entender o que pretendeu Max Weber com a criação deste recurso metodológico, e também compreender como este recurso pode ser utilizado nas pesquisas e reflexões dos sociólogos e historiadores atuais, se tivermos igual clareza sobre o que o tipo ideal *não é*.

O próprio Max Weber é explícito a este respeito: o tipo ideal *não é* uma hipótese, mas sim um recurso que “pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses” (p.106). Tampouco o ‘tipo ideal’ é uma média³⁵. Na verdade, o tipo ideal é o substituto compreensivo para uma realidade extremamente difusa, cuja descrição exaustiva e minuciosa, à parte o fato de ser obviamente impossível, resultaria em uma descrição caótica, eivada de contradições, habitada não por um padrão reconhecível, mas apenas pelos desvios deste padrão, uma vez que o que realmente

existe são precisamente os desvios (isto é, as singularidades e as versões individuais para certa tendência cultural que inexiste no seu estado puro)³⁶.

Este ponto merece algumas considerações. Weber está longe de ser um hegeliano. Para ele, o Real não é Racional, e o Racional não é Real, como queria Hegel³⁷. Ao contrário, parece reverberar na percepção weberiana do mundo um “harmônico nietzscheniano”. Weber reconhece que o mundo é complexo, ou mesmo caótico; chega a utilizar a palavra “caos” algumas vezes, e em certa ocasião menciona a “realidade irracional da vida” (WEBER, 2008, p.126). A realidade vivida corresponde a um devir extremamente mutável, a forças diversas que se embatem, a singularidades que se afirmam. Essa visão do mundo histórico-social bem que permitiria um ponto de contato com a visão filosófica de Nietzsche sobre o mundo, e por isto utilizamos a metáfora de que o “harmônico Nietzsche” reverbera de alguma maneira no ‘acorde teórico’ de Max Weber³⁸. Contudo, a resposta que Weber dá a esta realidade que percebe como extremamente mutável, conflituosa, e mesmo caótica, é radicalmente distinta da resposta de Nietzsche, que pretende a cada instante chamar atenção para as descontinuidades. Max Weber, um espírito francamente sistematizador e tocado por um temperamento inclinado à racionalização, tenderá a atribuir ao pesquisador-pensador a tarefa de criar uma ordem teórica para o caos. O Real não é Racional, e o Racional não é Real. Mas isto não impede que a realidade caótica seja racionalizada, compreendida de uma forma sistemática por aqueles que a pensam, mesmo que a cada momento esta sistematização precise ser reelaborada, o que, aliás, será tarefa diuturna de cada um que se dedique ao estudo da sociedade, ou mesmo, em um arco mais amplo, de cada época científica que dará a tonalidade de uma nova fase da história do conhecimento³⁹.

A consideração de que o ‘tipo ideal’ não existe efetivamente no seu estado puro, pois o que de fato existe em uma realidade histórico-social é um imenso e caótico repertório de variações e desencaixes que mais poderiam ser percebidos como “desvios” do que como “confirmações” do “tipo ideal”, leva-nos, portanto, a este alerta final de que o tipo ideal *não é* a realidade. Tal como salienta Max Weber, é mesmo impossível encontrar na realidade – “em sua pureza conceitual” – o quadro fornecido pelo tipo ideal, e a atividade dos historiadores deve se defrontar precisamente com “a tarefa de examinar, *em cada caso particular*, a

proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal” (WEBER, 2008, p.101)⁴⁰. De outra parte, alguns historiadores e sociólogos também podem e devem criar novos tipos ideais para submetê-los a novas investigações empíricas, e isto será de fato um trabalho incessante daqueles que procuram compreender as realidades sociais.

Há ainda uma questão delicada acerca do que *não* deve ser o tipo ideal. Se por um lado o tipo ideal é assumido como uma abstração – isto é, como uma representação que não coincide com a realidade, mas que dela busca se aproximar – esta abstração precisa estar efetivamente ancorada em indícios, sinais ou sintomas da realidade que se pretende examinar. Desta maneira, a construção do tipo ideal pressupõe uma pesquisa prévia, uma demorada reflexão sobre elementos e o contexto que realmente constituem a realidade a ser examinada, e, no caso da História, um olhar mínimo e prévio sobre as fontes que depois serão examinadas em maior profundidade. Além disto, a construção do tipo ideal impõe a necessidade de uma atualização, de uma construção permanente à medida que se avança na apreensão de novos elementos; em uma palavra: flexibilidade. Isto porque, se o tipo ideal for construído como abstração desencarnada que precede totalmente a pesquisa, e que ainda por cima pretende se impor à análise social de maneira demasiado rígida sem admitir ajustes posteriores, corre-se o risco de forjar uma realidade conceitual desencaxada, à qual mais tarde os elementos empíricos terão de ser adaptados de maneira mutiladora, forçando a realidade empírica a se enfiar em uma espécie de “leito de Procrusto”. Weber utiliza esta metáfora para enfatizar o fato de que uma construção teórica, seja um tipo ideal ou um quadro conceitual, é sempre um *meio*, mas nunca um *fim* ao qual a realidade deve se ajustar de maneira forçada e a todo custo⁴¹.

Posto isto, voltemos à questão da não coincidência rigorosa entre o ‘tipo real’ e a realidade, uma vez que esta tangencia outra questão importante, à qual Weber também se refere. Se cada pesquisador ou cientista social seleciona fragmentos da realidade empírica em função de seus próprios valores, e também decide o seu quadro teórico e repertório de problemas a partir destes mesmos valores, ocorre que um pesquisador ou pensador sempre produzirá seu trabalho de modo diferente de outro pesquisador que investigasse uma temática análoga. A construção de um tipo ideal que vise uma determinada realidade ou problemática, portanto, pode se constituir em experiência única para cada cientista social.

Inúmeros “tipos ideais” poderiam ser construídos em torno de uma mesma temática ou questão de estudo:

“Do mesmo modo que existem os mais diferentes ‘pontos de vista’, a partir dos quais podemos considerar como significativos os fenômenos citados, pode igualmente fazer-se uso dos mais diversos princípios de seleção para as relações suscetíveis de serem integradas no tipo ideal de uma determinada cultura” (WEBER, 2008, p.107)

O tipo ideal corresponde sempre a uma construção da imaginação do pesquisador, e não a um “exemplar” que deve “ilustrar” necessariamente à realidade; menos ainda, o tipo ideal será um exemplo extraído diretamente de uma lei que já havia sido deduzida antes. Posto isto, ainda que o tipo ideal e a realidade não se superponham, esta construção teórica deve ser, em todo o caso, “objetivamente possível” (WEBER, 2008, p.107). Neste aspecto em particular Max Weber passa ao largo da perspectiva positivista e se aproxima muito mais do Historicismo. De todo modo, acompanhando o que já dissera sobre a formulação provisória de “leis” nas ciências sociais – sempre um *meio*, e nunca um *fim* – Max Weber sempre estará igualmente frisando que o “tipo ideal” só adquire importância para as ciências que estudam a realidade social se for tratado como um “meio”, e nunca como um “fim” que termina por se tornar o próprio objetivo e ponto de chegada da pesquisa. O tipo ideal, visto desta maneira, deve interessar muito pouco ao Positivismo clássico, mas pode ser extremamente útil na mão dos historicistas (e, porque não acrescentar, dos materialistas históricos)⁴².

Um dos exemplos mais notórios de aplicação dos tipos ideais, conforme veremos, pode ser encontrado no livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, (1904-5), no qual Weber relaciona estes dois tipos ideais e os coloca em interação. Esta obra emblemática dá-nos adicionalmente a oportunidade para discorrer sobre o fato de que outra ‘nota metodológica’ importante no ‘acorde Weber’ é precisamente a perspectiva de que a análise sociológica deve partir sempre dos “agentes” (indivíduos envolvidos em uma “ação social”). Se, em Weber, são autônomas e dotadas de “legalidades” específicas cada uma das diversas esferas sociais – a economia, a política, a religião, a esfera jurídica, a esfera da criação artística, entre outras – não é senão o “agente” aquele que se pode oferecer como ponto de confluência das várias esferas. O

agente é o ser humano histórico-concreto que expressa a sua orientação social, de múltiplas maneiras, na sua própria trajetória vivida e em uma realidade extremamente complexa que o situa como partícipe de diversificados processos. Somente através da análise do agente e de suas ações sociais podem ser percebidas, para cada momento ou configuração histórico-social, as formas de interação entre as diversas esferas, as tensões que entre elas se estabelecem, os encaixes e desencaixes, os ajustes e contradições entre as diversas formas de racionalidade e de “legalidade” que são próprias a cada uma das esferas. Além disto, se o agente é aquele que participa das várias esferas e que, portanto, pode ser constituído como objeto de análise, é também aquele que é capaz de conferir “sentido” às ações sociais.

Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905), Max Weber procura examinar as afinidades e tensões entre o “sentido da ação religiosa” (a Ética Protestante, neste caso) e o “sentido da ação econômica” (o Espírito do Capitalismo). Duas esferas autônomas – a política e a economia – irão encontrar nos “agentes” examinados o seu encaixe, o ponto de confluência no interior do qual poderemos ver aflorarem mútuas afinidades entre as duas esferas, e mesmo o estabelecimento de uma certa relação de causalidade que faz como que o Espírito do Capitalismo derive de uma Ética Protestante, isto é, de uma certa forma de conduta relacionada a um contexto histórico-social específico.

Como apreender através deste agente que é partícipe de múltiplos processos, e que se encontra mergulhado na “onda caótica dos acontecimentos”, aquilo que interessa à questão constituída pelo Sociólogo ou pelo Historiador? É aqui que se afirma, mais uma vez, a especial utilidade do recurso aos “tipos ideais”. O “tipo ideal”, como já se disse, é uma abstração que procura se aproximar da realidade, e que seleciona e organiza os elementos empíricos da realidade em torno de uma questão específica. O exagero de características é elevado aqui ao estatuto de artifício metodológico. Desta maneira, o “tipo ideal”, embora não coincida com a realidade, procura se aproximar desta realidade como uma construção teórica que se mostra capaz de mediar alguns dos inúmeros “agentes” a partir de características em comum. Menos ou mais intensamente, mais convictamente ou menos apaixonadamente, existe um conjunto de agentes que parece partilhar características ou tendências que Max Weber reúne neste tipo ideal que é a “Ética Protestante”. Certa conduta recorrente, a ser investigada pelo pesquisador

em suas fontes, parece habilitá-lo a falar neste tipo ideal. Sem perder de vista que está trabalhando com uma construção teórico-metodológica, o pesquisador habilita-se aqui a compreender uma dada realidade através do tipo ideal.

O tipo ideal, portanto, revela-se como um eficaz recurso que permite harmonizar a análise sociológica individualizada, que precisa apreender o agente na sua singularidade, e as regularidades sociais que podem ser percebidas. Se a ação social é produzida por agentes específicos, existem determinadas ações que parece se repetir no tempo e em condições similares. Da mesma maneira, quando um determinado número de agentes compartilha um mesmo sentido atribuído a determinadas ações sociais, torna-se possível falar em uma “relação social”, um conceito que também é empregado com frequência por Max Weber⁴³.

A percepção atenta do jogo de singularidades e recorrências delineia-se como outra nota metodológica importante para o acorde de abordagens weberianas. Se a realidade apresenta-se como um oceano de singularidades, ela também se mostra atravessada por recorrências. A Sociologia, tal como a delineia Max Weber, teria por finalidade examinar estas recorrências, enquanto à História ficaria relegada a finalidade de examinar aquilo que é singular. Obviamente que estamos aqui em um período que antecede a profunda revolução historiográfica que logo seria trazida por contribuições várias, como a da história serial proporcionada pela Escola dos Annales, ou como as análises sociais trazidas pelos novos marxismos. Este tipo de divisão de trabalho entre a Sociologia e a Historiografia dificilmente poderia ser aceito pela maior parte dos historiadores das décadas que se sucederam à morte de Max Weber. De todo modo, a incorporação pela História de objetivos que os sociólogos reivindicavam para si no início do século também explica a assimilação crescente de Max Weber pela historiografia. A incorporação historiográfica do estudo daquilo que se repete e que permanece assegurou a Max Weber um lugar teórico importante entre os historiadores, já desde a década de 1930. Mas novas possibilidades de assimilar Max Weber estariam por vir.

O espectro renovado de Max Weber, se é que podemos utilizar esta imagem, tem adentrado a historiografia através de inúmeras portas. A partir de algumas correntes historiográficas que começam a se afirmar nos anos 1980, ouviremos falar cada vez mais falar em alguns retornos: o “retorno da narrativa”, o “retorno da política”, o “retorno do

indivíduo”. Uma perspectiva de análise social que reconhece a importância do indivíduo, e que até postula que a análise parta dos agentes sociais, tende a ser valorizada em um universo historiográfico que também passa a incluir abordagens como a da Micro-História. O próprio “retorno de Max Weber”, compreendido este autor como um clássico que é já referência para a historiografia, mas que tem possibilitado aos historiadores constantes reapropriações e releituras, é uma recorrência em diversos momentos da historiografia.

Já próximos do desfecho, podemos nos perguntar pela posição teórica weberiana diante do enigma da contradição entre objetividade e subjetividade nas ciências humanas. Será preciso fazer concessões à busca positivista pelo “puro fato”, ou entregar-se ao entretecer de interpretações sobre interpretações que se dá no limite extremo do historicismo relativista, quando este já quase ameaça deslizar para o ceticismo ou para a libertação nietzscheniana? Max Weber, um estudioso do budismo, parece propor “o caminho do meio”⁴⁴. Quase ao fim do seu ensaio sobre *A Objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais* (1904), ele registra este elogio ao equilíbrio do historiador Leopold Von Ranke:

“na nossa disciplina, também existem cientistas que ‘cultivam a matéria’ e outros que ‘cultivam o espírito’. O apetite dos primeiros, ávido de fatos, apenas se sacia com massas de documentos, com tabelas estatísticas e sondagens, mas revela-se insensível aos manjares delicados da idéia nova. O requinte gustativo dos segundos chega a perder o gosto pelos fatos através de constantes destilações de novos pensamentos. O virtuosismo legítimo que, entre os historiadores, Ranke possuía em tão elevado grau, costuma manifestar-se precisamente pelo poder de criar algo de novo através da referência de certos fatos conhecidos a determinados pontos de vista, igualmente conhecidos” (WEBER, 2008, p.127).

Terá sido Max Weber realmente bem sucedido nas soluções que deu aos problemas da Objetividade e da Subjetividade na produção de conhecimento no âmbito das Ciências Humanas? Qualquer julgamento acerca da eficácia de suas proposições estará sempre em aberto. Hans-Georg Gadamer (1900-2002), um filósofo inserido na grande tradição da Hermenêutica historicista, sustentará que, na sua “ascese metodológica”, Weber não teria tido senão êxito em “contornar os problemas do

Historicismo” (*Verdade Método*, vol.II, p.451). A contribuição de Max Weber para a Teoria das Ciências Sociais, e os inúmeros estudos históricos e sociológicos através dos quais ele se empenhou em colocar em prática suas propostas teóricas, certamente sempre impressionarão os estudiosos de história das ciências pela sua integração em uma prodigiosa arquitetura intelectual. Muitos, mesmo em campos paradigmáticos adversos às soluções weberianas, não hesitarão em registrar respeito e admiração pelo conjunto das realizações de Weber no decurso de sua trajetória intelectual⁴⁵. Outros, ainda, chamarão atenção para a “notável coerência de sua obra” (COHN, 2008, p.10)⁴⁶. Historicistas e Positivistas não cansarão de convocar a contribuição teórico-metodológica de Weber para o seu próprio campo paradigmático. Max Weber, enfim, conquistou a posição de um clássico.

NOTAS

- 1 Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos Cursos de Mestrado e Graduação em História. Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre suas publicações mais recentes, destacam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007), *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2009) e *Teoria da História* (Petrópolis: Vozes, 2011).
- 2 Naturalmente que as leituras sobre Weber se diversificam, e há mesmo neo-positivistas que tentam convocá-lo integralmente para os quadros do Positivismo, como Talcott Parsons (1971, p.38-9).
- 3 Em seu ensaio sobre *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais* (1904), que é aquele no qual se encontra mais diretamente explicitada a concepção weberiana sobre a produção do conhecimento, Max Weber prefere se referir ao conjunto das ciências sociais e humanas como “ciências da cultura”, uma designação que remonta a um dos pensadores que o influenciaram: Heinrich Rickert (1863-1936). Este havia utilizado a designação já em 1899, em seu ensaio *Ciências da Cultura e Ciências Naturais*, no qual se refere sobre os dois padrões de produção do conhecimento científico.
- 4 Michael Löwi assim situa o que ele denomina uma *démarche* de Weber entre o Historicismo e o Positivismo: “sua teoria da *Wertbeziehung* das questões é de tendência historicista; sua teoria da *Wertfreiheit* (neutralidade axiológica ou “sem julgamentos de valor”) das respostas é de orientação positivista” (LÖWI, 1994, p.37).
- 5 O texto *A Objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*, é publicado em 1904, como editorial programático da revista *Arquivo para a Ciência Social e Política Social*, da qual Max Weber era um dos diretores. A este texto voltaremos diversas vezes nesta tentativa de nos aproximarmos da identidade teórica de Max Weber. Com relação ao aspecto que foi ressaltado – a referência a uma adesão ao historicismo alemão – podemos encontrar neste texto a seguinte passagem: “Se deduzirmos as consequências do que fica dito, chegaremos a um ponto em que as nossas opiniões talvez se diferenciem, num ou noutro aspecto, das opiniões de muitos representantes eminentes da escola histórica à qual também pertencemos [grifo nosso]” (WEBER, 2008, p.121).

- 6 “E, consequentemente, poder-se-ia reivindicar para o historiador da nossa disciplina o mesmo direito concedido ao historiador político [...]” (WEBER, 2008, p.122).
- 7 No ensaio *Causas Sociais do Declínio da Cultura Antiga* (1896), Weber utilizará expressões tipicamente marxistas, como “infra-estrutura” e “superestrutura”, mas sem incorporar os pressupostos deterministas.
- 8 Em cada uma das quatro fases de intensa produção bibliográfica de Max Weber, que se alternam com outras fases de vazio produtivo, há pelo menos uma obra importante que traz a Economia para o centro da análise. A fase inicial se inicia em 1891 com o ensaio *A História Agrária de Roma e sua importância para o Direito Público e Privado*, e, passando mais tarde por um estudo sobre *O Estado Nacional e a Política Econômica* (1895), conduzir-se-á a outro ensaio importante acerca das “causas sociais do Declínio do Mundo Antigo” (1896), na qual Max Weber examina o declínio do Império Romano relativamente à desagregação econômico-social das cidades, do trabalho escravista e do comércio externo. Depois disso, Weber conhecerá a sua primeira e mais grave crise produtiva, até que, depois de cinco anos, retomará seu trabalho produtivo em outras três fases nas quais haverá sempre um lugar importante para a análise econômica. Na fase produtiva de 1903 a 1906 destaca-se a célebre obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904-1905); e na fase de 1911 a 1913, Max Weber produzirá *Economia e Sociedade*. Na terceira e última fase produtiva, que se situa entre os anos 1916 e 1919, desenvolverá por fim três estudos em torno da temática da “ética econômica das religiões mundiais”. A Religião, aliás, é outro dos grandes temas que atraíram a atenção científica de Max Weber, e não raro o sociólogo alemão tratou essa temática em diálogo com os aspectos econômicos.
- 9 Mesmo quando aborda temas relacionados à Antiguidade, como no ensaio de 1909 sobre *As Condições Agrárias da Antiguidade*, não será raro encontrarmos passagens em que Weber explicita suas preocupações em examinar as relações do Capitalismo ou de alguma formação econômica que possa ser abordada em analogia, com um certo padrão de comportamento e racionalidade. No estudo em questão, além da adaptação à Antiguidade da noção de “Capital”, por vezes de maneira anacrônica, Weber também compara a burocracia antiga e a burocracia moderna, avaliando a sua influência sobre a economia da época.
- 10 Já desde a primeira metade do século, com a obra *Weber e Marx*, de Karl Löwith (1933), surgiram tentativas de compreender interseções possíveis entre Weber e Marx, apesar de suas posições políticas bem diferenciadas e do debate nas ciências sociais que tendeu a opor radicalmente estes dois autores.
- 11 ver COHN, 2008, p.18.
- 12 É interessante notar, em contrapartida, que Max Weber tendia a sustentar que o ponto de partida da análise sociológica deveria ser a ação dos indivíduos ou do grupo dos indivíduos. Melhor situando este aspecto em relação à própria nomenclatura weberiana, a análise sociológica deve partir dos “agentes” que encaminham as “ações sociais”. Gabriel Cohn, em sua “Apresentação” a uma seleção de textos de Weber, transcreve uma passagem de uma carta de Weber a Robert Liefmann, na qual o sociólogo alemão sustenta que “também a Sociologia somente pode ser implementada tomando-se como ponto de partida a ação do indivíduo ou de um número maior ou menor de indivíduos, portanto de modo estritamente individualista quanto ao método” (COHN, 2008, p.25-25). A importância que Max Weber dará ao conceito de “ação social” – buscando compreendê-la de acordo com o “agente” e com tipo de “motivo” que desencadeia a “ação”, em cada caso – sintoniza-se com esta perspectiva.
- 13 Entre encaixes e desencaixes, Nietzsche, da mesma forma que Marx, pode ser indicado como um harmônico – uma sonoridade oculta – no acorde teórico de Max Weber. Tal como resalta Gabriel Cohn (1979), Weber considerava Marx e Nietzsche como os autores decisivos de sua época, e era preciso, portanto, tomar posição diante do pensamento de cada um deles (já Durkheim é francamente ignorado pelo sociólogo alemão). Em certa passagem de *Ciência como Vocaçào* (1919), Weber evoca a autoridade da

crítica nietzscheniana contra o positivismo ingênuo do progresso científico (2009, p.42), e o seu “desencantamento do mundo” remete à imagem nietzscheniana da “morte de Deus”. Sobre eventuais e possíveis influências de Nietzsche em Weber, ver OWEN, 1994. Naturalmente que são necessariamente ambíguas as interações possíveis entre o pensamento de Nietzsche e a identidade teórica de Max Weber, já que este último apresenta em seu acorde teórico uma ‘nota neo-kantiana’ dotada de expressiva intensidade. Todavia, todo pensamento é complexo. Como dizíamos na abertura desta proposta de utilizar a noção de ‘acordes teóricos’ para compreender pensamentos filosóficos e historiográficos, raros autores conseguem influenciar um outro autor como uma ‘totalidade’. As ‘notas de influência’ de um acorde teórico não são mais do que o nome indica: determinados aspectos do pensamento de um autor é que podem influenciar a ‘identidade teórica’ de um outro, e não necessariamente um autor inteiro, ou tampouco a totalidade de um sistema de pensamento.

- 14 O poder e a economia frequentemente se imbricam na análise weberiana. Um dos exemplos mais evidentes, em seu próprio título, é o ensaio de 1895 intitulado “O Estado Nacional e a política econômica”. Neste texto, Max Weber procurará mostrar como tanto o Estado em si mesmo, como a política econômica, são expressões da luta pela direção da sociedade alemã. Já a concomitante análise do conflito entre alemães e poloneses, lutando pela sua própria existência social nas fronteiras da Prússia, será instrumentalizada por Weber para sustentar sua própria posição com relação à necessidade de autonomia do estado nacional na sua contraposição a outros. Sobre estes aspectos, ver a análise de Gabriel Cohn na sua “Apresentação” para a coletânea de textos de Weber (COHN, 2008, p.17-18). / Se uma das mais frequentes escolhas temáticas de Weber foi a de investigar a conexão entre o “político” e o “econômico”, o sociólogo alemão também não deixou de trabalhar na conexão entre a religiosidade e a economia. O seu conjunto de estudos sobre *A Ética Econômica das Religiões Mundiais* atesta isto. Weber estudou em profundidade o hinduísmo e budismo (formas religiosas da Índia), e também o confucionismo e taoísmo (formas chinesas). Por outro lado, a conexão entre religiosidade e economia também está presente em *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905), obra na qual propõe a célebre hipótese de que haveria uma relação de causalidade entre a emergência de uma nova forma conduta surgida da religiosidade protestante e a conduta racional capitalista na esfera econômica. *A Sociologia da Religião*, em fim, foi uma das modalidades sociológicas nas quais Max Weber terminou por se constituir em uma das principais autoridades reconhecidas por aqueles que se dedicam ao estudo social das formas religiosas.
- 15 A tomada de posição, nesta e em outras passagens, coloca-se como uma escolha que se dá no plano ético, e nunca como decorrência de um imperativo científico. Em *Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais* (1904), Weber dirá: “uma ciência empírica não está apta a ensinar a quem quer que seja aquilo que ‘deve fazer’, mas sim, apenas aquilo que ‘pode fazer’ e – em certas circunstâncias – aquilo que ‘quer fazer’”.
- 16 Também poderemos ver Max Weber explicitar este aspecto de sua identidade teórica no texto *A Objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*: “Para aquele que [como ele mesmo] desenvolve até às suas últimas consequências a idéia fundamental da moderna teoria do conhecimento, baseada em Kant, segundo a qual os conceitos são e apenas podem ser meios intelectuais para o domínio espiritual do empiricamente dado, a circunstância de que os conceitos genéticos rigorosos são tipos ideais não constitui uma razão para que se oponha à sua construção. Para ele, dever-se-ia inverter a relação entre conceito e trabalho historiográfico: [...] os conceitos não são a meta, mas meios para o conhecimento das relações significativas sob pontos de vista individuais” (WEBER, 2008, p.122).
- 17 Na verdade, aprimorando ainda mais a oposição proposta e dotando-a de uma marca pessoal que o fará distinguir-se tanto de Dilthey como de Windelband, para Rickert, o que estaria realmente na base de oposição entre estes dois padrões metodológicos que acompanham os dois tipos de ciência – as nomotéticas e as idiográficas – seria contraposição

mais visceral entre “ciências generalizantes” e “ciências individualizantes”, particularmente no sentido de que, se ambos os tipos de ciências produzem conceitos, os conceitos produzidos pela História e outras ‘ciências idiográficas’ seriam sempre e necessariamente revestidos de “valor”, diferentemente dos “conceitos generalizantes” das ditas ciências naturais.

- 18 Os “territórios intermédios” do saber, situados na mediação ou no entrecruzamento anfíbio dos dois tipos de ciências, são discutidos por Rickert em *Ciências Culturais e Ciências Naturais* (1926, p.22).
- 19 Rickert dá um passo importante no que se refere ao reconhecimento dos valores que interferem na produção do conhecimento nas ciências humanas. Mas, ao contrário de Max Weber, ainda irá se amparar da idéia de que existiriam alguns poucos valores universais, como a “verdade” ou a “liberdade”, e que estes valores, aceitos por todos, permitiriam a constituição de uma certa base de objetividade. Weber rejeitará a idéia de que existam mesmo alguns poucos valores universais, e por isso buscará assegurar a objetividade por outras vias.
- 20 Podemos evocar aqui as palavras Michael Löwi a respeito da concepção weberiana (1994, p.37), “os valores [na proposta weberiana] determinam as questões da investigação, mas as respostas devem ser estritamente *Wert-frei*; o objeto de pesquisa foi determinado a partir de um ponto de vista valorativo, mas a *démarche* concreta da pesquisa científica sobre este objeto é submetida a regras objetivas e universais, a um tipo de conhecimento de validade absoluta; os valores forjam os instrumentos conceituais, mas a forma de utilizá-los no estudo científico da causalidade é regida por normas gerais”. Löwi cita ainda uma célebre frase de Max Weber em seu ensaio sobre “a objetividade científico-social”: “na esfera das ciências sociais, uma demonstração científica, metodicamente correta, que pretende ter atingido seu objetivo, deve poder ser reconhecida como exata da mesma maneira por um chinês ...”, apesar de que este “não tenha nenhuma sensibilidade, interesse ou simpatia por nossos valores éticos e culturais” (WEBER, apud LÖWI, 1994, p.38).
- 21 É interessante observar que esta “objetividade” que se atinge ao final do trabalho é sempre colocada entre aspas por Weber, o que é explícito no próprio título do ensaio *A ‘Objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais* (1904).
- 22 O conjunto de estudos sobre *A Ética Econômica das Religiões Mundiais*, que recorta para as religiões da Índia e da China a mesma relação que já havia sido trabalhada em *Ética Protestante e Espírito do Capitalismo* (1905), constitui mais um exemplo.
- 23 Temos como exemplo da primeira problemática indicada o ensaio *Causas Sociais do Declínio da Cultura Antiga* (1896), e como exemplo da segunda o ensaio *Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música* (1911).
- 24 Um dos textos de Max Weber que explicitam com maior clareza a sua teoria sobre a produção do conhecimento foi publicado em 1904, na revista *Arquivo para a Ciência Social e Política Social*. Referimo-nos ao pequeno ensaio “A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais” (WEBER, 2008, p.79-127), e é deste texto que extrairemos a maior parte das citações de Weber nos próximos parágrafos.
- 25 Weber dirá: “Para as ciências da natureza as leis são tanto mais importantes e valiosas quanto mais *geral* é a sua validade. Para o conhecimento das condições concreta dos fenômenos históricos as leis *mais gerais* são frequentemente as menos valiosas, por serem as mais vazias de conteúdo. Isto porque quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico – isto é, quanto maior a sua *extensão* –, tanto mais nos afasta da riqueza da realidade, posto que, para poder abranger o que existe de comum ao maior número possível de fenômenos, forçosamente deverá ser o mais abstrato e pobre de conteúdo. No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor próprio” (WEBER, 2008, p.96). Da mesma forma, Weber chamará atenção para o fato de que a busca de leis não pode ser um objetivo das ciências humanas, mas apenas

um *meio* para produzir este tipo de conhecimento: “[...] o conhecimento das leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para este efeito” (WEBER, 2008, p.96).

- 26 Referindo-se à conexão iluminista entre o mito evolutivo do progresso técnico e a aproximação metodológica das ciências naturais e sociais, Weber registra, em *Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais* (1904), os seguintes comentários: “Qualquer progresso de princípio na formação de leis [de acordo com a concepção de mundo iluminista] era também, e podia sê-lo, um progresso na disciplina prática. Porque, quando os fins permanecem inalteráveis, a redução progressiva de questões práticas (um caso de doença, um problema técnico) a leis de validade geral e a consequente ampliação do conhecimento teórico ligam-se à ampliação das possibilidades técnicas e práticas e se identifica com ela” (WEBER, 2008, p.101-102). Na mesma sequência, Weber também empreende a crítica da perspectiva evolucionista que no século seguinte surgiu na Biologia e daí se alastrou para todo o conjunto de ciências, inclusive as ciências sociais.
- 27 Na mesma sequência antes citada, parece ser evocada, em seguida, uma imagem nietzscheniana, invertida por Weber de modo a produzir um efeito irônico contra o enquadramento de todas as ciências em uma lei geral evolucionista: “Quando a Biologia moderna conseguiu englobar igualmente os elementos da realidade que nos interessam historicamente [...] dentro de um princípio de evolução de validade geral, que pelo menos na aparência – mas não na realidade – permitia ordenar todo o essencial daqueles objetos dentro do conceito de um princípio de evolução de validade geral, dir-se-ia que, sobre todas as ciências, pairava ameaçadoramente o crepúsculo dos deuses de todas as perspectivas axiológicas” (WEBER, 2008, p.102). Em tempo, *O Crepúsculo dos Ídolos* (ou: “como filosofar a golpes de martelo”) é o título de uma das mais impactantes obras de Nietzsche (1888).
- 28 Este ponto merece esclarecimentos, pois nos leva à distinção entre Kant e Hegel. O problema fundamental filosófico para Kant é o do “conhecer” (e não o do “Ser”, como em Hegel). Ambos, Kant e Hegel, acreditam na existência de “universais” (que Kant chama de “categorias”). Mas eis a diferença: para Kant, a realidade em si mesma (a “coisa-em-si”) não pode ser conhecida; o mundo, de fato, só pode ser conhecido a partir de dois tipos de categorias: as categorias derivadas da “experiência” (que são assimiladas através dos sentidos, como a “Cor” ou o “Som”), e as chamadas “categorias a priori”, que não dependem da sensibilidade e já existem, na “estrutura da mente”, previamente à “experiência”. Categorias como “totalidade”, “unidade”, “diversidade” podem ser utilizadas porque a mente humana já é constituída e organizada de certa maneira, a partir de certas “estruturas” que já existem em todas as mentes humanas, e que as levam a enxergar o mundo de uma certa maneira, a interpor-lhes um filtro que modifica a sua forma de perceber a realidade. Ao lado das categorias sensoriais, as “categorias apriori” obrigam a que enxerguemos o mundo de uma determinada maneira, sob a forma de suas aparências (fenômenos). A realidade não é percebida, para os kantianos e neo-kantianos, tal como ela realmente é; mas sim através das “categorias” que estruturam a mente e medeiam o processo de conhecimento – categorias que são portanto *subjetivas*. Deste modo, há para Kant uma distinção entre “conhecer” e “ser” que não existe para Hegel, filósofo para quem os “universais” já existem fora de mente humana, como “condições para o existir”, e para quem, consequentemente, o “conhecer” e o “ser” (Razão e Realidade) se superpõem e se equivalem. Esta distinção entre Kant e Hegel explica porque o neo-kantianismo ajustou-se perfeitamente a certos setores da perspectiva historicista, considerando que esta levou a um empenho cada vez maior em decifrar a mente e as categorias dos seres-humanos que deixaram registros e discursos nas fontes históricas; com o tempo, aliás, os historicistas também voltaram esta perspectiva para si mesmos, passando a perceber que também os próprios historiadores também desenvolvem a sua reflexão sobre a História através de suas próprias categorias.
- 29 Rejeitando até à caricatura extremada a mera e gratuita descrição de fenômenos, Weber irá atribuir um papel importante para a explicação causal, embora não no sentido

mecanicista e linear de alguns dos setores do Positivismo: “[...] só alguns aspectos dos fenômenos particulares infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma *significação geral para a cultura*, merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objetos da explicação causal” (WEBER, 2008, p.94). O papel da causalidade nas ciências sociais, de acordo com Weber, não é um *fim* como em certos setores do Positivismo Clássico, mas sim um *meio*: “Onde quer que se trate de explicação causal de um ‘fenômeno cultural’ – ou de uma ‘individualidade histórica’, expressão já utilizada relativamente à metodologia da nossa disciplina, e agora habitual na lógica, com uma formulação mais precisa –, o conhecimento das *leis* da causalidade não poderá constituir o *fim* mas antes o *meio* do estudo” (WEBER, 2009, p.94). De fato, Weber chamará atenção para o fato de que, “nas ciências da cultura”, não teremos “conexões regulares”, no sentido estrito das ciências da natureza, mas sim “conexões causais *adequadas*”, o que o permite se contrapor à causalidade mecanicista proposta pelos positivistas nos termos de “possibilidades objetivas” (WEBER, 2008, p.95).

- 30 “O fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade. Os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante e sob um aspecto e permanece variável o âmbito daquilo que, no fluxo eternamente infinito do individual, adquire para nós importância e significação, e se converte em ‘individualidade histórica’. Mudam também as relações intelectuais sob as quais são estudados e compreendidos. Por conseguinte, os pontos de partida das ciências da cultura continuarão a ser variáveis no imenso futuro, enquanto uma espécie de imobilidade chinesa da vida espiritual não desacostumar a humanidade de fazer perguntas à sempre inesgotável vida” (WEBER, 2008, p.100).
- 31 “Este caos só pode ser ordenado pela circunstância de que, em qualquer caso, unicamente um segmento da realidade individual possui interesse e significado para nós, posto que ele só se encontra em relação com as idéias de valor culturais com que abordamos a realidade” (WEBER, 2008, p.94).
- 32 A metáfora da luminosidade valorativa que “traz a nu” regiões da realidade caótica não deve nos confundir. A tarefa do cientista social, de acordo com a perspectiva weberiana, não é iluminar ou reproduzir através de um sistema de idéias uma realidade objetiva já dada (esse viés estaria mais próximo da concepção de Durkheim). A tarefa do cientista social, para Weber, é criar uma ordem racional para os diversos aspectos da realidade empírica que podem ser apreendidos pela pesquisa. O objeto de conhecimento não é surpreendido pela iluminação da análise, como se já existisse previamente; ele é constituído na própria análise.
- 33 Aqui reverbera um discreto harmônico que remonta ao filósofo setecentista Giambattista Vico (1668-1744), e que reaparecerá no século XX em Gadamer (1900-2002) e em toda uma linha hermenêutica de pensadores que fortalecem seu pensamento a partir das vertentes relativistas do Historicismo. Precursor de todos, Vico, em sua *Ciência Nova* (1725), já alertava para o fato de que só podemos conhecer verdadeiramente – no âmbito de uma perspectiva que envolve a “compreensão” – aquilo do qual efetivamente participamos.
- 34 Para uma passagem de Max Weber que sintetiza sua reflexão sobre a interferência dos valores na pesquisa de ciências humanas, ver WEBER, 2008, p.98.
- 35 Max Weber dá o exemplo das formações urbanas medievais, na história mais ampla das cidades na Europa Ocidental (assunto a que ele se dedicou com especial atenção, e cujos resultados aparecem em *Economia e Sociedade*). A construção conceitual que permite falar em uma “economia urbana medieval” não pode ser obtida pelo “estabelecimento de uma *média* dos princípios econômicos que realmente existiram em todas as cidades examinadas”, mas antes, “é pela construção de um *tipo ideal* que, neste último caso, se forma o conceito de ‘economia urbana’” (WEBER, 2008, p.106).
- 36 “As ‘idéias’ que dominaram os homens de uma época, isto é, as que neles atuaram de forma difusa, só poderão ser compreendidas, sempre que formem um quadro de pensa-

mento complicado, com rigor conceitual, *sob a forma de um tipo ideal*, pois empiricamente elas habitam as mentes de uma quantidade indeterminada e mutável de indivíduos, nos quais estavam expostas aos mais diversos matizes, segundo a forma e o conteúdo, a clareza e o sentido” (WEBER, 2008, p.111). Em seguida a estes comentários, Max Weber oferece exemplificativamente o caso do “cristianismo medieval”. Descrever o que seria isso de fato implicaria em trazer à tona “um caos de relações intelectuais e de sentimentos de todos os tipos, infinitamente diferenciados e extremamente contraditórios” (id, Ibid).

- 37 A célebre frase hegeliana de que “o real é Racional, e o Racional é Real” aparece pela primeira vez na obra *Princípios da Filosofia do Direito* (HEGEL, 1821).
- 38 Naturalmente que a percepção weberiana do devir histórico não está isenta de ambigüidades. Ele deixa entrever em diversas oportunidades que, para uma civilização como a do Ocidente, seria possível falar nas diversas tendências de pensamento e sensibilidade correspondentes a cada época. Sua análise comparada da Cidade termina por construir ‘tipos ideais’ para a Cidade Antiga, a Cidade medieval, a Cidade Moderna, e assim por diante.
- 39 “Numa época de especialização, qualquer trabalho nas ciências da cultura, após ter-se orientado para determinada matéria através do seu modo determinado de colocar os problemas, e uma vez adquiridos os seus princípios metodológicos, verá na elaboração dessa matéria um fim em si próprio, sem controlar continuamente e de forma consciente o valor cognitivo dos fatos isolados pela sua referência às idéias de valor últimas e mesmo sem tomar consciência da sua ligação com essas idéias de valor. E é bom que assim seja. Mas um dia torna-se incerto o significado dos pontos de vista adotados irrefletidamente, o caminho perde-se no crepúsculo. A luz dos grandes problemas culturais deslocou-se para mais além. Então a Ciência prepara-se também para mudar o seu cenário e o seu aparelho conceitual, e fitar o fluxo do devir das alturas do pensamento. Ela segue a rota dos astros que unicamente podem dar sentido e rumo ao seu trabalho” (WEBER, 2008, p.127).
- 40 Seguindo com o mesmo exemplo das cidades medievais, Max Weber argumenta que será precisamente a tarefa dos historiadores verificarem “em que medida o caráter econômico das condições de determinada cidade poderá ser qualificado como ‘economia urbana’ em sentido conceitual” (WEBER, 2008, p.106). Afinal, entre as inúmeras formações urbanas medievais algumas poderão ou não corresponder ao conceito de “economia urbana”, e mesmo não serem consideradas autênticas *cidades* de acordo com esta perspectiva. Para conhecer o conceito e categorias da cidade propostas por Max Weber, ver toda a ‘seção 7’ de *Economia e Sociedade* (WEBER, 1999, p.408-517).
- 41 Procrusto era um salteador da antiga mitologia grega que costumava receber em sua casa, situada em uma floresta nas proximidades de uma estrada, viajantes cansados que pediam acolhida antes de seguir viagem. O bandido havia construído uma cama de ferro (o “leito de Procrusto”). Ao encontrar um viajante desavisado, Procrusto oferecia sua falsa hospitalidade, servia-lhe um bom jantar e o embebedava. Em seguida, estendia o viajante no leito de ferro, que em geral era menor ou maior do que o corpo da vítima. Ao ajustar a cabeça do viajante ao catre da cama, podia se dar que este fosse maior que o leito e que os pés ultrapassassem, do outro lado, o pé da cama. Procrusto então os cortava fora, de modo que o corpo do viajante se visse rigorosamente ajustado ao leito. Se, porém, o corpo do viajante era menor do que o leito, Procrusto também costumava fazer o seu ajuste, desconjuntando os pés da vítima de modo que, nesta nova forma mutilada, tanto a cabeça se ajustasse ao catre, como os pés se ajustassem à outra borda do leito. Conta o mito que Procrusto morreu nas mãos do herói Teseu, ao tentar submetê-lo a esta prática, e que o herói decidiu aplicar-lhe o mesmo fim que sempre havia imposto às suas vítimas. O mito procura representar as situações em que já se tem um modelo previamente construído para, a partir daí, adaptar-lhe a todo custo a realidade empírica que se pretendia examinar. Max Weber vale-se da metáfora do “leiro de Procrusto” em *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais* (1904), ao se referir aos quadros conceituais

- demasiados rígidos dentro dos quais “a História deverá ser introduzida à força” (WEBER, 2008, p.110).
- 42 “Quem for da opinião de que o conhecimento da realidade histórica deveria, ou poderia ser uma cópia ‘sem pressuposições’ de fatos ‘objetivos’, negar-lhes-á [aos tipos ideais] qualquer valor. E mesmo quem tiver reconhecido que, no âmbito da realidade, nada está isento de pressuposições em sentido lógico, e que o mais simples extrato de atas ou documentos apenas poderá ter algum sentido científico em relação a ‘significações’ e assim, em última análise, em relação a idéias de valor, considerará no entanto a construção de qualquer espécie de ‘utopia’ histórica [outra palavra de Weber para ‘tipo ideal’] como um meio ilustrativo perigoso para a objetividade do trabalho científico, e com mais freqüência, como um simples jogo. E, de fato, nunca se poderá decidir a priori se se trata de mero jogo mental, ou de uma construção conceitual fecunda para a ciência. Também aqui existe apenas um critério, o da eficácia, para o conhecimento de fenômenos culturais concretos, tanto nas suas conexões como no seu condicionamento causal e na sua significação. Portanto a construção de tipos ideais abstratos não interessa como um fim, mas única e exclusivamente como meio do conhecimento” (WEBER, 2008, p.108).
- 43 No limite, conforme Weber sustentará em seu ensaio sobre *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais* (2008, p.109), todos os conceitos que podem ser empregados nas ciências humanas são, à sua maneira, tipos ideais: não haveria nem possibilidade nem interesse que os conceitos utilizados pelos historiadores, por exemplo, fossem tão precisos como os conceitos a serem utilizados nas ciências naturais e físicas.
- 44 O “Caminho do Meio” (em sânscrito: *Madhyama Pratipad*) é uma das mais tradicionais expressões budistas; trata-se da estrada equidistante aos dois extremos, que se oferece àqueles que se propõem a dar seus primeiros passos em direção à Sabedoria ou, ao menos, em direção ao alívio de seus conflitos. Diz a tradição budista que Buda, certa feita, chegou a desmaiar de fome devido a seu rigoroso jejum. Somente recuperou a consciência quando foi alimentado por uma camponesa que passou perto do lugar onde jazia desacordado. Após meditar sobre este acontecimento, Sidarta terminou por concluir que o excessivo rigor é tão danoso e ineficaz em termos espirituais quanto a excessiva indulgência, e a partir de então optou por seguir um “caminho do meio” – um caminho cuidadosamente equidistante dos extremos do rigor absoluto e da liberdade sem regras.
- 45 Michael Löwi, sociólogo brasileiro que fará a crítica do modelo weberiano a partir de uma perspectiva marxista, registra as seguintes palavras elogiosas a respeito de Max Weber: “A *Wissenschaftslehre* de Weber é um edifício imponente, cuja arquitetura rigorosa e coerência lógica impõem o respeito e a admiração. Não é por acaso que ele serve de ponto de referência obrigatório para toda tentativa séria de fundamentar ou refutar a tese da neutralidade axiológica das ciências sociais (os positivistas vulgares se contentam em repetir fastidiosamente as velhas receitas de Durkheim). Esta arquitetura não comporta nenhuma fissura lógica; é apenas se situando em um terreno externo à lógica abstrata de sua demonstração que se pode descobrir a falha nessa formidável couraça metodológica. É a partir de uma perspectiva de *sociologia do conhecimento* que se revela o calcanhar de Aquiles da teoria weberiana da ciência” (LÖWI, 2009, p.47).
- 46 “Permitem [os textos de Max Weber] constatar a notável coerência de sua obra, na qual os temas e o modo de tratá-los vão ganhando forma ao longo dos anos, mas já estão claramente delineados nos seus primeiros trabalhos” (COHN, 2008, p.10). Concordando com Gabriel Cohn, acrescentaremos que Max Weber é destes autores que apresentam uma produção intelectual para a qual poderíamos utilizar a metáfora do acorde que permanece sempre o mesmo na sua tríade fundamental, mas que vai agregando novas notas no decorrer da trajetória intelectual de seu autor, o que resulta em um gradual enriquecimento de tópicos e elementos que não deixa jamais de reforçar a consistência e coerência de um poderoso sistema de pensamento em construção. Max Weber não parece ter produzido rupturas em relação a si mesmo.

REFERÊNCIAS

- COHN, Gabriel. “Introdução” in: WEBER, Max. *Weber – Sociologia*. (org. COHN, Gabriel). São Paulo: Ática, 2008. p.7-34.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2008, 9ª edição. [original: 1960]
- HEGEL, Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [orig: 1821]
- LÖWITH, Karl. *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: Hucitec, 1994 [original: 1933].
- LOWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 1994.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O Crepúsculo dos Ídolos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [original: 1888].
- OWEN, David. *Maturity and Modernity: Nietzsche, Weber, Foucault and the ambivalence of reason*. New York: Routledge, 1994.
- PARSONS, Talcott. “Value-freedom and objectivity” in STAMMER, O. (org.). *Max Weber and Sociology Today*. London: Harper, 1971, p.34-48.
- RICKERT, Heinrich. *Ciencia cultural y ciencia natural*, Madrid: Calpe, 1922 [original: 1899].
- VICO, Giambattista. *Scienza Nuova. Opere*. Milão: 1953. p.365-905 [*Ciência Nova*. Rio de Janeiro: Record, 1999] [original: 1725].
- WEBER, Max. *História Agrária Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994 [original: 1891]
- WEBER, Max. “O Estado Nacional e a Política Econômica” in *Weber - Sociologia*. São Paulo: Ática, 2008. p.58-78 [original: 1895]
- WEBER, Max. “As Causas Sociais do Declínio da Cultura Antiga” in *Weber - Sociologia*. São Paulo: Ática, 2008. p.37-57 [original: 1896]
- WEBER, Max. *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ática, 2006. p.79-127 [original: 1904].
- WEBER, Max. *Essais sur La theorie de la Science*. Paris: Plon, 1965 [*Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Centauro, 2003] [originais: 1904-1917].
- WEBER, Max. *Os Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música*. São Paulo: Edusp, 1995 [orig.: 1911]
- WEBER, Max. “A Ciência como Vocação” In *Metodologia das Ciências Sociais – Parte II*. São Paulo: Editora Cortez, 1993. [original: 1919]

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996 [original: 1904-1905, complementado em 1920]

WEBER, Max. “A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais” in *Weber – Sociologia*. (org. COHN, Gabriel). São Paulo: Ática, 2008.

ABSTRACT

This article aims to develop some considerations about the relations between Objectivity and Subjectivity in the Sociology of Max Weber and in his historiography thought. To guide our reflections about this sociologist-historian, we are using here the metaphor of the ‘theory chord’, a metaphor borrowed from Music, in order to think the interaction between some elements that constitutes Max Weber theory identity. The principal work of Max Weber analysed is *Objectivity and Subjectivity in Social Sciences* (1904), whereby it will be possible develop some considerations about the question examined.

Keywords: Max Weber, Objectivity, Subjectivity.



Algumas considerações sobre controle social da segurança pública na perspectiva das políticas públicas em um estado no século XXI

Luiz Carlos Guimarães Serafim

RESUMO:

No caso da polícia, entendê-la como serviço público, com estrutura organizada e uma forma de atuação definida parece-nos estar bastante adequado ao conceito em sua forma subjetiva. O fato de ser uma organização que poderá usar a força para fazer cumprir a lei a sujeita à idéia de negatividade, que, segundo alguns, se deve ao fato de ser uma atividade que nada cria, por limitar-se à repressão aos comportamentos inadequados à ordem estabelecida. O poder usar a força tornou-a conhecida como força pública, mesmo não fazendo uso dela durante a maior parte da sua atuação. Daí a nossa proposta de entendê-la como serviço público, dotada de determinados poderes para usar a força quando necessário, poderes esses regulados e limitados pela lei e pelo interesse público. Com a noção de serviço público tentamos resgatar a positividade da organização, subordinando a idéia da força ou da coerção à idéia do serviço. Servir e não combates; servidor e não combatente seriam os novos referenciais da polícia. (CERQUEIRA, 1996, p. 202).

Palavras-chaves: Controle Social - Segurança Pública - Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 80 do século XX, a gestão pública vem sofrendo profundas transformações ao redor do mundo; e a segurança pública, posto que é um setor de natureza exclusiva do Estado, não poderia ficar a margem deste debate. Na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro existiu, naquela época, um comandante geral, Coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira (1983-1987 e 1991-1994), que preconizava a importância da reformulação do modelo de relação entre o aparato de segurança pública e a sociedade civil, como parte integrante não apenas do processo de redemocratização daquela época, mas como condição fundamental para a melhoria da qualidade do serviço prestado a sociedade: policiamento democrático, formação continuada do policial, polícia cidadã, direitos humanos como fundamento da atividade policial, atendimento psicológico e social ao policial e aos seus familiares, melhoria da gestão da segurança pública e a questão que ora desenvolvo: o controle social da segurança pública.

Na realidade, o controle e a participação social são temas das Reformas do Estado e integram a concepção de aprofundamento das instituições democráticas no mundo todo, com o alargamento dos mecanismos participativos com ampliação das possibilidades de intervenção popular, e, por conseguinte de apropriação das instituições públicas por parte daqueles que o legitimam: os cidadãos.

Com base nesses axiomas, serão expostos no presente trabalho um conjunto de considerações a respeito do controle social na área da segurança pública como parcela integrante da Reforma do Estado Brasileiro, nas esferas da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, tanto no que for específico de cada um, quanto nas relações transversais entre cada uma dessas esferas e seus respectivos poderes (executivo, legislativo e judiciário).

Em síntese, defende-se a tese de que o controle social das instituições públicas, sejam elas quais forem, é condição intrínseca ao Estado Democrático e, no caso da segurança pública, assegurar que o seu monopólio do uso da violência seja feito em nome da legitimidade do Estado de direito e da dignidade da pessoa humana; inclusive admitindo-se que ao ouvir a população pode-se aprimorar a qualidade do serviço prestado, posto que segurança pública é um tema de interesse de todos e não exclusividade dos policiais.

O ESTADO BRASILEIRO

Nas últimas décadas, transformações econômicas e sociais trouxeram a reforma do Estado e de sua administração para o centro da agenda política de diversos países. Neste contexto, mudanças foram realizadas na forma de organizar o Estado e gerir a economia nacional, mas a evolução das práticas administrativas em direção ao interesse público e a democracia ainda permanece um desafio. Os pesquisadores continuam buscando diálogo entre a administração e a ciência política, mas enfrentam dificuldades, pois os dois campos do conhecimento tendem a se distanciar. (PAULA, 2008, p 21).

O Estado brasileiro teve suas raízes formadas nas estruturas do patrimonialismo ibérico. Assim, o trato da coisa pública se confundia com os interesses privados do monarca da Metrópole e as vicissitudes dos fidalgos que ocupavam as posições de mando na colônia. Os bens

públicos são tratados como posse de seus mandatários. Daí o termo “Estado Patrimonialista”. A dimensão política se confundia com o patrimônio dos estamentos ocupantes das principais funções públicas, que se valiam do Estado para ampliar substancialmente a sua riqueza. O país que se forma com a independência e que assistimos ao longo das primeiras décadas da República tem como modelo estatal o patrimonialismo, no qual a ideologia do patri arcado era o que vigia para as relações sociais e para contato da sociedade com as instituições públicas. A polícia não seria portanto uma instituição apartada deste modelo, e era orientada muito mais para a defesa do patrimônio do que para a defesa da cidadania e dos direitos e liberdades individuais. Para Raymundo Faoro (2008), em seu clássico e cinquentenário livro “Os Donos do Poder”, é a partir da ocupação das funções de mando do Estado que a elite brasileira perpetua o seu poder e renova o seu controle sobre a sociedade, muitas vezes sendo indispensável a ocupação de posições públicas para a acumulação de capital, e, portanto, o Estado estaria muito mais voltado para os interesses corporativos e patrimoniais das famílias que se eternizam no seu controle do que para a edificação de uma genuína esfera pública, mesmo após a instauração do regime republicano. Para o historiador José Murilo de Carvalho (2001), a necessidade de se ter a algum vínculo com o Estado para se valer daquilo que deveriam ser direitos universais a cidadania, geraria o conceito de “estadania” no lugar da edificação de uma cidadania verdadeira, e a estadania não seria rompida com a República, mas redefinida a partir de um outro contexto político. Portanto, o Estado ou a posse de alguma posição dentro dele é de capital importância para ser “alguém” nesta sociedade, não bastando o princípio universal dos direitos civis, políticos e sociais para a consubstanciação da existência e razão de ser da coisa pública.

Segundo Roberto DaMatta (2002) em “A Casa e a Rua”, tal seria a origem da privatização do Estado Brasileiro por dentro, da forma como se utiliza o termo “Você sabe com quem está falando?” e de algumas pessoas se acharem “mais iguais” do que o conjunto da cidadania, justificando-se assim um tratamento diferenciado a elas por partes dos agentes do estado, os policiais inclusive e sobretudo.

A transição para um modelo de gestão burocrática consagrada pela modernidade só se fez no Brasil a partir da Revolução de 1930 com Getúlio Vargas a frente deste processo e pela via do autoritarismo, podendo-se portanto afirmar que a modernização se deu a partir de condições

absolutamente conservadoras e que não representou uma ruptura profunda com o patrimonialismo, embora tenha havido avanços na profissionalização dos funcionários públicos, na ampliação dos serviços oferecidos e na consolidação do Estado Nacional, influenciando as máquinas dos principais Estados e municípios. Assim, o modelo de gestão burocrática no sentido empregado por Max Weber (2002) é algo muito recente na cultura da gestão pública brasileira e ainda assim de forma imperfeita e contraditória. Segundo PAULA (2008), o termo “neopatrimonialismo” seria até mais adequado do que classificar como “burocrático” o Estado engendrado a partir de 1930, uma vez que este seria não apenas uma forma dos modelos tradicionais subsistirem, mas também uma maneira de atualizá-lo frente as necessidades impostas pelo desenvolvimento do capitalismo não apenas como sistema econômico, mas também como forma de organização da sociedade e de se relacionar com os atores sociais.

Outra onda de aprimoramento do Estado burocrático também viria acompanhada de redefinições do patriarcado durante a ditadura militar. Assim:

A combinação entre a dominação patrimonial tradicional e a dominação burocrática deu origem a um patrimonialismo burocrático, onde as posições de poder são predominantemente ocupadas por grupos funcionais e especializados que controlam a economia através do saber técnico. Mas, uma vez que no contexto do regime autoritário o sistema político de participação era débil, dependente e controlado hierarquicamente de cima para baixo, emergiu também um patrimonialismo político: os tecnocratas se vinculou com as lideranças políticas emergentes e cooptando-as por meio da concessão de cargos públicos. (PAULA, 2008, p. 107).

Não seria portanto exagero afirmar-se que os movimentos de modernização da máquina pública no Brasil ao longo do século XX vieram acompanhados de estratégias de readaptação e subsunção por partes dos que se beneficiam do patrimonialismo, mesmo com o advento de setores tecnocráticos que logo foram absorvidos e incorporados por esta lógica. O discurso da competência técnica esvaziava qualquer argumento da sociedade civil no sentido de opinar sobre a tomada de decisões e fiscalização da execução das atividades estatais. O saber tecnocrático amparava-se ainda pelas relações autoritárias impostas pelo regime militar a partir de 1964.

Da década de 1990 para cá, inspirando-se no ocorrido no ocidente na década anterior, o Estado brasileiro esboça reformar-se, sobretudo dentro dos conceitos de Estado Gerencial. Ainda segundo PAULA (2008, p. 21-27), o problema é pensar modelos de gestão que levem em consideração as especificidades da administração pública, que possuem alguns pressupostos diferentes da administração de empresas, tais como:

- dimensão econômico-financeira: como definir o ponto ótimo de intervenção do Estado na economia, a gestão das finanças públicas, os investimentos a serem feitos e a prestação de contas em relação ao gasto público. A fiscalização e o controle devem possuir dimensões internas e externas.
- dimensão institucional-administrativa: preocupa-se com a organização e a articulação entre os órgãos públicos, enfrentando os desafios do planejamento integrado, a direção e o controle das ações estatais, além da questão da profissionalização dos servidores públicos para o desempenho de suas funções.
- dimensão sociopolítica: compreende os problemas inerentes a relação Estado/sociedade, contemplando os direitos inerentes a cidadania, abrindo-se, assim, canais para a participação social na gestão pública, diretamente ou por intermédio das organizações da sociedade civil, oferecendo mecanismos de publicização e ampla divulgação de dados e informações sobre as atividades do poder público. Esta é a dimensão que mais carece de aprofundamento, inclusive no tocante a segurança pública.

A dimensão sociopolítica é aquela que justifica e legitima o controle social das ações do poder público em todas as áreas. Mesmo antes da fiscalização das ações, seja no âmbito financeiro ou nas suas consequências, a participação social deve se dar já no processo de planejamento, sendo o controle durante e após a sua execução, uma resultante desta forma de se compreender um Estado democrático e em conformidade com o mundo contemporâneo.

Deve-se pensar ainda formas de se ter uma relação harmoniosa entre as três dimensões acima mencionadas, para a consolidação de uma gestão pública democrática. Assim, é preciso superar a tendência em se relegar a dimensão sociopolítica ao segundo plano, em detrimento do discurso da competência e da suposta eficiência administrativa. Ao contrário, a

eficiência dar-se-á exatamente ou levar-se-á em consideração as ponderações e anseios sociais, evoluindo-se e superando as estruturas remanescentes do modelo patrimonialista que perdurar.

Logo, propõe-se baseados em PAULA (2008), o modelo societal de gestão pública, fundamentado na implementação de uma administração pública não autoritária, valorizando-se a dimensão sociopolítica em suas experiências de gestão e possibilitando-se com isto a renovação do modelo de gestão pública com propostas baseadas na concepção de Nova Administração Pública (New Public Management) européia.

AMPLIAÇÃO DOS MECANISMOS PARTICIPATIVOS

Não parece restar dúvida, portanto, de que o Estado Brasileiro e a sociedade civil terão que questionar o seu próprio papel, não bastando o questionamento do Estado, como recorrentemente se tem observado em muitas análises. No contexto da violência carioca, talvez fosse essencial que os atores com mais voz, representantes de setores importantes, verificassem o papel que tem sido desempenhado pela sociedade brasileira, fazendo mea culpa ou algo assim. Se as análises da violência da cidade continuarem a descartar ou minimizar essa vertente, como é comum até mesmo em estudos cuidadosos, é preciso reconhecer que se está caminhando na contra-mão, legitimando o Estado Leviatã hobbesiano. “Salve-se quem puder!”. (SILVA, 1998, p. 65).

O próprio conceito de “accountability”, prestação de contas, que está presente tanto na gestão empresarial como sobretudo na Nova Administração Pública, nos oferece elementos para entendermos a importância de um controle social efetivo como parte integrante das políticas públicas. Deve-se entender accountability como uma plêiade de mecanismos e procedimentos de prestação de contas por parte dos dirigentes públicos, eleitos ou de carreira. Todas as ações e resultantes destas devem ser esclarecidas à sociedade, oferecendo o maior nível possível de transparência e expondo publicamente os resultados quantitativos e qualitativos das políticas públicas. Quanto maiores os mecanismos de participação dos cidadãos no controle social das políticas públicas, mais “accountable” será um governo ou órgão público. As modernas tecnologias da comunicação e informação, bem como o “e-

government”, são importantes aliados neste processo, pois anula as distantes e quebra as dificuldades espaço-temporais para o controle. Lembre-se de que a transparência e publicidade são conceitos que regem a administração pública em todos os seus níveis e setores; inclusive segurança pública.

É importante considerar que a esfera pública não pode ser constituída apenas pelas instituições estatais, por mais que existam atividades de natureza exclusiva do Estado, como o é a segurança pública. As organizações da sociedade civil contribuem para formar a parte não-estatal do Estado e o auxilia na formulação de políticas e na sua fiscalização, para se evitar abusos, corrupção, mal-gastos e potencializar os seus efeitos a partir do diálogo. Evidentemente que não se faz aqui a defesa da abertura de prerrogativas por parte dos agentes públicos, mas sim de oferecer maior transparência de suas ações para aqueles que são a origem da razão de ser dos entes públicos. Afinal, no Estado de Direito Democrático, o poder emana do povo e o contrato social existe em função do bem comum.

Outro conceito da gestão pública que pode e deve ser cada vez mais incorporado pela segurança pública é o de “governança” entendido como a capacidade dos gestores elaborarem e desenvolverem políticas que se legitimam junto a sociedade. A governança é o ato governativo em si, que não é exercida diretamente pelos cidadãos ou pela cidadania organizada, mas cujas ações demandam da legitimidade conferida pelo indivíduos, organizados ou não, implementando-se políticas públicas representativas da vontade emanada da sociedade civil e do mercado, que podem ser ouvidos e que devem auxiliar na prestação das contas.

A “governança” se complementa com um outro conceito, que é o de “governabilidade” que pode ser entendido como as condições objetivas e materiais nas quais o exercício do poder ocorre e a legitimidade auferida pelo Estado junto a população. É a autoridade política do Estado em si, em seu poder de envolver múltiplos interesses difusos na sociedade e lograr apontar para um projeto comum, com planejamento de curto, médio e longo prazo (MATIAS-PEREIRA, 2008).

No conceito de governabilidade a legitimidade é originária da competência do setor público em representar os interesses de suas próprias instituições ao buscar executar as suas prerrogativas anulando quaisquer laivos de corporativismo ou de patrimonialismo em suas ações. Já no conceito da governança a sua legitimação ocorre em um processo de entendimento com os grupos organizados da população e que reivindicam os seus interesses através da sociedade organizada, através de fóruns

participativos para a elaboração, execução e prestação de contas das políticas públicas, como, por exemplo, a Conferência Nacional de Segurança Pública, seus congêneres pelas unidades federativas ou nos mecanismos de diálogo implementados pelas autoridades de segurança pública.

OUVIDORIAS, CONTROLE EXTERNO E INTERNO

Segundo BREUS (2007), o controle social é a pedra fundamental para a concretização dos direitos fundamentais pela administração pública contemporânea, e é inclusive um elemento implícito no conjunto dos artigos que compõem a carta constitucional de 1988.

Mecanismos internos de controle, como controladorias, corregedorias, comissões internas, ações do Ministério público, podem ser ampliadas com mecanismos externos de controle, estimulados por ouvidorias, mecanismos diversos de participação social, com o papel da mídia (chamada propriamente como o “quarto poder”), entre outras formas. Observe-se que o controle externo existe também na iniciativa privada, com empresas de auditoria independente, prestando-se conta e obedecendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), normas das entidades de classe, certificações de qualidade, avaliação de órgãos de regulação do mercado e assim por diante. Assim controlar e prestar contas tanto interna como externamente é parte tanto do jogo democrático quanto das instituições que, embora privadas, queiram interagir e prestar serviços a sociedade civil através dos mecanismos de mercado.

Empoderar as ouvidorias pode ser um importante instrumento de melhoria do controle social através de iniciativa das próprias instituições policiais, e a exemplo da importância que o relacionamento com os usuários dos serviços tem para o seu aprimoramento e elemento que estimula os funcionários a buscar a melhor eficiência possível, inclusive no respeito ao cidadão. Ao dar-se um canal de voz a cidadania pode-se descobrir falhas e eventuais novas modalidades de corrupção e desvios de conduta ainda não detectados pelos gestores. Faz com que o público se sinta atuante e real proprietário-beneficiário dos serviços públicos. Também deve-se encarar a ouvidoria como um elemento para a formulação de sugestões e críticas construtivas, não apenas para a realização de denúncias.

A prestação de contas e o controle pode se dar também a partir de uma relação aprimorada com a comunidade da localidade na qual a unidade policial (delegacia, batalhão, posto policial etc) se situa. Questões simples e de fácil e ágil resolução poderiam ser resolvidas na esfera local

e, por não serem prontamente sanadas, podem transformar-se em questões de escopo mais sério e piorando a cada tempo de não resolução, e ainda por cima gerando um descrédito e perda de legitimidade das autoridades policiais frente a opinião pública.

CONCLUSÃO

Eis alguns dos aspectos: atores envolvidos; modo de atuação; níveis de aceitação e reação social; dados estatísticos sobre índices, tendências e impacto social agências preventivas e repressivas; dados geográficos e outros. Estes e outros aspectos ajudarão a construir programas operacionais com a filosofia prevencionista da polícia comunitária. Com eles poder-se-ão articular as ações preventivas e repressivas das agências formais e informais do controle social; dos órgãos governamentais e não-governamentais; das agências nacionais, estaduais e municipais, articulando e integrando ações, sendo proativo e não reativo. Tais planejamentos evitam pensar em resolver o problema com polícia dura. O que é polícia dura? Assim intentamos reformular e organizar o planejamento de prevenção do crime, entendendo que não há polícia ou combate duro; há planos inteligentes, racionais e eficazes; há polícia eficaz, há eficácia segundo os ditames de uma política de segurança pública, para um Brasil pluralista, democrático e respeitados da dignidade da pessoa humana.(CERQUEIRA, 1996,p. 210).

A intenção deste texto foi de demonstrar que o controle social não é exclusividade dos aparelhos de segurança pública, mas uma necessidade imperativa da Nova Administração Pública, como de resto, parece ser um elemento presente em vários exemplos bem-sucedidos de segurança pública, conforme registra o estudo efetuado por Marcos Rolim (2009). A redução das taxas de criminalidade, com destaque para os que atentam para a vida, na cidade de Nova York na década de 1990 e início de Século XXI apontam na mesma direção (GLADWELL, 2009).

A relação com a comunidade parece se produtiva como o demonstra o projeto “Fica Vivo!” da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, nas parcerias desta com o Grupo Cultural Afro-Reggae e deste agora também com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tendo esta última apresentado resultados ultra positivos em suas Unidades

Pacificadores, implementadas este ano em comunidades como o Morro Dona Marta e favela do Batam, entre outros lugares. A PMERJ ainda apresenta um saldo bem positivo nos cafés da manhã comunitários realizados pelos comandos dos batalhões com os representantes das comunidades do seu entorno. A parceria da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro com o Disque-Denúncia é outro ponto positivo. Creio que o envolvimento comunitário pode ser um aliado também para se pressionar as autoridades na obtenção de mais e melhores equipamentos, formação continuada, plano de carreira, aumentos de salários e assistência social aos policiais.

A segurança pública deve ser pensada dentro de um contexto mais amplo de reformulação das relações do Estado com a sociedade, e da forma pela qual se concebe a administração pública.

A abertura para o controle social e a conscientização de sua importância deve constar dos cursos de formação, iniciais e continuados ao longo da carreira, com a valorização da cidadania, dos direitos humanos e da participação.

A formação de gestores públicos de segurança em sintonia com as modernas concepções da administração pública, inclusive com o conceito de prestação de contas, “accountability”, deverá ser uma preocupação constante.

Assim, o controle social deve ser entendido como um elemento que permite o aprimoramento do serviço e não como algo que oprime a atividade policial. Inclusive porque o controle pode gerar sugestões e não apenas denúncias, que são igualmente importantes, mas não resumem o papel do controle social, que, afinal de contas, deveria ser entendido como natural, posto que prestamos um serviço público a esta sociedade, que o mantém com seus impostos e que é a razão de nossa existência.

BIBLIOGRAFIA

BREUS, Thiago Lima. Políticas Públicas no Estado Constitucional. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Políticas de segurança pública para um Estado de Direito democrático chamado Brasil, In: Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade, ano I, número 2. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1996 (p. 191-212).

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

- FAORO, Raimundo. Os donos do poder. São Paulo: Globo, 2008.
- GLADWELL, Malcolm. O ponto de virada: como pequenas coisas podem fazer uma grande diferença. São Paulo: Sextante, 2009.
- MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008.
- PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ROLIM, Marcos. A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2009.
- SILVA, Jorge. Violência e racismo no Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1998.
- SKOLNICK, Jerome H. ; BAYLEY, David. Policiamento comunitário: questões e práticas através do Mundo. São Paulo: EDUSP, 2002.
- WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. Lisboa: Edições 70, 2002.

RESUMEN:

En el caso de la policía, entender parece a definirse como un servicio público, con estructura organizada y una forma de actuar muy adecuado para el concepto en su subjetiva. El hecho de ser una organización que puede usar la fuerza para hacer cumplir la ley con la idea de negatividad, que, según algunos, es una actividad que nada crea, limitándose a la represión al comportamiento inadecuado al orden establecido. El poder de utilizar la fuerza fue conocido como la fuerza pública, incluso no haciendo uso de la misma para la mayoría de sus operaciones. Por lo tanto nuestra propuesta para entenderlo como un servicio público, dotado con ciertos poderes para usar la fuerza cuando sea necesario, estos poderes rigen y limitado por ley y por el interés público. Con el concepto de servicio público tratan de rescatar la positividad de la organización, haciendo a la idea de la fuerza o la coacción a la idea del servicio. Servir y no lucha; Servidor y no combatiente sería la nueva referencia de la policía. (CERQUEIRA, 1996, p. 202).

Palabras claves: Controle Social – Seguridad Pública – Políticas Públicas.

ABSTRACT:

In the case of the police, to understand it as a public service, with an organized structure and form of performance defined it seems to be quite adequate to the concept in its subjective form. Being an organization that could use force to enforce the law presents the idea of negativity that some say is due to the fact that it's an activity that creates nothing, because confines itself to the repression of inappropriate behaviors to the established order. The power to use force became it known as the public force, even without making use of it during most of his performance. It hence our proposal to understand it as a public service, endowed with certain powers to use force when necessary, which are regulated and limited by law and public interest. With the concept of public service we try to rescue the positivity of the organization and subjects the idea of force or coercion to the idea of service. To Serve and not to fight; servers and non-combatants, these would be the new reference of the police. (CERQUEIRA, 1996, p. 202).

Keywords: Social Control – Public Security - Public Politics.

Bahia de Todos os Santos e de Todas as Culturas

Maria Luzia Braga Landim¹

SÃO SALVADOR

Composição: Dorival Caymmi

São Salvador, Bahia de São Salvador

A terra de Nosso Senhor

Pedaço de terra que é meu

São Salvador, Bahia de São Salvador

A terra do branco mulato

A terra do preto doutor

São Salvador, Bahia de São Salvador

A terra do Nosso Senhor

Do Nosso Senhor do Bonfim

Oh Bahia, Bahia cidade de São Salvador

Bahia oh, Bahia, Bahia cidade de São Salvador

RESUMO:

Bahia de todos os santos, sentença moral utilizada pelos nordestinos para demonstrar o sentido virtuoso que tem o sincretismo religioso para a cultura popular brasileira preservada pela identidade e calcada pela tradição dos antepassados. Bahia de todas as culturas, representada pelos índios dizimados pela perversidade, africanos escravizados pelo preconceito, e europeus estilizados pelo etnocentrismo. Seus rituais simbólicos mesclam características de todos os povos, seu caráter de hibridação espontâneo tem marcas identitárias de um povo pobre pela vida e despojado pelo espírito.

Palavras-chave: Representações simbólicas, Cultura, Bahia de magia.

INTRODUÇÃO

Os diferentes olhares da modernidade projetam sobre as sociedades de tradição reflexos de confrontos gerados pela diferença e alteridade. Nenhum lugar no Brasil retrata tão bem as diversidades como a Bahia, terra dos santos e dos orixás, das crenças e das magias, das tradições e dos ressignificados. Falar da Bahia é falar da miscigenação trazida pela

mistura da beleza e fé que tem os índios, dos negros, sua força de trabalho e dos brancos a esperteza da civilização formando um conjunto étnico que enriquece, deslumbra e fascina a raça humana nas desigualdades.

A Bahia é tudo isso. Quando aqui chegaram por volta de 1500, os portugueses descobriram terras cheias de riqueza na costa brasileira de onde extraíram tantos lucros que quase a extinguiram. Tomados de admiração e usura, conheceram produtos nativos como o pau-brasil, *Fabaceae Caesalpinia Echinata* Lamarck 1785, madeira vermelha como sangue, resistente como os habitantes do lugar, soteropolitanos vulneráveis e fáceis de serem ludibriados pelas falácias.

Perceberam no povo originário da terra, sem “civilização”, massa de manobra e de boa vontade, que os ajudaram a usufruir o máximo que a terra tinha a oferecer. A ambição fez com que as riquezas existentes atraíssem os olhos ávidos e cintilantes pela possibilidade de grandes negócios. O brilho rubro inebriou os olhos dos visitantes hábeis e audazes, mas seria o mesmo povo que sorveria da terra e de seu povo, suas farturas e o seu suor.

Apesar de estabelecer o sistema de Capitanias Hereditárias em 1534, e fracassado sem ter conseguido implementar a ocupação pretendida, a coroa portuguesa nomeia somente em 1549, o governador geral para o Brasil com ordens para estabelecer um povoado, fortificar e fundar a cidade do Salvador, na Capitania da Baía de Todos os Santos.

A cidade se torna o principal porto importador&exportador de reabastecimento da rota de circunavegação da África para o Oriente, e para acesso ao sul do Continente Americano. O declínio e estagnação econômica da cidade de Salvador procede com a transferência da família real e da corte portuguesa para o Brasil como refúgio ao cerco francês em janeiro de 1808 a Portugal. Em março do mesmo ano, a corte foi instalada e a capital da colônia transferida para a cidade do Rio de Janeiro.

A terra da magia que entontece pela beleza, cintila nas suas igrejas o ouro cravejado e reluzente, totalizando o número de dias do ano, 365, e uma igreja para cada santo, que brilham esplendoras pelas montanhas, pelo Pelourinho e que São Francisco tome conta do Terreiro de Jesus. A crença nos santos e nas águas que percorrem a Baía protegida por Iemanjá de fevereiro a fevereiro, o ar inebriante do cheiro dos incensos que atraem e protegem seus orixás, que afastam e aproximam amores e inimigos, as macumbas das encruzilhadas e esquinas cujas pragas jogadas

e recebidas são quebradas pelos banhos de cheiro, rezas, e oferendas e fazem parte da estreita fronteira esbarradas nas inquices e sandices, entre o bem e o mal, entre bençãos e agouros na terra da alegria.

Desde o tráfico das africanas características femininas atraíam e atraem pelos seios fartos e voluptuosos, quadris arredondados e bufantes que rebolam e encantam pelo volume, pelo tremor da carne que carregava cinturões cheios de penduricalhos de ouro que mais tarde se transformariam em dinheiro ganho com as vendas de quitutes e acarajés. Com vivacidade e astúcia mandavam cunhar bananas e frutas de ouro e as guardavam nos próprios corpos como cofres vivos. Os terrenos do Engenho Velho de Brotas, lugar desvalorizado por ser íngrime e distante foi alvo de investidas financeiras. Adquiridos e instalados nos primeiros locais de ocupação própria fincaram raízes afro-brasileiras na Barroquinha onde rezavam e pediam força, essas mulheres exemplo de trabalho, sacrifício e perseverança.

Manhosas no chamego, cantante pelo sotaque, fortes pelo trabalho, ainda hoje, baianas circulam na cidade do Salvador, recebendo os visitantes. Não mais com corpos tão fartos pelas lípos, mas trajadas com vestes alvas e bordadas de rendendê e bainhas abertas. Mercam acarajés, beijos e montinhos bem amassadinhos de tapioca, açúcar e canela sentadas no Rio Vermelho, onde Dida um dia apareceu. Seu sangue corre nas veias das gerações que continuam a carregar tabuleiros repletos de abarás, feitos com feijão fradinho, bem mexido e frito com azeite de dendê fervente, alimento forte que se comido em excesso causa calafrios pelo ardor do dedo de moça e vexames aos menos avisados.

Bahia de todos os santos e todos os orixás, poderosos pelo respeito, e pelo temor dos castigos trazidos pela desobediência de suas imposições. Das negras faceiras de estigmas e sublimações, dos índios Pataxó, dizimados pela perversidade, dos africanos escravizados pelo preconceito, e dos brancos estilizados pelo etnocentrismo.

Cheia de graça e magia de encantos e desencantos, genios do dom e da arte, de Mãe Meninha do Gantois, de Betânia, Caetano, Gal, Gil e Pitte, que cantam canções, falam de amor e desgosto, de carnaval, dos desvarios da alegria, da fé, da caridade, dos rituais e celebrações assombrosos, do abará, do acarajé, do candomblé, das dádivas e oferendas de Santa Bárbara, Iansã, Oxum e Oxalá, o Senhor do Bonfim. Bahia de Dodó e Osmar de Armandinho, Bel, Ivete e Ricardo Chaves, o trio elétrico carro da alegria, “que só não vai quem já morreu” (CAETANO VELLOSO).

“Bahia, terra da felicidade, morena eu ando doido de saudade, meu senhor do Bonfim arranja uma morena todinha pra mim” (DORIVAL CAYMMI).

Bahia das praias que trouxeram portugueses encalourados pelas vestes pesadas encantados pelas índias refrescadas nas águas esquentadas pelo fogo dos corpos sedentos e mostrados sem nada a lhes cobrir. Ainda hoje é assim, mulheres cheias de rebolado, de samba no pé, da malícia e da beleza. Contrastes das diferenças, do respeito, da repulsa, da alteridade e da semelhança dissipadas pela convivência.

Neste universo misto e misterioso a cultura exortada pela ciência faz uso de plantas medicinais que servem de unguentos e mandingas que entoxicam se a beberagem for utilizada em rituais macabros. As magias da umbanda que ocultam a sete chaves os ritos de passagem e representam a presença dos antepassados, hoje ameaçados até mesmo nos mais recônditos lugares de preservação. Os Índios massacrados e desrespeitados também são a prova do desrespeito às diversidades. Extintos e impotentes às perseguições vão se esvaindo juntamente com a tradição, nas reservas do sul. Considerados como intrusos adquirem doenças trazidas pelos brancos, a gripe, o sarampo e coqueluche, a tuberculose e varíola, que vitimaram sociedades indígenas completas. Na distribuição das populações indígenas no território brasileiro hoje, podem ser percebidos reflexos do movimento de expansão político econômico ocorrido historicamente e que maltratam o povo.

O impacto sentido pelos povos indígenas brasileiros se reflete nas estatísticas. O movimento de expansão político econômico ocorrido historicamente demonstra que dos milhões de índios que viviam por volta de 1500 no período do descobrimento do Brasil, hoje não ultrapassa a casa dos 400 mil hoje no século XXI. No território que corresponde aos atuais limites do Brasil, dezenas de milhares de índios morreram em consequência do contato direto e indireto com outros povos e pelas doenças por eles trazidas.

A identidade étnica de cada sociedade indígena se caracteriza pela língua, pelas formas tradicionais de organização social, pela ocupação da terra e pelo uso de recursos naturais, que estão a se extinguir pela falta de tolerância.

O linguista brasileiro Aryon Dall’Igna Rodrigues estabeleceu a classificação das línguas indígenas faladas no Brasil, agrupadas em famílias,

classificadas como pertencentes aos troncos Tupi, Macro-Jê e Aruak. Estima-se que cerca das 1300 línguas indígenas diferentes faladas no Brasil há 500 anos, restaram apenas 180. O desaparecimento das línguas representa uma enorme perda para a humanidade, pois cada uma expressa o universo cultural e a vasta gama de conhecimentos, forma única de entendimento da vida. Embora o português seja a língua oficial no Brasil, pelo menos duzentos idiomas são falados regularmente por outros segmentos da população com descendências africanas, europeias e orientais que em determinados contextos falam a língua materna.

A língua Pataxó Hãhãhã, índios que ainda habitam a Bahia, não está mais operativa, salvo por vocábulos lexicais. Dessa língua não mais falada ficou registro de grupos de vocábulos e informações esparsas, que não permitem classificá-las em alguma família linguística, como a Maxacali. Até 1938, foram encontrados falantes estabelecidos na Reserva Caramuru - Paraguaçu vocabulários do dialeto que coligiram entre os índios Pataxó de outras regiões baianas.

A reserva Caramuru - Paraguaçu, adepta à concepção cosmológica, a mitologias e rituais, continua a acionar no cotidiano os ritos ancestrais de conduta. O Toré dança indígena hoje se constitui a mais relevante expressão ritual de possessão, diante do qual encanto ou encantado, mestre, entidade sobrenatural considerada benéfica se manifesta, e introduz atividades consideradas socialmente significativas. Nessa dança participam homens e mulheres, que fazem uso do fumo com cachimbo, mas não mais da jurema (*Mimosa nigra*, Hub. *Acácia hostilis*, Mart.) que é uma pequena árvore típica do sertão nordestino, cuja entrecasca os povos indígenas do contexto etnográfico nordestino preparam o vinho que possui propriedades levemente alucinógenas associada às evocações dos cânticos entoados.

Parte significativa dos estudos acerca do povo brasileiro tem comparado representações simbólicas que se conectam a significados inventados e resignificados. Se analisado sob o ponto de vista social o Brasil da diversidade sofre com as transformações do progresso que interfere nas tradições e deixa morrer os costumes. A realidade se caracteriza pelo movimento social que consome e destrói alicerces culturais, deprime aspirações e permite que a miséria e a pobreza de espírito sobreponham as riquezas de um país cheio de gingas e treitas.

Facilmente reconhecemos os confrontos e convivências culturais que resistem a mudanças e as reinvenções.

No sertão da Bahia a fronteira entre o espaço de convivência com diferentes ritos e rituais e suas configurações cotidianas retratam a mesclagem com outras tradições. A morte é uma festa, reúne amigos, chora, ri, festeja com a branquinha cachaça de colar espumante e transparente, come a bolacha “póca zoio” ôcas bolinhas de farinha de trigo e derretidas na manteiga, para dar o último adeus aos entes queridos. A miscigenação de índios, negros e brancos exprime a capacidade de interação entre os povos, característica especial dos baianos sempre aconchegantes e acolhedores.

Contrastes que provocam rupturas nos elos de identidade, que afastam as expressões autônomas dos símbolos tradicionais, escondendo a história social e formas específicas de demonstração. O passado é o modelo de convivência das práticas cotidianas e o presente a adoção de valores que se incorporam à construção de novas identidades que vão se imbricar entre a tradição e a modernidade.

A reelaboração das formas de convivência se estabelecem instintivamente de acordo como as circunstâncias. O nordestino resiste, transforma dificuldades em desafios, almeja persistir em suas origens e nunca se distancia dos ensinamentos dos antepassados. Quem são os nordestinos, provincianos ingênuos com corações de manteiga ou os que tem mentes endurecidas pela competição. A cada dia a proximidade do mundo globalizado impõem o progresso e as maldades do presente, se interpõem entre o simples e o complexo, entre o fácil e o complicado até mesmo no modo de interagir com o outro, no modo de amar e ser amado..

O individual somos nós e o coletivo um todo. O real e o representacional, construções do imaginário são expressos pelos símbolos, signos, e valores explícitos na cidadania. O fortalecimento dos laços pessoais e afetivos mostra na preservação da amizade criada ontem, a importância que tem para o baiano o que durará amanhã e depois e depois. Todos os encontros são festas sociais, religiosas, populares ou mesmo da vida cotidiana.

O fortalecimento do cotidiano se restabelece nas adversidade, reitera espaços, culturas, tradições. Marcas identitárias calcadas pela presenças das várias raças humanas fortalecem a existência, os elos de tradição e preservação da identidade. Conhecer o imaginário coletivo do nordestino significa respeitar às raízes étnicas brasileiras.

Na Bahia, a luta em favor da natureza representada pela preocupação com a harmonia do homem ao meio ambiente, é uma atitude praticada pelos africanos desde tempos remotos. À beira da floresta cultivava-se a palmeira que produz a rafia, a arte natural de cada região alia o dinamismo aborígene às influências européias, tanto na decoração geométrica como nos emblemas reais, nos tecidos, nas cestarias e nas esteiras pelas cores que convidam à alegria. A arquitetura em pedra, os símbolos de poder e objetos religiosos, ainda trazem artes gráficas de gerações passadas cheios de significados próprios de cada povo registradas nas pinturas rupestres em diferentes períodos. A utilização de diferentes produtos como argilas branca, vermelha ou negra empregadas nos tratamentos curativos e de beleza, em banhos, com efeitos que persuadem a imaginação, afastam a tristeza, a angústia e a culpa quando utilizados em rituais que enobrecem o solo, a água, a vegetação ligados à vida.

A origem, a cultura, a tradição e a identidade se fazem mutáveis a partir de circunstâncias e de realidades múltiplas que se fixam nos espaços alcançados através de lutas que se travam com os diferentes.

Imigrantes também aportaram no Brasil, e se estabeleceram no Nordeste quando o mundo estava em crise. Marcada pela intensa explosão demográfica a Europa expulsava seus filhos acolhidos neste Brasil brasileiro, terra de nosso senhor. O impacto da população ao lado do processo de adoção dos novos visitantes afetaram diretamente as condições de vida. A América recebeu homens, mulheres e crianças que abandonavam seus países de origem para tentar uma vida melhor, usavam a dinâmica de transformação como forma de auto-sustentação e desenvolvimento econômico. Enfrentavam toda sorte de adversidades e infortúnios e ficavam sujeitos a tensões e alteridades, mas se integraram e viveram felizes. Depois de 1865, a imigração começou a ser negociada diretamente entre estrangeiros e brasileiros, abre espaços e diferenças entre imigrantes, empresários e fazendeiros gerando inquietações, ressentimentos e representações de cunho escravocrata.

O processo da imigração no Nordeste do Brasil, é um exercício instigante, a Bahia recebeu no Sudoeste do Estado, uma gama de italianos independentes que se consideravam capazes de mudar o destino da região, e mudaram. A convivência entre brasileiros e imigrantes ocupa um espaço significativo nas análises culturais que se estendem pela construção de novas identidades. Entre práticas e representações simbólicas perpassadas pelas esperanças, ressentimentos e aventuras, ocuparam o

espaço que se tornou eternizado para muitos que jamais retornaram à terra natal.

As peculiaridades do sertão estão no índio mongoió, nos imigrantes italianos e na onça pintada de onde provêm o nome de Jequié, conhecida também como cidade “Sol”, pelos seus 40 graus centígrados no verão. Na região em que os imigrantes se estabeleceram, se adaptaram, ao clima, desfrandaram vestes impetigadas de linho e quentes como forno tiraram coletes e espartilhos que faziam as italianas desmaiarem de calor, inventaram hábitos e costumes. O macarrão e a carne do sol com farofa ainda hoje fazem parte da mesa dos nordestinos num misto de refinamento e sabor.

Embora montanhosa como Trecchina na Itália de onde provinham, Jequié, município do Sudoeste da Bahia era recoberta de matas virgens, região pobre, extremamente seca, sem cursos d’água e povoada por indígenas, cangaceiros e animais selvagens, o que constituiu ameaça aos novos habitantes. Escolhido como espaço de convivência com os diferentes ritos e rituais, configurações cotidianas entre a diferença das misturas, e um país de belezas, restavam as tristezas e saudades. A pele branca da mulata e o cabelo encaracolado espichado pela progressiva, exprimem características da miscigenação que mescla, exclui e ao mesmo tempo mostra a capacidade de interação entre os povos.

Parte significativa dos estudos do povo brasileiro tem registrado as representações simbólicas e ressignificações como forma de aculturação mas as características trazem significados distintos se analisados do ponto de vista social. A alegria, o samba no pé, a vivacidade e o jeito vivaz de conduzir sua existência torna o Brasil um país de contrastes e que precisa ser conhecido em suas nuances trazidas pelo progresso.

A realidade é um movimento capital da sociedade que consome ressignificações tecnológicas e destrói alicerces antepassados, deprime aspirações mas permite que vejamos o Brasil não somente de miséria e a pobreza mas um país cheio de riquezas culturais inestimáveis.

A perceptível distância social entre algumas regiões brasileiras é motivo de estudo de estruturas dos grupos sociais e permitam a interação e adoção de medidas que enfatizem a inclusão social, que façam tolerar suas diversidades e abordem maneiras de lidar com a cultura popular como campo de atuação pacífica entre os sujeitos.

A vinculação dos elos de tradição é importante para a estrutura social traz a força aos laços pessoais aliada à permanência de representações

simbólicas que coadunam com o uma tolerância possível de entendimento e repeito pois afinal dizem respeito às raízes identitárias.

Estes contrastes provocam rupturas nos elos de identidade mostram uma história social que tem formas específicas de expressão, transformações construídas entre a tradição e a modernidade, distantes de serem dissipadas. O passado é o modelo de convivência das práticas cotidianas e o presente a adoção de novos valores que se incorporam às novas maneiras de relacionamentos.

Portanto, falar da Bahia é falar de miscigenação, de assimilação, de beleza que mostra a herança misturada de povos tão desiguais e ao mesmo tempo irmanados nas representações que imbricam os povos na terra da magia. Terra que deslumbra, fascina pela diferença, atrai pelo sabor e pelo calor. Bahia de todos os santos e orixás, das negras faceiras, dengosas e gostosas. Das canções que falam de amor e de carnaval, de rituais e celebrações, do axé, do abará, do acarajé, e do candomblé, das oferendas e das dádivas, de Santa Bárbara e Senhor do Bonfim, de São Cosme e São Damião.

A Bahia é tudo isso. “Bahia de São Salvador, a terra do Nosso Senhor, do nosso Senhor do Bonfim...Eh Bahia terra da felicidade” (ARY BARROSO).

NOTAS

- 1 Doutoranda em História UERJ, Mestre em Memória Social e Documento UNIRIO, Professora de Antropologia UESB

REFERÊNCIAS

- CÂMARA JR. J. Mattoso. Introdução às línguas brasileiras. Rio de Janeiro : Ao livro técnico, 1979.
- MATTOSO, Kátia. Bahia, século XIX. Uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 326
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas Brasileiras. 2ed. São Paulo : Loyola, 1994.
- SÁ, Celso Pereira de - Núcleo Central das Representação Social. RJ., Vozes, 1996

RESUMEN:

Bahia de todos los santos, juicio moral utilizado por región para demostrar el virtuoso del sentido que tiene sincretismo religioso a Brasil popular cultura conservados por identidad y fundada por la tradición de los antepasados. Bahía de todas las culturas, representada por los indios diezmados por maldad, esclavos a africanos por prejuicios y Europea de estilo por etnocentrismo. Características de todos los pueblos de mezcla de rituales simbólicos, su carácter de hibridación espontáneo tiene identidad de marcas de un pueblo pobre por la vida y por el espíritu.

Palabras clave: representaciones simbólicas, cultura, de magia de Bahia.

ABSTRACT

Bahia de Todos os Santos (Bay of All Saints), moral sentence used by the Brazilian northeast to demonstrate the virtuous sense that religious syncretism is to Brazilian popular culture preserved by the identity and grounded by tradition of the ancestors. Bahia of all cultures, represented by the Indians, decimated by the perversity, by the Africans enslaved by prejudice, and the European fashioned by the ethnocentrism. His symbolic rituals mixed characteristics of all people, his character has spontaneous hybridization identity marks of a poor people for life and stripped by the spirit.

Keywords: Bay of All Saints – Magic – Culture.

Proceso constitucional actual en Bolivia: “Aquí comienza un nuevo Estado” (Evo Morales)

Marianna Abramova

RESUMO:

Em fevereiro de 2011 marca dois anos do novo atual Constituição da Bolívia permitindo-nos fazer algumas conclusões. No referendo de 4 milhões de votadores 2009 61,67% deram seu voto para ele. Observadores nacionais e estrangeiros que estavam monitorando a votação, entre os quais estavam representantes da Comissão Eleitoral Central da Rússia, reconheceu que as eleições se tornou um organizado, tranquilo e sem violações. Este referendo não foi apenas o resultado da aplicação de uma ferramenta comum da democracia, mas acabou por um estágio na construção constitucional no país: a lei orgânica aprovada no referendo definiu o personagem do desenvolvimento econômico e social do país para próximas décadas. Ele consolidou a configuração de um novo sistema político, ele introduziu alterações no sistema jurídico boliviano em que a partir deste momento vai usar indígena common law em pé de igualdade com outras fontes de direito existentes.

En febrero de 2011 cumplen dos años de nueva Constitución vigente de Bolivia lo que nos permite hacer algunas conclusiones. En el referendo de 2009 de los 4 millones de votadores 61,67% dieron su voto por ella. Los observadores nacionales y extranjeros que vigilaban por la votación, entre ellos estaban los representantes de la Comisión Central Electoral de Rusia, reconocieron que las elecciones habían pasado de una manera organizada, tranquila y sin contravenciones. Este referendo fue no sólo el resultado de aplicar un instrumento corriente de la democracia sino resultó una etapa especial en la construcción constitucional en el país: la Ley Orgánica aprobada en el referéndum ha definido el carácter del desarrollo económico y social del país para próximas décadas, ha consolidado la configuración de nuevo sistema político, ha introducido cambios en el sistema jurídico boliviano en el cual desde este momento va a usar el derecho común indígena en pie de igualdad con otras fuentes de derecho ya existentes.

Bolivia es un país específico de América del Sur: más de 60% de su población son indios, y a lo largo de toda la historia era uno de los países más pobres y más inestables en la región con mayor número de golpes de Estado.

La nueva Constitución de Bolivia consiste en 5 secciones y 411 artículos. Según ella el Presidente se elige por sufragio universal, directo y secreto con el derecho de ser reelecto para segundo mandato¹. Si ninguna de las candidaturas no reúne la mayoría de votos, igual que en otros países de la región, realizará una segunda vuelta electoral (antes en esta situación al Presidente lo elegía el Congreso). Por los resultados del referendo es posible una revocatoria anticipada del mandato de los altos funcionarios.

La Ley Orgánica prevé un carácter electivo de autoridades locales y centrales y reconoce la necesidad de descentralización. Bolivia se constituye en un Estado Plurinacional Unitario fundado en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país². Al mismo tiempo Bolivia se organiza territorialmente en departamentos, provincias, municipios y territorios indígena originario campesinos³. La Nueva Constitución da más autonomía a nueve departamentos que podrán convocar sus propias asambleas constituyentes.

La particularidad de nueva Ley Orgánica consiste en tener ésta un mecanismo de inserción de la población indígena en el proceso político. Se puede decir que es un mecanismo revolucionario para Bolivia donde hace 40 años a los indios no se les permitía entrar en la Plaza Mayor de La Paz y se consideraban “la gente de segunda calidad”. Pero ahora está prevista la convocatoria del nuevo Congreso en el cual tendrán una cuota especial los representantes de tribus indios – la población indígena de Bolivia. Está creando un “Estado plurinacional” renovado, el derecho a la autonomía y al autogobierno y lo recibirán 36 tribus bolivianas que viven en los Andes. Además, la Constitución reconoce como los idiomas oficiales del Estado el castellano y 36 idiomas de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y también propone respetar a nivel estatal la divinidad Pachamama, la deidad de la Tierra y fertilidad. El conocimiento de los idiomas estatales, al menos, es una condición indispensable para los que pretenden ser funcionarios públicos. Se garantiza a la población indígena una representación fija en todas las autoridades, incluso el Tribunal Constitucional, se le da oportunidad de guiarse por

el derecho común. Las comunidades indias reciben en su uso colectivo recursos agrarios, forestales y acuáticos en los lugares de su habitación⁴.

La Constitución establece un sistema económico pluralista que incluye propiedad comunal, estatal, privada y cooperativa. Con eso la prioridad se da, según las tradiciones indígenas, a los sectores estatal y colectivo. El papel clave en la economía debe jugar el Estado al cual pertenecen riquezas naturales, incluso las que no pueden ser privatizadas, como hidrocarburos, recursos acuáticos, energética y sectores clave de la industria. Conforme a la Constitución, el gobierno desde este momento no tiene derecho de reprivatizar los yacimientos de gas y petróleo. En el sector privado la Ley Orgánica da preferencia a los inversionistas nacionales. La Constitución reduce el tamaño máximo de la propiedad privada agraria: 77% de los votados pensaron que una persona no puede tener en su propiedad más de 5 mil hectáreas. El artículo 56 de la Constitución "garantice el derecho a la propiedad privada si su uso no hace daño a los intereses colectivos". Según los datos oficiales, 81% de los ciudadanos piensan que 5 mil hectáreas ya es una propiedad grande.

Cerca de 100 artículos del total de los 400 de la Constitución determinan los derechos sociales de los grupos diferentes de población (indios, mujeres, niños, adultos, familias, discapacitados, detenidos y hasta usuarios y consumidores), están inscritos en detalles los derechos fundamentales económicos, ecológicos y sociales, el derecho a la propiedad, a la salud, la educación y seguridad social, al desarrollo de la cultura y del deporte⁵. La Constitución reconoce el derecho de los bolivianos al agua potable, energía eléctrica, teléfono. Son los servicios básicos reconocidos como bienes públicos que no están para privatizar. Se presta mucha atención a la conservación de la biodiversidad y protección de los recursos genéticos. El Estado se encarga de proteger las plantaciones de coca que es considerada el patrimonio cultural de los antepasados.

Como la Constitución proclama la independencia del Estado de la religión, la Iglesia católica pierde su estatus oficial⁶.

En el campo de la política exterior está fijado el derecho de Bolivia a la salida al Pacífico, Bolivia se proclama un Estado pacifista y prohíbe la instalación de bases militares extranjeras en su territorio⁷.

El Presidente Evo Morales trata de validar jurídicamente su proyecto radical izquierdista "Socialismo del siglo XXI" que, según él, da oportunidades y derechos iguales a los diferentes grupos de población.

El Presidente de Bolivia Evo Morales es el primer representante del pueblo indio que ocupó este alto cargo y declaró varias veces que la nueva Ley Orgánica “iba a sentar las bases de nuevo Estado”. Al recorrer el camino a la presidencia del pastor de lamas y líder del sindicato de llamados “coccaleros” – campesinos dedicados al cultivo de hoja de coca – prometió más de una vez que en el fundamento del Estado va a estar justicia social.

La oposición, que prácticamente no había participado en la elaboración del proyecto de la Constitución, resultó estar descontenta del mismo mecanismo de aprobarla (antes para cambiar la Ley Orgánica fue necesario tener la mayoría cualificada y no pluralidad absoluta de legisladores constituyentes). Contra la Constitución cargó la pluralidad absoluta de población de 4 departamentos de los 9 más ricos en recursos materiales y económicos. La oposición abogó por la conservación de amplia autonomía de los departamentos, aceptada de una manera unilateral, inculpó al gobierno de imponer el socialismo y totalitarismo y al Presidente de usurpar el poder. Los grandes empresarios y terratenientes están descontentos de la línea gubernamental a la nacionalización y de las restricciones impuestas a la propiedad privada. Los representantes de las capas medias urbanas acusaban al mandatario de cierto “racismo indio” y menosprecio de los intereses de la población blanca y mestiza. Después de haber vencido Evo Morales en las elecciones de 2005, Santa Cruz se convirtió en el centro de así llamada “media luna” en la cual entran los departamentos orientales – Pando, Beni, Santa Cruz y Tarija. A estos departamentos los une el deseo común de recibir autonomía de La Paz. En ellos, a diferencia de los departamentos occidentales, la población indígena no es predominante. Entre los departamentos orientales y occidentales, además de las contradicciones políticas y culturales, existen también las económicas. Los departamentos de “media luna” se caracterizan por el nivel de desarrollo más alto, ellos dan un 48% del PIB de Bolivia y tienen en su territorio grandes yacimientos de hidrocarburos.

La Iglesia católica también está en oposición a Evo Morales por haber perdido, por primera vez en 500 años de su historia, el estatus de religión estatal de Bolivia, y su parte conservativa vea en nueva legislación un reconocimiento indirecto de legalización de abortos y matrimonios no tradicionales. La legalización de coca provoca protestas por parte de

los EE.UU. y UE, y el deseo de Bolivia de conseguir la salida al mar intensifica el descontento de sus vecinos, Perú y Chile.

Una vez aprobada la Constitución, en el país comenzaron las transformaciones económicas y políticas de gran escala. Por su nivel y envergadura se puede considerarlas revolucionarias. El 6 de diciembre de 2009 en Bolivia se celebraron las primeras elecciones generales: fueron electos el presidente, vicepresidente, diputados y senadores de la Asamblea Plurinacional Legislativa que sustituyó el Congreso. Por la presidencia lucharon 8 candidatos. Además, la población de La Paz, Cochabamba, Chuquisaca, Oruro y Potosí expresaron su opinión respecto al estatus autónomo de sus departamentos.

Al recibir el 63% para el segundo período de cinco años, fue reelecto el presidente en ejercicio, líder del *Movimiento al socialismo* (MAS) Evo Morales Aima. El Movimiento al socialismo pudo cumplir su tarea y contar con dos tercios de la Asamblea Plurinacional Legislativa que consiste en 130 diputados y 36 senadores. Antes la oposición controlaba el Senado lo que era un obstáculo fundamental para que el gobierno realizara sus iniciativas. Ahora durante su segundo mandato, desde el 22 de enero de 2010, Evo Morales tiene bastante poder para hacer enmiendas necesarias en la Constitución y reformar las instituciones democráticas clave –Tribunal Constitucional, Tribunal Supremo de Justicia y Tribunal Supremo Electoral– sin que la oposición parlamentaria pueda impedirle.

Según E. Morales y sus partidarios, dos mandatos son insuficientes para realizar reformas planeadas por eso después de las elecciones en la primera rueda de prensa Evo Morales notó que la nueva Constitución le permite presentar su candidatura en las elecciones de 2015.

El 4 de abril de 2010 en Bolivia se realizaron las elecciones regionales en las cuales fueron electos los prefectos de 9 departamentos, alcaldes de 337 municipios y diputados de asambleas departamentales. Los candidatos del *Movimiento al socialismo* vencieron en Cochabamba (60%), La Paz (47%), Chuquisaca (49%), Potosí (63%), Oruro (58%) donde las posiciones del partido gobernante tradicionalmente son muy fuertes. En el departamento opositor Pando en varios colegios electorales realizaron la segunda votación por infracciones que habían tenido lugar durante las elecciones. En otros departamentos que entran en así llamada "media luna de gas" venció la oposición. En Santa Cruz y Tarija fueron reelectos los prefectos en ejercicio R. Costas (54%) y M. Coscio (50%). Los candidatos del partido gobernante recibieron respectivamente 37% y

44% de votos. Según los resultados, fueron constituidas las asambleas de departamentos que, conforme a la Constitución de 2009, recibirían facultades legislativas que les asignan el estatus de autonomías. Entre 267 miembros de asambleas 23 pertenecen a la población indígena.

Las elecciones regionales realizadas dieron inicio a la elección de autoridades autónomas de los departamentos y continuaron el proceso de construcción del Estado Plurinacional descentralizado conforme a nueva Constitución. Podemos decir que su resultado es el avanzar de Bolivia en crear un sistema social-económico y político más estable.

Los cambios sistémicos comenzaron en la economía también, a partir de 2006 se realizaron 4 nacionalizaciones. El 1 de mayo de 2006 E. Morales declaró la nacionalización de la industria petrolera y de gas: 5 empresas extranjeras pasaron a manos de la empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)*. El 9 de febrero de 2007 fue expropiada la empresa metalúrgica sueca *Glencore* (tratados de compensaciones no están firmados hasta hoy día). El 1 de mayo de 2007 nacionalizaron la empresa *Entel* cuyas acciones en 50% pertenecían a la corporación italiana *Telecom*. El 1 de mayo de 2009 bajo del control de Estado pasaron la sucursal de *British Petroleum – Air-BP* que especializaba en suministros de combustible de aviación, tres empresas energéticas – productoras de 80% de la energía eléctrica consumida en el país, y una proveedora local de energía eléctrica en Cochabamba. Antes, 50% de acciones de las empresas *Corani* e *Guaracachi* pertenecieron a las firmas francesas, y la mitad del capital de *Valle Hermoso* la tuvo una empresa británica. Las acciones de *Luz y Fuerza de Cochabamba* fueron repartidas entre los accionistas privados bolivianos. Todas las empresas se privatizaron a mediados de los 90. La *Empresa Nacional de Electricidad de Bolivia (ENDE)*, que pertenece al Estado, se hace nuevo propietario. Según cálculos del gobierno, la nacionalización energética permite bajar los precios de energía en 20%, tanto para la población como para las necesidades de producción, lo que a su vez ayuda a fomentar las PYMES.

En Bolivia se usan dos herramientas principales de la estatización económica: nacionalización y creación de las empresas estatales. En el país se prefiere un variante “suave” de nacionalización cuando el Estado compra el paquete de control a las empresas privadas. Se quiere aumentar la participación del Estado en la economía hasta el 35%.

Durante este tiempo Bolivia y Venezuela suscribieron 15 acuerdos incluso la de creación de empresas grannacionales en los sectores petrolero

y de gas. Las empresas conjuntas de este tipo son uno de los mecanismos de integración económica y reforzamiento del sector estatal en el marco de ALBA donde las economías de Venezuela y Bolivia tienen la importancia clave. Los ingresos de sus exportaciones “deben ser repartidos de una manera justa entre los habitantes de todo el país incluso la población de regiones pobres montañosas”.

La eficiencia económica del programa de Morales parece impresionante en un ambiente de la crisis financiero-económica en desarrollo. La nacionalización de hidrocarburos llevó a aumentar los ingresos del Estado de 992 millones de dólares en 2005 a 7,1 mil millones en 2009. En 2009 con aumento máximo de los salarios, en todo el período de gobernar Evo Morales, la inflación fue sólo 0,26%.

El Presidente piensa que la nueva Constitución sentó las bases de la sociedad que va por el camino hacia “Socialismo del siglo XXI”, que ayuda a realizar la revolución “democrática y cultural” en Bolivia. Su resultado más importante es que a la palestra política y social salió la población indígena del país – los indios.

NOTAS

- ¹ Nueva Constitución Política del Estado. Artículo 167.
- ² Nueva Constitución Política del Estado. Artículo 1.
- ³ Nueva Constitución Política del Estado. Artículo 270.
- ⁴ Nueva Constitución Política del Estado. Artículo 192.
- ⁵ Nueva Constitución Política del Estado. Artículo 13-110.
- ⁶ Nueva Constitución Política del Estado. Artículo 4.
- ⁷ Nueva Constitución Política del Estado. Artículo 10.

RESUMEN:

En febrero de 2011 cumplen dos años de nueva Constitución vigente de Bolivia lo que nos permite hacer algunas conclusiones. En el referendo de 2009 de los 4 millones de votadores 61,67% dieron su voto por ella. Los observadores nacionales y extranjeros que vigilaban por la votación, entre ellos estaban los representantes de la Comisión Central Electoral de Rusia, reconocieron que las elecciones habían pasado de una manera organizada, tranquila y sin contravenciones. Este referendo fue no sólo el resultado de aplicar un instrumento corriente de la democracia sino resultó una etapa especial en la construcción constitucional en el país: la Ley Orgánica aprobada en el referéndum ha definido el carácter del desarrollo económico y social del país para próximas décadas, ha consolidado la configuración de nuevo sistema político, ha introducido cambios en el sistema jurídico boliviano en el cual desde este momento va a usar el derecho común indígena en pie de igualdad con otras fuentes de derecho ya existentes.

Tres itinerarios en la creación literaria antiimperialista de Máximo Soto Hall (1899-1928)*

Mario Oliva Medina

RESUMEN:

El presente artículo indaga sobre la producción literaria antiimperialista del escritor guatemalteco Máximo Soto Hall, en dos novelas: la primera de ellas, *El problema*, publicada en 1899; la segunda, *A la sombra de la casa blanca*, aparecida en 1927; y en su ensayo, *La intervención norteamericana en Nicaragua*, de 1928. En este estudio se pretende mostrar que esta obra literaria está permeada por una preocupación permanente, sistemática y reflexiva en torno al tema de la relación de los países latinoamericanos con la nueva potencia estadounidense que surge a finales del siglo XIX y que se consolida, de manera decisiva, a comienzos del siglo XX con repercusiones muy visibles en la historia, la economía, política y cultura de nuestros países. Cuando la información documental lo permitía se intentó trazar aspectos relacionados con la materialidad de los textos y los ámbitos de circulación y recepción de los mismos.

Palabras-chaves: Imperialismo - Antiimperialismo - cultura.

INTRODUCCIÓN

La figura de Máximo Soto Hall, resulta paradójica cuando nos detenemos en la crítica literaria e histórica relacionada con su obra creativa y, más específicamente, a aquella referida a sus novelas de corte antiimperialista. Las creaciones de este autor han despertado opiniones y juicios diversos y contrastantes. Algunos de ellos lo ubican como el creador de la primera novela antiimperialista en el continente latinoamericano por su obra *El problema*, publicada en 1899, al ficcionalizar, en un relato, a expansión norteamericana y las consecuencias en la región. En el otro extremo, tenemos a los críticos que interpretan la producción literaria del autor, alejadas de las posturas antiimperialistas y extienden esos cuestionamientos a su segunda novela, *La sombra de la Casa Blanca*, que dio a luz en septiembre de 1927, en la ciudad de Buenos Aires, Argentina.

Pretendo mostrar que la creación literaria de Máximo Soto Hall, está atravesada por una preocupación permanente, sistemática y reflexiva en torno al tema de la relación de los países latinoamericano con la nueva potencia estadounidense que surge a finales del siglo XIX y que se consolida, de manera decisiva, a comienzos del siglo XX y de repercusiones muy visibles en la historia, la economía, política y cultura de nuestros países.

Por lo tanto, sostengo que cualquier acercamiento a dicha obra literaria debe ser puesto en diálogo con los marcos referenciales en que la obra se creó, circuló y consumió, pues como bien expone Jorge Myers, sólo un análisis que privilegie la relación entre el contexto sociocultural de una época dada y los significados posibles que podían emerger de ese contexto, podrá dar nacimiento a una historia coherente, persuasiva, del particular desarrollo de la actividad de los expertos en el manejo de la palabra escrita... en esta región del planeta.¹

Si como es de suponer, al menos en principio, que el corpus al cual pretendo adentrarme, tiene un carácter y una relación con procesos históricos que se definen con el binomio imperialismo y el antiimperialismo es necesario entender los mismos como asuntos que se van construyendo es su propia historicidad. Por lo tanto, las obras literarias van dando cuenta de esa evolución que puede expresarse, ya sea de manera parcial o de modo más totalizante, incluyendo aspectos diversos, y por qué no, desplazando unos y privilegiando otros.

La propuesta que se plantea es que las obras de creación literaria de Soto Hall, novela y ensayo, dedicadas al tema, expresan esa evolución. Primero, en su novela *El Problema*; relato que traza y anticipa los peligros de aquella nación todopoderosa que emergía muy cercana a Centroamérica como lugar de enunciación y como espacio ficcional donde se desenvuelve la trama. Casi tres décadas después, en 1927, el autor nos entregó otra novela, *La sombra de la Casa Blanca*, cuyo contenido se relaciona con la intervención de los Estados Unidos en Nicaragua; un texto de factura, indiscutiblemente antiimperialista, como veremos más adelante. A fin de reforzar aún más esta postura del quehacer del escritor guatemalteco, se incluye un tercer momento de creación, con su texto ensayístico *Nicaragua y el imperialismo norteamericano*, producido a inicios de 1928; es decir, con meses de diferencia en relación con su segunda novela. Ambos textos publicados en la ciudad austral de Buenos Aires.²

Soto Hall, cambió de género literario de la novela al ensayo, para profundizar su pensamiento antiimperialista. El género ensayístico

permitiría a nuestro autor, otro tipo de reflexión fundada en un organizado conocimiento de las realidades que había presenciado y analizado a lo largo de la historia de América Latina.

Las relaciones entre América Latina y los Estados Unidos han estado signadas por los vaivenes sociopolíticos, históricos y económicos. Las categorías de imperialismo y antiimperialismo nos permiten realizar acercamientos diversos para describir prácticas y representaciones de las tensiones entre imperio y nación.

En vista de que en la noción de antiimperialismo encontramos diversidad de significantes, no parece adecuado considerarla como un concepto permanente, sino como una noción relativamente débil, detrás de la cual, se han depositado varias ideas acerca de cómo articular esa tensión entre nación e imperio, en cada momento histórico.³

NOTA BIOGRÁFICA: ¿QUIÉN FUE EL AUTOR DE LA PRIMERA NOVELA ANTIIMPERIALISTA?

Máximo Soto Hall nació en Guatemala, en 1871, y murió en Buenos Aires el 14 de mayo de 1944. Perteneció a la generación de guatemaltecos educados enteramente en el marco de la Reforma Liberal y surgidos a la vida pública cuando la Reforma había entrado en su etapa menos auténtica.

Hombre erudito y buen orador, Teresa Arévalo pinta a Soto Hall como de “arrogante presencia, cabellos ensortijado, ojos burlones y facciones regulares”. Añade la autora que “un pasado doloroso, un amor frustrado o una ambición insatisfecha sumaba cierta cantidad de cinismo de burla y de ironía a su rostro, sin restarle atracción”. Amílcar Echeverría nos comenta de él que era “hombre de anchos horizontes y de severa cultura acendrada en sus múltiples viajes y en sus definidores contactos diplomáticos”. “Máximo Soto Hall –dice César Brañas – derrochó su juventud y media madurez en un medio grato para el menor esfuerzo e ingrato para la hazaña, y que lo arrastraba a la infecunda bohemia y a toda proclividad desventurada como sin salvación”. Servidor de la dictadura de Estrada Cabrera, escribió poemas de circunstancias, “heridos de oficialismo y de error”, nacidos “a impulsos de necesidades y oscuras miserias”, afirmaba Brañas.⁴

Soto Hall provenía de una acaudalada familia de empresarios, profesionales, políticos e intelectuales.⁵ Al parecer, esta situación fue decisiva en muchos casos para el desenvolvimiento político e intelectual

del autor. Publicó su primer poemario, titulado *Para ellas*; y en 1892, fue designado secretario de la legación de Guatemala en la capital española. Permaneció en Europa durante tres años. Viajó por Italia, Inglaterra y Francia y editó dos libros: uno de cuentos, *Díjes y bronces*, y una novela, *El ideal* en Madrid; así como un tomo de poemas, titulado *Poemas y rimas*, en París. Conoció a políticos y escritores como Emilio Catelar, William E. Gladstone, Bartolomé Mitre y Francisco Icaza, entre otros.

En 1896 Soto Hall vivía en San José y laboraba en varios periódicos. Editaba una revista y empezaba a integrarse al círculo de intelectuales vinculados con el gobierno autoritario de Rafael Iglesias (1894-1902). La estancia en Costa Rica fue vital en varios sentidos: en ese país, conoció a su primera esposa, Julia Bonilla, con quien tuvo un hijo y de la que se divorciaría pocos años después. Publicó su novela más célebre y a fines de 1897, empezó una larga y profunda amistad con Manuel Estrada Cabrera, cuando fue enviado por Guatemala en misión diplomática a la capital costarricense. Realizó una variedad de trabajos para Estrada Cabrera como agente diplomático, escritor de cartillas cívicas, discursos y libros de texto.

Al concluir la dictadura de Estrada Cabrera, en 1920, producto de una insurrección popular, Soto Hall se encontraba en los Estados Unidos. Desde allí inició un largo y definitivo exilio que lo llevó por varios países de Suramérica y que concluiría en Argentina. En 1920 se trasladó a Buenos Aires donde vivió prácticamente hasta su muerte en 1944. Viajó con su segunda esposa, la estadounidense Any Miles, y laboró como redactor del prestigioso periódico *La Prensa* de Buenos Aires.

LA NOVELA: EL PROBLEMA DE SU PRIMERA RECEPCIÓN HASTA EL DEBATE CONTEMPORÁNEO.

Contamos con dos inmejorables investigaciones para referirnos a la recepción de la novela *El problema*. La primera, de carácter documental, realizada por Iván Molina y Verónica Ríos, en la que se recogen 30 entradas de comentarios de lectores de la novela, aparecidas en periódicos y revistas, entre 1899 y 1904. La segunda es de Verónica Ríos, quien evalúa y ubica esas lecturas provocadas por dicho texto.⁶

La novela *El problema*, se publicó el 6 septiembre de 1899, su extensión constaba de 166 páginas y se vendió a 75 centavos. Fue precedida por una publicidad poco usual en aquella época, para un texto literario:

“Pronto saldrá a la venta *El problema* interesante novela por D. Máximo Soto Hall”, presagiaba *El Anunciador Costarricense*, de 1 de septiembre de 1899. Más explícita era la nota publicada en *La República*, diario de la mañana, en fecha 6 de septiembre de 1899: “*El problema*. Saldrá muy pronto el libro de Máximo Soto Hall que llevará este título. No lo conocemos; pero según informes de amigos nuestros que lo han leído en cuartillas de combate merecedor de quieta lectura. Lo recomendamos, y después de leerlo, daremos nuestra opinión de él”.

Varios fueron los periódicos que anunciaron su venta e invitaron a su lectura, prometiendo comentarios futuros. En un inicio se señaló que el contenido de la novela, “se trata del grave asunto de anexión a Estados Unidos” “el asunto de que se trata es de gran interés político social y creemos que llamará la atención”.

En un primer momento y de modo muy general, se presagiaban lecturas posibles de un interés ineludible, no solo para los expertos y competentes, esto es para los críticos, sino para aquellos que conformaban el espacio de formación de opinión pública, como eran los periódicos y revistas costarricenses finiseculares decimonónicas.

Luego se abrió un segundo momento en la recepción, el cual estuvo marcado por dos posiciones. Una, la de los que simpatizan con la previsión o juicio de la novela donde se anticipaba la absorción inevitable de Costa Rica, lugar ficcional donde ocurre el relato, por parte de los Estados Unidos. La segunda, compuesta por quienes, al contrario, entró en desacuerdo con las conclusiones de la novela sobre la absorción e intervención de los Estados Unidos y de la raza anglosajona como inevitable. Obsérvese lo que uno de los lectores expresa de modo convincente:

“EL PROBLEMA, tiene pues una conclusión concreta y tangible, Julio último representante de la raza latina (en América) muere aplastado por la locomotora de Mr. Crissey, símbolo de la expansión imperial de la raza anglo-americana. Todo eso está muy bien, lo repito en la novela; pero el poema de ud. no es un pasatiempo, si no de propaganda, la enseñanza capital que de él pudiera deducirse, la juzgo fatal de verdad, inconveniente y peligrosa: peligrosa, sobre todo, para los pueblos nuestros, para la juventud hispanoamericana. Hoy, que es tan común oír que se condena al desprecio y el oprobio a la raza

latina, no sería extraño que cundiera en hispano-América la idea de nuestro propio desprecio, y que por indolencia o desaliento nos arrojáramos todos a morir bajo las ruedas de las locomotoras yankees, que se aprestan a invadir nuestro territorio”.⁷

He anotado esta apropiación de la lectura de *El problema*, por ser una posición esclarecedora de lo planteado en la novela. La superioridad material como símbolo de la carrera imperialista anglosajona, emprendida por los Estados Unidos, durante, al menos, los últimos 20 años del siglo XIX en Latinoamérica, representaba la muerte de la raza latina, como efectivamente ocurre en el desenlace de la narración. El lector juzgaba peligrosa dicha conclusión, al menos en términos políticos para la independencia y soberanía de nuestros países. Y agregó algo más, se trataba de una representación del imperialismo que dejaba por fuera su contraparte: el antiimperialismo que debía ser asumido por nuestros pueblos y por la juventud hispanoamericana.

Sin duda, una historia de los textos ³/4 en esto seguimos a Roger Chartier³/4 es una historia de las diferentes modalidades de su apropiación. Por una parte, esa historia debe considerar que *el mundo de los textos*, en el sentido de Ricoeur, es un mundo de objetos, de *performances*, cuyos dispositivos y sus reglas permiten y limita la producción del sentido. Por otra, debe tomar en cuenta que el *mundo del lector* es siempre, como dice Stanley Finch, el de la “comunidad de interpretación” a la que pertenece y que se define a través de un mismo conjunto de competencias, normas, usos e intereses. De ahí la necesidad de una doble atención: a la materialidad de los textos y a la corporalidad de los lectores.⁸

La crítica Ríos Quesada, repasando las opiniones, lecturas y consumo de la novela por su primer público, repara en que no se usa el adjetivo *antiimperialista*, justamente el calificativo que suele identificar *El problema* desde la década de 1940. Se enfatiza, como lo hace Aragón, el imperialismo de los Estados Unidos; el carácter *proyanqui* de la novela, en el caso de Gil Mayorga; o sus méritos como advertencia. En ningún caso utilizan el término *antiimperialista*, ni para referirse a la novela, ni para autocalificarse en sus artículos.⁹

Esta constatación de la no existencia del adjetivo antiimperialismo, me lleva a sugerir, hipotéticamente, que no es estrictamente necesario su uso para visualizar una actitud, una mentalidad ni la representación

literaria antiimperialista. Como bien lo señala Oscar Terán resulta difícil de comprender valorando el éxito de *Ariel* sin inscribirlo al menos en dos líneas de lectura que lo cruzan literalmente. Por un lado, su emergencia en el interior de la corriente de alarma y repercusión ante “el peligro yanqui” que desde la guerra hispano-americana conmovía a vastos estratos políticos e intelectuales latinoamericanos. Por otro, la sensibilidad instalada por el modernismo rubendariano, movimiento que a su vez consonaba con el espíritu de la “reacción antipositivista”, difundida en el escenario europeo en la última década del siglo XIX y con una recepción atenuada y desfasada pero creciente en América Latina.¹⁰ Es, precisamente, la labor que debemos emprender con el tipo de textos primigenios de aquellos que, tímida y débilmente, incluimos como antiimperialistas.

LOS ENTORNOS DE LA SEGUNDA POLÉMICA

En el año de 1992, la Editorial Costa Rica, publicó, nuevamente, la novela *El problema*, esta vez, precedida por dos estudios literarios pertenecientes a Álvaro Quesada y Juan Durán Luzio.¹¹ Álvaro Quesada, establece que a partir de esta novela, se introduce, en la literatura nacional costarricense, y en la literatura hispanoamericana en general, lo que habrá de convertirse en uno de sus temas más importantes: las relaciones entre nuestra América y la América del Norte. Específicamente, la posición ambivalente de la oligarquía liberal ante la crisis definitoria de la nueva época histórica en relación con la influencia económica y política de los Estados Unidos.¹² Además para ambos autores, la fecha en que se publicó *El problema*, 1899, es significativa desde el punto de vista histórico y literario. La novela se inscribe dentro de la polémica sobre las posibilidades y alcances de una literatura nacional, en el marco de consolidación de un estado oligárquico.¹³

En 1899, se fundó, en Boston, la United Fruit Co., primer *trust* agrícola del mundo y futuro símbolo del imperialismo estadounidense en el Caribe americano. Un referente obligado de la novela antiimperialista centroamericana posterior a 1934.¹⁴ Un año antes la guerra de Cuba, Puerto Rico y Filipinas contra España, del subsiguiente Tratado de París, de diciembre de 1898, y a partir del 1º de enero de 1899, los grupos dominantes de los Estados Unidos se apoderaron de las 7100 islas del archipiélago filipino y de Guam, en el Océano Pacífico, al igual que de los archipiélagos de Puerto Rico y Cuba. El pretexto

de Estados Unidos para apropiarse de esos territorios era, en el caso del Pacífico, el derecho a reclamar un botín de guerra y en el Atlántico, el subterfugio de crear los mecanismos que, supuestamente, permitirían consagrar la soberanía y la independencia de la mayor de las Antillas. Lo anterior, junto con la anexión de Hawai, en 1898 y al constante incremento de su poderío económico y militar, transformó a los Estados Unidos de América en “una autentica potencia mundial.”¹⁵

Entre las interpretaciones críticas más influyentes de estos procesos fue, como es bien sabido, la publicación de *Ariel* en 1900 por José Enrique Rodó. En su obra, expuso sobre lo que representaban los dos bloques continentales en que la naturaleza dividió el continente llamado Nuevo Mundo. Es la visión de las dos Américas: la del sur, “nuestra América latina” frente a la América del norte, una América deslatinizada; una contraposición dialéctica entre el pensamiento y la sangre latina y el mundo anglosajón.¹⁶ Varios de los planteamientos esgrimidos por Rodó también se exponían, en forma narrativa, en la novela de Soto Hall. Estos planteamientos, además, también fueron, nítidamente, expresados por algunos de los lectores de la novela, a fines del siglo XIX.

Para el crítico Álvaro Quesada, *El problema*, de acuerdo con la ideología *liberal y positivista*, introyectada desde las metrópolis en los intelectuales oligárquicos, se sujeta, en su fabulación y en su concepción de los personajes, a un estricto darwinismo determinista y mecanicista. Los conflictos que entraña el complejo fenómeno histórico del imperialismo, se enfocan en la novela partiendo de una transposición mecánica de ciertas *leyes naturales*, al campo de la vida social; según las cuales, el más fuerte o el más apto, debe destruir o someter a su dominio al más débil o menos apto. Así se legitiman, como mandatos de la naturaleza, las leyes del mercado o las normas de la *civilización* que garantizarían el mejoramiento de la *raza* o el *progreso* bajo el precepto de que los intereses de los países más ricos o poderosos son válidos así como su derecho a someter a las naciones pobres y débiles. La absorción de Centroamérica por los *yankees* aparece en la novela como producto del enfrentamiento entre dos razas: la latina, débil y enfermiza, “muy superior en espíritu, pero inferior en materia”, y la sajona, inescrupulosa y cruel, pero pujante, práctica y dominadora.¹⁷

Una de las debilidades de esta novela, según Quesada, es la completa ausencia del pueblo como sujeto de resolución del conflicto, desplazándolo o ubicándolo en una cuestión meramente de carácter moral o apolítico de

las oligarquías. Pero al fin y al cabo, el principal objetivo de Soto Hall consiste en criticar con distanciamiento e ironía, la lógica enajenada y autodestructiva del discurso nacional oligárquico. Así, el suicidio simbólico que cierra la novela no debía verse como una realidad inevitable, sino como una posibilidad utópica. La novela puede entenderse como una antiutopía admonitoria que, al formular las indeseables consecuencias a que llevaba el presente, procuraba generar las defensas necesarias para evitar que ese fuera el futuro; ello por cuanto la novela traslada su trama al año 1928, al mejor estilo de las obras de ciencia ficción, como recurso literario.

Por otro lado, hay dos autores que manifiestan su desacuerdo con las tesis de considerar *El problema* como antiimperialista. El primero de ellos, el historiador Rodrigo Quesada, de manera categórica expresa:

“para empezar, temo que calificar de antiimperialista la novela de Soto Hall es, por decir lo menos, bastante atrevido; atrevimiento que adjudico a sus exegetas del presente, más que al mismo escritor. A mi modo de ver, aunque no llega a ser proimperialista, la obra es un bien logrado panegírico aristocrático de un progresismo consecuentemente conservador.”¹⁸

Y añade que en su lectura no encontró rasgo alguno de una clara posición antiimperialista, lo cual no significa que no las tuviera. Quesada avanza un poco más en una cuestión de fondo, específicamente, en la conceptualización del antiimperialismo y nos dice que:

“no se es antiimperialista porque se esté contra la inversión extranjera. Por tanto el antiimperialismo, no es el resultado de la buena voluntad de un individuo o de un grupo que se arriesga a las herejías políticas en una sociedad definida.”¹⁹

Atribuirle a Soto Hall el mérito de haber sido el primero en iniciar la novela antiimperialista en Hispanoamérica le parece a este autor una exageración; lo cual, no minimiza la calidad artística de la obra. De manera contundente concluye que el antiimperialismo es una acción colectiva y no es desde la producción artística, exclusivamente, donde se formula.²⁰

Otra interpretación sobre la novela pertenece al historiador Iván Molina, quien estudia, en detalle, cómo se fue construyendo la versión de *El problema* como novela antiimperialista, como resultado de un complejo proceso de lecturas diversas, realizadas por variados lectores,

algunos de ellos críticos de mucha envergadura, como David Vela, Vargas Vila, José Santos Chocano, Max Henríquez Ureña, Seymour Menton.

Termino este apartado indicando que, sin menoscabo de los otras lecturas y sentidos con que se mira esta obra, así como de sus posteriores interpretaciones, la novela *El problema*, que contó con varias ediciones en diversos países de América Latina, tuvo la virtud singular de abrir un nuevo debate, en la segunda mitad del siglo XX. Esta es una característica que escasas obras literarias del siglo XIX costarricense ostentan. En este segundo momento, ya en el siglo XX. Igualmente polémicas serían dos obras muy posteriores de Soto Hall que redactaría y publicaría lejos de su tierra natal.

MÁXIMO SOTO HALL EN LA ARGENTINA

Cuando aparecieron sus dos libros con contenido antiimperialista, separados por pocos meses, entre 1927 y 1928, Soto Hall y su segunda esposa, Anny Miles, radicaban desde inicios de esa década en la ciudad de Buenos Aires, Argentina, donde se desempeña como redactor en el diario *La Prensa*. No contamos con un estudio particular de aquella estancia en el país del sur. Sin embargo, referencias indirectas permiten comprender algunos rasgos de su vida intelectual y política, que sufre cambios significativos con respecto a sus años anteriores.

Su permanencia en la Argentina coincide con una etapa de madurez, llegaba al filo de los cincuenta años, con una producción literaria abundante, lo que muy probablemente le permitía una inserción rápida en círculos políticos de izquierda y progresistas. Logró cultivar un gran prestigio entre los intelectuales y políticos argentinos; algunos de manera constante, le visitaban en su casa. El guatemalteco, fuera por visitas de paso o por residentes obtenía noticias o simplemente, un saludo para compartir. Viajaba por la geografía americana, financiado por la empresa periodística para la que trabajaba, dictaba conferencia sobre temas diversos y, muy especialmente, sobre asuntos argentinos y de la vida intelectual.

En 1927, recién llegado a Buenos Aires, Juan José Arévalo lo visitó. De este hecho logramos algunos recuerdos de sus conversaciones con Soto Hall y que abonan sobre su nueva filiación política:

Panamericanismo rebelde el suyo, pues nunca pudo ocultar su antiimperialismo, principalmente ahora que César Augusto Sandino renueva desde las montañas de Nicaragua la batalla.

Soto Hall es sandinista fanático y prepara algunos libros con mucho fuego contra el Coloso del Norte. Esta posición panamericanista antiyanqui engarza muy bien en el clima político argentino, pues desde Irigoyen la Argentina ensaya postura antagónica contra los Estados Unidos.²¹

Dos eran los libros que preparaba Soto Hall. El primero, su novela a *La sombra de la Casa Blanca*, que apareció en 1927 y el segundo, *Nicaragua y el imperialismo norteamericano*, que salió al año siguiente. En mayo de 1928 subió a escena en el Teatro Ateneo de Buenos Aires la obra *Sandino*. Su autor era Soto Hall. Juan José Arévalo, Herrera Arrivillaga y el dirigente chileno César Godoy Urrutia, asistieron al estreno. La velada fue un éxito, la sala estaba repleta de gente de letras, periodistas, políticos historiadores y profesores. En las siguientes funciones, el público fue escaseando y la obra duró una semana en tablas, cuestión que Arévalo atribuyó a que “Quizá había en su texto demasiado asunto político de ambiente caribe. Quizá el énfasis antiimperialista no casaba bien con la literatura usual. Era teatro de trinchera, con escaso público callejero”.

Soto Hall desarrollaba una intensa y activa vida política, alentada por su esposa Amy Miles a quien Guatemala debía el rescate del escritor, quien naufragaba años atrás en los ríos de Baco ³/₄asistía Juan José Arévalo³/₄. Frecuentes eran los encuentros en su casa para recibir a personalidades de la talla de Alfredo Palacios, figura preclara de la política Argentina, compañero de José Ingenieros y de Baltasar Brum.

El ambiente bonaerense donde vivía Soto Hall y su círculo más cercano, se caracterizaba por el latinoamericanismo y antiimperialismo de Alfredo Palacios. En esos años se hablaba de la unidad de América Latina con base en un *nacionalismo americano*, pregonado, principalmente, por Ricardo Rojas, o un *nacionalismo continental*, como gustaban de decir los fundadores de *Alianza continental*, a comienzos de 1927. Su principal expositor era Manuel Ugarte. Otros argentinos como Ingenieros, Olzabal Quintana, Baldrich, creyeron que había llegado la hora de enlazarse en una grandiosa unidad política para combatir el peligro sajón. Palacios militaba junto a ellos e infundía respeto al movimiento.

La irrupción de Sandino en las Segovias electrizó a los intelectuales latinoamericanos a quienes les pareció que había empezado la gran liberación. Soto Hall fue para los argentinos un fecundo surtidor de

datos geográficos, históricos y políticos, principalmente sobre Centroamérica y Las Antillas. El poderoso diario *La Prensa*, propiedad de una familia opulenta, no mostró escrúpulos en publicar como suyos, en editorial, los fogosos artículos, un poco retóricos, que redactaba el guatemalteco.²²

Amy Miles, lo apoyaba siempre. Versada en asuntos políticos disponía de un bagaje cultural acopiado en lecturas personales; ella, se caracterizaba, quizá, un poco más dogmática que el marido. Ambos se movían dentro de un clima revolucionario social; en predios socialistas, pero un poco más allá del socialismo democrático. Eran estimados y agasajados por argentinos y exaltaban lo guatemalteco en esos medios como no lo lograron hacerlo los diplomáticos oficiales cuando los hubo.

EL ENSAYO NICARAGUA Y EL IMPERIALISMO NORTEAMERICANO

Máximo Soto Halll, publicó en 1928 su ensayo dedicado a la intervención norteamericana en Nicaragua. Pasó de la ficción al ensayo, de la novela a la prosa de ideas. Quiso transmitir opiniones sobre la intervención norteamericana para el conocimiento y discusión de sus lectores, donde se puede apreciar una conexión más estrecha entre esta forma y la vida social, política y económica en nuestros países hispanoamericanos. El libro *Nicaragua y el imperialismo norteamericano*, apareció editado en Argentina por Artes y Letras Editorial. Contenía un subtítulo directo: *Contraste entre la insolencia norteamericana y la vergonzosa tolerancia de los gobiernos de América Latina*. Su contenido se vertía en 163 páginas, el libro fue dedicado por su autor a sus colegas y rezaba: *A los periodistas latinoamericanos que fieles a la sagrada voluntad de los pueblos, han defendido la causa de la justicia y del derecho en América. Con respeto y cariño*.

Al inicio del ensayo se fija una de las funciones del género, “Estamos en presencia de un hecho inaudito, de un crimen internacional sin precedente en la historia de América”. Esta es una actitud testimonial, o sea el vivo interactuar de un escritor con su contemporaneidad, en la que, se refería, específicamente, a la invasión de los Estados Unidos a Nicaragua en el año de 1928 y que culminaba un largo proceso de intervenciones en ese país. Esto lo califica “como un crimen, crimen de dimensiones sin precedentes en la historia de América que en su inventario guarda infinitud de quebrantamientos incluido el nada despreciable proceso de conquista y colonización de América por parte del imperio español”. (7 y 8)

El autor va exponiendo documentadamente los crímenes cometido por los españoles y compara con los perpetrados por los Estados Unidos en Haití, en República Dominicana y en Nicaragua, empujados por la codicia y poder. Acusa a Washington por el atropello a la soberanía de los países, en nombre de la amistad internacional asesinan a los que defienden esa soberanía en nombre de una supuesta protección, que solo cubre con su manto el dólar aniquilan a un país. (10) Asimismo, denuncia los bombardeos en Nicaragua y toda acción bélica.

Soto Hall articula itinerarios históricos de la lucha en América Central, como la victoria alcanzada en 1856 contra el filibustero William Walker al que dedicó sendas páginas exaltando la valentía y heroicidad de algunos de personajes destacados como el presidente de Costa Rica Juan R. Mora y un capítulo para honrar a Juan Santamaría: “Bronce al soldado Juan! Música, himnos al Mestizo ¡pompa y gloria al ‘gallego’, y heroísmo en el ciudadano humilde que murió valiente, en trance raro y épico...”(125) eran las palabras de un discurso de Rubén Darío con motivo de la inauguración de la estatua a Juan Santamaría, en la ciudad de Alajuela, en Costa Rica, en 1891.

Hace diferencia entre aquella situación de invasión filibustera en Centroamérica, de la que se estaba viviendo a comienzos del siglo XX, al calificar esta última de hecho más grave, al considerar que se trata de la nación más poderosa del mundo que oprime y esclaviza a una de las más pequeñas. Reprocha a los diplomáticos hispanoamericanos en Washington, “ni un gesto de protesta, ni una palabra de censura, ni siquiera una insinuación amistosa. Se encorvan los espinazos flexibles ante el poderoso y enmudecen los labios cobardes ante el crimen”. También extendió su crítica a la Unión Panamericana, organización encargada de velar por los intereses de los pueblos de América, por no buscar una salida digna al conflicto. Redimía, con todo fervor, al pueblo que “tiene la protesta en la boca y la censura en el corazón”. (19) La solidaridad con Nicaragua del ensayista, la ubica fuertemente en los sectores intelectuales, en cierto periodismo, en instituciones prestigiosas, en los maestros, en los trabajadores y en los más insignificantes exponentes de la vida nacional; pues para él todos tienen el gesto airado y noble de la rebeldía, ante la atentatoria conducta del gobierno norteamericano.

Para Soto Hall, la fundamentación de la intervención norteamericana en la pequeña república centroamericana está en las condiciones topográficas y geográficas que el territorio nicaragüense ofrece para las

facilidades de un paso interoceánico entre el Atlántico y el Pacífico. Por ello, expone críticamente la historia de los diversos intentos y la firma de tratados políticos por parte de potencias extranjeras, por obtener los beneficios de construcción de dicho paso; incluidos los empréstitos en condiciones onerosas para la pequeña nación centroamericana. Advirtió, también, sobre la inminente ocupación militar por parte de los Estados Unidos en Nicaragua y denunció el panamericanismo encauzado por la Casa Blanca, apoyado y aceptado por los gobiernos de la América Latina.

Otro de los aspectos al que concedió atención el ensayista, fue a los aliados internos del imperialismo norteamericano representado en los sectores conservadores nacionales, que desde 1909 desarrollaban una política de abyección y servilismo hacia los Estados Unidos, que hacía pensar, ante cada nueva sumisión, que ya no era humanamente posible descender más. (119) Atacó al delegado nicaragüense, representante del gobierno, en la VI Conferencia Panamericana por su actitud de aislamiento, contraria a toda la tradiciones de los próceres latinoamericanos como San Martín y Bolívar, quienes propiciaron la solidaridad y la cordialidad entre los pueblos.

En un elocuente y bien logrado capítulo, pasó revista a lo que consideraba oportuno y positivo para el Continente y emplazó a los delegados de las conferencias a recordar, como un deber, la pregunta: “¿por qué el presidente de Cuba y los delegados cubanos, no volvieron sus ojos a los manes sagrados de José Martí?, aquel que dijo: El oficio del continente americano no es perturbar el mundo con factores nuevos de rivalidad y de discordia, ni restablecer, con otros métodos y nombres el sistema imperial por donde se corrompen y mueren las repúblicas”. (129)

Soto Hall no dejó pasar la oportunidad y en arrebató de fascinación y afinidad por el cubano continental nos dejó estas impresiones, en su ya madura y delicada prosa:

“Su alma era un tabernáculo en que guarda como sagradas reliquias, a todas las naciones americanas. Penetró es su historia, adivinó sus tormentos, se compenetró con sus infortunios, conoció a sus hombres, admiró sus virtudes, santificó sus sacrificios y tuvo en todos los momentos de su vida una palpación de su genio para los pueblos americanos. Miembro nato de la familia de los héroes cantó a sus predecesores, en

prosa que era verso y en párrafos que eran estrofas. Para cada gesto de rebeldía tuvo un aplauso, para cada triunfo de libertad de hosanna.”²³

¿Acaso no es de esta misma estirpe la del ensayista guatemalteco que en aquellas horas de tribulaciones centroamericanas alzó su voz de protesta contra todos los actos imperiales, de manera muy creativa usando un recurso retórico y explorando una posible reacción de Martí ante la figura de Sandino, sustentado en un sólido conocimiento y acción, no solo del cubano sino del nicaragüense?

Los sucesos de Nicaragua hubieran colmado su indignación de varón integérrimo: la figura de Sandino le hubiera arrancado un himno. Sandino era de los suyos, de los que no inclinan la cabeza, ni encorvan la espina dorsal, ni doblan la rodilla. El cantor de libertador lo hubiera cantado y el director de muchedumbres hubiera dicho a los suyos: id tras él. Ante los que quieren ahogar el grito de Sandino, por convencionalismo vergonzante y cortesías de oropel. ¿qué les hubiera dicho Martí? (130)

El ensayo termina con opiniones de personalidades estadounidenses sobre los asuntos de Nicaragua, recurso y estrategia discursiva para establecer que el tema en estudio, también conmovía un conglomerado humano más allá del propio continente latinoamericano. Antes de ello, aclaraba que se podían conformar un volumen de muchos cientos de páginas con opiniones de distinguidos norteamericanos sobre la política seguida por el gobierno de Estados Unidos en la América Latina. Recogía una muestra de esas opiniones de jurisconsultos distinguidos, de diplomáticos que han representado a su país en naciones latinoamericanas, profesores universitarios y periodistas.

Soto Hall profesaba un pensamiento unionista centroamericano cada vez que se refería al tema, hundía sus reflexiones en la historia de la región y alentaba, a partir de las comunes atencencias, una acción conjunta para la defensa de los comunes intereses. La explotación de la riqueza general y sobre todo, la persecución de los grandes ideales colectivos que puedan hacer de esos fragmentos, unidos, una nación respetada y respetable, con puesto de prominencia entre los pueblos cultos de la tierra.

En este ensayo se puede observar un poco más, un poco menos, la presencia de las corrientes antiimperialistas. La primera estaba encabezada por Manuel Ugarte, ubicada, temporalmente, entre 1910 y el promediar de los años veintes. La prédica del argentino y otras concurrentes,

promovieron lo que podría llamarse la primera plantilla coherente, y básicamente completa, de la acción imperialista y colonialista en América Latina. Se condensaban en ella, actitudes de superioridad, codicia y desprecio racista hacia los pueblos del sur, el logro de sustanciosas concesiones, la insignificancia de las regalías que se vertían en los distintos casos en que estas se convinieran y las situaciones de monocultivo, entre otras. En el plano político, el verificado fomento de esos desordenes internos y de esos conflictos fútiles para desestabilizar y desalojar luego, a cualquier autoridad que incomodara por sus arrestos de dignidad nacional o sus propósitos de equidad social.²⁴

Varios fueron los mecanismos que utilizó el autor para influir los lectores, el yo es un nosotros, testimonio de una voluntad colectiva de la cual el escritor se siente parte e intérprete, es dialógico e intenta que el diálogo gire en torno de una actitud programática. Pretende, además, influir en la opinión pública y, contribuir al esclarecimiento de muchas verdades. (146)

LA SOMBRA DE LA CASA BLANCA, SU SEGUNDA NOVELA

Esta obra fue publicada en 1927 por El Ateneo, Librería científica y literaria ubicada en Florida 371- Córdoba 2099, Buenos Aires, Argentina. Hasta lo que ahora sabemos, no gozó de una recepción tan abundante, ni por su primer público ni por parte de la crítica académica en comparación con *El problema* de 1899.

No obstante, se logró localizar dos comentarios suscitados al calor de su edición. Uno apareció en el periódico *El tiempo* de Bogotá y fue reproducido en *Repertorio Americano*, del 18 de febrero de 1928, y el otro de Miguel Ángel Asturias, también del mismo año.²⁵

A pesar de la escasez de información con la que se cuenta sobre la acogida de la novela, se ha de suponer cierta circulación y recepción de la obra. Para fines del decenio de 1920, cuando se publicó, el autor era reconocido en Argentina y muchos países latinoamericanos, ya fuera por sus libros o como conferencista habitual en las principales capitales del continente y en algunas ciudades norteamericanas.

El tiempo, de Bogotá, anunciaba la llegada de la novela del publicista centroamericano a esa ciudad y cuyo contenido relataba, bajo la forma de una novela, el caso de Nicaragua caída en las garras de financistas yanquis. La crónica periodística invitaba a leer el libro de Soto Hall para conocer cómo procedían las finanzas norteamericanas apoyadas por su gobierno, para adueñarse de un país y el papel de instituciones,

como la Unión Panamericana, en la consolidación del poderío de Wall Street. Notificaba, también, de un detalle particular: *La sombra de la Casa Blanca* iba a publicarse desde el día siguiente en formato de folletín. Para los que no quisieran esperar su salida en ese formato, el libro estaba a la venta en la Librería Colombiana.

En la nota, el cronista puntualizaba, “no vaya a creerse que se trata de una obra árida: por el contrario el martirio de Nicaragua está envuelto dentro de una trama novelesca del mayor interés. El héroe del libro. Alberto Urzúa, es el mismo general Sandino que hoy combate a los yanquis”. Por último, se refería a que se trataba de un libro de clave, en el que giran, con nombres supuestos, todos los personajes que han actuado en este drama y anunciaba: “Mañana, para ilustrar al lector daremos la cifra de la clave”.

Se desprende de lo anterior, que la empresa periodística se aprestaba no sólo a publicar la novela por entregas, con lo que se aseguraba una lectura masiva de la obra, además, pretendía guiar la lectura, dando indicios de personajes y, probablemente, de acontecimientos narrados en el libro.

Pablo Valle, crítico contemporáneo de *La Sombra de la Casa Blanca* comparte la interpretación de que era una novela en clave, pero por el contrario, tenía sus reservas sobre ese procedimiento. “Ilusión de fidelidad a la historia y cobardía de último momento. Esto puede ser especialmente verdadero en *La Sombra de la Casa Blanca*, que trata sucesos contemporáneos con un final negativo para la posición que el autor parece sostener.”²⁶

Un lector autorizado como Miguel Ángel Asturias, se refería a la novela de modo ponderado y señalaba características más saltantes: falta de sorpresa, intriga casi infantil, narración perfecta. Por todas sus 316 páginas, palpitación patriótica y esto último es lo que merece ser rescatado, dice Asturias:

Esta reforma profunda de su personalidad que, lejos de hacer las de Chocano, que sigue defendiendo tiranías ayer a Estrada Cabrera y hoy a Leguía, se ha lanzado al gran mundo de las letras con su propio bagaje, ha conquistado un puesto entre los más envidiables y desde allí maneja la pluma, siguiendo las huellas de Ugarte, contra los conquistadores rubios.²⁷

La sombra de la Casa Blanca, lleva como subtítulo; Libro de emoción, pasión, de verdad y justicia. Cuatro adjetivos que acercan y advierten al lector, de aspectos centrales de texto. Luego aparece el paratexto, en

forma de epígrafes, que son marcas de visibilidad de la propuesta narrativa desde el punto de vista estrictamente político ideológico. Se trata de, al menos, siete comentarios breves realzados por figuras eminentes, de nacionalidad norteamericana, que aluden, invariablemente, a algún tema en favor de la soberanía, el respeto, la no agresión, contra la explotación y la no intervención de los Estados Unidos a los países latinoamericanos.

La trama de la novela se puede resumir con brevedad. Tres hermanos de origen nicaragüense, uno de ellos Alberto Urzúa, el héroe del relato, y dos hermanas, Carolina y Emma, viajan a los Estados Unidos luego de abandonar, por razones políticas, su país natal.

Provenientes de una familia liberal, se ven envueltos en una serie de acontecimientos y procesos de adaptación y rechazo de las nuevas circunstancias que vivían, sin descuidar los sucesos propios de Nicaragua y la conflictiva relación de esta última y la política norteamericana. Un sinnúmero de acontecimientos se interrelacionan con este aspecto, creando personajes y situaciones diversas que llevan a Alberto Urzúa, junto con otros patriotas que están en el exilio, a preparar la lucha armada y una expedición para devolverle a Nicaragua su libertad. En el intento mueren todos los insurrectos, aplastados por el ejército y la intervención norteamericana, incluido un bombardeo en plena montaña donde operaba el grupo rebelde.

En narrador va construyendo sus personajes y pone en sus voces muchos acontecimientos trascendentales de la historia de Centroamérica, entre los que destaca, la lucha emprendida contra los filibusteros, la cual es descrita con innumerables detalles históricos. La guerra trajo un coste en vidas, orfandad, sacrificios y pobreza, pero aprendimos dos cosas inapreciables, dice el narrador por boca de don Santiago, padre de Alberto Urzúa:

primero nos convencimos prácticamente de que aunque separadas políticamente, las naciones de la América Central están unidas moralmente, tienen una sola alma en la que alienta, con todo vigor, el sentimiento más hondo de fraternidad, segundo, y esto es importantísimo nos dimos cuenta de dónde esta el peligro para nosotros. Ese gigante vecino del Norte es y será siempre una amenaza para los pueblos pequeños. “el político yankee, acentuaba, no en son de ofensa, sino de apreciación psicológica, con ruda bota claveteada o con guante de cabritilla, siempre tiene algo de filibustero”. (20)

Este es el tono de toda la narración, el conflicto abierto entre los Estados Unidos y Latinoamérica y aboga por una de las tareas pendientes, aún hoy, para frenar dicho peligro: la unidad de los países de Centroamérica. Sentencia, asimismo, el carácter de malandrín, de bandolero en el político y la política de Norteamérica con respecto a otros países.

El relato se afana por correlacionar ese pasado de amenaza de la soberanía con la defensa de la misma, por parte de los centroamericanos. Resalta la figura de Juan Santamaría como prototipo de héroe.

La narración está llena de episodios que viven los personajes, que evidencian la admiración por los Estados Unidos, sobre todo su adelanto material, juntamente con la exposición de un conjunto de acontecimientos que los hacían entrar en confusión y contradicción. Por ejemplo Alberto Urzúa, sabía de la política imperialista de los Estados Unidos, del incremento que tomaba día a día; eran muchos los hechos que abonaban en esa dirección, sobre todo, de la ingerencia norteamericana en los asuntos domésticos de su país.

Era tal la desazón en la que se encontraba Arzúa, entre el optimismo de joven patriota, que no lo dejaba ver claro y que le hacían debatirse entre la esperanza y desesperanza. Decidido, entonces, a orientar sus ideas pregunta a un compañero de trabajo, Amézquita, de origen guatemalteco, quien le explica:

Yo soy un poco dado a ver sombras. Óigame pues, pero poniendo mis opiniones a beneficio de inventario. La calle Wall, y bajo ese nombre cobijo a todos los grandes banqueros norteamericanos, y la Casa Blanca son la misma cosa: son una sola cosa: trabajan en común, se ayudan en todo, se aconsejan, se consultan, se complementan. La razón es obvia. El dólar es el árbitro supremo en este país. Es el regulador de la vida oficial y política, aún en las cuestiones más graves y trascendentales. Decide si debe pactarse la paz o si debe declararse la guerra, y ríase usted de la democracia y la justicia, que sólo suelen hacer de testaferro. El dólar sirve de base y fundamento, lo mismo a los tratados amistosos que a los mercantiles. Es el eje de los problemas internacionales y guía y norma de los diplomáticos estadounidenses, y en cuanto a nosotros, es decir, a nuestros pequeños países, de él dependen en absoluto nuestras relaciones con la gran república. (58)

La cita anterior sin ambages, muestra cómo el narrador tenía una percepción muy clara de las relaciones del poder económico y de las cuestiones políticas y que gran parte de la política interna de nuestros países se relacionaba con ella. Las reflexiones del amigo no paran allí. También, le explicaría sobre la política de no reconocimiento, los tratados oprobiosos, las concesiones leoninas, y los privilegios exclusivos, entre otros.

Hay en la novela unos hechos que describe el narrador y que merece destacarse. Se trataba de un atentado de la calle Wall, el cual se achacó a los extremistas. Se aducía su culpabilidad por:

el escenario elegido, la arteria principal del barrio de los grandes negocios, donde en cientos de talleres se hila el oro con que la araña formidable del capitalismo norteamericano teje la tela con que envuelve al mundo. Frente a la casa de Morgan, príncipe del dólar cuya influencia se hace sentir en Europa y América, no sólo en lo económico sino en lo político [...] se había escogido el momento en que las calles, en ese sector del distrito poderoso, están llenas de gente, para que el número de víctimas fuera mayor y en consecuencias más imponentes el pánico que se produjera. No cabía punto a dudar: se trataba de uno de esos golpes de odio social de que sólo podían ser capaces los exaltados, sin respeto a las leyes ni humanas ni divinas. (123)

Lo que viene después, en el mundo narrado, fue la condena y demanda de justicia. La policía desplegó la búsqueda de los culpables, la prensa llenó sus páginas, informando y describiendo historias, se supo el número de víctimas con toda exactitud, se describieron pequeñas biografías de cada una de ellas, se hacían resaltar las circunstancias que más podían impresionar, se pintaban, con los más vigorosos colores, las escenas de dolor que habían tenido lugar en el teatro del crimen, era el torneo del periodismo en que cada uno quería sobresalir. Cientos de individuos fueron detenidos por sospechosos, miles de testigos declaraban a diario. Meses más tarde se descubrió que el crimen había tenido un origen casual. Una gran casa comercial, proveedora de explosivos, resultó, sin intención, ser la causante del siniestro, por imperdonable descuido.

El ingenio del escritor al narrar este suceso ocurrido en el emblemático y simbólico distrito financiero norteamericano y sus causas sociales y económicas y además, perpetrado por “uno de esos golpes de odio social que sólo podía ser capaces los exaltados, sin respeto a las leyes ni humanas

ni divinas”, un “acto extremista”. No podemos dejar de pensar en la anticipación, con todas las reservas y diferencias que merece el acto ficcionalizado con en el mundo real, de relacionarlo con el atentado a los Torres Gemelas, del 11 de septiembre de 2001, en el famoso distrito corazón de las finanzas del imperio. Sucesos perpetrados, también, por “terroristas”, “sin ley”, “sin dios”. Ambos acontecimiento se asemejan en el sentido que el novelista produce una invención verosímil, que tiene por objeto, rebelar el poder simbólico que tiene ese distrito como dominio imperial.

La gran virtud de la novela es desenmascarar las diversas maneras y mecanismo de intervencionismo norteamericano y ponerlos en una forma narrativa, llena de pequeñas historia personales, amorosas, de intrigas políticas, económicas y diplomáticas, donde los personajes confabulan para apoderarse del pequeño país centroamericano. Muchos párrafos y frases son expresión madura y categórica del antiimperialismo profesado en la novela, donde se refiere a los pactos, a empréstitos usureros, a intrigas políticas para separar a los pueblos de la región y a imposición de dictaduras.

Fue alabado por Miguel Ángel Asturias premio Nobel, el 4 de julio de 1928, en una nota crítica en la que comentaba: “*La sombra de la Casa Blanca*, como todo lo que se relaciona con la política expansionista de Norteamérica, el que lee esta novela siente que asiste a la comisión de un crimen.”

A MODO DE CONCLUSIÓN

Edward Said, propone que para entender determinadas obras antiimperialistas parece indispensable, primero, leerlas como productos de la imaginación creadora e interpretativa y luego analizarlas, dentro de las relaciones entre cultura e imperio. A estas alturas sugiere que es posible desprendernos de las visiones de las que los escritores están determinados por la ideología, la clase o la historia económica, pero sí que pertenecen, en gran medida, a la historia de sus sociedades y que son modelados, a la vez que modelan, tal historia y experiencia histórica.¹

El vocabulario de la cultura imperialista clásica está cuajada de palabras y conceptos como *inferior*, *razas sometidas*, *pueblos subordinados*, *dependencia*, *expansión* y *autoridad*. A partir de las experiencias imperiales, las nociones acerca de la cultura fueron clarificadas, reforzadas o rechazadas.²² Si observamos con detenimiento la evolución y las percepciones de estas palabras en el lenguaje de las narrativas que estudiamos, se aprecian los

cambios, las variaciones, los énfasis, deslices o matices. Es por ello necesario pensar estas variaciones a partir de un concepto flexible de antiimperialismo, que nos permita adentrarnos en su propia historicidad y no imponer, desde fuera o desde otro lugar, su conceptualización. La creación literaria de Soto Hall, las novelas y el ensayo antiimperialistas, ilustran dos momentos claves de la experiencia histórica imperialista: el primero de fines del siglo XIX y el segundo de los primeros treinta años del siglo XX. Un incipiente antiimperialismo que se comienza a fijar en la novela decimonónica *El problema*, aceptando que es la primera representación narrativa, ficcional, que alerta de los peligros de la absorción de una nación constituida por una raza superior y la permeabilidad de otra inferior, se nos presenta el marco donde opera esta primera narrativa. No se trata de una conceptualización de dicho fenómeno. El propio concepto imperialismo y su otro lado, el antiimperialismo, aún no pertenecían al contexto lingüístico de la época. Hubo que esperar unos cuantos años más para avanzar en esta última dirección. Por ello se puede explicar, también, la evolución en el uso de estas últimas nociones en su ensayo *Nicaragua y el imperialismo norteamericano* de 1928 y en la novela *La sombra de la Casa Blanca*, donde la enunciación es más coherente y sistemática, motivada por las modulaciones de la experiencia imperial en nuestros países.

No debemos perder de vista o dejar de lado el contexto nacional e internacional de estas representaciones literarias de los hombres de negocios, de los banqueros, los diplomáticos o los políticos y centrarnos, únicamente, en la coherencia interna de los personajes en el texto. Ello supondría no captar una de las conexiones esenciales entre las obras de ficción y su mundo histórico. Las obras de arte, a causa de su *mundanidad*, a causa de sus complejas vinculaciones con su contexto real, se vuelven más interesantes y más valiosas. En resumidas cuentas, si bien es cierto que debemos avanzar en estos corpus narrativos antiimperialistas, se hace necesario adelantar en las indagaciones narrativas imperiales y con ello, ir completando el complejo panorama de las relaciones entre imperialismo y cultura en nuestro continente.

NOTAS

- * Este trabajo fue presentado en el “Seminario Historia Intelectual” que se desarrolla en el Colegio de México, el 15 de junio de 2009. Agradezco al Dr. Carlos Marichal y a la Dra. Alexandra Pita, Director y Coordinadora del Seminario por la invitación para presentar y discutir el texto, mucho debo a esa reunión, los comentarios, las preguntas y divergencias

manifestadas por los seminaristas e invitados me permitieron precisar y corregir algunos de mis puntos de vista. En el Dr. Juan Durán Luzio tengo un interlocutor privilegiado para mí. Siempre dispuesto a escucharme y a darme consejos y pista para mejor leer y comprender los textos literarios, antes de escribir estas líneas conversamos largo y en profundidad sobre el tema. Agradezco a mi colega y alumna avanzada Lic. Marybel Soto por la revisión formal del texto.

¹Myers, Jorge. "Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX", en *Historia de los intelectuales en América Latina* (director Carlos Altamirano) Katz, Buenos Aires, 2008, p. 29.

²Queda por investigar pausadamente la producción literaria de Soto Hall, durante casi tres décadas que separan su primera novela antiimperialista y la segunda, el proceso de cambio ideológico que fue sufriendo muy allegado a su estancia en la Argentina a partir de 1920, y su incorporación inmediata a la empresa periodística La Prensa, muy probablemente en ese diario podríamos encontrar algunas pistas de esa evolución. Lo cierto es que durante los primeros veinte años del siglo XX, su creación fluctuó entre la producción literaria, y el ensayo histórico sin muestra visible de producciones antiimperialistas. Esto último pertenece a la década siguiente, una novela, un ensayo y una obra teatro dedicada a Sandino.

³Oscar Terán se refirió a las corrientes espiritualistas de principios del siglo XX, precursoras de las actuales nociones de antiimperialismo y analizó las maneras en que autores como Rodó y Darío conceptualizaron la influencia norteamericana en América Latina. Nos sugiere variadas preguntas sobre una categoría que, aunque escasamente elaborada en la reflexión académica, ha sido particularmente relevante en la dinámica política del siglo XX latinoamericano entre nación e imperio en cada momento histórico... Ald, Marchesi. "Imaginación política del imperialismo". <http://www.tau.ac.il/~index.php?option> p. 1.

⁴Francisco Albizúrez y Catalina, Barrios, *Historia de la literatura guatemalteca* II. Editorial Universidad de Guatemala, Guatemala, p. 55

⁵Los datos biográficos han sido tomados de una documentada secuencia realizada por Iván Molina en su artículo *El escritor guatemalteco Máximo Soto Hall y los problemas de su novela El problema (1899)* sobre todo lo referente a los años anteriores de su partida a Buenos Aires, p. 204-222.

⁶Iván Molina. *La estela de la pluma; cultura impresa e intelectuales en Centroamérica durante el siglo XIX y XX*. Heredia, EUNA, 2004, y Álvaro Quesada, "El problema en el contexto costarricense", *El problema*. San José ECR, 1992, pp. 1-45; Verónica Ríos Quesada, "El impacto de la publicación", en *Revista Istmo* (en línea) San José, 2004, 04, Julio-diciembre pp. 1-18.

⁷Cesar Borja, En Iván Molina y Verónica Ríos. "La primera polémica que provocó El problema, novela del escritor guatemalteco Máximo Soto Hall. Una contribución documental" *Revista Istmo*. (en línea 2002,03) enero-julio p. 18.

⁸Roger, Chartier, *Pluma de ganso, libro de letras, ojo viajero*. Universidad Iberoamericana. México, 1997. pp. 24-25.

⁹Iván Molina y Verónica Ríos Quesada, Ob., Cit., p. 9.

¹⁰Oscar Terán, *El Ariel de Rodó*, p. 1. Saldrá próximamente de manera póstuma, me fue facilitado por la doctora Liliana Weinberg.

¹¹Ambos autores tienen contribuciones de primer orden en el estudio de la literatura costarricense e hispanoamericana. Álvaro Quesada se había pronunciado sobre la novela en 1984, en un artículo titulado *El problema. Primera novela antiimperialista*, y Durán Luzio lo hizo un año más tarde, en 1985, en *Estados Unidos versus Hispanoamérica: en torno a la novela del 98. Soto Hall*, aparecido en la revista de Casa de las Américas.

¹²Álvaro, Quesada, "El problema en el contexto costarricense", *El problema*, San José, EUCR, 1992, p. 13.

¹³Ibid..

¹⁴Ibid.,

- ¹⁵ Luis Suárez. *Un siglo de terror en América Latina*. La Habana, Ocean Sur, 2006. pp. 34-40.
- ¹⁶ María ANDUEZA. “Los hijos de Ariel” en *Cuadernos Americanos*, 2001, 85, enero febrero, p. 39.
- ¹⁷ Álvaro Quesada, Ob., Cit., p. 14.
- ¹⁸ Rodrigo Quesada, “El problema del imperialismo en máximo Soto Hall”. Revista Letras, 25-26, 1998,” 45. Universidad Nacional, Heredia Costa Rica, p45
- ¹⁹ *Ibid.*,
- ²⁰ *Ibid.*,
- ²¹ Juan José, Arévalo, *La Argentina que yo viví 1927-1944*. México, Costa-Amic Editor. 1974 p. 37.
- ²² *Ibid.*,
- ²³ Máximo, *Soto Hall, Nicaragua y el imperialismo norteamericano*, Artes y letras editorial, Buenos Aires , 1929. p. 130.
- ²⁴ REAL DE AZÚA, “Ante el imperialismo, colonialismo y neocolonialismo” en *América Latina en sus ideas*. (coord. Leopoldo Zea) Siglo XXI, México, 1986, pp. 274-275.
- ²⁵ Es necesario emprender un estudio profundo sobre Soto Hall en la Argentina, pues posiblemente arrojaría nuevos datos y revelaciones sobre su actividad periodística e intelectual en esa nación. Allí se le publicaron varios de sus libros y fue un redactor de crónicas y ensayos periodístico totalmente desconocido por la crítica literaria e histórica hasta el momento, es por ello que nuestras observaciones sobre el autor y su obra deben considerarse provisionarias y parciales.
- ²⁶ Pablo, Valle, “El puente y La sombra, dos novelas ¿antiimperialistas?” (en Línea) sin año, p. 12.
- ²⁷ Miguel Ángel Asturias, “La sobra de la Casa Blanca por Máximo Soto Hall”. *París 1924-1933 periodismo y creación literaria*. España, colección Archivos 1988, p. 2.
- ²⁸ Edward, Said, *Cultura e imperialismo*, Barcelona, Anagrama, 1996, p. 26.
- ²⁹ *Ibid.*,

BIBLIOGRAFÍA

ALBIZÚREZ Palma Francisco y Catalina BARRIOS

Historia de la literatura guatemalteca, t II, Guatemala, Editorial Universidad de Guatemala, 1999.

ALTAMIRANO, Carlos. *La ciudad letrada: de la conquista al modernismo*, Buenos Aires, Katz, 2008.

ANDUEZA, María. “Los hijos de Ariel”, en *Cuadernos Americanos*, núm. 85, enero-febrero, 2001.

ARÉVALO, Juan José. *La Argentina que yo viví 1927-1944*, México, B. Costa-Amic Editor, 1974.

ASTURIAS, Miguel Ángel. “La sobra de la Casa Blanca por máximo Soto Hall”, *París 1924-1933 Periodismo y creación literaria*, España, Colección archivos 1988.

BORJA, César. “Carta” La República, 21 de septiembre de 1899, en MOLINA y RÍOS, 2002.

CHARTIER, Roger. *Pluma de ganso, libro de letras, ojo viajero*, Universidad Iberoamericana, México, 1997.

DURÁN LUZIO, Juan. “Estados Unidos versus Hispanoamérica: en torno a la novela del 98”, en SOTO HALL, 1992.

MARCHESI, Aldo. “Imaginación política del imperialismo: intelectuales y política en el Cono Sur a fines de los sesenta”. <http://www.tau.ac.il/index.php?option>

MOLINA, Iván. *La estela de la pluma: cultura impresa e intelectuales en Centroamérica durante los siglos XIX y XX*, Heredia, Editorial Universidad Nacional, 2004.

MOLINA, Iván y Verónica RÍOS. “La primera polémica que provocó El problema, novela del escritor guatemalteco Máximo Soto Hall. Una contribución documental”, en *Revista Istmo*, [en línea], núm. 03, enero-junio, 2002.

MYERS, Jorge. “Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX”, en ALTAMIRANO, 2008.

REAL DE AZÚA, Carlos. “Ante el imperialismo, colonialismo y neocolonialismo”, en ZEA, 1986.

RÍOS QUESADA, Verónica. “El impacto de la publicación de la novela *El problema* de Soto Hall en la Costa Rica de 1899”, en *Revista Istmo*, [en línea], núm. 4, julio-diciembre, 2004.

QUESADA, Álvaro. “*El problema* en el contexto costarricense”, en SOTO HALL, 1992.

QUESADA MONGE, Rodrigo. “*El problema* del imperialismo en Máximo Soto Hall”, en *Revista Letras*, 25-26 (1998).

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*, Barcelona, Anagrama, 1996.

SOTO HALL, Máximo. *El problema*, San José, Editorial Universidad de Costa Rica, 1992.

La sombra de la Casa Blanca, Buenos Aires, El Ateneo, 1927.

Nicaragua y el imperialismo norteamericano, Buenos Aires, Artes y letras editorial, 1928.

SUÁREZ, Luis. *Un siglo de terror en América Latina*, La Habana, Ocean Sur, 2006.

TERÁN Oscar. *El Ariel de Rodó o cómo entrar en la modernidad sin perder el alma*. Inédito.

VALLE, Pablo. “El puente y La sombra de la Casa Blanca, dos novelas ¿antiimperialista? De Máximo Soto Hall, El línea, s/a.

ZEA, Leopoldo (coord.). *América latina en sus ideas*. México, Siglo XXI, 1986.

RESUMEN:

El presente artículo indaga sobre la producción literaria antiimperialista del escritor guatemalteco Máximo Soto Hall, en dos novelas: la primera de ellas, *El problema*, publicada en 1899; la segunda, *A la sombra de la casa blanca*, aparecida en 1927; y en su ensayo, *La intervención norteamericana en Nicaragua*, de 1928. En este estudio se pretende mostrar que esta obra literaria esta permeada por una preocupación permanente, sistemática y reflexiva en torno al tema de la relación de los países latinoamericanos con la nueva potencia estadounidense que surge a finales del siglo XIX y que se consolida, de manera decisiva, a comienzos del siglo XX con repercusiones muy visibles en la historia, la economía, política y cultura de nuestros países. Cuando la información documental lo permitía se intentó trazar aspectos relacionados con la materialidad de los textos y los ámbitos de circulación y recepción de los mismos.

Palabras claves: Imperialismo – Antiimperialismo – cultura.

ABSTRACT

This article inquires into the anti-imperialist literary production of Guatemalan writer Maximo Soto Hall. It focuses in two novels and one essay; *El Problema*, (The Problem), published in 1899, *A la sombra de la Casa Blanca*, (To the Shadow of the White House), published in 1927 and, his essay of 1928, *La intervención norteamericana en Nicaragua* (U.S. Interventions in Nicaragua). It is sought to demonstrate that a constant, systematic and insightful concern about the Latin American countries relationship with the US as emerging power spreads through Soto Hall's literary works. The decisive consolidation of the US as a power in the early years of the 20th Century had noticeable repercussion in history, economics, politics and culture for Latin American countries. As long as it was allowed by the documentary source, it was sought to trace those issues regarding the materiality circulation and receiving of the texts analyzed.

Keywords: Imperialism – Anti-imperialism – culture.

Corredor Biológico Mesoamericano: ¿Un ejemplo de Integración Regional para América Latina?

Oscar Barboza Lizano¹

RESUMO:

Escrevemos este trabalho para localizar uma interpretação nas diferentes teorias de integração, para ser capaz de definir se o corredor biológico mesoamericano é uma iniciativa de integração regional na América Latina e que tipo de integração se desenvolve. Para tal foram estudados processos e as diferentes instituições envolvidas na sua fundação e organização. Além disso, é feita uma análise do ponto de vista da conservação e utilização dos recursos naturais, culturais e comerciais da região mesoamericana e sua possível autogestão através desses programas. O corredor biológico mesoamericano é uma agenda política, que foi assinada por oito países, que define um sistema de uso da terra de planejamento, para fornecer bens e serviços; onde países subscritas o programa têm uma identidade comum e fronteiras entre países são constantemente associado com fatores físicos, bióticos e social; e cuja noção de regionalização, nomeadamente em matéria de integração, remete para os processos de conexão, por factores económicos, convergência política, investimentos, comércio ou património cultural. Palavras-chaves: Integração -Corredor Biológico - América Latina.

El programa del Corredor Biológico Mesoamericano, nace en el seno de la década de los años 90, donde se dan notables avances en los procesos de integración. El 12 de Julio de 1997, se dio la XIX reunión ordinaria de Presidentes Centroamericanos y República de Panamá, bajo el Sistema de Integración Centro América (SICA) y en el marco del cumplimiento de los compromisos ambientales de la Alianza Centroamericana para el Desarrollo Sostenible (ALIDES), se resolvió acoger la Propuesta del Consejo Centroamericano de Áreas Protegidas (CCAP) y la Comisión Centroamericana de Ambiente y Desarrollo (CCAD), para la implementación del programa del Corredor Biológico Mesoamericano (CBM). Además se asumen los compromisos respectivos y estratégicos para los Gobiernos de Costa Rica, Honduras, Panamá, Salvador, Guatemala y Nicaragua²; posteriormente se incluyen los estados del Sureste Mexicano y Belice.³

En el presente trabajo se pretende develar el carácter de integración del Corredor Biológico Mesoamericano, estipulado y mencionado por algunos autores en varios artículos encontrados, los cuales han sido parte del análisis e investigación bibliográfica realizada para el mismo, además se compararán conceptos desarrollados por los autores con definiciones de “integración” de las lecturas de algunos teóricos del tema: Integración Regional de América Latina. Así mismo, se utilizarán definiciones encontradas para tal efecto por otros autores, además las apreciaciones personales sobre lo que implica el concepto integración. Para lo cual se cuestiona: ¿es el Corredor Biológico Mesoamericano un programa de integración regional?

Por lo tanto, en primera instancia se definirá el concepto de integración, según diferentes autores. Delgado Rojas define que:

“la teoría de la integración es una disciplina relativamente nueva en América Latina y no se la ha tomado en serio en círculos políticos, ni en el ambiente intelectual, a pesar de que se avanzan en valiosos procesos. En esta región no hay importantes cátedras de derecho comunitario y son pocos los esfuerzos académicos para diferenciarlo del derecho internacional”⁴.

A pesar de su novedad, existen avances, interpretaciones y reflexiones que a la luz de la experiencia europea, han generado debates cuando se analizan los esfuerzos de encuentro y negociación en el continente americano.

Según la doctrina de la integración, este concepto significa la extensión del ámbito multinacional y su tesis es que “alcanzar el desarrollo económico sería imposible sin la industrialización”⁵. Es así como se establecen los intentos de una base teórica para la doctrina de la integración latinoamericana, muchas veces chocando con los intentos de integración de países subdesarrollados, basados en las teorías clásicas del comercio internacional nacidas en los centros industriales⁶ y que presentan diversas formas, como lo son zonas de libre comercio, uniones aduaneras, mercados comunes, unión económica e integración económica.⁷

Con el término “integración” hacemos referencia a acuerdos entre Estados nacionales que en su negociación y definición suscriben, libre, consciente y voluntariamente, compromisos para profundizar su interdependencia⁸. Desde el inicio del proceso se da transferencia de parcelas de soberanía formal y tradicional. Los Estados pactan productos foráneos,

que se asumen como nacionales, en la zona de libre comercio, donde existe un trato común arancelario en la unión Aduanera, definiciones migratorias de personas, insumos, materias primas o capitales en el mercado común, y una armonización de políticas en la unión económica.⁹

En el lenguaje cotidiano “integración” denota el agrupamiento “entre partes de un todo”¹⁰, para Gunnar Myrdal se puede considerar la integración como un proceso social que destruye barreras económicas y sociales. Sin embargo no solo abarca la integración internacional, si no que también la integración nacional.¹¹

La integración se usa también como referencia para designar la combinación de economías separadas, definidas al menos en tres tipos: nacional, regional o mundial.¹²

Erich Schnaider considera que existen formas de integración intermedias entre la integración total y el aislamiento más rígido, por lo cual, menciona que existen grados variables de integración económica.¹³ Además Kindleberg y Myrdal incluyen los procesos sociales en el concepto de integración económica, pero a pesar de estas posiciones, Balasa, cree que no es necesario incluir la integración social en la definición de “integración” que desarrolla.¹⁴

En los momentos de creación del Mercado común europeo el término “integración” significaba unificación política, unificación económica, cooperación económica y política, además de un intercambio más libre para diferentes grupos de personas¹⁵. El concepto de integración, puede ser entonces desmembrado en “integración económica (formación de una economía transnacional), integración social, (formación de una sociedad transnacional), e integración política (formación de una interdependencia política transnacional)”.¹⁶

Según Balasa, hay que distinguir integración de cooperación, cuya diferencia es tanto cuantitativa y cualitativa. Cooperación, incluye medidas destinadas armonizar las políticas económicas y disminuir la discriminación. Los grados variables de integración, en su conjunto nos llevan a la integración económica total, que requiere de una autoridad supranacional, cuyas decisiones deben ser acatadas por los estados miembros. Por lo tanto la coordinación de una política económica supone la renuncia de la soberanía a favor de la organización internacional.¹⁷

Para efectos interpretativos se puede definir “integración” como lo ha mencionado el Dr. Delgado Rojas: como el resultado de acuerdos

entre actores estatales sobre la base de prácticas sociales, económicas o culturales de diferentes sujetos. No se limita a las primeras etapas de la integración de la teoría clásica, sino que es un proceso de generación de interdependencias. La integración supone voluntades y acuerdos con perspectiva supranacional, que activan o afectan el intercambio de bienes, servicios, factores productivos y la vida jurídica de la sociedad; y presupone la existencia del estado-nación. La supranacionalidad no puede ser vista como un accidente de la integración, sino como su propia naturaleza, en tanto que el estado-nación es su precondition.

Durante la década de los noventa se desató la euforia integracionista en el continente americano, incluso el economista Guerra-Borges menciona que: “el fantasma de la integración recorre América Latina.”¹⁸ Esta década se caracterizó por una leve mejoría en los niveles de desarrollo humano y una nueva ronda de integración institucional en Centroamérica, como lo fue la creación de nuevas instituciones en el área ambiental, por ejemplo la Comisión Centroamericana de Ambiente y Desarrollo (CCAD), que dio origen a los Convenios Centroamericanos de Bosques y de Áreas Protegidas, y el Centro para la Prevención de Desastres Naturales de Centroamérica (CEPRENAC).¹⁹ Además, se constituyó la estrategia regional de desarrollo sostenible en la Alianza para el Desarrollo Sostenible (ALIDES), cuyo objetivo fundamental se centra en el mejoramiento de la calidad de vida de los centroamericanos, en un marco integral para lograr la sostenibilidad política, económica, social y ambiental de la región. En 1992, los Presidentes de Centroamérica, establecieron como prioritario, el Convenio regional de conservación de la biodiversidad y protección de las áreas de vida silvestre. Así, se creó el Consejo Centroamericano de Áreas Protegidas (CCAP), integrado por los Directores de los Servicios de Áreas Protegidas de cada país.²⁰

Para finales de 1993, se constituyó el Convenio regional de conservación de los bosques. Para 1998 la Dirección General de Medio Ambiente del Sistema de Integración Centroamericano (DGMA-SICA) preparó el Plan Ambiental para Centroamérica (PARCA). Las áreas temáticas claves para su gestión internacional son: Cambio Climático y Desarrollo de Mecanismos Limpios; Convenio sobre la Diversidad Biológica; Convenciones RAMSAR y CITES; Comercio Internacional; Medio Ambiente y Competitividad Regional; Cooperación Política Financiera y Técnica en Materia Ambiental; y por último, el Convenio de Basilea.²¹

El Corredor Biológico Mesoamericano (CBM) es una agenda política, determinada por la visión de bien común de los diferentes países que

conforman la iniciativa (los siete países de América Central y México que se sumó posteriormente). La agenda fue firmada como una iniciativa oficial en 1997, durante la Cumbre de Presidentes.

Dicha declaración define que:

“el CBM es un sistema de ordenación territorial compuesta por áreas naturales protegidas de diferentes categorías de manejo más sus interconexiones, organizado y consolidado para brindar un conjunto de bienes y servicios ambientales, tanto a la sociedad centroamericana como mundial, proporcionando los espacios de concertación social para promover la inversión en la conservación y el uso sostenido de los recursos que posee”²²

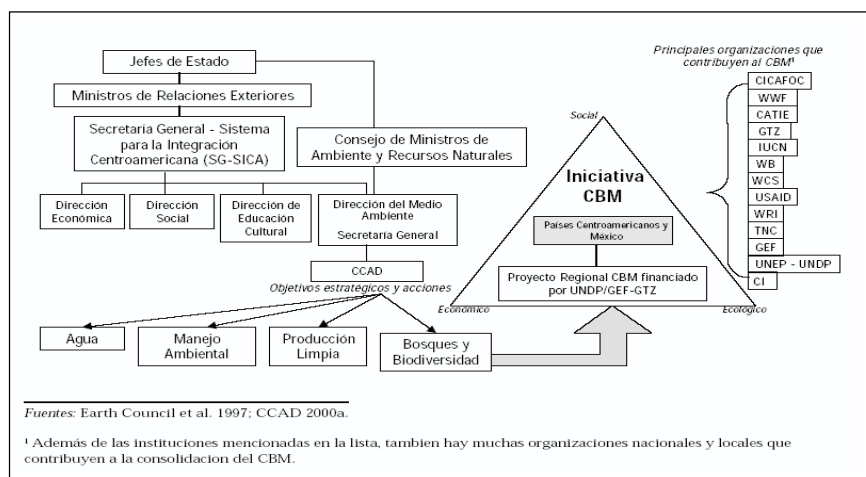
Tres proyectos regionales componían la estrategia continental: el Proyecto Paseo Pantera que alude a la “integración ecológica continental”²³ ejecutado desde la Caribbean Conservation Corporation y la Wildlife Conservation Society; el de Parks in Peril de The Nature Conservancy y Care Internacional; y el Wildlands Project: integración de corredores biológicos en Norteamérica. El Paseo Pantera, según su documento base producido por la Agencia de Cooperación Estadounidense para el Desarrollo Internacional (USAID), ya consideraba la vinculación de Norteamérica, por medio del Wildlands Project, al denominado Corredor Biológico Mesoamericano (CBM) y a un corredor similar en el Cono Sur.²⁴

En México, el CBM cubre cuatro estados: Campeche, Yucatán, Quintana Roo y Chiapas, en los cuales se encuentra las zonas de bosque húmedo de Tehuantepec y Yucatán, los bosques secos de Yucatán, los humedales de Quintana Roo y las selvas nebulosas de Chiapas (éstas corresponden solo al 1% del territorio nacional y concentra el 10% de la diversidad floral del país). El CBM integra todo Centroamérica: “se extiende sobre 102 millones de hectáreas donde habitan 64 millones de personas de las cuales casi la mitad vive en el campo, alrededor del 40% trabaja en la agricultura y 18% es indígena, cifra que para el caso de la región de México llega a 39%. Pero la más destacable y **compartida señal de identidad** es que **más del 60% de los mesoamericanos son pobres**, en medio de una alucinante riqueza biológica: 1.797 especies de mamíferos, 4.153 de aves, 1.882 de reptiles, 944 de anfibios, 1.132 de peces, 75.861 de plantas e incontables microorganismos figuran en el opulento Corredor Biológico”²⁵

Según el Protocolo de Tegucigalpa en sus artículos 12, 13, 14 y 15, se declara a la reunión de Presidentes Centroamericanos como el Órgano Supremo del SICA. El artículo 4 del Reglamento de los actos Normativos del SICA establece las funciones que le atribuye el artículo 15 del protocolo de Tegucigalpa a la reunión de presidentes, entre las cuales esta: “emitirá declaraciones y adoptará Acuerdos, Decisiones y Resoluciones.” El artículo 8 define las resoluciones como “actos obligatorios para los estados mediante los cuales la reunión de presidentes resuelve asuntos relativos a la política e integración regional.”²⁶

La estructura Institucional de la Iniciativa del CBM, se presenta en la figura siguiente:

Figura 1. Estructura Institucional CBM



Como se aprecia en la figura 1, los Jefes de Estado toman decisiones que se transfieren al Consejo de Ministros de Ambiente y Recursos Naturales, y a su vez se incorporan, como ejes transversales o de forma horizontal, en la Dirección de Economía, Dirección Social, Dirección de Educación Cultural y Dirección del Medio Ambiente; hasta alcanzar la Comisión Centroamericana de Ambiente y Desarrollo (CCAD), todas antes de la Secretaría General (SG-SICA).

Son órganos del SICA, La Reunión de Presidentes, el Parlamento Centroamericano, la Corte Centroamericana de Justicia, la Reunión de

Vice-Presidentes, el Consejo de Ministros, el Comité Ejecutivo, la Secretaría General, las Secretarías Generales de los Sub-Sistema -social, Educativo - Cultural y Económico, las Secretarías y Direcciones Ejecutivas especializadas y el Comité Consultivo.²⁷ La responsabilidad de la coordinación y planificación se le designó a la CCAD²⁸, con objetivos estratégicos y acciones en cuatro ejes que conforman la Iniciativa CBM,

El Proceso de Integración Centroamericana se ha desarrollado en múltiples planos de cooperación e importantes áreas de integración, solo para la iniciativa del CBM, se invirtieron directamente más de \$100 millones de dólares para colaborar en la protección de sus valiosos recursos y se estima que se han invertido otros \$500 millones de dólares en áreas estrechamente relacionadas²⁹.

La regionalización es el término que ha tomado la economía, de la geografía, y que define por regiones, a unidades especiales cuya existencia está limitada por la presencia simultánea de factores físicos, bióticos y sociales; asociados a la ocupación de la tierra por el hombre. Esta es la noción de región económica, que a su vez es la interacción de naturaleza-sociedad.³⁰ La noción de regionalización, en particular sobre integración, hace referencia a procesos de vinculación de países, que forman parte de una región geográfica o pertenezcan a otras, a pesar de que el sentido de regionalización es el resultado de factores próximos, tales como económicos, de inversiones, comercio, herencia cultural o convergencia políticas.³¹

La región Mesoamericana abarca 786 990 Km², donde se alberga alrededor del 7% de la biodiversidad del mundo, con solo el 0,5% de superficie del planeta, así mismo el arrecife mesoamericano alcanza los 1600 Km., lo cual lo hace el segundo sistema de arrecife coralino más grande del mundo y el primero del continente americano, además contiene el 8% de los bosques de manglar del planeta.³²

El enfoque del Corredor Biológico Mesoamericano se ha venido sustentando en la idea de que los seres humanos tienen derecho al uso de los recursos de la biodiversidad para lograr un nivel de vida adecuado, y promete ser un proceso fundamentado en los principios de equidad y justicia, de enfoque de género, de respeto a la diversidad cultural y a la sostenibilidad ambiental en el largo plazo. La prioridad de la región mesoamericana es la vinculación integral de los asuntos biológicos, sociales, culturales y económicos³³.

La propuesta integral del CBM abarca 321,103 km², donde el 48.7% son áreas protegidas declaradas con respaldo legal, el 3.9% del territorio lo

representan áreas protegidas propuestas y el 47.4% son áreas de interconexión (donde además de desarrollarse actividades agropecuarias y forestales, ya se están desarrollando servidumbres ecológicas u otras formas de conservación en tierras privadas). Este mismo análisis plantea que la propuesta actual del CBM podría conservar 10 eco regiones en estado crítico, que representan el 7% de la superficie del corredor, del cual gran parte está en la vertiente del Pacífico, 8 eco regiones en peligro con el 28% de la superficie (Osa en Costa Rica y el Petén en Guatemala), 4 en estado vulnerable que representa el 53% de la superficie, mucha de la cual está en la vertiente del Caribe y, 8 eco regiones en estado relativamente estable con el 12% (que básicamente representan algunas zonas en el Parque Internacional La Amistad y el tapón del Darién³⁴

La regionalización de un nuevo tipo de figura, como lo es el CBM, presenta ciertas peculiaridades, como la formación proto estatal para la región del CBM, y comienza a desplazar aquella en que el Estado-Nación ejerce la administración del territorio, por lo cual se observan las siguientes características: a- El CBM representa un ensayo de integración supranacional de las regiones, centrado fundamental y exclusivamente en la administración de los recursos, b- Implica la conformación de instancias encargadas de la gestión y control de la región, constituyendo un nivel que trasciende a los estados-nación, y consiste en la creación de organismos rectores y coordinación multinacional para dirigir la gestión y explotación del territorio, c- Se definen políticas de “ordenamiento ambiental” y condicionamientos jurídicos de alcance supranacional para toda la región desde el sur de México hasta Colombia, d- Se perfila la intervención ejecutiva y directa de organismos financieros internacionales, e- El manejo regional se basa en planes de orden supranacional para la explotación de los recursos, f- Se promueve una integración territorial y una regionalización centrada en el aprovechamiento privado de los recursos.³⁵

Estos elementos nos redefinen las fronteras que se configuran y empieza a definirse a partir de los márgenes del corredor, dándole una nueva funcionalidad neoeconómica y geopolítica a la región. En el caso de la región Mesoamericana se prepara una reorganización e integración regional pretendidamente post nacional, para explotación supranacional de los recursos ambientales.³⁶

Algo similar sucede en los países del sureste asiático, donde se da una integración regional inducida por la combinación de mercado y de factores no económicos, conocida como: “*integración de facto*”³⁷.

El éxito de la iniciativa se dará mientras en los diferentes países de Centroamérica, se establezcan mecanismos de participación ciudadana: a nivel de consejos consultivos de áreas de conservación, o de comités de dirección de áreas individuales.

CONCLUSIONES

La complejidad del establecimiento del concepto de “integración”, nos puede llevar a concluir erróneamente que el Corredor Biológico Mesoamericano, no es un programa de integración. Pues la mayoría de teóricos clásicos de la integración se basan en la definición de integración económica, e incluso se le aplica a la definición de región, la cual ya no es geográfica si no la tomada por los economistas. Por lo que parece ser que la mayoría de los estudiosos de la integración, se basan en la definición que desarrolla Balasa y Wionczek entre otros más, donde la integración económica se divide en: la zona de libre comercio, la existencia de un trato común arancelario en la unión Aduanera, definiciones migratorias de personas, insumos, materias primas o capitales en el mercado común, y una armonización de políticas en la unión económica.

Además debido a la diferencia entre integración y cooperación, el Corredor Biológico Mesoamericano no sería un ejemplo de integración.

Sin embargo, en la definición interpretativa de integración nos dice que es: “el resultado de acuerdos entre actores estatales sobre la base de prácticas sociales, económicas o culturales de diferentes sujetos.” Por lo cual se dan casos de integración regional inducida por factores no económicos, como es el caso de los países del sureste asiático.

El CBM es una agenda política, suscrita por 8 países, que define un sistema de ordenamiento territorial, para dar bienes y servicios ambientales; donde los países suscritos al programa poseen una identidad compartida y los límites entre los países están constantemente asociados a factores físicos, bióticos y sociales; y cuya noción de regionalización en particular sobre integración, hace referencia a los procesos de vinculación, por factores económicos, convergencia política, **inversión, comercio o herencia cultural**. Así pues se ha venido sustentando en la idea de que los seres humanos tienen derecho al uso de los recursos de la biodiversidad para lograr un nivel de vida adecuado, y promete ser un proceso fundamentado en los principios de equidad y justicia, de enfoque de género, de respeto a la diversidad cultural, y cuya prioridad es la vinculación integral de los asuntos biológicos, culturales, sociales y económicos.

Por lo tanto se puede considerar que es una regionalización e integración de nuevo tipo, con las características definidas por Jesús Machuca. Por otra parte la institucionalidad que sea ha formado alrededor o más bien a la que se ha sometido la iniciativa del CBM, surge de la resolución de los jefes de estado, por lo cual se podría deducir que tiene un carácter supranacional, ya que los países miembros del programa han creado y se han sometido a la iniciativa, fundando dentro de los estados nacionales zonas que son parte del CBM, y que se le han designado como corredores biológicos mesoamericanos de México, Nicaragua, Guatemala, etc.

Además el programa CBM se encuentra en el Marco del Sistema de Integración Centroamericana que posee instituciones de integración y utiliza como referente para su administración el Consejo de Ministros de Ambiente y Recursos Naturales, pero al mismo tiempo se vincula con aspectos económicos, sociales y educativos-culturales, por medio de las Direcciones presentes en el SICA.

Debido a que Balasa destaca la importancia de diferenciar integración de cooperación, es importante destacar que el proceso de integración en Centroamérica se ha fundado gracias a planes de cooperación, para lo cual el CBM, no es la excepción. Sin embargo se ha planteado y desarrollado de forma tal, que va más allá de la armonización de políticas económicas y disminución de la discriminación, por lo cual se puede considerar un proceso de integración.

Dado este sustento podríamos hablar de una integración de *facto*, como la que presentan los países del sureste asiáticos. A pesar de esto no se puede afirmar que el CBM es un programa de integración total, como lo hace Machuca, dado que este autor posee carencias en el manejo y definición de los conceptos de integración, ya que olvida una regla básica: “no todo proceso de integración es supranacional” y él asume como si lo fuese. Debido a esto surge la necesidad de profundizar más allá de la teoría clásica de integración y llegar a un acuerdo entre los teóricos de la “integración” para proponer un nuevo concepto o diferentes grados de integración.

Lo que sí hay se debe destacar es que el CBM es una iniciativa novedosa en un proceso de integración Latinoamericana, ya que intenta integrar a México con América Central. Además es una región muy rica en recursos naturales y como bien lo mencionan muchos autores el Corredor Biológico Mesoamericano opera en el mismo espacio geográfico que el Plan Puebla Panamá (PPP) hoy llamado Plan Mérida y debe ser visto como más que un proyecto que compone la versión verde del PPP, y que además propicia el

saqueo acordado e incluso parcialmente financiado y llevado a cabo por la élite capitalista de los propios estados nacionales periféricos. Además presenta el riesgo de caer en la trampa de dominación para satisfacer el consumo de las grandes metrópolis. Sin embargo lejos de ser pesimista y más bien ubicar la oportunidad, el Corredor Biológico Mesoamericano, así como los programas e iniciativas de integración pueden ser una gran oportunidad para América Latina en el camino de la unión y enfrentar este riesgo constante de enajenación y dominación. Por lo tanto podemos convertirlos en pilares de emancipación y autogestión, luchando para tomar y mantener los espacios de poder y participación, por el bien de nuestra América.

NOTAS

- ¹ Magíster en Estudios Latinoamericanos con énfasis en cultura y Desarrollo, Biólogo tropical.
- ² Tomado de la Resolución de la XIX reunión ordinaria de Presidentes Centroamericanos, en Panamá República de Panamá el 12 de Julio de 1997
- ³ Rojas A. Luís. La iniciativa del Corredor Biológico Mesoamericano y el Proyecto "Establecimiento de un Programa para la Consolidación del corredor biológico Mesoamericano. Logros y lecciones aprendidas en los procesos de Costa Rica.
- ⁴ Delgado Rojas J.2004. El sistema de la Integración Centroamericana y la integración Social: Criterios para su renovación y fortalecimiento y para el redimensionamiento de la participación de la sociedad civil. Confederación Centroamericana de Trabajadores Instituto Centroamericano de Estudios Sociales. 66 Pág. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007 Versión Digital.
- ⁵ Definición de la CEPAL, Mencionada en Wionczek. M.1964. "Condiciones de una integración Viable" Integración de América Latina: Experiencias y perspectivas. Fondo de Cultura económica. México. Pág. xxxi. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007
- ⁶ Wionczek. M.1964. "Condiciones de una integración Viable" Integración de América Latina: Experiencias y perspectivas. Fondo de Cultura económica. México. Pág. xxxi. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007
- ⁷ Balasa .B. 1964. "Hacia una teoría de la integración económica" en Wionczek. M.1964. "Condiciones de una integración Viable" Integración de América Latina: Experiencias y perspectivas. Fondo de Cultura económica. México. Pág. xxxi. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007
- ⁸ Delgado Rojas J.2004. El sistema de la Integración Centroamericana y la integración Social: Criterios para su renovación y fortalecimiento y para el redimensionamiento de la participación de la sociedad civil. Confederación Centroamericana de Trabajadores Instituto Centroamericano de Estudios Sociales.
- ⁹ ídem
- ¹ °Balasa .B. 1964. "Hacia una teoría de la integración económica" en Wionczek. M.1964. "Condiciones de una integración Viable" Integración de América Latina: Experiencias y perspectivas. Fondo de Cultura económica. México. Pág. xxxi. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007

- ¹¹ ídem
- ¹² Saucedo G. J. 2001. "Posibilidades de un estado comunitario hispanoamericano" Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007. Versión Digital.
- ¹³ Balasa .B. 1964. "Hacia una teoría de la integración económica" en Wionczek. M. 1964. "Condiciones de una integración Viable" Integración de América Latina: Experiencias y perspectivas. Fondo de Cultura económica. México. Pág. xxxi. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007
- ¹⁴ ídem
- ¹⁵ Nye Joseph S. 1969 "Integración regional comparada: concepto y medición". En *Revista de la integración. Economía, Política y sociología*, Buenos Aires: BID-INTAL, N° 5, 50-86. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007
- ¹⁶ ídem
- ¹⁷ Balasa .B. 1964. "Hacia una teoría de la integración económica" en Wionczek. M. 1964. "Condiciones de una integración Viable" Integración de América Latina: Experiencias y perspectivas. Fondo de Cultura económica. México. Pág. xxxi. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007
- ¹⁸ Delgado Rojas J. 2005 "Construcción de Supranacionalidades y transferencia de Soberanía en los Procesos de integración Regional" Tesis Doctoral homónima." Doctorado en Filosofía. Sistema de Post Grado, Universidad de Costa Rica. Costa Rica. 325 Pág. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. Versión Digital. 2007
- ¹⁹ USAID. 1995. Documentos relacionados con la Alianza Centroamericana para el Desarrollo Sostenible. USAID-AED. Guatemala. 33. Pág.
- ²⁰ CCAD. 1992. Convenio para la Conservación de la Biodiversidad y Protección de Áreas Silvestres Prioritarias de América Central. UICN-CCAD. 13. Pág.
- ²¹ Godoy Herrera C.J. 2003. "Corredor Biológico Mesoamericano: Iniciativa de Integración regional para promover la conservación del Bosque." XII World Forestry Congreso. Québec. Canadá. 8 Pág. <http://www.fao.org/docrep/article/wfc/xii/ms15-s.htm>
- ²² ídem
- ²³ Boza, Mario. 1994. Biodiversidad y Desarrollo en Mesoamérica: Una estrategia para lograr el desarrollo de Mesoamérica por medio de la conservación de la biodiversidad. Proyecto Paseo Pantera (CCC/WCS)-Proyecto Coseforma/Gtz. 1994.
- ²⁴ Delgado Carlo G. 2002. Delgado, Gian Carlo. 2002. La amenaza biológica. Plaza y Janes. México.
- ²⁵ Bartra, Armando. 2001. "Mesoamerica.com: detrás del PPP", en La Jornada, México .17-6-01
- ²⁶ Reglamento de los actos Normativos del sistema de la integración Centroamericana
- ²⁷ Cuevas Molina .R. Alfaro Rodríguez. M. J. Camacho Rodríguez. C. Delgado Rojas J. 2003. "Integración en Centroamérica-cultural, social, económica y política. Facultad de Filosofía y Letras, IDELA. Programa de impresiones y publicaciones Universidad Nacional
- ²⁸ Millar K. Chang E. Jonson N. 2001. "En busca de un enfoque común para el Corredor Biológico Mesoamericano" World Resources Institute. Ficha de Control Biblioteca del Congreso EE.UU. 62. Pág.
- ²⁹ Rodríguez M. Carlos. 2002 "Una revolución silenciosa en América Central" " La Historia desconocida del Corredor biológico Mesoamericano" Internacional Herald Tribune (13-12-2002)

- ³⁰ Guerra Borges A. 2002. "Globalización e integración latinoamericana". México Siglo XXI. IIE-UNAM y Universidad Rafael Landívar. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007
- ³¹ Idem.
- ³² Millar K. Chang E. Jonson N. 2001. "En busca de un enfoque común para el Corredor Biológico Mesoamericano" World Resources Institute. Ficha de Control Biblioteca del Congreso EE.UU. 62. Pág.
- ³³ Solís Vivinne. Ayalés Ivania. "Corredor e Integración biológica y social mesoamericana" Revista ambientito. <http://www.una.ac.cr/ambi/Ambien-Tico/95/solis.htm>
- ³⁴ Corrales, L. & T. Zúñiga. 2001. Análisis de Representatividad Ecológica del Corredor Biológico Mesoamericano. CBM. Managua, Nicaragua. 10p.
- ³⁵ Machuca A. Jesús. 2005. "Reconfiguración de las fronteras y reestructuración territorial Corredor Biológico Mesoamericano" Revista Alteridades: UAM, México. 15. (30): 61-73.
- ³⁶ ídem.
- ³⁷ Guerra Borges A. 2002. "Globalización e integración latinoamericana". México Siglo XXI. IIE-UNAM y Universidad Rafael Landívar. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007
- ³⁸ Godoy Herrera C.J. 2003. "Corredor Biológico Mesoamericano: Iniciativa de Integración regional para promover la conservación del Bosque." XII World Forestry Congress. Québec. Canada. 8 Pag. <http://www.fao.org/docrep/article/wfc/xii/ms15-s.htm>

BIBLIOGRAFÍA

- Balasa .B. 1964. "Hacia una teoría de la integración económica" en Wionczek. M. 1964. "Condiciones de una integración Viable" Integración de América Latina: Experiencias y perspectivas. Fondo de Cultura económica. México. Pág. xxxi. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007
- Bartra, Armando. 2001. "Mesoamerica.com: detrás del PPP", en La Jornada, México. 17-6-01
- Boza, Mario. 1994. Biodiversidad y Desarrollo en Mesoamérica: Una estrategia para lograr el desarrollo de Mesoamérica por medio de la conservación de la biodiversidad. Proyecto Paseo Pantera (CCC/WCS)-Proyecto Coseforma/Gtz. 1994.
- CCAD. 1992. Convenio para la Conservación de la Biodiversidad y Protección de Áreas Silvestres Prioritarias de América Central. UICN-CCAD. 13. Pág.
- Corrales, L. & T. Zúñiga. 2001. Análisis de Representatividad Ecológica del Corredor Biológico Mesoamericano. CBM. Managua, Nicaragua. 10p.
- Cuevas Molina .R. Alfaro Rodríguez. M. J. Camacho Rodríguez. C. Delgado Rojas J. 2003. "Integración en Centroamérica-cultural, social, económica y política. Facultad de Filosofía y Letras, IDELA. Programa de impresiones y publicaciones Universidad Nacional.

Delgado Carlo G. 2002. Delgado, Gian Carlo. 2002. La amenaza biológica. Plaza y Janes. México.

Delgado Rojas J. 2004. El sistema de la Integración Centroamericana y la integración Social: Criterios para su renovación y fortalecimiento y para el redimensionamiento de la participación de la sociedad civil. Confederación Centroamericana de Trabajadores Instituto Centroamericano de Estudios Sociales. 66 Pág. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007 Versión Digital.

Delgado Rojas J. 2005 “Construcción de Supranacionalidades y transferencia de Soberanía en los Procesos de integración Regional” Tesis Doctoral homónima.” Doctorado en Filosofía. Sistema de Post Grado, Universidad de Costa Rica. Costa Rica. 325 Pág. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. Versión Digital. 2007

Delgado Rojas. J. 2007 “Integración regional en América Latina” Presentación Power Point, Curso Integración regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. Universidad Nacional Costa Rica.

Godoy Herrera C.J. 2003. “Corredor Biológico Mesoamericano: Iniciativa de Integración regional para promover la conservación del Bosque.” XII World Forestry Congreso. Québec. Canadá. 8 Pág. <http://www.fao.org/docrep/article/wfc/xii/ms15-s.htm>

Guerra Borges A. 2002. “Globalización e integración latinoamericana”. México Siglo XXI. IIE-UNAM y Universidad Rafael Landívar. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007

Machuca A. Jesús. 2005. “Reconfiguración de las fronteras y reestructuración territorial Corredor Biológico Mesoamericano” Revista Alteridades: UAM, México. 15. (30): 61-73.

Millar K. Chang E. Jonson N. 2001. “En busca de un enfoque común para el Corredor Biológico Mesoamericano” World Resources Institute. Ficha de Control Biblioteca del Congreso EE.UU. 62. Pág.

Nye Joseph S. 1969 “Integración regional comparada: concepto y medición”. En *Revista de la integración. Economía, Política y sociología*, Buenos Aires: BID-INTAL, N° 5, 50-86. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007

Reglamento de los actos Normativos del sistema de la integración Centroamericana Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. Versión digital 2007

Resolución de la XIX reunión ordinaria de Presidentes Centroamericanos, en Panamá Republica de Panamá el 12 de Julio de 1997

- Rodríguez M. Carlos. 2002 "Una revolución silenciosa en América Central" "La Historia desconocida del Corredor biológico Mesoamericano" *Internacional Herald Tribune* (13-12-2002)
- Rojas A. Luis. La iniciativa del Corredor Biológico Mesoamericano y el Proyecto "Establecimiento de un Programa para la Consolidación del corredor biológico Mesoamericano. Logros y lecciones aprendidas en los procesos de Costa Rica.
- Saucedo G. J. 2001. "Posibilidades de un estado comunitario hispanoamericano" Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007. Versión Digital.
- Solís Vivinne, Ayalés Ivania. "Corredor e Integración biológica y social mesoamericana" *Revista ambientito*. <http://www.una.ac.cr/ambi/Ambien-Tico/95/solis.htm>
- USAID. 1995. Documentos relacionados con la Alianza Centroamericana para el Desarrollo Sostenible. USAID-AED. Guatemala. 33. Pág.
- Wionczek. M. 1964. "Condiciones de una integración Viable" Integración de América Latina: Experiencias y perspectivas. Fondo de Cultura económica. México. Pág. xxxi. Antología Curso Integración Regional en América Latina. Instituto de Estudios Latinoamericanos. 2007

RESUMEN:

Nos adentramos en este trabajo a ubicar desde las diferentes teorías de la integración una interpretación cercana y unificada, para así poder definir si el Corredor Biológico Mesoamericano es una iniciativa de integración regional en América Latina y que tipo de integración desarrolla. Para ello se estudiaron los procesos y las diferentes instituciones involucradas en su fundación y organización. Además se realiza un análisis desde el punto de vista de la conservación y utilización de los recursos naturales, comerciales y culturales de la región Mesoamericana y su posible autogestión por medio de estos programas. El Corredor Biológico Mesoamericano es una agenda política, suscrita por 8 países, que define un sistema de ordenamiento territorial, para dar bienes y servicios ambientales; donde los países suscritos al programa poseen una identidad compartida y los límites entre los países están constantemente asociados a factores físicos, bióticos y sociales; y cuya noción de regionalización en particular sobre integración, hace referencia a los procesos de vinculación, por factores económicos, convergencia política, inversión, comercio o herencia cultural.

Palabras claves: Integración – Corredor Biológico – América Latina.

ABSTRACT

We wrote this paper to find an interpretation in different theories of integration, to be able to define if the Mesoamerican Biological Corridor is a regional integration initiative in Latin America and what kind of integration is developed. For that, processes were investigated and different institutions involved in its foundation and organization. Furthermore, an analysis is made in terms of conservation and use of natural resources, cultural and commercial Mesoamerican region and its possible self management through these programs. The Mesoamerican Biological Corridor is a political agenda, signed by eight countries, which establishes a system of land use planning, to provide goods and services, where the signatory countries of the program have a common identity and the borders between these countries are often linked to physical, biotic and social characteristics, and whose concept of regionalization, particularly in mainstreaming, refers to the processes of connection, by economic, political convergence, investment, trade and cultural heritage.

Keywords: Integration – Biological Corridor – Latin American.

A Revolução Cubana e a política bifurcada Norte-Americana para a América Latina

Ricardo Antonio Souza Mendes

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é abordar a relação entre o processo revolucionário cubano e o desenvolvimento da denominada “política bifurcada” por parte dos governos norte-americanos de Dwight Eisenhower e John F. Kennedy em relação à América Latina.

Palavras-Chave Revolução Cubana –Estados Unidos – América Latina.

INTRODUÇÃO

O processo revolucionário cubano ainda se apresenta como um tema que atrai profundamente não somente diversos historiadores, mas também intelectuais e políticos simpatizantes do pensamento político de esquerda, defensores do nacionalismo e do projeto bolivariano para a América Latina.

Vários autores indicam que a Revolução Cubana representou a entrada da Guerra Fria na América Latina. Priorizando a importância dos aspectos econômicos no desenvolvimento das tensões na região, Túlio Halpering Donghi é um dos principais autores a assinalar que a instauração em Cuba de um sistema socialista acabou por provocar a “exasperação da guerra fria na área latino-americana”.¹ Segundo o Autor, o problema sócio-econômico caracterizado pela deterioração dos termos de troca adquiria uma dimensão política tanto para os Estados Unidos quanto para uma série de governos do continente. Isto uma vez que o advento da Revolução Cubana colocava em pauta “soluções que pusessem em discussão, juntamente com a hegemonia norte-americana, também a ordem econômico-social cuja defesa constitui o objetivo declarado de sua política internacional”.²

Contudo, se este prisma a partir do qual a Revolução é avaliada apresenta uma significativa pertinência, o evento não deve ser analisado somente a partir daí. Da mesma forma deve ser percebido como resultado das manifestações do conflito norte-sul dentro do hemisfério ocidental, e que marcaram os anos 1960. Moniz Bandeira, por exemplo, assevera

que a revolução cubana “não foi uma operação da URSS na Guerra Fria, uma consequência da confrontação Leste-Oeste, mas uma das primeiras – e a mais poderosa – das manifestações do conflito Norte-Sul na região, principalmente das contradições não resolvidas entre os EUA e os países da América Latina”.³ Como bem marca Florestan Fernandes a “interação” com o socialismo foi resultado de um ritmo retardado de descolonização e de ter ocorrido num contexto em que as projeções utópicas do socialismo apresentavam-se como referencial fundamental.⁴

Considera-se normalmente o assalto ao quartel de Moncada (1953) como marco inicial do processo revolucionário cubano. Momento no qual a sociedade cubana, ainda não estava de todo mobilizada em torno da derrubada de um velho e conhecido ditador – Fulgêncio Batista. Ao longo dos anos seguintes ampliaram-se os sinais de contestação e desenvolveu-se uma crescente articulação entre o movimento de luta armada contra Batista que se encontrava baseado no meio rural com aquele situado nos centros urbanos, o que acabaria por ocasionar a sua derrubada.⁵

O novo governo estabelecido encaminhou-se em duas direções. Rompeu com a dependência cubana em relação aos Estados Unidos e, posteriormente, deu início a um novo momento no qual se estabeleceria um regime socialista na Ilha. Sob o comando cada vez mais centrado na figura de Fidel Castro, que se consolidava inquestionavelmente como a grande liderança da luta encaminhada contra Fulgêncio Batista, observou-se o desenvolvimento de uma efetiva redistribuição de riquezas no país e da nacionalização dos principais bens que estavam sob controle do capital estrangeiro. Foi neste momento, do mesmo modo, que ocorreu um crescente afastamento da Ilha em relação à órbita de influência norte-americana.

ANTIAMERICANISMO LATINO-AMERICANO

Os atritos envolvendo Estados Unidos e a América Latina existiam de longa data. Em relação à América Central e Caribenha as tensões estavam presentes desde os anos 40 do século XIX, momento no qual os Estados Unidos efetivaram não somente uma expansão interna ao sub-continente norte-americano mas já orientavam seus olhares para as áreas vizinhas mais próximas tais como Cuba, Nicarágua e a Península do Yucatan .

“Sob inspiração do *Destino Manifesto* - que pregava a fama, a glória e o dever messiânico que cabiam à nação americana -, e em função do simultâneo aparecimento de interesses econômicos e políticos-estratégicos fora deste espaço, iniciaram-se ao longo da década de 1840 as primeiras ações externas dos Estados Unidos enquanto nação imperialista”.⁶

No que se refere à América do Sul, vários foram os sinais de atritos que indicavam certa resistência ao novo papel que os Estados Unidos buscavam apresentar na região em fins do XIX e princípios do XX. Como parte destes sinais, podemos citar, a título de exemplo, a “Doutrina Calvo” (1890) e a “Doutrina Drago” (1902) – ambas encaminhadas pela Argentina; a resistência argentina e chilena ao estabelecimento de um pan-americanismo cooperativo capitaneado pelos Estados Unidos entre 1913 e 1921; e, por último, a resistência mexicana e nicaragüense ao aumento da ingerência norte-americana em seus países ao longo da I Grande Guerra.⁷

Apesar da breve experiência norte-americana no desenvolvimento de um relacionamento mais amistoso com o restante do “extremo ocidente” ao longo da década de 1930 – denominado de Política de Boa Vizinhança -, de fato, como considera Lars Schoultz, nenhuma “mudança significativa ocorreu abaixo da superfície, nem houve uma mudança nos interesses dos EUA, que enfocavam neste momento, expansão econômica e segurança nacional”.⁸

Alain Rouquié ratifica esta perspectiva ao apontar que, para a América Central e do Caribe, a mudança consistiu tão somente na substituição de uma intervenção direta por uma indireta, pois as “*constabularies*” - forças policiais treinadas, armadas e vestidas pelos Estados Unidos -, eram mais fieis a estes do que aos diversos e diferentes grupamentos nacionais.⁹ Pode-se entender que isto ocorria uma vez que ainda permanecia um *mind set* como elemento norteador da política externa dos Estados Unidos em relação ao mundo americano abaixo do Rio Grande. Ou seja, uma estrutural mental marcada pela “crença na inferioridade latino-americana” como “núcleo essencial da política dos Estados Unidos em relação à América Latina”, que orientava, em grande medida, a forma de agir dos *policy makers* deste país.¹⁰

Segundo considera Lars Schoultz, em fins dos anos 1940 e de boa parte da década de 1950, vigorou também para a região, a mesma perspectiva sob a qual era avaliada a situação existente na Ásia. Afirmava

a “Teoria do Dominó” que se um país estivesse sob órbita de influência capitalista e acabasse por cair sob o jugo do comunismo, toda a Ásia poderia sucumbir sob este regime¹¹. Este teria sido o motivo para a colaboração norte-americana no golpe que derrubou Jacob Arbenz e colocou no poder Castillo Armas na Guatemala.¹² Até então, consideravam os homens da política externa norte-americana que o anti-americanismo era resultado unicamente de uma ação orquestrada pelos comunistas. Esta, por sua vez, deveria ser combatida através do apoio a regimes políticos fortes que afastassem este tipo de perigo. O governo dos Estados Unidos teria que contar com amigos no controle dos governos latinos, já que não poderia utilizar-se da intervenção direta dada a vigência da “Política da Boa Vizinhança”.

Moniz Bandeira afirma que, a partir da intervenção efetuada pelos Estados Unidos na Guatemala, teria se ampliado o anti-americanismo no continente. O envolvimento norte-americano com o apoio sistemático dado pela CIA à implementação de uma ditadura, ainda que não tenha contado com a presença de tropas norte-americanas, provocou diversas manifestações de repúdio em toda região. Contudo, este não teria sido o único motivo. Schoultz elenca uma série de fatores adicionais que aguçaram uma perspectiva negativa sobre o “grande irmão do norte”. Dentre estes cita três. O primeiro seria o não cumprimento da promessa feita pelo Presidente Truman de que estenderia o Plano Marshall para a América Latina, o que teria provocado a ira, inclusive, de setores das direitas no subcontinente.¹³

Um segundo aspecto citado pelo autor refere-se ao impacto do suicídio e da divulgação da carta-testamento de Getúlio Vargas no Brasil. Sinal deste anti-americanismo se apresentou nas manifestações de “indignação popular” com investidas contra a embaixada americana e o prédio da Standard Oil que tiveram que ser rechaçadas à bala.¹⁴ Vargas, na fase final do seu segundo governo (1951-1954) havia colaborado para isso, proferindo discursos nos quais o tema central era o nacionalismo e acusando firmas estrangeiras de fraudes e remessas ilegais de lucros para o exterior. O anti-americanismo teria sido insuflado ainda pelo fato de uma parte expressiva dos antigetulistas considerarem que “os destinos do Brasil” estavam atrelados com a “liderança dos Estados Unidos em termos de política externa”.¹⁵

Por último, Schoultz assinala a reação à deposição de Juan Perón na Argentina que também foi considerada por muitos naquele país como resultado de uma ação efetiva dos Estados Unidos. O embaixador norte-americano, Spruille

Braden, logo após o término da II Guerra Mundial, acabou por estimular diretamente a oposição a Perón e ao regime militar com a “idéia fixa (...) de que fora escolhido pela Providência para levar a democracia à Argentina”.¹⁶

Foi por conta do receio de um afastamento ainda maior dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos que o governo Eisenhower iniciou, mesmo que lentamente e de forma assistemática, o desenvolvimento da “política bifurcada” para a América Latina. E no que consistiu a mesma? Não representou o abandono, por completo, da política anterior para a região. Esta perspectiva ainda esteve presente nos governos Eisenhower e Kennedy e foi defendida por setores que valorizavam uma atitude mais incisiva e truculenta em relação a uma possível ameaça comunista. A sua presença é identificada principalmente dentro do Pentágono, com alguns adeptos na Central de Inteligência Americana (CIA) e “encontrava amplo eco nas forças armadas sul-americanas”, segundo afirma Donghi.

A partir de finais dos anos 1950, contudo, a adoção desta política deu-se de forma simultânea com uma outra, que enfatizava que os problemas com a ampliação do apoio ao comunismo seriam provocados não somente pelo respaldo a ditadores, mas também da crescente pobreza presente no continente abaixo do Rio Grande. Essa perspectiva encontrava defensores no Departamento de Estado norte-americano, em sua grande maioria. Fossem complementares - segundo Donghi, Gerson Moura ou Alain Rouquié -, ou antes rivais - segundo Schoultz-, estas políticas coexistiram num dado momento e provocaram uma relativa indefinição quanto aos rumos que o governo norte-americano deveriam dar no relacionamento com os países latino-americanos. Para Donghi, analisando a existência da política bifurcada ao longo da Administração Kennedy,

“a existência de uma política do Pentágono (diversa em alguns casos até mesmo oposta àquela do Departamento de Estado), política que encontrava amplo eco nas forças armadas sul-americanas, era frequentemente invocada como explicação para as contradições dos Estados Unidos”.¹⁷

A PERCEPÇÃO DO ANTIAMERICANISMO

Embora esta animosidade tenha se aprofundado a partir de 1954 foi somente em princípios de 1958 que os membros do governo dos Estados Unidos teriam constatado a mesma de forma mais nítida. Segundo

Schoultz, os primeiros passos para o estabelecimento da política bifurcada foram dados com as três viagens do irmão do então presidente. Diante do assassinato de vários ditadores apoiados pelos EUA e das pressões da direita norte-americana para que fosse estendido para a América Latina o macarthismo, o Presidente norte-americano solicitou ao seu irmão, Milton Eisenhower que fizesse viagens de avaliação visando identificar o estado em que se encontrava a região¹⁸.

As observações resultantes assinalavam a existência de uma significativa aversão, na América Latina, aos Estados Unidos. Posteriormente, com a viagem do Vice-Presidente Richard Nixon ao subcontinente sul-americano, teria se ratificado e aprofundado a percepção anterior. A hostilidade, com a qual o mesmo foi recebido, adquiriu uma amplitude crescente, indo de manifestações pura e simples de insatisfação (casos da recepção em Buenos Aires e Montevideú) até atingirem um “caráter de motin” em Lima e Caracas.¹⁹ Afirma Moniz Bandeira que:

“A lógica, portanto, ditou que os Estados Unidos considerassem mudar suas políticas. A lenta aceitação desta necessidade de mudança pela administração Eisenhower foi uma modificação intelectual crítica, uma transformação notável no pensamento de uma geração”.²⁰

Apesar do Vice-presidente ter voltado atrás na sua análise inicial de que existiria uma grande probabilidade de que o descontentamento fosse provocado pela desigualdade social e pelo subdesenvolvimento, imputando posteriormente às manifestações uma “inspiração comunista”, outros foram os que permaneceram e mesmo defenderam a primeira perspectiva dentro de seu governo. Dentre eles Schoultz cita o Subsecretário para a América Latina Robert Murphy e mesmo o irmão do presidente. Afirma o autor que, em uma das reuniões com o Presidente, o

“subsecretário Murphy argumentou que os Estados Unidos precisavam parar de culpar o comunismo, e o irmão do presidente estava ao lado de Murphy: o relatório longamente esperado de Milton Eisenhower incluía uma admissão de que os Estados Unidos haviam ‘dado apoio a ditadores latino-americanos a despeito da forte tendência à liberdade e governo democrático’, e esta prática tinha que parar. ‘Cometemos alguns erros honestos em nossos procedimentos com ditadores’ (...)”.²¹

Desta forma, a viagem teria colaborado para “dividir o debate sobre a política externa norte-americana do período da Guerra Fria”, colaborando para que já na administração Eisenhower se observasse a existência de uma abordagem que focava como causa do problema do perigo comunista a existência de péssimas condições de vida da população no continente.

E por conta disto, dois caminhos foram trilhados simultaneamente para buscar recuperar o prestígio que contou este país dentro da América Latina logo após o término da II Guerra Mundial. A preocupação estava direcionada, neste sentido, não somente para os acontecimentos cubanos, embora o desencadeamento da Revolução tenha estimulado ainda mais os Estados Unidos a enfrentarem, de forma relativamente diferenciada se comparado com anos anteriores, o crescimento de um profundo anti-americanismo nas Américas Central, caribenha e do Sul.

Mesmo tendo articulado seus primeiros passos ainda ao longo do governo republicano, segundo Lars Schoultz, Eisenhower não teve condições de enfrentar o problema através de estímulos governamentais ao desenvolvimento da América Latina. Dentro dos Estados Unidos, afirma o autor, existia uma “demanda pública por moderação” quanto aos gastos públicos que havia levado à vitória dos republicanos na Casa Branca e no Congresso. Outro aspecto seria a dificuldade por conta da ênfase que existia em relação ao papel da empresa privada no governo republicano, em detrimento das funções relativas ao papel do Estado nas questões econômicas. Em função destes problemas, a administração “Ike” optou pela supressão dos sintomas já que não tinha como eliminar o problema. Por isso continuou a apoiar ditadores. Mesmo assim,

“Eisenhower preparou o caminho para seus sucessores, revertendo sua oposição à assistência ao desenvolvimento econômico. Em uma leva de anúncios que começou alguns dias depois do retorno do Vice-Presidente Nixon a Washington, a administração declarou que não mais se oporia à negociação de acordos de estabilização sobre os produtos primários, que não mais se oporia à criação da Associação de Desenvolvimento Internacional para empréstimos moderados, que apoiaria um plano para duplicar a autorização de empréstimos do Banco Mundial, que aumentaria a autorização para empréstimos do Eximbank de \$5 para \$7 bilhões, e que apoiaria a criação de um mercado comum latino-americano”.²²

Outro aspecto que merece ser citado é a aprovação de um crédito de 500 milhões em assistência econômica que acabou por servir de ponto de partida para que Kennedy, em março de 1961, lançasse a *Aliança Para o Progresso* em substituição à operação Pan-americana.²³

Ainda que se considere que a política bifurcada tenha se iniciado no governo Eisenhower, foi somente ao longo do governo de John F. Kennedy que a mesma foi sistematizada. Por um lado, foi neste período em que - no que tange ao apoio dado à idéia de se pensar o anti-americanismo latente na América Latina como resultado da crescente ação comunista -, o governo norte-americano ampliou os programas de ajuda militar ao restante do continente. Com o objetivo de fazer com que as Forças Armadas das diversas nações da região encarassem seus problemas a partir da ótica norte-americana de segurança nacional, ampliaram-se os programas de apoio militar. Cresceu o número de oficiais que passaram a realizar estágios tanto nas escolas quanto nos centros de treinamento norte-americanos existentes nos Estados Unidos como também fora do país. Além disso, buscaram expandir ainda mais o modelo presente no National War College para outras partes da América Latina.

Contudo, segundo Alain Rouquié, esta influência deu-se de forma mais efetiva onde as Forças Armadas ainda não estavam bem institucionalizadas ou profissionalizadas. Portanto, na América Central e Caribenha. Fora desta área, a perspectiva de segurança nacional dos Estados Unidos - Doutrina de Segurança Nacional -, nada mais fez do que reafirmar uma ideologia contra-revolucionária e anticomunista que estimulava a colaboração com os EUA de forma espontânea. Esta relação mais íntima contribuiu para reforçar também uma mentalidade de superioridade acalentada pelos militares nas diversas nações da região.²⁴

Complementarmente, o intercâmbio com a participação de norte-americanos no treinamento das forças armadas latino-americanas também foi incrementado, ao mesmo tempo em que Kennedy criava os *Boinas Verdes*, regimento que teria por função a intervenção de forma rápida e eficaz em áreas onde o “perigo vermelho” estimulado pelas “insurgências de guerrilha de Castro” estivesse presente.²⁵

De forma simultânea, o governo norte-americano também sistematizava o outro lado da “política bifurcada”. Segundo Lars Schoultz, apesar de representar a retomada, com um formato ampliado, da Diplomacia do Dólar de princípios do século, nos anos JFK o papel

de apoiar o desenvolvimento econômico para diminuir o anti-americanismo seria implementado não com recursos privados, mas com dinheiro público, diferentemente do que se observava também na política externa encaminhada pelo governo anterior. Nesta área houve uma sistematização através da montagem de uma burocracia especificamente destinada a tal tarefa. A aprovação do Ato de Assistência Estrangeira de 1961, a montagem da Agência de Desenvolvimento Internacional em associação com instituições como o Peace Corps e a AFL-CIO fizeram parte deste processo de burocratização.²⁶

A política bifurcada teria se encerrado a partir da morte de Kennedy, quando a opção pelo estímulo ao desenvolvimento econômico através da Aliança para o Progresso foi abandonado gradualmente para “centrar-se num anticomunismo mais grosseiro, em harmonia com a intensificação da Guerra Fria nas zonas marginais, ocorrido em 1965”. A impaciência com os resultados da política bifurcada teria colaborado, neste sentido, para o seu desmantelamento sistemático. Operou-se aqui algo semelhante com o Acordo de 1877 que deu fim à reconstrução radical ou congressional: deixar que os ditadores latino-americanos lidassem com suas populações.²⁷ Afinal consideravam, mais do que ninguém eles sabiam como fazer isso. A adoção desta opção contribuiu ainda para a reativação de uma perspectiva fundada no “mind set” dos policy makers norte-americanos, segundo o qual os latinos, além de necessitarem de certa tutela sem a qual cairiam no desgoverno e na anarquia, eram marcados por uma mentalidade autoritária, segundo concebiam.

A POLÍTICA BIFURCADA E A REVOLUÇÃO CUBANA

A posição do governo e da sociedade norte-americanos diante do desenrolar e da vitória do processo revolucionário em Cuba é analisada, por alguns, como resultado da falta de percepção do que se efetivava de fato. Nas palavras de Guevara, a atitude presente nos Estados Unidos diante do movimento teria sido marcada por relativa simpatia e mesmo resultado de uma “leniência do imperialismo norte-americano, que se deixou enganar acerca das intenções e da integridade dos revolucionários de Sierra Maestra”.²⁸ O sucesso do movimento diante da luta contra os EUA teria se dado em função deste país encarar, pelo menos inicialmente, o movimento castrista como um “movimento nacional-democrático e populista convencional”.²⁹ Para outros, a atitude norte-americana foi resultado em grande medida da habilidade política de Castro que teria

levado o governo norte-americano a ter uma opinião imprecisa quanto à guerrilha de Sierra Maestra.³⁰ Entendo que estas perspectivas acabam por desconsiderar os elementos contextuais latino-americanos e os debates internos ao governo norte-americano quanto a que política encaminhar em relação à América Latina naquele momento.

A ocorrência da Revolução Cubana, segundo assinala Moniz Bandeira, teria estimulado a perspectiva que apontava para a necessidade de auxiliar economicamente os países onde, caso “a mudança não ocorresse rapidamente, os pobres da América Latina se voltariam para o comunismo”. Também existia um temor norte-americano da reação dos países latino-americanos que possuíam parcelas significativas de sua população a apoiar Cuba e que poderiam pressionar seus governos para uma posição de não-alinhamento em relação às medidas adotadas pelos EUA.³¹

Esta era a opinião do próprio presidente John F. Kennedy e que era partilhada pelos homens da New Frontier e membros do primeiro escalão norte-americano tais como Arthur Schlesinger Jr (assessor especial do presidente), Adolf Berle Jr. (diretor da política para a América Latina no Departamento de Estado), e Thomas Mann (Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos).³² E após o crescente afastamento e a opção socialista de Castro buscaram evitar que “novas Cubas” ocorressem no continente. Aí estariam os motivos para o apoio econômico dado a governos como os de Rômulo Betancourt (Venezuela), José Figueres (Costa Rica) e Jânio Quadros que eram favoráveis a reformas capitalistas que poderiam colaborar para evitar o que consideravam como a radicalização de processos revolucionários tal qual o caso cubano. Este aspecto acabaria por consistir no próprio desenvolvimento da própria Aliança para o Progresso.

Mas a primeira aplicação da política bifurcada efetivou-se antes, diante do desencadeamento do processo revolucionário cubano e da chegada ao poder dos “jovens barbudos”. Foi por conta de uma indefinição sobre como lidar com este problema, e que se manifesta através da política bifurcada, que o Departamento de Estado reafirmou sucessivas vezes um “envolvimento limitado” nos assuntos cubanos como assinala Bandeira. Melhor dizendo, buscaram a todo custo influir na escolha do sucessor de Batista e na formação de uma “terceira força” que evitasse a chegada ao poder de Castro, mas sem intervir diretamente. Buscaram ainda recomendar que a luta contra Castro “não assumisse um caráter

reacionário, visando o restabelecimento do status *quo* pré-1959”, defendendo a inclusão de dissidentes de centro-esquerda no futuro governo. Segundo assinala Moniz Bandeira,

“desde que Castro iniciara a guerra de guerrilhas a partir de Sierra Maestra, as agências do governo norte-americano não mantiveram uma posição conseqüente, monolítica e uniforme, dado que diferentes percepções formaram-se tanto dentro da CIA quanto do Departamento de Estado. Daí o inconformismo do embaixador Smith com o fato de que, enquanto ele afirmava que os comunistas controlavam o movimento de Castro, a CIA informava, corretamente, não existirem provas de tais vinculações. Essas diferenças não se restringiram às percepções. Elas também determinaram linhas de política aparentemente contraditórias”.³³

Existia ainda um segmento da opinião pública dentro do país que colaborava ainda mais para ampliar as incertezas quanto ao encaminhamento da política externa estadunidense em relação a Cuba. O jornal *The New York Times* seria representativo de uma opinião pública liberal que encontraria respaldo, dentro dos órgãos governamentais, junto a elementos progressistas da CIA e que encaravam Castro e o movimento liderado por ele de forma favorável.³⁴ Mesmo alegando aspectos que considero equivocados, Richard Gott assinala que a política norte-americana, permaneceu “incerta e dividida” quanto ao problema cubano.³⁵ Motivada pela “necessidade de moderação” que o anti-americanismo provocava, “a administração Eisenhower, pela primeira vez, teve o cuidado de não nomear para a embaixada em Cuba homens de negócio”³⁶, indicando para o cargo Philip Bonsal. A perspectiva defendida por Bonsal, partilhada por uma série de membros do Departamento de Estado, acabou por reforçar a tese da moderação na relação com o governo cubano recém-empossado, ainda que motivado por outros aspectos. Fundamentava-se, na convicção de que a necessidade de manutenção do mercado consumidor norte-americano levaria os cubanos a transigir, negociar.

Ainda preocupados com o anti-americanismo dos anos 1950 outros membros do alto escalão do governo “Ike” manifestaram oposição a uma intervenção, mesmo que indireta e nos moldes da ocorrida na Guatemala.³⁷ Moniz Bandeira cita Henry Ramsey, por exemplo, que

naquele momento recomendava que os Estados Unidos “se aproximassem de Cuba com ‘great humility’, pois nunca na sua história nacional eles experimentaram tanto rancor, demandas de expropriação ou ameaças soviéticas no Hemisfério”.³⁸ Robert Anderson, Secretário do Tesouro, achava difícil que os chefes de Estado da América Latina, principalmente aqueles que gozavam de pouca popularidade, se alinhassem com os Estados Unidos, no que era acompanhado pelo Almirante Arleigh Burke, chefe de operações da Marinha dos Estados Unidos. E, pelo menos até o acordo Roa-Mikoyan, Eisenhower acompanhou esta perspectiva.

Finalmente, o programa de ação para a derrubada de Castro e o famoso plano *Clean-Up*, somente foram aprovados em março de 1960 e assim mesmo visando ações futuras e não uma intervenção imediata. O ano de 1960 foi marcado pelo debate presidencial. Quando Kennedy tomou posse e se deparou com o plano, também de olho no anti-americanismo da região, membros do seu staff manifestaram profunda preocupação com os possíveis desdobramentos. O Secretário de Estado Dean Rusk, o Subsecretário de Estado para a América Latina Chester A. Boiles e o Assistente Especial do Presidente Arthur Schlesinger Jr. são representativos desta opinião.

Considera Florestan Fernandes que, no período compreendido entre os anos de 1959 e 1961, a pressão tanto das camadas populares quanto dos segmentos da burguesia, que queriam tão somente a cubanização do capitalismo, acabou por ser canalizada contra a liderança do movimento cubano. Num momento em que o embate político em torno do encaminhamento do processo revolucionário acirrava a rivalidade dentro do conjunto de forças que havia chegado ao poder a indefinição estadunidense quanto ao que fazer com Cuba proporcionou o tempo necessário para que Castro se firmasse diante de seus rivais. Lars Schoultz também se encaminha dentro de uma perspectiva de que a oportunidade para consolidação do poder de Castro contou com a colaboração da efetivação do primeiro exercício da política bifurcada. Para o autor, a indefinição quanto à forma de lidar com Castro e a Revolução, buscando “entender a instabilidade monumental de Cuba”, colaborou para a existência de um momento oportuno no qual as transformações da sociedade cubana se aceleraram e colaboraram para a ampliação da base de apoio à liderança do processo revolucionário em andamento. A Lei de Reforma Agrária (05/1959) e a criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária; a criação das Milícias Nacionais Revolucionárias calcada

na idéia de povo em armas (10/1959); a Lei 851 (06/1960) que nacionalizou usinas de açúcar, refinarias e empresas estrangeiras diversas; a nacionalização dos bancos estrangeiros (10/1960) são exemplos de algumas destas medidas.

Neste meio tempo o governo cubano afirmou sua autoridade não somente perante os movimentos populares, mas também dentro da coalizão de forças que havia proporcionado a derrocada de Batista. Internamente, dentro do próprio M-26-7, diante das diferentes facções que o haviam apoiado, impôs a tendência da Sierra sobre a do Llano, essa mais baseada nas cidades e anti-militarista, desejosa de diminuir o poder Castro.³⁹

Sobrepôs sua liderança ao PSP e suplantou os setores do Diretório Revolucionário, composto por estudantes oriundos da classe média e que apresentavam, alguns, resistências às mudanças econômicas e sociais. Também foi neste período que a “*operación contra bandidos*” acabou por aniquilar diversos grupos contra-revolucionários que agiam dentro de Cuba, em Escambray e Sierra Maestra.

Portanto, foi justamente neste período de intensa disputa política interna, quando o poder do grupo de Sierra Maestra ainda não estava plenamente consolidado, que a vigência da política bifurcada esteve presente.

Em fins de 1960 o Comitê 5412 aprovou um tipo de ação que lembrava em muito a ocorrida na Guatemala, com o treinamento de uma pequena força militarizada que invadiria Cuba precedida de ataques aéreos. Mas o desenvolvimento dos planos para uma possível invasão encaminhada por grupos rivais à Castro contaria apenas com um apoio norte-americano ainda mais restrito do que no caso guatemalteco. Mesmo assim, gerou manifestações expressivas por toda a América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei apresentar aqui a relação entre o desenvolvimento da política bifurcada estadunidense com os rumos do processo revolucionário cubano. Considero que a indefinição da política externa norte-americana em relação à América Latina, ainda que por poucos anos, colaborou sobremaneira para a sobrevivência da Revolução. As observações aqui elaboradas não visam diminuir a importância de Fidel Castro ao longo destes acontecimentos. Contudo, o entendimento de que a possibilidade de sucesso do empreendimento revolucionário foi fruto apenas da astúcia e eficácia de Castro, ou de uma incapacidade de compreensão norte-

americana em relação aos eventos que se desenrolavam em Cuba, apresenta-se como uma avaliação que não leva em consideração os dilemas contextuais enfrentados pelos diversos atores políticos.

NOTAS

- ¹ DONGHI, Túlio Halpering. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 257.
- ² IDEM, p. 258
- ³ BANDEIRA, Moniz. *De Martí a Fidel – A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988, Introdução.
- ⁴ FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo – a Revolução Cubana*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2007, p. 136.
- ⁵ LA RIVEREND, Julio. “Cuba, do semicolonialismo ao Socialismo”. In: CASANOVA, Pablo. *América Latina: História de Meio Século*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990, p. 79.
- ⁶ MENDES, Ricardo A. S.. “América Latina – interpretações do imperialismo norte-americano”. In: *Revista Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, EDUC, nº 31, vol. 1, 2005, p. 185.
- ⁷ Sobre estes aspectos ver SMITH, Robert Freeman. “Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930”. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina – de 1870 a 1930*. São Paulo: Edusp/Brasília: Funag, 2001, pp. 631-2, 635-9.
- ⁸ SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos – poder e submissão*. São Carlos: Edusc, 1999, p. 347.
- ⁹ ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1984, p. 147.
- ¹⁰ SCHOULTZ, op. cit., p. 13.
- ¹¹ Embora diversos autores assinalem que o anti-comunismo norte-americano caracterizava-se muito mais por uma retórica do que por uma efetiva percepção de ameaça comunista, tendo a compreender o contexto em questão de forma diversa. O desencadeamento de um movimento, nos Estados Unidos, de perseguição a comunistas ou simplesmente a possíveis suspeitos de atividades anti-norte-americanas, e que contou com apoio de parcelas expressivas da sociedade norte-americana indicam que a ameaça era entendida como um perigo real. Obviamente que não descarto a existência de tentativas de instrumentalização deste sentimento em prol de interesses particulares.
- ¹² SCHOULTZ, op. cit., p. 348. Mesmo considerando que a intervenção na Guatemala foi articulada por um anticomunista ferrenho – John Foster Dulles –, ainda assim Moura entende que esta ação intervencionista reproduzia uma antiga receita que era caracterizada pela preocupação com a defesa dos interesses econômicos norte-americanos. MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1990, pp. 41, 45 e 46.
- ¹³ IDEM, pp. 136-179
- ¹⁴ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina – um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 335.
- ¹⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio à Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 168 e 170.
- ¹⁶ BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian. *América Latina – entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, P. 28.
- ¹⁷ DONGHI, op. cit., p. 271.
- ¹⁸ A primeira viagem foi em 1952, logo após a posse. A segunda em 1957 e a terceira no início de 1958.
- ¹⁹ MOURA, op. cit., p. 50.
- ²⁰ SCHOULTZ, op. cit., 391.

²¹ IDEM, *ibidem*

²² IDEM, p. 392.

²³ IDEM, p. 264.

²⁴ ROUQUIÉ, op. cit., pp. 162-175.

²⁵ Dois autores interessantes para se pensar a questão da influência da Doutrina ou Ideologia de Segurança Nacional e seus limites são: COMBLIM, Joseph. *Ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 e, ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo, Alfa-Omega, 1984. NO primeiro autor observa-se a perspectiva que enfatiza o papel de influência. No segundo, apesar de reconhecer a intencionalidade de influenciar o processo presente nos governos norte-americanos que ampliaram as escolas militares e seu papel, ainda assim a influência da DSN foi limitada, devendo-se buscar as explicações para o tipo de intervenção militar ocorrida nos anos 1960 e 1970 na própria trajetória destas corporações.

²⁶ SCHOULTZ, op. cit., p. 395

²⁷ Nas eleições de 1876, na qual se confrontaram o democrata Samuel Tilden e o republicano Rutheford Heyes, ocorreu um impasse por conta da impugnação da eleição em três estados controlados pelos republicanos. Para resolver o problema e garantir a vitória de seu candidato, os republicanos firmaram um acordo secreto no qual renunciavam a continuar com a reforma radical (caracterizada por algumas medidas inclusivas para a população negra bem como pela ocupação militar da região), em troca o apoio dos democratas sulistas. Garantiram, assim, a evacuação das tropas nortistas e o estabelecimento de governos controlados por sulistas. Desta forma, renunciaram à continuidade de reformas mais profundas em nome do pragmatismo político. O mesmo “pragmatismo” que se observa nos anos 1960 nos Estados Unidos.

²⁸ Citado em: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Rio de Janeiro, Ática, 1987, p. 80.

²⁹ FERNANDES, op. cit., p. 135.

³⁰ GOTT, Richard. *CUBA - UMA NOVA HISTÓRIA*. Rio de Janeiro, JORGE ZAHAR, 2006, P. 189.

³¹ BANDEIRA, op. cit., pp. 233, 237 e 238.

³² IDEM, op. cit., pp. 260, 261, 268, 271-272.

³³ IDEM, op. cit., p. 256, 275.

³⁴ GOTT, op. cit., p. 189

³⁵ Como assinalado anteriormente, Gott considera que esta incerteza devia-se, em grande medida, à habilidade de Castro. Além de depositar uma importância excessiva na figura de Fidel, esta consideração acaba por reiterar a idéia de que Castro pretendia implementar o socialismo desde o início do processo, aspecto do qual disco do.

³⁶ BANDEIRA, op. cit., p. 186.

³⁷ Considero aqui o caso Guatemalteco como uma intervenção indireta se comparada com outras intervenções norte-americanas na região, principalmente aquelas ocorridas ao longo das décadas de 1910 e 1920. A CIA financiou a formação de uma força de mercenários, o governo norte-americano forneceu os aviões que colaboraram para abrir caminho para as forças invasoras e toda uma ação diplomática foi desenvolvida para abalizar as forças revoltosas. Mas, ainda assim, não se observa neste caso a presença efetiva dos marines.

³⁸ IDEM, p. 213.

³⁹ BRUIT, Héctor. *Revoluções na América Latina*. São Paulo: Editora Atual, 1988, pp. 80-1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina – a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel.- a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian. *América Latina – entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BRUIT, Héctor. *Revoluções na América Latina*. São Paulo: Editora Atual, 1988.
- DONGHI, Túlio H. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina – um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo – A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Rio de Janeiro: Ática, 1987.
- GOTT, Richard. *CUBA - UMA NOVA HISTÓRIA*. Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 2006.
- BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian. *América Latina – entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- LA RIVEREND, Julio. “Cuba, do semicolonialismo ao Socialismo”. In: CASANOVA, Pablo. *América Latina: História de Meio Século*. Brasília: UNB, 1990.
- MENDES, Ricardo A. S.. “América Latina – interpretações do imperialismo norte-americano”. In: *Revista Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, nº 31, vol. 1, 2005.
- MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Contexto, 1990.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1984.
- _____. “As relações inter-regionais e a hegemonia dos Estados Unidos”. In: ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente – introdução à América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos – poder e submissão*. São Carlos: Edusc, 1999.
- SMITH, Robert Freeman. “Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930”. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina – de 1870 a 1930*. São Paulo: Edusp/Brasília: Funag, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio à Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

RESUMEN:

El objetivo de este trabajo es abordar la relación entre el proceso revolucionario cubano y el desarrollo de la llamada “política bifurcó” por Estados Unidos los gobiernos Dwigth Eisenhower y John f. Kennedy en relación con América Latina.

Palabras clave cubana revolución: Estados Unidos: Latinoamérica.

ABSTRACT:

The paper’s objective is to address the relationship between the Cuban revolutionary process and the development of so-called “bifurcated political” by the U.S. governments of Dwight Eisenhower and John F. Kennedy in relation to Latin America.

Keywords: Cuban Revolution-United States - Latin America.



Os “arquitetos” do Regime: a trajetória dos governantes das Ditaduras Empresarial-militares do Cone-Sul na fase de consolidação do Regime (1964-1976)

Tiago Francisco Monteiro*

RESUMO:

Este artigo visa contribuir para os estudos relativos às Ditaduras Empresarial-militares implantadas nos seguintes países da América Latina: Brasil, Chile e Uruguai. Seu objeto é apontar as analogias entre as trajetórias profissionais e políticas dos militares que ocuparam os cargos de direção no Poder Executivo na fase de consolidação destes regimes ditatoriais. O artigo está dividido em duas partes. A primeira é um apanhado histórico da crise política pré-golpe e dos primeiros anos da Ditadura. Este resumo apontará forças políticas em disputa nestas conjunturas. Na segunda parte, o estudo se focará na análise das trajetórias dos militares previamente apresentados.

Palavras-chaves: Ditaduras Militares; Cone-sul; Trajetórias políticas.

“Os chilenos – durante a ditadura de Pinochet – aprendemos uma aterrorizante palavra em português: pau-de-arara. E nos diziam que o método de pendurar prisioneiros e aplicar neles choques elétricos fora inventado no Brasil. A isto se somavam informações sobre ‘instrutores’ brasileiros nos centros de tortura do Chile, assim como sobre viagens de agentes chilenos para ‘aperfeiçoamento’ em escolas de Inteligência no Brasil” (VERGUDO: 2001, p. 11).

O estabelecimento dos regimes ditatoriais na América Latina consistiu em um dos temas fundamentais das reflexões políticas, históricas e sociológicas a partir de meados da década de 60, quando surgiram suas primeiras manifestações, como o Golpe Militar de 1º de abril de 1964 no Brasil.

Os primeiros trabalhos dedicados a este assunto perceberam que não se tratava de uma nova manifestação da chamada tradição militarista da América Latina, em que o governo passaria a ser exercido por um chefe

militar – o Caudilho – o qual governava o país com suas tropas leais. Ou como das ditaduras da América Central e Caribe, governadas por famílias, como os Somoza na Nicarágua. Uma das causas desta mudança de perspectiva teórica metodológica foi a conclusão de alguns pesquisadores que defenderam, em linhas gerais, que as categorias explicativas como o “Caudilhismo” eram incapazes de explicar os novos casos de regimes ditatoriais na América Latina. Isto porque as ditaduras exercidas por milícias familiares, por exemplo, são regimes políticos de sociedades não industriais, com uma restrita população urbana e com uma economia dependente de um ou poucos produtos para a exportação. Além disso, a experiência dos “Caudilhos” ocorreu a partir da década de 30 do século XIX, já os novos regimes ocorrem nos estados latino-americanos mais populosos, industrializados, urbanizados.

A história argentina nos fornece exemplos empíricos sobre a defasagem entre as sociedades do “Antigo” e do “Novo” autoritarismo: na década de 60 do século XIX, a população argentina era aproximadamente de 1 299 600 habitantes. Cem anos depois, quando foi instaurada na Argentina a primeira experiência de um Regime Empresarial-militar, a chamada “Revolução Argentina” de 1966, a população estimada era de 21 milhões. Um aumento de 2000%. Devido a estes fatos, alguns pesquisadores concluíram que se tratavam de regimes singulares. Por estas razões, as formas de dominação teriam que ser, e foram, outras. As coletâneas organizadas por David Collier e Paulo Sergio Pinheiro e que reúnem artigos de pesquisadores como Fernando Henrique Cardoso, Guillermo O'Donnell, Juan Linz sintetizam as discussões dos últimos dois parágrafos (COLLIER: 1982) e (PINHEIRO: 1989).

Em linhas gerais, Cardoso e O'Donnell defenderam que os novos regimes ditatoriais surgiam como resposta a um período anterior de intensa mobilização das classes trabalhadoras que exigiam mudanças sociais. As Elites dominantes motivadas pelo temor da *revolução* apoiavam uma intervenção militar e a organização do chamado “Estado Burocrático-autoritário”. Isto é, uma ditadura onde os centros do Poder Político e de tomadas de decisões estão no controle da burocracia militar e\ou civil. Uma ditadura comprometida com o desenvolvimento capitalista nos seus respectivos países – e por esta razão, apoiadas pelas burguesias locais e internacionais. Ditaduras que visam desmobilizar politicamente as classes trabalhadoras e visando por isso, constantemente à violência.

Outros analistas perceberam o entusiástico apoio dos EUA aos novos

governos militares, a violência política exercido por estes governos contra as classes populares, o papel dos empresários e tecnocratas nos novos governos, e chegaram à conclusão que se tratava de novas experiências Fascistas. (JAGUARIBE: 1968; pp. 28-53) e (CORRÊA: 1980; pp. 109-117). Todavia, alguns autores como o argentino Atílio Borón e o brasileiro Ruy M. Marini discordaram de tais posições (BORÓN: 2004; 319 p.) e (MARINI: 2000, 294 p.)¹. Argumentaram que não havia um partido de massas nos regimes da América Latina, tampouco mobilizações das massas por este partido, ou um líder político considerado infalível, entre outras características que singularizam o Fascismo. Para os autores recém citados são regimes que nascem como resposta às crescentes mobilizações políticas das massas latino-americanas. O governo é exercido pela instituição militar – e não por um líder –; em aliança com os setores mais dinâmicos da economia – empresários, funcionários das empresas multinacionais, tecnocratas do Estado –; com ausência de apoio popular mobilizado e de uma ideologia anti-democrática. Podemos notar a influência das reflexões de Cardoso e O'Donnell nestes postulados.

A partir da década de 1980, uma nova tendência explicativa ganhou a hegemonia dos estudos a partir dos debates relativos às transições destes regimes políticos para formas democráticas. As características desta nova fase são: valorização dos fatores políticos em detrimento dos fatores econômicos e sociais; ênfase no estudo das elites dirigentes – seja militar, seja a tecnocrática –; de seus discursos e suas estratégias políticas; restrição das análises aos estados nacionais; análise das instituições dos regimes. A coletânea organizada por Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter possui artigos que têm estas características (O'DONNELL e SCHMITTER: 1988, 419 p.)¹. Devido a valorização dos fatores políticos, alguns pesquisadores chamam estas tendências de “politicistas”.

Um fator significativo desta nova tendência é a crítica ferrenha aos estudos de autores como Fernando H. Cardoso e Ruy M. Marini: os trabalhos de ambos são vistos como “macros-sociais”, que valorizam o caráter dependente das sociedades a nível internacional em detrimento das realidades nacionais; subordinam as transformações políticas às econômicas e as massas em prejuízo às elites políticas.

Discordo da visão que as tendências “Politicistas” possuem das perspectivas que eles chamam de “Macro-sociais”. Considero que em uma conjuntura marcada pela revalorização da história política, da função dos indivíduos na história, de reflexões que procuram entender a

subjetividade dos indivíduos; o esquecimento das reflexões oriundas do marxismo, da Teoria da Dependência e de outras escolas de conhecimento que valorizam a economia de um país, o papel das Relações Internacionais nas políticas nacionais, empobrece qualquer trabalho. Entendo ser de suma importância o diálogo entre estas vertentes explicativas. Por estas razões, o estudo das trajetórias dos dirigentes ditatoriais pode ser fundamental para um trabalho dialético porque relaciona a biografia de cada militar com a sociedade e a instituição castrense em que estes oficiais militares estão inseridos. As disputas sociais permeiam a instituição militar e condicionam as escolhas de todos os indivíduos.

No que se refere as minhas escolas conceituais, entendo Por *Regime Ditatorial Empresarial-Militar* como uma forma de dominação formada por diversas instituições com interdependência recíproca onde as instituições repressivas e burocráticas do Aparelho de Estado controlam, ou “hegemonizam”, os demais ramos e aparelhos de tal estado – daí Ditadura –; Empresarial devido ao fato da maioria dos burocratas do “primeiro escalão” dos Regimes serem em sua maioria empresários, técnicos ou administradores de grandes empresas, sendo por isso representantes das grandes empresas. Em segundo lugar, que as políticas públicas destas ditaduras “favorecem quase exclusivamente aos interesses empresariais específicos contra outros setores da sociedade civil” (DREIFUSS: 1981; p. 110). Tais empresários estabelecem diversas conexões com os demais membros do regime, sobretudo, os militares. *Militar* diz respeito ao fato dos militares ocuparem os principais postos de comando de Estado e que através das instituições criadas e exercidas pelos militares eram desempenhadas as principais políticas públicas. Em resumo: “a predominância da burocracia militar no conjunto da burocracia obriga o analista a enfatizar sobretudo as características específicas desse setor enquanto ramo dominante do aparelho repressivo, nos quadros de uma forma de Estado ditatorial” (MARTINS FILHO: 1993; p. 24).

Neste trabalho, o termo prosopografia é entendido como “um estudo das características básicas comuns de um grupo de indivíduos por meio do estudo coletivo de suas vidas” (AMARAL: 2005; p. 17). As características desta abordagem podem ser sintetizadas:

“(...) Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou

atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos; enfim, conhecer os modelos e/ou as estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar, via mecanismo de reconversão social, um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta (HEINZ: 1999; p. 47”).

O uso da Prosopografia permite cruzar as diversas trajetórias e interpretar determinados aspectos de tais trajetórias como a geração, gênero; a família; os laços do indivíduo com a sociedade e o contexto ao qual está inserido.

Analisarei as trajetórias dentro de uma instituição específica, as Forças Armadas, buscando identificar alguns fatores fundamentais da carreira que foi necessário percorrer para serem os generais-presidentes nos Regimes empresarial-militares.

O artigo está dividido em duas partes. A primeira é um panorama histórico da conjuntura anterior da eclosão do golpe militar e da fase de consolidação do regime empresarial-militar. Assim, a crise pré-golpe criou as condições para não somente para o golpe militar, mas também para a ascensão de um determinado perfil de oficial militar que dominaria as Forças Armadas e o país nos anos seguintes. Por “fase de consolidação” entendo o período de disputa entre as forças políticas que formaram a coalizão golpista. Unidas em um primeiro momento contra o governo de esquerda, tais forças políticas começam a se digladiar para obter a supremacia no regime logo após a vitória.

Na segunda parte deste artigo, farei a análise da carreira dos principais chefes militares da primeira fase dos Regimes Empresarial-militar a partir de fatores comuns: a) se fizeram algum curso nos Estados Unidos; b) a experiência política antes do golpe militar; c) a ideologia política destes militares com ênfase na presença da Doutrina de Segurança Nacional como elemento organizador da visão de mundo destes militares; d) Participação política destes militares na organização dos organismos de repressão e de inteligência das ditaduras. O objetivo será demonstrar os elementos comuns nas carreiras destes oficiais em realidades sociais diversas.

Não inclui a Argentina neste estudo pelo seguinte motivo: a Argentina foi o único país do Cone Sul que passou por duas experiências de

Regime Empresarial-militar. A primeira teve início após o golpe militar de 28 de junho de 1966, liderado pelo general Juan Carlos Onganía e que estabeleceu a autodenominada “Revolução Argentina”. A segunda, em 24 de março de 1974, liderada pelo general Jorge Videla, pelo almirante Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti, deu início ao “Processo de Reorganização Nacional”. Por esta razão, a Argentina demandaria duas análises e daí eu extrapolaria as normas de publicação desta revista.

CRISE POLÍTICA, GOLPE MILITAR E A CONSOLIDAÇÃO DOS REGIMES EMPRESARIAL-MILITAR NO CONESUL.

BRASIL

O sistema político democrático instaurado com a promulgação de uma nova Constituição, em 1946, possuía algumas forças políticas preponderantes: industriais, banqueiros, grandes latifundiários e burocratas ligados, em sua maioria, ao Partido Social Democrático (PSD), os quais em diversas ocasiões se aliaram aos dirigentes sindicais, burocratas, pequenos proprietários, membros das classes médias aglutinados no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A coligação destes partidos dominou a cena política entre 1946 e 1964.

Os principais adversários políticos da aliança partidária PSD-PTB eram o partido denominado UDN e os militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) e a corrente do Clube militar denominada “Cruzada Democrática”. A União Democrática Nacional (UDN) congregava políticos, latifundiários, empresários e burocratas defensores de um regime político restrito à participação popular, eram anticomunistas, defensores do fortalecimento do Capital estrangeiro no Brasil, de um catolicismo tradicional e da redução dos direitos sociais.

Os líderes da UDN e da ESG inicialmente tentaram chegar ao poder através das eleições, mas suas sucessivas derrotas fizeram algumas destas lideranças chegarem à conclusão que apenas chegariam ao Poder através de Golpes de Estado. Por esta razão, atentaram contra a democracia em 1950, 1954, 1955, 1956, 1961 (CARONE: 1985, pp. 41-207). Os Golpistas decidiram mudar as suas táticas após a derrota de 1961. Ao invés de ações em cada conjuntura, resolveram formar uma articulação visando ações a longo prazo. O exemplo mais significativo desta mudança política

é a fundação do Instituto de Pesquisas Estudos Sociais (IPES), um centro de estudo estratégico e político que visava não apenas a deposição de Goulart, mas também a instauração de um novo pacto social no Brasil. Entre os fundadores estava o general Golbery Silva e alguns dos mais ricos empresários brasileiros e sócios de empresas multinacionais (DREIFUSS: 1981; pp. 162-173).

Através do IPES, da ESG e de núcleos independentes de militares, políticos e empresários, a conspiração contra o governo Goulart avançou até o golpe empresarial-militar de 1º de abril de 1964.

No Brasil a fase de consolidação do Regime aconteceu entre 1964 e 1969 e envolveu dois processos complementares. Entre os militares, existiu duas possibilidades de participação castrense na Ditadura: a) a chamada “variante hierárquica”, onde o Regime seria orientado pelo respeito à hierarquia militar e a supremacia dos generais; b) a chamada “via dos quartéis”, onde prevaleceriam politicamente os quadros medianos da hierarquia, sobretudo os coronéis, que elegeriam os generais-presidentes como representantes dos quartéis (MARTINS FILHO: 1993; pp. 159). Tal debate ocorreu sem que a maioria dos atores políticos deste período tivesse total consciência deste fato. Entre as correntes não militares, o debate foi mais complexo. Em um primeiro momento, havia civis que desejavam um regime de curta duração e outros uma ditadura duradoura. Do mesmo modo, houve uma disputa entre os políticos tradicionais, isto é, membros dos partidos políticos entre 1946 e 1964 e os empresários e administradores de empresa que desejavam implantar no país um regime baseado na burocracia estatal. Neste caso, existiu uma conciliação de tendências: o regime foi duradouro – mais de 20 anos –; com supremacia da burocracia “tecnopresarial”. Mas, o sistema partidário foi mantido e os políticos tradicionais mantiveram seus poderes a nível estadual.

O regime iniciou a institucionalização de suas práticas políticas. No dia 9 de abril de 1964 os líderes golpistas promulgaram o Ato Institucional que reforçava o Poder Executivo ao permitir aos golpistas cassar mandatos, suspender direitos políticos e outras medidas repressivas. No dia 15 de abril, o general Humberto Castelo Branco assumiu o governo com o apoio de militares da ESG, empresários do IPES, políticos da UDN e do PSD. Castelo Branco e os demais golpistas iniciaram uma ofensiva contra os políticos de esquerda e os ligados ao presidente Goulart. Uma “onda” de violência se alastrou pelo país: tortura, prisões em massa, humilhações públicas.

Os militares que foram designados para o ministério de Castelo Branco foram: os generais Artur Costa e Silva (Guerra) e Ernesto Geisel (Gabinete Militar); o marechal Juarez Távora (Viação); o brigadeiro Néelson Freire Lavenère-Wanderley (Ministério da Aeronáutica) e o almirante Ernesto de Melo Batista (Marinha). Castelo criou também o Serviço Nacional de Informações (SNI) em 13 de junho de 1964. Seu primeiro chefe foi Golbery Silva. “O SNI combinou as funções de uma agência central de informações com as de um conselho de assessoria para a formulação de diretrizes políticas nacionais” (DREIFUSS: 1981; p. 421).

Nos primórdios do governo Castelo Branco, oficiais da jovem oficialidade militar começaram a atuar politicamente. Estes militares ficaram conhecidos pela atribuição de “Linha-Dura”. Buscavam maior rigor na depuração do sistema político e ampliar a participação militares no governo (MARTINS FILHO: 1993; p. 56). Em outubro de 1965, a vitória de dois candidatos da oposição PSD-PTB nos estados da Guanabara e Minas Gerais irritou profundamente os membros da “Linha-Dura” que ameaçaram iniciar um levante militar de grandes proporções. O ministro da Guerra, Marechal Artur e Silva, intermediou pessoalmente a solução e dissuadiu os radicais de iniciarem a resposta.

Os eventos de outubro de 1965 tiveram duas conseqüências fundamentais. A primeira foi a promulgação do Ato Institucional nº. 2. O fortalecimento da candidatura de Costa e Silva para a sucessão presidencial foi a segunda conseqüência. No período que se seguiu, entre 1965 e 1967, os Esguianos aprovaram leis repressivas, que “aprofundavam” o regime: a Constituição de 1967, a Lei de Imprensa e uma nova Lei de Segurança Nacional (MARTINS FILHO: 1993; pp. 85-96).

O marechal Artur Costa e Silva assumiu o governo em março de 1967. Seus ministros para as pastas militares foram: o general Aurélio Lyra Tavares (Exército); o almirante Augusto Rademaker (Marinha); o marechal-do-ar Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica); Jayme Portela de Melo (Gabinete Militar); o general Emílio Médici para a chefia do (SNI) e o general Orlando Geisel para o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Entretanto, outros quatro militares exerceram cargos ministeriais no governo em questão. Os generais Edmundo de Macedo Soares e Afonso de Albuquerque Lima foram indicados para os ministérios da “Indústria e Comércio” e do “Interior” respectivamente. Coronéis também chegaram a compor o novo ministério: José Costa Cavalcanti (Minas e Energia); Mário Andreazza (Transportes) e Jarbas Passarinho (Trabalho).

As contradições originárias do governo Castelo Branco se exacerbaram no governo seguinte. Em 1966, alguns líderes políticos cassados pelo golpe como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart criaram “Frente Ampla”, um movimento político defensor da redemocratização política, de uma política de crescimento econômico. A existiu até 1968. O movimento estudantil retomou os protestos anti-ditatoriais. Após o assassinato de um jovem secundarista, em março de 1968, os estudantes mobilizados da cidade do Rio de Janeiro receberam apoio de parcelas maiores da população e em várias capitais houve lutas de ruas entre estudantes e policiais. Em junho de 1968, a “Passeata dos Cem mil” representou o clímax de um processo de lutas populares contra o regime imposto em 1964. O Movimento Sindical organizou greves importantes. Vale citar a paralisação dos trabalhadores da siderúrgica “Belgo Mineira”, localizada na cidade de Contagem (MG), em abril de 1968. No mesmo ano, trabalhadores expulsaram o governador paulista Abreu Sodré das comemorações do Dia do Trabalhador. Em julho, os operários das fabricas de Osasco (SP) também paralisaram suas atividades. As reivindicações eram comuns: contra a Ditadura, sua política econômica e sindical (GORENDER: 2003; pp. 155-158). Militantes da nova esquerda revolucionária atuaram com destaque em diversos destes eventos.

Nesta conjuntura, as forças armadas uniram-se em defesa da Ditadura. Isto demonstra a importância da formação institucional e política destes oficiais para a condução do regime: colocou os conflitos “intra-militares” dentro de determinados limites. Todavia, as divisões na caserna permearam todo o período e definiram a direção de alguns dos processos mais importantes do governo Costa e Silva (MARTINS FILHO: 1993; p.112-122).

As correntes se digladiaram ao longo de 1968 e 1969. Dois temas mobilizaram os militares nestes anos: a sucessão presidencial e o aumento das ações armadas da esquerda revolucionária. Entretanto, o ditador Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral e ficou impossibilitado de governar. Assumiu o governo uma Junta Militar composta pelos ministros das três armas. Os demais ministros militares se dividiram para decidir quem assumiria. Com apoio da “Linha-Dura”, dos radicais da Aeronáutica e a Marinha de Guerra apoiaram o ministro Albuquerque Lima. Defendiam o controle militar dos recursos naturais brasileiros e por uma política de desenvolvimento industrial. Os demais ministros e facções militares se uniram contra a candidatura Albuquerque Lima

porque sua vitória significaria o aumento do poder político dos coronéis e demais oficiais não-generais. Vale citar os “esguianos” Orlando Geisel e Lyra Tavares; o “costista” Emílio Médici.

A “guerra civil” entra as correntes se exacerbou. A solução foi a formação de uma frente anti-Albuquerque Lima formada por militares independentes, Esguianos e parte dos Palacianos. Tal frente organizou a candidatura do general Emílio Médici, que assumiu em outubro de 1969.

CHILE

Os problemas políticos chilenos não foram iniciados pela vitória de Salvador Allende, candidato da coalizão socialista-democrática “Unidad Popular” (UP), nas eleições presidenciais de 1970. O Chile passava por sucessivas crises institucionais que refletiam um processo acelerado de polarização política nas últimas décadas. Nos anos 50, o presidente democraticamente Carlos Ibáñez de Camplo tentou implantar um Regime Ditatorial através da ampliação dos poderes presidenciais. Nos anos 60, as medidas anunciadas pelo então presidente Eduardo Frei Montalva – como a reforma agrária fortalecimento dos sindicatos operários e reformas sociais – deram início a uma luta entre as forças políticas da Esquerda e os políticos conservadores do Partido Demócrata Cristão, partido do presidente Frei, e que se opunham às mudanças sociais proclamadas (MUÑUZ: 2010, p. 45).

A crise também atingia o Exército. Os soldos dos oficiais declinaram ao longo da década de 60 e esta situação gerou atos de insubordinação de jovens oficiais em 1968. Em outubro de 1969:

“(...) o general de brigada Roberto Vieux, chefe da divisão do Exército (...) foi acusado de conspirar contra o governo e recebeu ordens para renunciar. Poucos dias depois, em 21 de outubro, tomou pela força o comando militar do Regimento Tacna, em Santiago. (...) [dias depois] Depois de extrair promessas do governo no sentido de aumentar o salário dos oficiais e implantar outras melhorias nas condições do Exército, Vieux se rendeu” (MUÑUZ: 2010, p. 45).

Estas crises fortaleceu as facções conservadoras das forças armadas chilenas. Além dos fatores nacionais, a dinâmica da Guerra Fria também influenciava o Chile. A vitória da Revolução Cubana também assustou as classes dominantes chilenas e fortaleceu o anticomunismo castrense,

baseado na Doutrina de Segurança Nacional, no Tradicionalismo e no Catolicismo. Entretanto, permaneceu forte um setor democrata-constitucionalista dentro do Exército, liderado informalmente pelos generais René Schneider – assassinado em 1970 por um grupo de terroristas apoiados pela Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) – e Carlos Prats, ministro da Defesa de Allende de 1970 até 1973.

Allende assumiu o governo em novembro de 1970 e iniciou o programa da “Via chilena para o Socialismo”, que consistia em uma série de reformas sociais como a Reforma Agrária, nacionalização das indústrias mineradoras, do sistema bancário, do setor terciário; do refino e distribuição do petróleo e seus derivados; controle social de todos os setores econômicos então controlados pelos grandes monopólios nacionais e estrangeiros (SADER: 1991; pp. 50-51). A população trabalhadora apoiou as reformas. Contudo, as Direitas se opuseram: os EUA e empresários chilenos boicotavam a economia nacional. Membros das classes médias organizaram várias manifestações; elementos do grupo fascista *Pátria y Libertad* realizavam ataques terroristas, comerciantes estocavam produtos para vendê-los no “mercado negro”. Todos esperavam vencer Allende através do estrangulamento da economia. Falharam: os trabalhadores permaneceram fieis ao governo; operários ocupavam fabricas; agricultores realizavam as expropriações dos latifundiários; os trabalhadores urbanos organizaram uma rede paralela de matérias-primas e produtos básicos para evitar que os estabelecimentos fabris parassem e que a população pobre morresse de fome. Era o “Poder Popular”.

A Direita buscou vencer as eleições legislativas nos primórdios de 1973 para aprovar no Congresso o impeachment de Allende. Contudo, a Unidad Popular obteve 44% dos votos válidos e por esta razão, os partidos de Direita não possuíam um numero suficiente de parlamentares para esta manobra. Por esta razão, o Golpe de Estado tornou-se o último recurso. No dia 11 de setembro de 1973, a Marinha se rebelou na cidade portuária de Valparaíso; os militares do Exército e os Carabineiros – espécie de polícia nacional – ocupavam o país e prendiam líderes sindicais e aliados da “Unidad Popular”. A Força Aérea bombardeou o palácio presidencial. Os golpistas exigiram a renúncia de Allende. Este não aceitou. Decidiu morrer lutando. Allende faleceu defendendo a democracia, a liberdade, o socialismo, o fim de todas as explorações. Seus assassinos representavam o contrário de tudo isto. Na noite do mesmo dia foi anunciada a Junta Militar que passaria a governar

o país: general Augusto Pinochet, comandante do Exército e chefe da Junta Militar; almirante José Merino, comandante da Marinha imposto pela Junta e um dos primeiros conspiradores; general Gustavo Leigh, comandante da Força Aérea e aquele que convenceu Pinochet a aderir ao golpe; César Mendoza, comandante dos Carabineiros e que também chegou ao posto através da indicação da Junta e do seu papel na conspiração.

Neste artigo, vou me limitar à fase de consolidação do Regime que vai de setembro de 1973 até 24 de julho de 1978, data em que Pinochet afastou da Junta Militar o general Leigh, o último opositor governista à supremacia de Pinochet no governo do Chile. Analisarei também a carreira dos generais Sergio Arellano Stark, Oscar Bonilla, e do coronel Manuel Contreras, chefe da polícia secreta do Regime, a DINA, além dos membros da Junta Militar.

Os primeiros dias da Junta Militar foram marcados pela violência. Militares atacaram focos de resistência popular nas áreas industriais, nas cidades e no campo. Execuções sumárias eram realizadas nas ruas. “(...) calculava-se que o número de mortos era em torno de 1 500 a 3 000. Corpos jaziam nas ruas de Santiago (...) aviões da FACH [Força Aérea Chilena] metralhavam as *poblaciones*, vila de gente pobre” (MUNIZ BANDEIRA: 2008; p. 556). Paralelamente, o regime rompeu relações diplomáticas com Cuba e foi reconhecido pelo Brasil com entusiasmo. O Brasil enviou alimentos, medicamentos e militares especializados em tortura para o Chile. Foram construído diversos campos de concentração para receber políticos de esquerda.

A Junta dissolveu o Congresso chileno, permitiu que apenas dois jornais permanecessem funcionando: El Mercurio e o La Tercera, pertencentes a grandes empresários e conspiradores. Expurgos nas universidades e no funcionalismo público eram realizados. “E, como na Alemanha nazista, os militares chilenos começam a incinerar livros na praça pública” (MUNIZ BANDEIRA: 2008; p. 564). O general Arellano Stark, então comandante da 2ª Divisão do Exército, passou a percorrer o país a bordo de um helicóptero Puma e em suas paradas em quartéis e campos de concentração, executou com crueldade diversos dissidentes.

Em novembro de 1973, a Junta anunciou “que sua finalidade é criar uma ordem social nova” (SADER: 1982; p. 119). Seu ministério também foi anunciado. Além dos membros da Junta, eram militares o Ministro das Relações Exteriores, Almirante Ismael Huerta, do Interior, general

Oscar Bonilla; o Secretário Geral do Governo, o general Pedro Ewing Hódar; o ministro da Economia, general Rolando González; o ministro das Finanças, o almirante Lorenzo Gotuzzo (MUÑOZ: 2010; p. 85). Contudo, o general González foi substituído pelo empresário Fernando Léniz, que no poder, trouxe para o governo um grupo de economistas que em sua maioria, estudaram na Universidade do Chile e fizeram cursos na Universidade de Chicago, além de fazerem oposição ao governo Allende. Eram os chamados “Chicago Boys”, que dominariam a economia chilena.

Outro passo na institucionalização chilena foi a criação da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), em 14 de julho de 1974, comandada pelo coronel Manuel Contreras, aliado de Pinochet. A DINA era a polícia política do regime e rivalizava com o Serviço de Inteligência Militar, então comandada pelo general Augusto Lutz, rival de Pinochet no governo militar. Pinochet demitiu Lutz do seu cargo e o colocou no posto de Secretário da Junta. A influência de Lutz declinou no Exército, enquanto através da DINA, Pinochet se fortalecia.

Assim, o Regime Empresarial-Militar chileno se institucionaliza em dois eixos diversos e totalmente complementares. Por um lado, o “empresarial”, dos “Chicago Boys”, com o apoio dos monopólios nacionais e internacionais comandados pelos empresários Fernando Léniz (1973-1975) e Sergio de Castro (1975-1976), que reorganizaram a economia chilena em novas bases neoliberais: empresas públicas são privatizadas, direitos sociais e trabalhistas são retirados. Após anos de recessão econômica, os índices do Produto Interno Bruto do país tornam a crescer a partir de 1977. Era o “Milagre Chileno”.

Por outro lado, temos o fortalecimento do poder político dos militares liderados por Pinochet. Não conheço trabalho que analise a formação de correntes militares no governo da Junta. A maioria dos trabalhos valoriza a atuação individual dos oficiais chilenos e, por isso, seguirei essa vertente. A primeira disputa é entre o ministro do Interior, Oscar Bonilla, e Pinochet. Segundo Eder Sader, o general Bonilla passou a ser a voz dos militantes do partido Democrata-Cristão e dos setores descontentes da burguesia (SADER: 1982; p. 120). Contudo, já em maio de 1974, Bonilla abandonou politicamente estas posições e passou a apoiar Pinochet e dos “tecno-empresários” do “Chicago Boys”. No mês seguinte, o general Bonilla morreria no ano seguinte em um suspeito acidente de helicóptero. O general Lutz, faleceu em 1974 também em

circunstanciais pouco claras. O general Sergio Arellano foi para a reserva após se afastado por Pinochet do comando de tropas. Paralelamente ao afastamento e desaparecimento de seus rivais, Pinochet também fortalecia suas posições no exército através da promoção de militares aliados: Sergio Covarrubias, Julio Canessa.

O principal adversário de Pinochet era Gustavo Leigh. Leigh foi membro mais radical da Junta, coordenou pessoalmente o bombardeio ao “Palácio de La Moneda”, postulou a presidência da Junta Militar e no primeiro pronunciamento público, declarou que a Junta iria extirpar do câncer marxista do Chile. Quando foi anunciada a política econômica dos “Chicago Boys”, juntamente com Bonilla e Arellano, Leigh se opôs às privatizações e aos graves custos sociais das medidas. Pinochet prosseguiu devido ao fundamental apoio do almirante José Merino e da Marinha de Guerra.

O capítulo final desta disputa teve início em 1977. Neste ano, a Assembléia Geral das Nações Unidas condenou o regime chileno pelas violações dos direitos humanos. Em resposta, Pinochet decidiu convocar um plebiscito para demonstrar ao mundo que o povo chileno estava ao seu lado. Merino e Leigh se opuseram a esta medida mas apenas o segundo manteve a posição. “(...) segundo os resultados oficiais, votaram 5 566 288 pessoas: 75% votaram afirmativamente, 20% votaram “não”, e 5% dos sufrágios foram nulos ou brancos” (HUNEEUS & OLAVE: 1987; p. 283).

Pinochet resolveu comemorar o resultado do plebiscito em janeiro de 1978 e Gustavo Leigh não compareceu à cerimônia. Em julho do mesmo ano, Leigh apresentou a um jornal italiano um programa de transição política para o Chile, onde capitaneava as reivindicações de setores liberais chilenos. Declarou também que “renunciaria à Junta caso provas confiáveis viessem à tona implicando o governo militar chileno no assassinato, em 21 de setembro de 1976, do diplomata e político exilado Orlando Letelier em Washington” (MUÑOZ: 2010; p. 95). Letelier foi assassinado pela DINA.

Devido a estas declarações, Pinochet conseguiu apoio da Marinha e dos Carabineiros para demitir Leigh da Junta. No dia 24 de junho de 1978, em meio a uma operação militar, Pinochet expulsou Leigh do governo chileno. Tal medida abriu uma crise na Força Aérea Chilena (FACH) pois os demais generais da FACH se solidarizaram com Leigh e se propuseram a organizar uma resistência armada. Com a recusa de

Leigh, apresentaram suas renúncias. Apenas o general e então ministro da Saúde, Fernando Matthei, aceitou suceder Leigh. O poder de Pinochet estava consolidado.

URUGUAI

O Uruguai combinou na maior parte do século XX estabilidade democrática e crescimento econômico. A construção de navios frigoríficos, no final do século XIX, permitiu a organização de uma economia baseada na exportação de carne bovina, couro e de lã para as economias capitalistas da Europa Ocidental. Os recursos provenientes das exportações e os investimentos estrangeiros no Setor Terciário da economia geram tamanha prosperidade que o país ganhou o apelido de “Suíça Americana”.

Reformas sociais e políticas acompanharam este período. O governo de José Battle y Ordóñez (1903-1915) iniciou profundas reformas sociais ao estabelecer um funcional sistema de previdência pública, a nacionalização de alguns serviços públicos e a gratuidade no ensino público. Politicamente, o sistema parlamentar tinha como base dois partidos: o Partido Nacional – mundialmente conhecido como o Partido Blanco, cuja maioria dos seus dirigentes é ligada aos proprietários rurais – e o Partido Colorado – ligado aos setores urbanos.

As exportações de carne e lã cresceram muito após a Segunda Guerra Mundial e estes recursos foram em parte aplicados nos setores industriais. Houve com esta política uma dinamização da economia nacional que refletiu na composição social do país: “(...) o número de empresas industriais aumentou 140%, o número de trabalhadores, desse setor, 600% e o de estudantes 500% (FIALHO: 1979; p. 30). Nesta conjuntura, cresceu a influência política dos partidos de esquerda; comunista e socialista. Surgiu também um organizado e combativo movimento operário, organizado, sobretudo, nos arredores da capital nacional, Montevideo.

Os anos de crescimento econômico foram interrompidos com a recessão internacional dos anos 60. O governo respondeu à crise através de reformas que afetavam principalmente os trabalhadores que organizaram diversas greves. Em várias ocasiões, a polícia foi convocada para reprimir os grevistas. Em resposta à repressão governamental e visando o fortalecimento da categoria, os trabalhadores fundaram em 1962 a Convención Nacional de los Trabajadores (CNT).

A polarização social acompanhava a política. Desde a Revolução Cubana de 1959, os EUA aumentavam a pressão política na América Latina visando isolar politicamente Cuba e evitar uma nova revolução. E por esta razão, a lógica da “Guerra Fria” passou a fazer parte das disputas políticas uruguaias: grupos de extrema-direita realizam ataques a trabalhadores e estudantes de esquerda. O governo transforma a repressão aos sindicatos em política públicas através das chamadas *Medidas de Seguridad*, utilizada pela primeira vez em 1962. Quatro anos depois, adoção de novas medidas anti-operárias em 1966 acarretou em um “(...) confronto total entre os trabalhadores e as forças repressivas, sob o comando dos Coronéis Arguerrondo e Balestrino (FIALHO: 1979; p. 35)”.

Em 1965, é organizada a organização guerrilheira *MLN-Tupamaros* (Movimento de Libertação Nacional Tupac Amaru). Nos anos posteriores, os Tupamaros realizaram assaltos, sequestros e assassinaram um agente estadunidense da CIA.

As eleições presidenciais estavam marcadas para 1971 e foram intensamente disputadas. Os partidos de centro-esquerda e de esquerda – liderados pelos Socialista e Comunista – organizaram uma coligação política denominada “Frente Ampla”. A campanha da “Frente Ampla” contou com apoio de setores populares da sociedade uruguia e sofreu com a violência inflingida pelos radicais de extrema-direita. A direita apoiou a candidatura do fazendeiro conservador Juan María Bordaberry Arocena que venceu as eleições.

A vitória da Direita não trouxe estabilidade política ao Uruguai. Aumentou o número de ações dos Tupamaros e dos grupos de extrema-direita.

“(...) havia várias outras organizações de direita, tais como Defesa Armada Nacionalista DAN, Comando Armando Teles, Tradición, Familia y Propriedad, Brigada Nacionales, Adelante Uruguay, Legión Artiguista, Organización de Padres Democráticos ORPADRE e Comando Caza Tupamaros, que atuavam como “esquadrões da morte”, nos moldes existentes no Brasil, e, perpetravam, com total impunidade, atentados contra casas particulares, comitês políticos e lojas de pessoas da Frente Ampla, ou vinculados por laços de família a Tupamaros” (MUNIZ BANDEIRA: 2006; p. 244).

Sedes do Partido Comunista do Uruguai eram incendiadas e novas *Medidas de Seguridad* eram realizadas. A militarização do Estado uruguio

se fortaleceu em setembro de 1971 quando o então presidente Jorge Pacheco Areco recomendou que era papel dos militares o combate à esquerda e com este intuito, três meses depois fundou o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (ESMACO).

Dirigentes Tupamaros foram capturados e torturados em 1972 e fortalecia dentro das Forças Armadas uruguaiaias uma tendência que defendia a Doutrina de Segurança Nacional somada a um catolicismo conservador. A facção militar responsável por divulgar tais ideais era o grupo “Tenientes de Artigas”. Neste mesmo ano é aprovada a “Ley de Seguridad del Estado y Orden Público”. Redigida por juristas conservadores, dava plenos poderes para o Estado agir contra as organizações operárias e guerrilheiras. Em abril do mesmo ano, foi declarado “Estado de Guerra Interna”.

Em fevereiro de 1973, estes militares divulgaram o “Comunicado n.7”, em que afirmaram que as Forças Armadas devem intervir na política para preservar a lei e reorganizar moral e materialmente o país. O comunicado foi acompanhado de diversas rebeliões de militares reacionários e radios foram tomadas por militares insubordinados. Uma das consequências das rebeliões foi a renúncia do Chefe da Armada de Guerra, almirante Juan José Zorrilla.

Os líderes da conspiração contra a democracia eram os seguintes generais: Hugo Chiappe Posse, Esteban Cristi, Julio César Vadora e Eduardo Zubía. Um dos seus principais aliados era o comandante do ESMACO, general Gregorio Conrado Alvarez Armelino. Militares ligados a organização “Tenientes de Artigas”.

A solução desta grave crise foi a assinatura por Bordaberry do “Pacto de Boiso Lanza” que entre outras medidas instituiu o “Conselho de Segurança Nacional”(Consejo de Seguridad Nacional-COSENA), em que o presidente apoiava a função das Forças Armadas em manter a Segurança Nacional.

O golpe de 27 de julho de 1973 foi organizado por Juan Maria Bordaberry e pelos ministros Walter Ravenna, Defesa Nacional, e Nelson Bolentini, Interior. Os três anunciaram a dissolução do Senado uruguaio e da Câmara dos Representantes – equivalente à Câmara dos Deputados – e sua substituição pelo “Conselho de Estado”; estabelecia censura em todos os meios de comunicação e facultava as Forças Armadas e Policiais de fazer valer as ordens presidenciais. Os generais Gregorio Alvarez Armelino, Esteban Cristi e os coronéis Alberto Ballestrino y el coronel

Hugo Arregui foram pessoalmente se certificar do fechamento do legislativo uruguaio. Após o anúncio de golpe, a CNT organizou uma greve geral que durou 15 dias. A repressão à resistência operária foi sangrenta.

A primeira formação do Conselho de Estado contou com a participação de juristas conservadores, membros do Partido Nacional (Blanco) e militares. Reuniu-se pela primeira vez em dezembro de 1973. O processo de militarização do Estado: o ESMACO através dos serviços de inteligência militar controlava as atividades políticas e sociais da população. Cada divisão do Exército uruguaio tinha o seu “Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (OCHOA)” que destacava patrulhas para caçar e executar adversários do Regime. A tortura foi institucionalizada em nome da Segurança Nacional.

Entretanto, o governo passou a ser exercido, de fato, pela Junta de Oficiais Gerais assessorados por coronéis e tenentes coronéis treinados na “Escuela das Américas” no Panamá. O governo afirmava não apenas sanear a política uruguaia dos marxistas mais também

“la depuración de la corrupción económica, de los negociados de los grandes empresarios y banqueros, y del mundo político. Al término de ese proceso, según el programa de 1974, se volvería a un régimen republicano representativo con partidos políticos y elecciones. Se señala, por otra parte, la existencia de un tutelaje militar que custodiaría la seguridad nacional”(TERRA: 1984; pp. 150-151).

Em 12 de junho de 1976, as Forças Armadas depuseram Juan Maria Bordaberry, em consequência de suas divergências com as Forças Armadas e iniciaram uma série de reformas no sistema político ditatorial: foi decretado o Ato Institucional n.º1, o qual cancelou todas as atividades eleitorais e no dia 26 de julho, o Ato Institucional n.º 2 estabeleceu o Conselho da Nação, a maior instância governamental e cuja missão era “encaminhar o processo de institucionalização do Uruguai [uma vez que designará] o Presidente da República, o Presidente e membros do Conselho de Estado e os componentes da Suprema Corte de Justiça e do Tribunal Eleitoral” (JORNAL DO BRASIL: 26.06.1976).

Sobre o Conselho de Estado:

“Criado pelo segundo Ato Institucional do novo governo, promulgado a 14 de junho, o novo organismo é composto por

25 membros do Conselho de Estado (que substitui o Congresso como órgão legislativo) e pelos 21 oficiais da mais alta patente das Forças Armadas. A fração militar do Conselho compreende 13 generais-de-exército, encabeçados pelo Comandante-em-Chefe, General Julio César Vadora, cinco oficiais da Aeronáutica e três da Marinha” (JORNAL DO BRASIL: 26.06.1976).

O Conselho de Estado passou a ser eleito apenas por uma Junta de Oficiais Gerais. Estes eventos marcaram o início do apogeu da Ditadura Militar Uruguaia. Nos anos seguintes, a Ditadura buscou conciliar a repressão com a construção ideológica da “Orientalidad”, isto é, a busca das “qualidades espirituais específicas da nação uruguaia”, suas verdadeiras tradições e a essência nacional que deve ser protegida da contaminação marxista. O estudo da forma como o Regime ditatorial Empresarial-militar buscou construir sua legitimidade política foge dos objetivos deste trabalho.

2. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS MILITARES: UM ESTUDO POR ANALOGIAS.

Considero um estudo por analogia aquele que encontra as semelhanças em regimes países diversos.

A) CURSOS NOS EUA

A formação das Forças Armadas na América Latina contou com o auxílio de países e oficiais estrangeiros desde o século XIX. Até a Segunda Guerra Mundial, esta ajuda se deu através do emprego de estrangeiros como mercenários – como o Lord Cochrane, que serviu nas marinhas do Brasil e no Chile –; do envio de missões militares ao exterior para a modernização das forças armadas nacionais – o Brasil, como a Argentina e o Chile, enviaram missões à Alemanha e França na década de 1910 e 1920 –; ou da chegada de missões de militares estrangeiras aos países latino-americanos as quais visavam comercializar os artefatos bélicos de seus países.

A Segunda Guerra Mundial modificou este quadro. Os Estados Unidos passaram a reconhecer nas Forças Armadas do Cone-sul como aliadas na luta contra o Nazi-fascismo e posteriormente, contra o comunismo da URSS. Por último, os militares também poderiam ser, segundo o Estado estadunidense, agentes da modernização capitalista

em seus países (DREIFUSS, 1981; p.172, pp. 214-215). Por estas razões, os EUA passaram a oferecer cursos para oficiais da América Latina. A principal instituição militar dos EUA para a América Latina foi a “Escuela de las Américas” que foi fundada em 1946 no Fort Benning (Georgia) e posteriormente transferida para o Panamá. Milhares de oficiais passaram por esta instituição onde estudaram entre outros cursos, Contra-insurreição, Inteligência, táticas anti-guerrilha.

O contato com oficiais dos EUA não resultou apenas na difusão da Doutrina de Segurança Nacional – veremos mais a frente este objeto – ; mais também, uma visão positiva da democracia dos EUA e de seu desenvolvimento econômico. Por este motivo, os regimes ditatoriais das décadas de 60 à 80 não eram avessos à democracia, mais possuíam uma visão instrumental deste regime político: seus dirigentes diziam que o regime militar era necessário para conter o comunistas e desenvolver a economia.

Brasil

O Brasil foi o país onde encontramos o maior número de oficiais que estudaram nos EUA: 12 de 18, ou seja, 67%. A lista é expressiva. Frequentaram a Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth os seguintes militares: Humberto Castelo Branco (1942); Ernesto Geisel e Golbery Silva. Os oficiais que participaram do governo Costa e Silva e também estudaram no Fort Leavenworth foram: Lyra Tavares; Orlando Geisel e o brigadeiro Márcio Melo.

Os demais oficiais: Artur Costa e Silva estudou no Fort Knox (EUA) em 1944; Nelson Batista, missão naval brasileira em Miami (EUA) durante a Segunda Guerra Mundial; Néelson Wanderley fez o curso de formação de aviadores militares do Exército dos EUA no Air Corp Training Center. Todos estes do governo Castelo Branco. Os membros do governo Costa e Silva: o almirante Rademaker fez cursos no Navy Admiralty Law and Practice e Military Sea Transportation and Shipping Control em 1961; Albuquerque Lima estudou no Fort Belvoir nos anos 40 e o então coronel Costa Cavalcanti cursou Infantry School Advanced Course, em Fort Benning.

Emílio Médici foi adido militar nos EUA e Juarez Távora participou da “Comissão Mista-Brasil EUA”. Em termos numéricos: 86% dos militares dirigentes do governo Castelo Branco realizaram cursos

profissionais nos EUA e 55% dos militares que exerceram funções de direção no governo Costa e Silva.

O Brasil possui peculiaridades neste ponto. O país enviou tropas para combater os nazistas na Segunda Guerra Mundial e desta experiência surgiram inúmeras amizades entre oficiais brasileiros e ianques além uma visão positiva do exército e sociedade dos EUA. Quando retornaram ao Brasil, alguns militares se mobilizaram politicamente para criar instituições militares análogas àquelas dos EUA. A mais importante foi a Escola Superior de Guerra (ESG) que foi fundada em 1949 por inspiração da experiência existente no Colégio Nacional de Guerra dos Estados Unidos (*National War College* – NWC). Porém, diferente da NWC a ESG aceitava civis nos seus corpos docentes e discentes. Seus professores eram oriundos dos EUA, do Brasil e de outros países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sobretudo da França e Inglaterra (DREIFUSS: 1981, pp. 77-82).

Chile

Os militares chilenos apresentam números análogos aos Brasileiros: 67% dos militares analisados realizaram cursos nos, 22% não fizeram e não consegui informações de 11% deles. Augusto Pinochet realizou o Curso de Comando e Estado Maior no Fort Benning, EUA³; O almirante Merino participou de patrulhas militares junto à Marinha dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial; Gustavo Leigh realizou o curso de Defesa Antiaérea em la Zona del Canal de Panamá; entre 1952 e 1953, realizou um novo curso na Escola da Força Aérea dos EUA, em Wyoming; Arellano Stark também cursou Estado Maior na Escola de Comando e Estado Maior em Fort Leavenworth; o coronel Contreras estudou “informação e contra-informações no Exército dos Estados Unidos, em Fort Belvoir, na Virgínia, e em Fort Benning, na Geórgia” (MUÑOZ: 2010; p. 79) – talvez nestas instituições aprendeu os métodos que utilizaria no comando da DINA –; e Augusto Lutz realizou o “Curso de Comando e Estado Maior” na Escola das Américas. César Mendoza e Oscar Bonilla não realizaram nenhum curso nos EUA.

Uruguai

Nenhum militar que participou do golpe no Uruguai e\ou foi membro da primeira fase do regime Empresarial-militar neste país realizou

cursos de formação profissional nos EUA. O general Julio Ventora foi adido militar nos anos 60.

B) EXPERIÊNCIA POLÍTICA ANTERIOR AO GOLPE

Brasil

Os militares brasileiros também participaram ativamente da política entre as décadas de 1940 e 1950. A trajetória política destes militares diverge em poucos eventos. Vou tomar a trajetória do general Castelo Branco como padrão e apontar algumas divergências. Castelo Branco, em 1952, integrou grupo de militares de direita, aliados da UDN e favoráveis ao fortalecimento dos monopólios estrangeiros no Brasil. Apoiou a tentativa de deposição de Getulio Vargas em 1954. Ernesto Geisel, Golbery Silva, Juarez Távora, Albuquerque Lima também. Em 1955, foi favorável ao impedimento da posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. O então Ministro da Guerra, Henrique Lott, reagiu a este golpe e realizou um “contra-golpe” em novembro de 1955 para garantir a posse de Kubitschek. Castelo Branco, Juarez Távora e Jayme Portela estiveram na oposição à Lott. Todos os militares foram opositores ao governo João Goulart.

Chile

O Exército chileno era conhecido até a década de 60 como o exemplo de Forças Armadas profissionais, apolíticas e constitucionalistas. Esta é uma interpretação apressada do processo político-militar chileno. No período da presidência de Allende a participação política dos militares chilenos se tornou mais evidente. O almirante Merino o principal conspirador da Marinha. Além dos contatos com empresários, militares e espiões dos EUA, Merino no início de 1973 pediu para empresários e economistas conservadores chilenos um plano para o Chile pós-Allende. Tal plano recebeu colaboradores de técnicos da CIA e serviu de base para as políticas neoliberais impostas após 1973 (MUÑOZ: 2010; pp. 86-88).

Outros conspiradores foram Gustavo Leigh, Arellano Stark e Oscar Bonilla – ambos estabeleceram contato entre os militares golpistas e políticos do Partido Democrata Cristão. Assim: 44% foram membros atuantes da conspiração, não encontrei informações sobre 34% deles –

Contreras, Lutz –; e considereei 22% não participaram da conspiração. Os nomes são de Augusto Pinochet e Cezar Mendosa. Ambos chegaram à Junta devido aos postos que ocupavam antes do golpe. O caso de Pinochet é singular: pessoalmente cauteloso, avesso a tomar partido de polémicas políticas, ascendeu na carreira militar por não chamar a atenção. Integrou a conspiração muito recalcitrante no dia 9 de setembro.

Uruguai

O exército uruguaio também era considerado apolítico como o exército chileno. Por ironia do destino, nestes países os golpes e os regimes militares foram extremamente violentos. Todos os militares uruguaio participaram da organização do Golpe. O General Gregorio Alvarez Armelino era partidário do Partido Nacional nos primórdios da década de 1970 foi designado pelo presidente Jorge Pacheco para combater os guerrilheiros. Na conjuntura foi criado o Servicio de Información y Defensa (SID), então dirigido pelo cel. Ramón Tróval. Os generais Gregório Alvarez e Estevan Cristi foram os principais articuladores do golpe, mas, divergiam da forma como este deveria ocorrer. O primeiro defendia uma intervenção decisiva, em um só lance e em profundidade. Gregório Alvarez era partidário de um processo gradual. Todavia, ambos concordavam que uma Ditadura acabaria com a corrupção, com a ineficiência política e com os marxistas (MUNIZ BANDEIRA: 2008; p. 433).

C) IDEOLOGIAS: DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E CONSERVADORISMO-MILITAR.

Brasil

A ESG foi a principal difusora do pensamento da DSN no Brasil. A ideologia esguiana não pregava apenas o anticomunismo, o militarismo, a adesão à política externa dos EUA mais propunha fazer do Brasil uma potência capitalista que controlaria a América do Sul e o Atlântico Sul. Para realizar esta tarefa, a ESG propunha desenvolver economicamente o Brasil através de um processo contínuo de industrialização e integração das regiões nacionais. Paralelamente, as economias dos países vizinhos seriam integradas e subordinadas à brasileira. Para realizar todas estas tarefas, os “esguianos” se propunham a reformar as instituições nacionais e eliminar, até fisicamente, os oponentes, caso estes sejam comunistas.

Esta ideologia não é apenas militar. Diversos empresários e técnicos de multinacionais como Roberto Campos, Antonio Delfim Neto, Eugenio Gudín, Mário H. Simonsen participaram da elaboração da DSN brasileira. Uma diferença fundamental entre a DSN brasileira e a argentina e uruguaia é a pouca evidência do catolicismo conservador. Os militares brasileiros eram em sua maioria cristãos, mas, este elemento não foi um traço distintivo, atrativo e legitimador da DSN como foi nestes países citados. No caso brasileiro, a ideologia “racional-tecnocrata” e uma interpretação elitista de democracia exerceram as funções que em outros países foi exercida pelo catolicismo-conservador.

O general Costa e Silva foi o único que não foi membro ou estagiário da ESG e não encontrei informações sobre a participação do almirante Ernesto Batista nesta instituição. Sobre os demais 70%: Castelo Branco dirigiu o departamento de estudos da ESG; Ernesto Geisel integrava o corpo permanente da ESG desde 1952; Golbery Silva também passou a integrar a ESG em 1952 e foi o seu principal teórico; Juarez Távora foi nomeado comandante da ESG em 1956 e o brigadeiro Nelson Wanderley era da turma de 1956.

No governo Costa e Silva: Lyra Tavares era comandante da ESG em 1966; Rademaker integrou a turma da ESG de 1964; Marcio Melo a turma de 1953; Médici a turma de 1969; Albuquerque Lima a turma de 1963; Edmundo M. Soares integrava o corpo permanente da ESG desde 1950. No total: 67% foram membros da ESG; 11% não foram estudantes da ESG e 22% não encontrei informações.

Chile

Não havia uma instituição estatal difusora da DSN no Chile. Contudo, Contudo, “La DSN ilegó a Chile por dos vías: el numeroso contingente, más 6 000 hombres, entrenado en Estados Unidos, particularmente en la Zona del Canal Panamá, y el trabajo de propaganda emprendido por un de escritores, políticos y periodistas de la extrema derecha y de clara posición fascista” (VALDÉS: ; p.125). O general Pinochet e almirante Merino foram professores de Geopolítica nas academias militares de suas respectivas armas e, por conseguinte, difusores do pensamento da DSN no Chile. A Geopolítica é dos pilares fundamentais da DSN.

O “Instituto de Estudios Generales” foi uma instituição organizada e financiada pela CIA (VALDÉS: 1980; p.126) responsável pela

propagação da DSN no Chile. Seus alunos eram empresários, militares e membros de organização de extrema-direita que faziam parte da administração de Pinochet a partir de 1973. Os números: 22% dos militares da Junta foram membros ou docentes de matérias relativas à DSN; 22% com certeza não foram e não encontrei informações precisas de 56% destes.

Uruguai

A ideologia da direita militar uruguaia foi difundida entre os demais membros das Forças Armadas através da organização militar “Tenientes de Artigas”, fundada na década de 50 por Julio César Vendora e que ganhou a adesão de todos os oficiais golpistas citados neste trabalho. O “Tenientes de Artigas” se inspiravam na Ditadura espanhola de Franco – esta ditadura também influenciou muitos os militares chilenos da Junta Militar –; eram anticomunistas. Os seis traços fundamentais da ideologia dos “Tenientes de Artigas”:

“(…) 1) ‘ser nacionalista’, 2) ‘basarse en el ideario artiguista’ (que para el tenientismo es más hispánico que anglosajón: el procer José Artigas que todos conocemos, es tributario de la ideología liberal y de las revoluciones francesa y estadounidense, para ellos, no; es más medieval que hijo del Siglo de las Luces); 3) ‘popular’; 4) ‘revolucionario’, como el de nuestra primera independencia’; 5) ‘occidental y cristiano’ (destacó: “nuestra herencia hispana” y “la doctrina social católica”); y 6) ‘reivindicativo de las FFAA, como institución fundamental de la patria y de sus valores esenciales” (MINISTERIO DE LA DEFENSA NACIONAL: 2010).

Esta instituição existe até os dias atuais e na conjuntura do golpe serviu como núcleo organizador e homogeneidade dos membros da Ditadura uruguaio.

D) REPRESSÃO POLÍTICA E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Os Regimes Empresarial-militares do Cone Sul se caracterizaram pela repressão política e pelo desrespeito às vidas humanas. Contudo, estas ações continham viés político e social definidos em sua maioria: eram exercidas contra os militantes de esquerda, líderes sindicais, estudantes e membros radicais da classe média. Ou seja, opositores dos

Regimes Militares e os grupos que antes do golpe estavam no Poder. Tal repressão não se esgotava na “revanche” contra os antigos dominantes e nos inimigos imediatos do Regime mais visava remover os obstáculos para a implantação de uma nova ordem.

Esta é uma característica fundamental destas Ditaduras: não tinham em vista a substituição eterna da democracia, mais seus dirigentes entendia que era necessário uma ditadura militar para sanear politicamente o país dos comunistas, demagogos, populistas e corruptos porque o povo por si só era incapaz de realizar esta tarefa. Ao contrário: dada a miséria em que viviam, as massas eram facilmente cooptadas e enganadas pelos comunistas, populistas e os demais. Para esta tarefa, o saneamento político, era legítimo o extermínio dos opositores. É neste sentido que devemos entender as palavras de Gustavo Leigh “vamos exterminar o câncer marxista da sociedade”; as práticas do argentino “Processo de Reorganização Nacional”.

As oposições não receberam os Regimes Militares passivamente. As organizações guerrilheiras no Uruguai e na Argentina foram criadas antes dos golpes militares. O chileno MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) iniciou a organização de milícias armadas quando ficou claro para esta organização que a Direita se preparava para o golpe militar. A esquerda brasileira só começou a se organizar para a luta armada após o Golpe Militar. Entretanto, o golpe militar foi uma dentre as várias opções das Direitas no Cone-Sul para resolver as respectivas crises político-sociais. E após a vitória dos golpes militares, os Estados no Cone Sul foram organizados para a repressão política através da criação de serviços de inteligência e outras instituições. E possuíam homens preparados para executar estas políticas.

Brasil

O processo de militarização no Brasil tem início com o Golpe Militar e a imposição do Ato Institucional. O SNI inseriu seus agentes em todas as repartições públicas e assessorava o Presidente em temas como o da segurança interna à reforma agrária. Organizou o sistema brasileiro de inteligência e o principal exemplo da militarização do Estado. O Ato Institucional nº.2 determinou que todos os crimes enquadrados na Lei de Segurança Nacional passariam a ser julgados por juizes militares. Já analisamos a carreira dos militares que tomaram estas medidas: ex-alunos

da ESG e de escolas militares dos EUA, aliados da UDN e das multinacionais.

O avanço da militarização no governo Costa e Silva tem início com a criação em 1967 do Centro de Informações do Exército (CIEEX), com a decretação do AI-5 – que contou com o apoio de todos os ministros militares – e em 1969 com a organização da “Operação Bandeirantes” (OBAN) por iniciativa do empresário e político Roberto Abreu Sodré, o então comandante do II Exército, general Cavarravo Pereira. A OBAN tinha como meta centralizar e coordenar as atividades de todos os órgãos encarregados de reprimir a esquerda revolucionária. Posteriormente, a OBAN inspiraria a organização do sistema DOI-CODI – “Destacamento de Operações e Informações” e “Centro de Operações de Defesa Interna” –; os quais seriam fundamentais para a repressão interna (FON: 1979, pp. 17-19).

Os militares responsáveis pela liderança do combate às guerrilhas internas foram: Emílio Médici - Adido Militar em Washington entre 1964 e 1966; turma de 1969 da ESG, sem participação política ativa entre 1946 e 1964 –; Orlando Geisel – adido militar nos EUA na década de 50; estudou no Fort Leavenworth; aliado da Cruzada Democrática –; o general Canavarro Pereira – ex-aluno da ESG, golpista ativo em 1954 e 1955 –; e Syzeno Sarmento – membro da Cruzada Democrática, ex-aluno da ESG, golpista em 1954, 1955 e 1961. Ou seja: eram a elite das Forças Armadas no sentido organizacional e político como aqueles que participaram do governo Castelo Branco.

Chile

As cenas do bombardeio ao Palácio de la Moneda, dos soldados chilenos prendendo e espancando militantes da UP e as palavras do último discurso de Salvador Allende circularam o mundo. Porém, estas ações eram apenas o início da onda de violência política que se alastraria a todo o país. No mesmo dia, Pinochet e os demais membros da Junta moveram uma guerra contra os antigos partidários de Allende e contra os reais ou pressupostos inimigos do novo Regime. A Junta instituiu Estado-de-sítio e declarou que o país estava em Guerra.

A principal instituição de repressão política foi a DINA que era liderada por Contreras e estava sob a supervisão direta de Pinochet. Em 1975, Pinochet e Contreras fundaram a “Operação Condor”, um plano

de que contaria com operações de extermínio e seqüestro de ativistas de esquerda de toda o Cone-sul. A “Operação Condor” organizou de estado um maior que reunia como países membros a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Brasil e a Bolívia (MUÑUZ: 2010; pp. 119-121). As principais operações de extermínio da “Operação Condor” foram: o assassinato em setembro de 1976 do ex-ministro de Allende, Orlando Letelier; o atentado a bomba que assassinou o general e ex-ministro de Salvador Allende, Carlos Prats, no dia 24 de novembro de 1974. Em 15 de junho de 1976, o general e ex-presidente boliviano Juan José Torres foi assassinado a tiros na mesma cidade. Ex-congressistas uruguaios foram seqüestrados e torturados entre 18 e 21 de março de 1976

A marinha chilena, como a argentina, organizou diversos campos de concentração e tortura. Sob o comando do almirante Merino, navios-prisão como “Lebu”, “Maipo”, “Buque Escuela Esmeralda” foram lotados de prisioneiros políticos que eram barbaramente torturados. O brigadeiro Gustavo Leigh ficou conhecido como o mais “duro” da Junta Militar. Participou da formação do “Conselho de Guerra 1” que julgou, torturou e executou membros da FACH e civis ligados ao governo anterior. Leigh converteu o Serviço de Inteligência da Força Aérea (SIFA) em uma arma na rivalidade de Leigh com Pinochet e a DINA. O SIFA realizou diversas prisões e execuções esta subordinada ao Estado Maior da Força Aérea. Seus membros eram oficiais da FACH e civis da extrema-direita chilena (ROJAS: 2003, cap. 10).

O general Arellano Stark como Comandante-em-chefe do Exército, juiz militar e um dos principais articuladores do Golpe, organizou e integrou a “Caravana da Morte” que foi um grupo de oficiais militares que a bordo de um helicóptero “puma” percorreu alguns quartéis do país executando presos acusados por traição e subversão ao governo da Junta Militar. A “Caravana da Morte” se destacou pela crueldade dedicada a suas vítimas (MUNIZ BANDEIRA: 2008; p. 565).

Como os militares brasileiros e uruguaios, os oficiais chilenos estavam nos postos mais elevados da hierarquia militar antes do Golpe.

Uruguai

O processo de militarização da política uruguaia tem início uma década antes do golpe militar. Contudo, é a partir das eleições de 1971 que as táticas de contra-insurgência são postas em prática em escala

institucional pelo Exército uruguaio. Agentes do brasileiro SNI viajam ao Uruguai e auxiliam os oficiais locais na repressão política.

A repressão se institucionalizou no período seguinte ao golpe. Em cada divisão do Exército uruguaio foi organizada um “Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (OCHOA)”, parecidos com os DOI-CODIs do Brasil e que eram responsáveis pela perseguição, assassinatos e seqüestros de militantes de esquerda. Em 1974, o general Julio César Vendora tornou-se o comandante-em-chefe do Exército e coordenou período mais repressivo do Estado Empresarial-militar uruguaio. Vendora também foi o responsável pela secção uruguaia da “Operação Condor” e participou dos planos para os assassinatos dos ex-senadores Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz em Buenos Aires; do coronel Ramón Trópoli em Paris (LA REPÚBLICA: 01.02.2005).

O General Gregorio Alvarez coordenou a divisão do exército que mais torturou e matou durante os primeiros anos da ditadura uruguaia: a Divisão de Exército IV. Alvarez também colaborou com a “Operação Condor”. O General Posse integrou a Junta dos Comandantes-em-Chefe e articulou a atuação do exército com organizações de extrema-direita uruguaias e com grupos de extermínio. O general Rodolfo Zubía também colaborou com a “Operação Condor”.

CONCLUSÃO

Este artigo está dividido em duas partes. A primeira é um resumo sobre o período anterior aos golpes militares com ênfase na atuação dos militares. Os golpes foram respostas das classes dominantes às mobilizações das classes trabalhadoras por reformas – no caso no Brasil ou Uruguai –; ou a um processo revolucionário, no caso do Chile. Contudo, um dos setores da conspiração buscava não apenas depor o presidente em questão mas mudar o regime político e até mesmo a sociedade. Este setor era em sua maioria formado por empresários ligados às multinacionais estrangeiras que nas disputas pela hegemonia do regime empresarial-militar, venceram os projetos concorrentes devido ao apoio de um setor das forças armadas.

O perfil profissional deste setor militar segundo a minha pesquisa é: a) ex-aluno de uma instituição militar do exército dos EUA; b) membro e/ou aliado da Direita civil antes do golpe e ativo conspirador durante a crise que precedeu o golpe de estado; c) ideologicamente filiado à

Doutrina de Segurança Nacional e d) ligado à repressão política além dos serviços de inteligência criados para exterminar não apenas politicamente, mas chegando a aceitar a execução física dos adversários da nova ordem.

Por estes motivos, insisti no termo “Empresarial-militar” em todo o artigo porque entendo que não foram ditaduras de *militares* contra os *civis* ou *ditadura dos militares* contra o *restante da sociedade*. Do mesmo modo, não foram “Estados autoritários” pois considero o conceito de “autoritarismo” genérico demais para singularizar os regimes ditatoriais apresentados neste trabalho. Por exemplo, o conceito de “Autoritarismo” e não valoriza uma singularidade fundamental destas ditaduras: o caráter de classe. Foram ditaduras de um Bloco Político que uniu os setores politicamente hegemônicos das classes empresariais e uma corrente militar, analisada na segunda parte deste artigo.

A carreira dos militares que viriam a se tornar os “arquitetos” do regime militar foi construída dentro de uma instituição castrense marcada por clivagens sociais, políticas e institucionais. Contudo, até os golpes de estado, a facção militar hegemônica dentro destes Exércitos era uma coalizão da direita moderada e dos nacionalistas – no caso do Brasil – ; ou a “Democrata-legalista” – Uruguai e Chile. Esta situação mudou durante a crise pré-golpe: a luta política e as alianças com setores empresariais e monopolistas internacionais favoreceram o fortalecimento dentro dos Exércitos nacionais desta corrente pró-ruptura institucional e orientada pela DSN.

Por último, é necessário ampliar o leque das variantes para um entendimento ainda mais profundo destes regimes ditatoriais. O estudo sobre as *relações* entre o *empresariado* e os *militares* durante o Regime Militar; a comparação entre as instituições criadas em cada país pode lançar mais luzes neste período sombrio da América Latina.

NOTAS:

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ. Bolsista da CAPES. Endereço eletrônico: tiagobenin@yahoo.com.br Agradeço a Mariana Vitor Renou pela revisão da primeira versão deste trabalho.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ. Bolsista da CAPES. E-mail: tiagobenin@yahoo.com.br. Agradeço a Mariana Vitor Renou pela revisão da primeira versão deste trabalho.

² Guillermo O'Donnell tem uma vasta bibliografia e uma das características deste cientista político é suas mudanças de perspectiva teórico metodológica. Por isto, pode ser analisado em dois paradigmas.

- ³ Apenas o livro *Las fuerzas armadas de Chile: Un Caso de Penetración Imperialista*. Fernando Rivas S. y Elizabeth Reiman cita que Pinochet estudou em uma instituição militar dos EUA.

BIBLIOGRAFIA.

• Obras gerais.

- ABREU, Alzira Alves de (Coord.) ... et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV/CPDOC, 2010. Versão online.
- AMARAL, Sandra. *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Porto Alegre: Tese de Doutorado, PUCRS, 2005.
- BORÓN, Atílio. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clasco, 2004.
- CARONE, Edgard. *A república Liberal – evolução política*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- COLLIER, David (org.). *O Novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CORRÊA, Hercules. *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FIALHO, A. Veiga. *Uruguai: um campo de concentração?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FON, Antônio. *A história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*.
- HEINZ, Flávio. “Considerações acerca de uma história das elites”. *Logos – Revista de divulgação científica*. Canoas: Ulbra, n. 1, maio.1999. v. 11.
- HERRERA, Genaro. *El pensamiento político de los militares*. Chile: Editorial Aconcagua, 1981.
- HUNEEUS, Carlos & OLAVE, Jorge. “A Participação dos Militares nos Novos Autoritarismos: O Chile em uma perspectiva comparada”. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, 1987.
- JAGUARIBE, Hélio. “Brasil: Estabilidade social pelo colonial-fascismo?”. In: FURTADO, Celso. *Brasil: Tempos Modernos. Vol 1*. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1968.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clasco, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: EDUFSCar, 1995.

MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Bandeira. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe. *Transições do Regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *O Estado autoritário e os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ROJAS, Paz (Coord.) ... et al. *Páginas em blanco. El 11 de septiembre en La Moneda*. Santiago: Edición electrónica Equipo Nizkor. UE, 2003. <http://www.derechos.org/nizkor/chile/libros/blanco/>

SADER, Eder. *Um rumor de botas: A militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Polis, 1982.

SADER, Emir. *Democracia e Ditadura no Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TERRA, Juan Pablo. "Seguridad Nacional vs. Democracia em Uruguay". In: VARAS, Augusto. *Transición a la Democracia. América Latina y Chile*. Santiago: ACHIP, 1984.

VALDES, Jorge. *El terrorismo de Estado. La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur*. Ciudad del México. D.F: Nueva Sociedad/Editorial Nueva Imagem. 1980.

- Periódicos.

Portal de notícias Emol (CHI) – 17.07.2009: <http://www.emol.com/noticias/internacional/detalle/detallenoticias.asp?idnoticia=367505> Acesso em 10.10.2010.

Jornal do Brasil – 28 de junho de 1976.

<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19760628&printsec=frontpage>

MINISTERIO DE LA DEFENSA NACIONAL (ROU), Los Tenientes de Artigas van a crear un movimiento nacional.

<http://www.mdn.gub.uy/public/admdoc/34c86c2be68c942707595ab93f7a9966/ResPrensa07.09.07.html#M6A>.

La República. (URU). Martes, 01 de febrero, 2005 - AÑO 11 - Nro.1732.

<http://www.larepublica.com.uy/politica/166680-a-los-84-anos-murio-el-ex-comandante-en-jefe-del-ejercito-julio-cesar-vadora>.

RESUMEN:

Este artículo objetiva contribuir para los estudios relativos a las Dictaduras Empresariales – militares implantadas en los siguientes países de la América Latina: Brasil, Chile e Uruguay. Su reto es apuntar las analogías entre las trayectorias profesionales y políticas de los militares que ocuparon los cargos de dirección en el Poder Ejecutivo en fase de consolidación de esos regímenes dictatoriales. El artículo está dividido en dos partes. La primera parte es un resumen histórico de la crisis política pré-golpe e de los primeros años de la Dictadura. Este resumen apuntará las fuerzas políticas en disputa en esa conjuntura. En la segunda parte, el estudio focará en la análisis de las trayectorias de los militares previamente presentados.

Palabras Clave: dictadura militares, cone sur, trayectorias políticas.

ABSTRACT:

This article aims to contribute to studies concerning military dictatorships Business-deployed in the following Latin American countries: Brazil, Chile and Uruguay. Its object is to point out the analogies between the professional and political trajectories of the soldiers who occupied the leadership positions in the executive branch during the consolidation of dictatorial regimes. The article is divided into two parts. The first is a historical overview of pre-coup political crisis and the early years of the dictatorship. This summary will point at stake in this political conjuncture. In the second part, the study will focus on analyzing the trajectories of the military previously presented.

Keywords: Military Dictatorships, Cone-south political trajectories.



Normas Editorias

O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

Os trabalhos devem ser enviados em disquete, CD, Pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.

Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições, etc.

As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).

Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Todas as notas devem ser colocadas ao final do texto antes da bibliografia.

A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

Cada autor receberá gratuitamente cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.